

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

WELLINGTON DANTAS DE AMORIM

O DRAGÃO, A RAPOSA E O TETRAEDRO DO PODER:

China, Japão e o Equilíbrio de Autonomias

Niterói RJ

2014

WELLINGTON DANTAS DE AMORIM

**O DRAGÃO, A RAPOSA E O TETRAEDRO DO PODER: CHINA, JAPÃO E O
EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador:

Prof. Dr. Luiz Pedone

Niterói, RJ

2014

WELLINGTON DANTAS DE AMORIM

**O DRAGÃO, A RAPOSA E O TETRAEDRO DO PODER: CHINA, JAPÃO E O
EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Ciência Política do Instituto de Ciências
Humanas e Filosofia da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial à obtenção do
título de Doutor em Ciência Política.

Aprovada em 09/12/2014

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Pedone ó UFF

Prof. Dr. Eurico de Lima Figueiredo ó UFF

Prof. Dr. Thiago Rodrigues ó UFF

Prof. Dr. Henrique de Altemani Oliveira ó UEPB

Prof. Dr. Juarez de Souza ó UnB

Prof. Dr. Márcio Malta (UFF) (suplente)

Prof. Dr. Fabrício Jesus Teixeira Neves (UFRRJ) (suplente)

Niterói, RJ

2014

Aos meus pais Eugenio (õyou are the wind beneath my wingsö) e Maria da Gloria (õmas é preciso ter manha, é preciso ter graça, é preciso ter sonho sempre), *in memoriam*, pelo
Amor, Exemplo e Generosidade

À minha irmã Elizabeth (õsail on silver girl, sail on byö), pelo Amor e Fraternidade
Quintessenciais

Aos meus filhos Olivia (õwhen she smiles it seems the stars all knowö), Daniel (õjust
as long as you stand by meö) e Luiza (õvem navegando o azul do firmamentoö), Faróis de
Amor e Compreensão

Aos amigos (õmesmo que o tempo e a distância digam nãoö), Sal da Terra

Aos Mestres (õCaminhar, Aprender, Via Láctea, Universo Infinitoö), pelo Sonho

AGRADECIMENTOS

Tal como observei em minha Dissertação de Mestrado, reitero que o conhecimento humano é cumulativo, fruto de incontáveis gerações. Apesar de esta Tese ter sido elaborada por mim, ela se apoiou em inúmeros esforços e pesquisas precedentes. A todos eles, meu agradecimento.

Agradeço a Deus pela vida.

Agradeço a meus pais, Eugênio e Maria da Glória, por sempre me terem amado, estimulado e ensinado os princípios mais importantes, que são a ética, a generosidade, o esforço de sempre tentar fazer o melhor. Seus exemplos me fizeram mais forte para superar os inevitáveis obstáculos e tentações. Meu pai se alfabetizou sozinho, pois não havia escolas próximas. Viajou pelo mundo, e sempre que perguntado, dizia que o mais importante era abrir o caminho para mim e minha irmã. Por seu desapego, pela serenidade em entender as limitações práticas que a vida lhe conferia, e ainda assim se dedicar plenamente a um esforço que favoreceria apenas seus descendentes, mal consigo descrever o quanto isso representou em termos de exemplo de Amor. Minha mãe, por sua vez, a pessoa mais generosa que já conheci, pronta a se sacrificar mesmo por um estranho, se sentisse a necessidade, dedicou sua vida de dona de casa a nos preparar, eu e minha irmã, para a vida. Abdicou de uma formação educacional já avançada, em comparação com meu pai, para nos ensinar a confiarmos no ser humano. Uma pessoa vibrante, mostrou em vida que o senso de comunidade é fundamental, e que o Amor é infinito.

Ambos se sacrificaram materialmente para que nós dois tivéssemos educação, livros, sonhos. Tais restrições hoje são insignificantes, perto do legado que nos passaram. Seus filhos e netos têm acesso ao conforto, ao mundo. Mas, mais importante, procuramos manter acesa a chama dos princípios que nos ensinaram. Sem eles, tudo desmorona, cedo ou tarde.

Essa Tese é fruto desses princípios e do Amor praticados por eles. Espero que eu não os tenha decepcionado.

Para Elizabeth, minha irmã, o agradecimento pelo seu entusiasmo, denodo, generosidade e Amor. Irmã é algo que não se escolhe, mas no meu caso posso garantir que sempre a escolheria, em qualquer circunstância. Alguém que nunca desiste e tem princípios é simplesmente inestimável.

Para Olivia, Daniel e Luiza, meus filhos queridos, o muito obrigado pela compreensão, exemplo e Amor. Saber que vocês existem e exercer de maneira sábia tanto a minha responsabilidade como pai quanto o carinho fundamental é o desafio mais prazeroso que alguém poderia ter. Tento cumpri-lo com Amor e generosidade, e vocês o retribuíram sempre. As conversas sobre a Tese foram muito enriquecedoras, acalmaram-me e me confirmaram o acerto de certas opções de pesquisa. Em realidade, em vez de eu a guiá-los, vocês é que são Luz para meu trajeto.

Agradeço a minhas ex-esposas, Marcia e Monika, pela exemplar formação dos filhos e o impacto positivo em minha vida, enquanto crescíamos e mesmo depois.

Para meu primo Alexandre, o muito obrigado pelo estímulo, conversas e pela leitura cuidadosa da versão final. Para Tia Helena, Tio Mariberto e família, o muito obrigado pelo apoio.

Aos meus amigos, especialmente Lourdinha, Paulo de Tarso, Karla e Hilmar, o agradecimento pela paciência devido à ausência nos anos de Doutorado. As conversas com meu sogro, Gustavo Benttenmuller, anos afora, foram estímulo constante e desafiador, obrigado pelo apoio e amizade.

A P.A e X., inspiradores e guias permanentes, a reiteração de meu compromisso.

A todos os Mestres, ao longo da vida, pela generosidade e estímulo.

À Egrégora, pela inspiração e serenidade decisivas.

Agradeço especialmente aos membros da Banca Examinadora, alguns dos quais foram meus professores desde o curso de Graduação, inclusive participando na Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado. Todos os integrantes fizeram observações extremamente relevantes, em críticas positivas e enriquecedoras, que procurei acrescentar no texto final da Tese.

O professor Luiz Pedone, orientador exemplar, foi muito importante no aprimoramento do então projeto de tese, ao sugerir a inclusão do aspecto alimentar no trabalho. Sua leitura cuidadosa da versão preliminar, além das várias conversas e sugestões, foi fundamental para a qualidade do texto final. Gostaria de ressaltar também as ótimas aulas de Metodologia, ministradas por ele durante o Curso, as quais ampliaram bastante meu

conhecimento sobre os métodos em Ciência Política e as diversas perspectivas teóricas. A ele, meu muito obrigado.

Agradeço ao professor Eurico Figueiredo o estímulo durante o Curso e a liderança decisiva para a institucionalização do INEST (Instituto de Estudos Estratégicos) na Universidade Federal Fluminense.

O professor Henrique Altemani, renomado especialista sobre Ásia, tem sido um estímulo constante, desde os estudos iniciais sobre o tema ainda na Universidade de Brasília, em 1989. A ele, meu muitíssimo obrigado.

O professor Juarez de Souza acompanhou meus estudos desde o início da Graduação e foi o orientador da Dissertação de Mestrado. Muito do meu entendimento sobre economia vem dos seus ensinamentos. A ele, meu profundo agradecimento.

Ao professor Thiago Rodrigues, a quem muito admiro, o muito obrigado por participar da Banca.

O professor Fabricio Neves, amigo de longa data, foi decisivo para que eu cursasse o Doutorado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense. A ele, o muito obrigado pela amizade e apoio.

O professor Marcio Malta, amigo a quem muito admiro, compartilhou temores, dúvidas e entusiasmo pelo Curso. A ele, o muito obrigado pela amizade e apoio.

Meu muito obrigado também ao professor Licínio Portugal, do Departamento de Matemática da UFF, cujas observações sobre o modelo geométrico foram extremamente valiosas.

Ter participado de um Curso como o Doutorado em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense foi um privilégio. A todos os professores, aos colegas, especialmente os queridos integrantes da Turma de 2010 (Doutorandos de Platão) e aos funcionários, com ressaltos para o profissionalismo de Manoel e de Graça, o meu muito obrigado. Uma menção especial é devida a Antonio Henrique Lucena Silva, da Turma de 2011, amigo e co-autor em diversos trabalhos, pelo estímulo constante, e a Fernando Athayde, pela pessoa e acadêmico exemplares.

Agradeço também à CAPES, pelos vinte meses de bolsa de Doutorado, no âmbito do Projeto SISDEBRAS, o que possibilitou o aperfeiçoamento pedagógico.

Agradeço à Unilasalle, onde leciono desde 2006. Nela, desfruto de um ambiente harmonioso e o contato com os alunos é um desafio recompensador. Ter vários ex-alunos como amigos e co-autores em textos acadêmicos é um privilégio que a carreira do magistério nos proporciona. Nesse aspecto, agradeço a Leticia Simões e Mario Afonso Lima a amizade e apoio, sempre. Apesar de citar nominalmente apenas os dois, é um agradecimento estendido a todos os alunos e ex-alunos. Entre os professores, destaco os nomes de Carlos Frederico Coelho, Guilherme Dias e Patricia Carvalho, pela amizade e compartilhamento de experiências, viagens, artigos. Tê-los como amigos me é muito importante. Ressalto também a professora Andreia Paraquette, pelo compartilhamento das dúvidas e tensões, principalmente nos dois últimos anos, assim como o apoio de Valéria Santos, sempre.

Um agradecimento especial vai para o professor Hélio Valim, pela decisiva ajuda na elaboração das figuras geométricas.

Um agradecimento também especial à Universidade de Tsukuba, no Japão, e à UFRJ/Coppead, pelos excelentes cursos que me ampliaram o conhecimento e possibilitaram tratar de muitos temas presentes na Tese.

Por fim, mas não menos importante, um agradecimento à sociedade brasileira. Não se trata de uma declaração demagógica, mas apenas o reconhecimento de quem cursou a Graduação e o Mestrado na UnB, *alma mater*, e o Doutorado na Universidade Federal Fluminense. É a sociedade que custeia o ensino público, e tive o privilégio de cursar em duas universidades de relevo, com mestres de capacidade.

A participação dos citados trouxe apenas benefícios para este trabalho. Todos os erros e omissões são de minha inteira e exclusiva responsabilidade.

Ítaca

Konstantinos Kaváfis (tradução de José Paulo Paes)

Se partires um dia rumo a Ítaca,
faz votos de que o caminho seja longo,
repleto de aventuras, repleto de saber.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o colérico Posídon te intimidem;
eles no teu caminho jamais encontrarás
se altivo for teu pensamento, se sutil
emoção teu corpo e teu espírito tocar.
Nem Lestrigões nem os Ciclopes
nem o bravo Posídon há de ver,
se tu mesmo não os levars dentro da alma,
se tua alma não os puser diante de ti.

Faz votos de que o caminho seja longo.
Numerosas serão as manhãs de verão
nas quais, com que prazer, com que alegria,
tu há de entrar pela primeira vez um porto
para correr as lojas dos fenícios
e belas mercancias adquirir;
madrepérolas, corais, âmbar, ébanos,
e perfumes sensuais de toda espécie,
quanto houver de aromas deleitosos.
A muitas cidades do Egito peregrina
para aprender, para aprender dos doutos.

Tem todo o tempo Ítaca na mente.
Estás predestinado a ali chegar.
Mas não apresses a viagem nunca.
Melhor muitos anos levars de jornada
e fundeares na ilha velho enfim,
rico de quanto ganhaste no caminho,
sem esperar riquezas que Ítaca te desse.
Uma bela viagem deu-te Ítaca.
Sem ela não te ponhas a caminho.
Mais do que isso não lhe cumpre dar-te.

Ítaca não te iludiu, se a achas pobre.
Tu te tornaste sábio, um homem de experiência,
e agora sabes o que significam Ítacas.¹

¹ KAVÁFIS, Konstantinos. Poemas. Rio, José Olympio, 2006. p. 146

RESUMO

O Equilíbrio de Poder é o conceito mais utilizado em Relações Internacionais e tem sido aprimorado continuamente desde que foi primeiramente definido de maneira explícita por David Hume. Dois dos mais recentes modelos teóricos que lidam com o conceito são o Equilíbrio de Ameaças, de Stephen Walt, e Equilíbrio de Interesses, de Randall Schweller. No presente trabalho, o Equilíbrio de Autonomias é apresentado como um aprimoramento dos dois modelos, harmonizando-os por meio de duas premissas: a) a meta primordial de qualquer Estado é a manutenção ou aumento de sua autonomia; b) a autonomia alimentar e a autonomia energética também devem ser consideradas juntamente com a autonomia diplomático-militar. O modelo é composto de três fatores básicos (população, economia e território), duas esferas irradiadoras (coesão político-social e inovação científica e tecnológica) e três políticas de longo prazo (político-diplomática, alimentar, energia). Dois estudos de caso (China e Japão) foram feitos e a abordagem teórica foi confirmada em termos de explicar o comportamento de ambos os países. Um Apêndice foi adicionado, aplicando o modelo ao Brasil, enquanto outro elencou os países mais poderosos, segundo o modelo, ao longo da História. Um terceiro Apêndice introduziu uma interpretação geométrica do modelo, com conclusões que reforçaram os resultados qualitativos precedentes.

Palavras chave: Equilíbrio de Poder. Equilíbrio de Ameaças. Equilíbrio de Interesses. Equilíbrio de Autonomias. China. Japão

ABSTRACT

Balance of Power is the most used concept in International Relations and it has been enhanced continuously, since it was first explicitly defined by David Hume. Two of the latest theoretical models which deal with the concept are Balance of Threats, by Stephen Walt, and Balance of Interests, by Randall Schweller. In this work, Balance of Autonomies is shown as an improvement over both models, harmonizing them through two assumptions: a) the first goal of any State is the maintenance or enlargement of its autonomy; b) food autonomy and energy autonomy are also important to be factored in, along with diplomatic-military autonomy. The model comprises three basic factors (population, economy, territory), two irradiating spheres (sociopolitical cohesion, scientific and technological innovation) and three long-term policies (diplomatic-military, food, energy). Two case studies (China and Japan) were made and the theoretical approach was confirmed in terms of explaining both countries' behavior. An Appendix was added, applying the model to Brazil, while another listed the most powerful countries, according to the model, throughout History. A third Appendix introduced a geometrical interpretation of the model, with conclusions that reinforced the previous qualitative findings.

Keywords: Balance of Power. Balance of Threats. Balance of Interests. Balance of Autonomies. China. Japan

LISTA DE FIGURAS

	Página
1.1 Espectro de aplicação variando entre <i>Hard e Soft Power</i>	32
3.1 Tetraedro do Poder	77
A4-1 Triângulo com o poder básico ó território, população e economia	214
A4-2 Triângulo com poder básico (com alça)	216
A4-3 Vista de cima do triângulo do poder básico (com alça)	216
A4-4 Geratrizes no cone formado	219
A4-5 Geratrizes do cone	220
A4-6 Cone distorcido	221
A4-7 Geratriz diplomático-militar com sobreextensão da subgeratriz militar	224
A4-8 Geratriz energética na qual a produção é inferior ao consumo	225
A4-9 Geratriz energética na qual o consumo é inferior á produção	225
A4-10 Tronco de cone ó poder básico ampliado	227
A4-11 Tronco de cone com pontos de relevo em 0,5	228
A4-12 Tronco de cone após redução de autonomia nas geratrizes energética e alimentar	228
A4-13 Tronco de cone após sobreextensão da geratriz diplomático-militar	229
A4-14 Tronco de cone após expansão além do ponto máximo de poder ampliado	230

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
4.1 Índices Chineses de Autonomia (1990-2008)	131
4.2 Índices Japoneses de Autonomia (1990-2008)	151
A1-1 Índices Brasileiros de Autonomia (1991-2008)	200

LISTA DE TABELAS

	Página
3.1 Oferta Total de Energia Primária Mundial (%) ó 1973, 2011	96
3.2 Consumo Energético Final Mundial (%) ó 1973, 2011	97
3.3 Produção, Consumo e Índice de Autonomia	108
4.1 População chinesa em termos mundiais (%) ó Anos selecionados	117
4.2 Economia chinesa em termos mundiais (%) ó Anos selecionados	119
4.3 Participação no território mundial (Países selecionados)	121
4.4 Gastos militares chineses em termos mundiais (em %) (1989-2013)	124
4.5 Índice de autonomia energética chinesa (1990-2011)	125
4.6 Índice de autonomia alimentar chinesa ó Anos selecionados	128
4.7 Poder Ampliado Chinês (1990-2008)	130
4.8 Escolas com ensino da língua e/ou cultura chinesas (2014)	130
4.9 População japonesa em termos mundiais (%) ó Anos selecionados	134
4.10 Economia japonesa em termos mundiais (%) - Anos selecionados	137
4.11 Participação no território mundial ó Países selecionados	139
4.12 Gastos militares japoneses em termos mundiais (em %) (1988-2013)	143
4.13 Índice de autonomia energética japonesa (1990-2011)	145
4.14 Índice de autonomia alimentar japonesa ó Anos selecionados	147
4.15 Poder Ampliado Japonês (1990-2008)	150
4.16 Escolas com ensino da língua e cultura japonesas (2014)	152
4.17 Poder Ampliado Chinês e Japonês (1990-2008)	157
A1.1 População brasileira em termos mundiais (%) ó Anos selecionados	191
A1.2 Economia brasileira em termos mundiais (%) ó Anos selecionados	192

A1.3 Gastos militares brasileiros em termos mundiais (%) (1988-2013)	194
A1.4 Índice de autonomia alimentar brasileira (anos selecionados)	195
A1.5 Índice de autonomia energética brasileira (1990-2011)	197
A1.6 Índice de autonomia diplomático-militar brasileira (1988-2008)	198
A1.7 Poder ampliado brasileiro (1990-2008)	199
A2.1 Maiores países em extensão territorial terrestre (em mil km ²)	202
A2.2 Maiores países em extensão territorial da ZEE (em mil km ²)	203
A2.3 Maiores países em extensão da plataforma continental (em mil km ²)	204
A2.4 Maiores países em território total (em mil km ²)	205
A3.1 Ápices de Poder de Países Selecionados em Anos Selecionados	211

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO	18
1 FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLOGIA E CONCEITOS	24
1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	24
1.2 METODOLOGIA UTILIZADA	27
1.3 CONCEITOS	29
1.3.1 O Conceito de Poder	29
1.3.2 O Conceito de Equilíbrio de Poder	36
1.3.2.1 Análise semântica do conceito	36
1.3.2.2 Evolução histórica do conceito	39
2 EQUILÍBRIO DE AMEAÇAS E EQUILÍBRIO DE INTERESSES	52
2.1 WALT	52
2.2 SCHWELLER	55
2.3 ANÁLISE COMPARATIVA	58
3 O EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS	63
3.1 AUTONOMIA E SOBREVIVÊNCIA	63
3.2 AS ÁREAS CRÍTICAS PARA A AUTONOMIA DE UM ESTADO	69
3.3 UM NOVO MODELO DE EQUILÍBRIO DE PODER	74
3.3.1 As esferas irradiadoras	77
3.3.1.1 A esfera de coesão político-social	77
3.3.1.2 A esfera de inovação científico-tecnológica	80

3.3.2	O território	85
3.3.3	A população	87
3.3.4	A economia	89
3.3.5	A aresta diplomático-militar	91
3.3.6	A aresta energética	95
3.3.7	A aresta alimentar	101
3.3.8	Abordagem quantitativa preliminar do modelo	107
3.4	O MODELO DE EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS VERSUS O DE EQUILÍBRIO DE AMEAÇAS E O DE EQUILÍBRIO DE INTERESSES	109
4	APLICAÇÃO DO MODELO NOS CASOS DA CHINA E DO JAPÃO	112
4.1	CHINA	115
4.1.1	População	116
4.1.2	Economia	118
4.1.3	Território	120
4.1.4	Política Diplomático-Militar	121
4.1.5	Política Energética	124
4.1.6	Política Alimentar	126
4.1.7	Poder Ampliado Chinês	129
4.2	JAPÃO	131
4.2.1	População	133
4.2.2	Economia	135
4.2.3	Território	138
4.2.4	Política Diplomático-Militar	139

4.2.5	Política Energética	144
4.2.6	Política Alimentar	146
4.2.7	Poder Ampliado Japonês	149
4.3	O RELACIONAMENTO ENTRE CHINA E JAPÃO	152
4.3.1	As estratégias chinesa e japonesa	152
4.3.2	Os Conflitos entre China e Japão	153
4.3.2.1	Tentativas mongóis de invadir o Japão (1274,1281)	154
4.3.2.2	Tentativa de invadir a China via Coreia (1592-1598)	154
4.3.2.3	I Guerra Sino-Japonesa (1849-1895)	155
4.3.2.4	Ocupação da Manchúria e II Guerra Sino-Japonesa (1930-1945)	156
4.3.2.5	Pós-II Guerra Mundial	156
4.3.2.6	Pós-Guerra Fria	157
4.4	CONCLUSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO MODELO A CHINA E JAPÃO	158
	CONCLUSÃO	159
	REFERÊNCIAS	166
	GLOSSÁRIO	184
	APÊNDICE 1 ó Aplicação do modelo ao Brasil	190
	APÊNDICE 2 ó Mensuração dos elementos do tetraedro	202
	APÊNDICE 3 ó Aplicação do modelo a grandes Potências Históricas	209
	APÊNDICE 4 ó Aspectos geométricos do modelo	213
	ANEXO ó Citações clássicas sobre Poder e Equilíbrio de Poder	235

INTRODUÇÃO

O equilíbrio de poder, ou seja, as reações de Estados perante a possibilidade ou fato de que outro Estado (ou coalizão de Estados) alcance uma supremacia em determinada área geográfica (ou mesmo o planeta) é um fenômeno recorrente na História. Mesmo que ainda não dispusessem de um referencial teórico explícito, os governantes sempre utilizaram essa abordagem para constituir suas políticas externas.

Este trabalho objetiva analisar o equilíbrio de poder, enquanto instrumento de análise nas Relações Internacionais, tendo por base duas abordagens teóricas, a do equilíbrio de ameaças, de Stephen Walt, e o equilíbrio de interesses, de Randall Schweller. Ambas possuem vários aspectos positivos mas algumas limitações; no caso do modelo de Walt, ele não é tão apropriado para abordar situações em que as decisões agressivas de alguns Estados surgem não de ameaças externas, mas de decisões internas no sentido de expansionismo/revisionismo no cenário internacional. Por outro lado, o modelo de Schweller é mais apropriado justamente para analisar situações em que uma ou mais potências revisionistas estejam flagrantemente em ação; na ausência destas, a robustez do modelo é inferior.

Além de buscar harmonizar as duas abordagens, com a sugestão de um modelo híbrido que incorpore as vantagens analíticas de ambas, procurou-se também demonstrar a sua aplicação na operacionalização do relacionamento de um Estado específico com os demais. Tendo em vista que, apesar de determinadas imprecisões e limitações (que serão apontadas ao longo do trabalho), o equilíbrio de poder é uma das principais ferramentas de análise pelos estadistas e formuladores de política externa das diversas nações, pode-se afirmar que a relevância do tema esteja estabelecida.

Decerto, desde Tucídides e passando por Kautylya, Guicciardini, Hume e outros, diversos pensadores analisaram o fenômeno; é Hume quem lhe dá a denominação de equilíbrio de poder. No entanto, pode-se argumentar que é apenas no século XX, quando as Relações Internacionais se constituem definitivamente como disciplina acadêmica específica²,

² A Universidade de Aberystwyth, em Gales, criou o Departamento de Política Internacional em 1919, sendo considerado o primeiro curso de Relações Internacionais como campo acadêmico autônomo em relação à Ciência Política. Cf. ABERYSTWYTH UNIVERSITY. *International Politics*. 2013.

e ocorre a sistematização da abordagem teórica realista³, que o tema do equilíbrio do poder passou por uma elaboração teórica mais refinada. As diversas formulações sobre o tema caracterizam-se por um sucessivo aprimoramento (por exemplo, passando desde o estudo do poder em si até a análise da percepção da ameaça da sua utilização, ou seja, incluindo o poder em si como um subfator importante, mas não único). Entre elas, conforme já mencionadas, duas se destacam, representando contribuições mais recentes (proporcionalmente às demais): o equilíbrio de ameaças, de Stephen Walt, e o equilíbrio de interesses, de Randall Schweller.

No presente trabalho, pretende-se buscar a harmonização das contribuições de Stephen Walt e de Randall Schweller por meio da introdução de duas premissas: em primeiro lugar, caracterizar a principal vertente de ação dos Estados no panorama internacional como de busca de autonomia, mais do que de busca de sobrevivência. Em segundo lugar, ressaltar como fundamentais, entre as políticas de Estado empreendidas para garantir tal autonomia, a diplomático-militar, a energética e a alimentar. Tais políticas são derivadas por sua vez dos fatores básicos de poder (território, população e economia), que são profundamente afetados por dois componentes nacionais seminais: o grau de inovação tecnológica e a coesão político-social.

Logo, a questão do poder nacional (e que influenciará como tal poder é percebido tanto pelo próprio Estado quanto pelos demais) seria o resultado da interação dos diversos fatores mencionados. Tal interação, por ser dinâmica e fluida, aponta para um constante elenco de ameaças e oportunidades a serem elencadas e analisadas pelos diversos formuladores de políticas.

Tendo em vista que tal análise, conforme mencionado, baliza grande parte das decisões estratégicas do Estado, inclusive em seu relacionamento com os demais, reitera-se a relevância da pesquisa desenvolvida.

Vale observar que, na maioria das análises de poder dos Estados, pouco peso relativo é dado à autonomia energética. No caso da autonomia alimentar, o relevo é ainda menor. Ao longo do trabalho, serão apontadas razões para tal procedimento, passando por questões metodológicas e também pelo interesse de determinadas nações em não conferir peso a aspectos de dominação (ou influência) exercidos por elas.

³ Com as contribuições de E.H.Carr, Hans Morgenthau e Nicholas Spykman, entre outros.

Em resumo, o modelo a ser desenvolvido neste trabalho é o do equilíbrio de autonomias entre os Estados. Seguindo a tendência que revestiu o equilíbrio de poder de sucessivas suplementações (passando de equilíbrio de poder para equilíbrio de ameaças ou equilíbrio de interesses), tal alteração guarda uma coerência ao menos em termos de sucessivos aprimoramentos metodológicos e incrementais.

Desta forma, o problema básico a ser analisado neste trabalho pode ser assim descrito:

Os modelos teóricos de equilíbrio de ameaças e de equilíbrio de interesses apresentam possibilidades de aprimoramento em termos de precisão analítica, o que proporcionaria o aumento da capacidade de avaliação do poder em si e das políticas de Estado implementadas pelos países?

Van Evera (1997, p.9) define hipótese como uma relação conjectural entre dois fenômenos⁴; por sua vez, essa relação pode ser causal ou não-causal. A partir desse conceito, a hipótese básica a ser comprovada por este trabalho é a seguinte:

*A introdução do conceito de equilíbrio de autonomias **proporciona a harmonização** entre as abordagens teóricas de equilíbrio de ameaças e equilíbrio de interesses.*

Nesse caso, os fenômenos são: a introdução do conceito de equilíbrio de autonomias (variável independente) e as abordagens teóricas de equilíbrio de ameaças e equilíbrio de interesses (variável dependente). A relação conjectural é a de que a variável independente proporciona a harmonização das duas abordagens teóricas constantes da variável dependente.

Já a hipótese secundária é a seguinte:

*A ênfase nas autonomias energética e alimentar, além da já tradicional autonomia diplomático-militar, **incrementa** a capacidade analítica das duas abordagens citadas.*

Quanto à hipótese secundária, os fenômenos são: a ênfase nas autonomias energética e alimentar (variável independente) e a capacidade analítica das abordagens citadas (variável dependente). A relação conjectural é a de que a variável independente incrementa a variável dependente.

⁴ A conjectured relationship between two phenomena (tradução livre)

A análise efetuada, de modo a focar o problema e testar as hipóteses, passou pelas seguintes fases:

- a) Apontar como poder e equilíbrio de poder foram e são conceituados, em termos semânticos e numa perspectiva de desenvolvimento histórico;
- b) Investigar as principais contribuições teóricas para modelos de equilíbrio de poder;
- c) Apontar, nos modelos abordados, a gradual evolução em termos de sofisticação e abrangência;
- d) Observar as limitações nos modelos citados e propor um modelo alternativo que as minimize;
- e) Elaborar um modelo geométrico (com viés de análise quantitativa) que replique as características do modelo (obtidas por meio de análise qualitativa);
- f) Aplicar o modelo para um estudo de caso abrangendo China, Japão, e o relacionamento entre eles
- g) Aplicar o modelo, em termos preliminares, para o Brasil.

Em termos de estruturação, o trabalho apresenta a seguinte configuração, após esta Introdução:

- a) Capítulo 1 - Fundamentos teóricos, Metodologia e Conceitos ó Explicita a base teórica a ser utilizada, que é o Realismo, mais especificamente o modelo de equilíbrio de poder. Em termos metodológicos, apontam-se a análise qualitativa e quantitativa (embora esta numa participação mais modesta). Em relação aos conceitos, especial atenção é dada à definição de Poder e Equilíbrio de Poder; quanto a este último, a questão semântica também é analisada. Também a evolução histórica da prática do equilíbrio de poder é apresentada, até a formulação moderna do termo, por Hume, e diversos autores clássicos do século XX.
- b) Capítulo 2 ó Análise dos modelos de ãequilíbrio de ameaçasö de Walt e ãequilíbrio de autonomiasö de Schweller, com visão comparativa das eventuais limitações e início do debate sobre a possibilidade de harmonização entre as duas abordagens.
- c) Capítulo 3 ó Um Modelo Alternativo ó Apresenta-se um modelo denominado ãequilíbrio de autonomiasö, o qual pode ser visualizado como um tetraedro, em que diferentes elementos considerados clássicos em relação ao poder (população, território, economia) são ligados a políticas caracteristicamente de Estado (diplomático-militar, segurança energética, segurança alimentar) e a dois fatores

subjacentes e fundamentais (coesão político-social e inovação científico-tecnológica). Além disso, discute-se uma das questões básicas do realismo, ou seja, qual a motivação principal dos Estados. Embora a grande maioria das análises realistas aponte que seja a busca pela sobrevivência, este trabalho se alinha entre os que propõem que o conceito mais apropriado (inclusive por ter a sobrevivência como elemento implícito) seja o de busca pela autonomia. Com isso, estabelece-se uma possível convergência entre modelos aparentemente díspares como o equilíbrio de ameaças de Walt e o equilíbrio de interesses de Schweller. Portanto, a proposição de um modelo alternativo aponta para a superação de algumas limitações, tanto no modelo de Walt quanto no de Schweller, harmonizando-os num arcabouço teórico mais amplo.

- d) Capítulo 4 ó O modelo aplicado à China e Japão ó Por constituírem uma das mais antigas rivalidades estratégicas, a aplicação do modelo testa o impacto na auto-avaliação de poder e avaliação de poder de outro Estado nas decisões de política externa e o impacto no relacionamento entre os dois países. Busca-se, com isso, aprimorar a abordagem, com a confirmação das premissas da abordagem teórica.
- e) Conclusão ó Os resultados do trabalho são apresentados, legitimando ou não as hipóteses, tanto a básica quanto a secundária.
- f) Glossário ó Elenco de diversos termos associados ao conceito de equilíbrio de poder, inclusive com a aposição de exemplos históricos para clarificação dos conceitos.
- g) Apêndice 1 - A aplicação do modelo para o Brasil ó Análise preliminar sobre a aplicação do modelo para o Brasil (por não fazer parte de uma díade de rivalidade estratégica, optou-se por um Apêndice, e não um estudo de caso constante no Capítulo 4)
- h) Apêndice 2 ó Aspectos metodológicos para a mensuração dos elementos de poder constantes do modelo
- i) Apêndice 3 ó Aplicação do modelo a exemplos históricos em que ápices foram atingidos
- j) Apêndice 4 ó O Modelo sob uma abordagem geométrica ó Elaboração de uma abordagem quantitativa, em que o modelo é definido geometricamente e as diversas observações obtidas na análise qualitativa podem ser replicadas matematicamente em um sólido geométrico (cone).

- k) Anexo ó Compilação de várias citações sobre equilíbrio do poder, ao longo da História, exemplificando a evolução do conceito.

À guisa de observação restante, a Tese foi elaborada segundo os padrões acadêmicos previstos em publicação da UFF (UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, 2012).

1 ó FUNDAMENTOS TEÓRICOS, METODOLOGIA E CONCEITOS

A metáfora (da balança) não apenas nos encoraja a pensar que podemos medir o poder, mas também indica, ao mesmo tempo, que essa medida somente se torna significativa quando examinada no contexto do poder possuído pelos outros atores do sistema. Ela nos desencoraja de pensarmos que o poder é hierárquico, monopolizado ou concentrado em um local. Mas ela também indica que o poder é fluido mais que fixo, e que o poder possuído pelos atores no sistema tem que ser constantemente recalibrado. Os resultados, além disso, são sempre imprevisíveis porque os atores podem realocar seu poder a qualquer momento, conseqüentemente alterando a distribuição sistêmica de poder no geral.⁵ (LITTLE, 2007, p. 48)

Ao longo do capítulo, serão descritos os fundamentos teóricos que delineiam o trabalho, a metodologia utilizada para a pesquisa e análise e os vários conceitos referentes ao assunto. Tendo em vista a diversidade de conceitos, o que muitas vezes enseja a imprecisão de análises e/ou observações, elencaram-se os principais termos relativos ao equilíbrio de poder num Glossário. No capítulo, especial atenção será dada aos conceitos de poder e de equilíbrio de poder, bem como uma revisão bibliográfica sobre as diversas abordagens teóricas sobre o assunto.⁶

1.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A abordagem teórica a ser utilizada, conforme já mencionado, é a do equilíbrio do poder, inserida dentro da teoria realista de Relações Internacionais. Tal teoria, embora

⁵ The metaphor not only encourages us to think that we can measure power, but it also indicates, at the same time, that the measure only becomes significant when examined in the context of the power possessed by other actors in the system. It discourages us from thinking power is hierarchical, monopolized or concentrated in one location. But it also indicates that power is fluid rather than fixed and that the power possessed by the actors in the system has to be constantly recalibrated. Outcomes, moreover, are always unpredictable because actors can relocate their power at any point at in time, thereby shifting the overall systemic distribution of power. (tradução livre)

⁶ Embora mais recentemente haja vários acadêmicos que defendam a minimização do espaço dado à revisão de literatura, por entenderem que o fundamental de uma tese seja o novo aporte trazido por seu autor, e não pelos que o precederam, neste trabalho sentiu-se a necessidade de se estender um pouco na revisão, principalmente pela necessidade de transcrever em termos exatos o pensamento dos diversos clássicos a respeito do equilíbrio do poder. Conforme já mencionado, os vários mal-entendidos sobre termos, premissas e metodologia contribuem para dificultar o diálogo entre as diferentes abordagens teóricas, daí a opção por uma transcrição mais extensa que embasasse a argumentação dos capítulos posteriores. Para a importância da revisão da literatura, ver SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia de Pesquisa e Elaboração de Dissertação. UFSC, 2005, pp. 37-38.

comporte variações,⁷ ressalta alguns preceitos compartilhados por todas as variantes: a prevalência do Estado como ator, a anarquia caracterizando o conjunto dos diferentes países, o poder como fator essencial de análise e a busca de cada nação pela sobrevivência como princípio básico de política, priorizando a auto-ajuda. (DUNNE & SCHMIDT, 2008, p. 93).

Além disso, deve-se ressaltar que a visão ontológica do realismo pode ser definida, conforme sugerem Furlong & Marsh (2010, pp. 185-189), em fundamentalista (*foundationalist*, no original), no sentido de que haveria um mundo objetivo, independente de nosso conhecimento a respeito. Por sua vez, em termos epistemológicos, a teoria realista de Relações Internacionais teria um aspecto realista em contraponto às análises positivistas.

Nesse aspecto, os realistas ressaltam o papel que a teoria desempenha em qualquer interpretação do poder causal de qualquer estrutura/instituição no mundo real; portanto o efeito do mundo real nas ações é mediado pelas ideias⁸ (ibidem, p. 190) Como consequência, a metodologia de pesquisa, em termos realistas, abrangeria tanto aspectos quantitativos quanto qualitativos.

Segundo Anderson (2001, p. 700), o realismo não é isento de críticas, mas desde os historiadores gregos ele fornece um paradigma comportamental de cálculos racionais de custo-benefício do interesse nacional em um ambiente internacional essencialmente anárquico.⁹ Por conta de seu prestígio (por exemplo, Dunne & Schmidt (2008, p. 91) apontam o realismo como a teoria dominante no estudo das Relações Internacionais), tal posição a torna alvo de constantes críticas de outras correntes teóricas, como o liberalismo e construtivismo, por exemplo. Uma das principais ressalvas apontadas seria a de que um acontecimento como o final da Guerra Fria não teria sido antecipado pela teoria realista. Ao mesmo tempo, o período entre 1989 (queda do Muro de Berlim) e 2001 (ataques terroristas ao Pentágono e World Trade Center) para alguns aparentava ser o prenúncio de uma paz kantiana.¹⁰

⁷ Por exemplo, realismo clássico, neorealismo, realismo neoclássico, etc. Nesse sentido, LIU, Feng & ZHANG, Ruizhuang, The typologies of realism. *Chinese Journal of International Politics*. Vol. 1, issue 1, pp. 109-134. 2006 apresenta uma boa análise das diversas tendências do realismo

⁸ o the role that theory plays in any interpretation of the causal power of any structure/institution in that real world; so the real world effect on actions is mediated by ideas. (tradução livre)

⁹ Realism is not beyond criticism, but since the time of the Greek historians it has provided a behavioral paradigm of rational cost-benefit calculations of the national interest in an essentially anarchical international environment. (tradução livre)

¹⁰ O termo paz kantiana se refere ao modelo de paz perpétua, proposto pelo filósofo Immanuel Kant; segundo ele, a expansão da consciência humana individual, fundada no imperativo categórico, levaria à formação de Estados também fundamentados em tal princípio, com leis e sociedades estáveis, progressistas e legítimas. Tais Estados se denominariam Repúblicas (embora pudesse ser também monarquias constitucionais) e, seguindo o princípio fundador, Repúblicas não entrariam em luta contra outra República. No entanto, vale ressaltar que

Em defesa do realismo, cabem alguns argumentos: o fenômeno do fim da Guerra Fria surpreendeu a praticamente todos os analistas, independente da vertente teórica. Segundo, mesmo durante o interregno mencionado, os teóricos realistas já anunciavam que o futuro seria muito mais tenso do que pressupunham os críticos (GRAY, 1999). Terceiro, o realismo continua sendo a abordagem primordialmente utilizada pelos Estados e estadistas para nortear seu comportamento, mesmo em processos não-beligerantes.¹¹

Em relação ao equilíbrio do poder, ele é instrumento fundamental para a análise realista. Conforme já ressaltado, o realismo enfatiza a importância do poder e, por sua vez, a maneira como ele se desenvolve, tanto em termos absolutos quanto relativos, em termos dos diversos Estados. Logo, a análise de como cada um dos Estados agirá diante de tal configuração adquire também importância. Nesse aspecto, o chamado equilíbrio de poder (uma análise mais aprofundada do termo pode ser vista no item 1.3.2) torna-se também elemento fundamental para a teoria realista. De fato, entre as suas várias tendências, algumas delas estudam como o equilíbrio de poder é formado por meio da distribuição do poder dentro do sistema internacional (realismo estrutural de Waltz), enquanto outras estudam o comportamento de *balancing*¹² adotado pelos Estados (realismo neoclássico), enquanto ainda outras estudam ambos desses fatores.¹³ (LIU & ZHANG, 2006).

Tal como em relação à eficiência analítica do realismo, há várias críticas ao equilíbrio de poder, mesmo entre os acadêmicos realistas. No entanto, pode-se afirmar que a maioria das controvérsias se deve às diversas definições em relação ao termo. Tal diversidade pode levar à conclusão de que o equilíbrio de poder somente teria validade no chamado Concerto Europeu,¹⁴ durante o século XIX. Ou então que o ponto fundamental seria o de prever com exatidão qual o comportamento dos Estados perante os outros (chegando mesmo a extrapolar quais os arranjos numéricos mais estáveis, em termos de alianças competidoras). As

regimes despóticos (ou seja, não-Repúblicas) não poderiam fazer parte da Paz Perpétua; logo, a verdadeira paz nas relações internacionais somente seria alcançada, segundo Kant, com o final de todos os regimes despóticos.

¹¹ Para uma sólida defesa do realismo, ver Walt (1997).

¹² Ver o Glossário deste trabalho

¹³ Some of these study how the balance of power is formed through the distribution of power within the international system (Waltz's structural realism), while others study the balancing behaviour that states adopt (neo-classical realism), while yet others study both of these factors (classical realism) (tradução livre)

¹⁴ Denominação do conjunto de esforços diplomáticos e acordos entre as grandes potências europeias à época no sentido de evitar guerras praticamente ininterruptas, envolvendo-as, tal como havia ocorrido nos séculos XVI, XVII e principalmente XVIII. Para uma boa descrição dos períodos mencionados, ver KENNEDY, Paul. *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. London: Fontana, 1988.

principais abordagens teóricas do equilíbrio de poder, na vertente realista, são analisadas ao longo deste e próximo capítulo.

Ao longo do trabalho, levou-se em conta um dos propósitos básicos do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) e do INEST (Instituto de Estudos Estratégicos), ambos da UFF (Universidade Federal Fluminense) e no âmbito dos quais este trabalho foi desenvolvido, ou seja, o desenvolvimento de modelos de análise endógenos ao Brasil. Tais modelos não devem ser apenas replicações automáticas de outras abordagens, mas delas aproveitarem os melhores elementos, refiná-los e incorporar uma visão que leve em conta a perspectiva de nosso país.

1.2 METODOLOGIA UTILIZADA

A pesquisa envolve primordialmente a análise qualitativa. Já que se objetiva analisar e se possível aprimorar os modelos que buscam estudar o fenômeno do equilíbrio do poder, as seguintes fases foram empreendidas:

- a) Primeiramente, houve a necessidade de determinar como o poder e como o equilíbrio de poder são conceituados, já que diferentes acepções (sejam por premissas diversas ou mesmo variações semânticas) levam por vezes a resultados analíticos diversos. A partir do estabelecimento de definições básicas sobre os termos, conseguiu-se delimitar o fenômeno estudado pelas diversas abordagens teóricas. A seguir, elaborou-se uma revisão de literatura sobre o tema, desde a Antiguidade até clássicos realistas do século XX.
- b) Na segunda etapa, analisaram-se os modelos teóricos de equilíbrio de poder de Stephen Walt e de Randall Schweller, respectivamente o equilíbrio de ameaças e o equilíbrio de interesses. Ambos constituem refinamento e ampliação do poder explicativo dos modelos antecedentes; ao mesmo tempo, as limitações dos mesmos são apontadas.
- c) Posteriormente, ao se apresentar o modelo proposto neste trabalho, o de equilíbrio de autonomias, elencam-se as suas principais características, como as políticas de Estado político-militar, energética e alimentar, juntamente com os fatores de inovação tecnológica e coesão político-social. Além disso, estuda-se como todas

interagem com os fatores de poder considerados básicos, ou seja, população, território e economia. O modelo proposto procura acrescentar robustez à capacidade de análise (e percepção) do poder, conforme empreendida pelos diversos Estados, ao incorporar elementos que usualmente não são considerados relevantes nos estudos sobre o equilíbrio do poder, como a autonomia energética e alimentar.

- d) Após a apresentação do modelo, empreendeu-se um estudo de caso envolvendo China e Japão, para testar a aderência da abordagem.
- e) Em quatro apêndices, são tecidas as respectivas observações: a) aplicação do modelo ao Brasil. A opção por não configurar um estudo de caso juntamente com China e Japão se deve à ausência de uma rivalidade estratégica análoga àquela, envolvendo o Brasil; b) aspectos da mensuração de alguns dos elementos do modelo; c) aplicação do modelo a situações históricas de maximização de poder, em alguns países; d) replicação quantitativa do modelo, em termos de uma estrutura geométrica e a presença de volumes que possam ser mensurados. Embora não se constitua objetivo básico do trabalho, a análise quantitativa contribuiu para reforçar e aprimorar elementos da análise qualitativa e validou geometricamente conceitos clássicos como a da *“sobreexpansão imperial”* de Paul Kennedy.
- f) Em um anexo, são arroladas diversas citações de autores sobre o poder e o equilíbrio de poder, de modo a permitir uma visualização da evolução histórica dos dois termos.

Segundo Van Evera (1997, p.90), este trabalho pode ser categorizado de maneira híbrida, envolvendo tanto a *“proposição teórica”* quanto a *“confirmação teórica”*. O autor considera que uma tese de *“proposição teórica”* *“introduz novas hipóteses. Um argumento dedutivo para essas hipóteses é introduzido. Exemplos podem ser mostrados para ilustrar essas hipóteses e demonstrar sua plausibilidade, mas fortes testes empíricos não são desenvolvidos.”*¹⁵ Já uma tese de *“confirmação teórica”* *“utiliza evidência empírica para avaliar teorias existentes. Essa evidência pode tomar a forma de uma abordagem N-grande,*

¹⁵ *“a theory-proposing dissertation advances new hypotheses. A deductive argument for these hypotheses is advanced. Examples may be offered to illustrate these hypotheses and to demonstrate their plausibility, but strong empirical tests are not performed”*(tradução livre)

estudos de caso, ou ambos.¹⁶ O próprio Van Evera (ibidem, p. 91) admite que muitas teses são uma mistura dos dois tipos. Logo, já que esta Tese analisa duas abordagens teóricas, procura harmonizá-las e propõe uma nova abordagem, aplicando-a a estudo de casos, ela pode ser considerada tanto de hipótese teórica quanto de confirmação teórica.

Levy (2002, p. 135), por sua vez, ressalta o valor de trabalhos que geram ou testam teorias e que melhores resultados são obtidos quando os estudos de caso são analisados a partir de uma estrutura teórica mais sistematizada.

Conforme Levy (ibidem, p.152, n2), é pertinente dizer que o estudo de caso apresentado (ou seja, abrangendo China e Japão) poderia ser qualificado como nomotético; segundo ele, a investigação nomotética objetiva generalizar a respeito dos relacionamentos entre as variáveis e, na medida do possível, construir proposições com características de lei sobre o comportamento social.¹⁷ Levy considera que o estudo de caso nomotético é oposto à investigação idiográfica; esta é mais preocupada com aspectos individuais, espacial e temporalmente delimitados. Logo, o primeiro é muito mais motivado para aspectos teóricos. (ibidem, p. 131)

Outra definição sobre o estudo de caso abordado neste trabalho é a de confirmatório, em oposição a exploratório. Segundo Maoz (2002, p. 170), nos estudos de caso confirmatórios, a abordagem já é direcionada por uma abordagem (ou modelo) teórica(o) prévia(o). Ou seja, a aplicação do modelo de equilíbrio de autonomias à China e ao Japão constituiria um estudo de caso confirmatório.

1.3 CONCEITOS

1.3.1 O Conceito de Poder

Antes de se empreender a análise do conceito de equilíbrio do poder, é necessário abordar o termo Poder, pedra de toque da Ciência Política e, por extensão, das Relações

¹⁶ Uses empirical evidence to evaluate existing theories. This evidence can take the form of large n-analysis, case studies or both (tradução livre)

¹⁷ Nomothetic inquiry aims to generalize about the relationships between variables and, to the extent possible, construct lawlike propositions about social behavior. (tradução livre)

Internacionais. É consenso que a delimitação mais estrita do termo encontra diversas dificuldades; por exemplo, o Dicionário Houaiss elenca 24 definições, desde a faculdade ou a possibilidade de a virtude ou poder de (algo) produzir determinado efeito, eficácia, passando por possibilidade, natural ou adquirida, de fazer determinadas coisas; capacidade, faculdade. (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001, p. 2244).

Em termos de Ciência Política, pode-se apontar como seminal a definição de Max Weber para o Poder: em geral, entendemos como poder a possibilidade de um homem ou homens para concretizar seu próprio desejo numa ação comunal até mesmo contra a resistência de outros que estão participando da ação.¹⁸ (GERTH & MILLS, 1946, p. 180)

Tal definição serve como baliza para o conceito e influenciou várias gerações (por exemplo, cientistas políticos como Robert Dahl e demais pluralistas). Com o tempo, passou-se a associar a definição com o que se chamou primeira face do poder, ou seja, em que um agente (ou agentes) é (são) forçado(s) a alterar a postura inicial. Existiria uma segunda face, em que se utiliza da cooptação para que a postura inicial se altere. Por fim, haveria a terceira face, em que a postura é alterada sem que os próprios agentes se dêem conta que o poder foi exercido sobre eles. (LUKES, 2005, p. 29).

Ressalte-se que, na aplicação do conceito de poder nas Relações Internacionais, a influência da chamada primeira face (ou seja, de origem weberiana) foi (e de certa forma ainda é) predominante.

Quais seriam os fatores que contribuiriam para exercer o controle de um Estado sobre outro, conforme mencionado? Há várias definições (que podem ser vistas no Anexo), mas um elemento comum, a de que o Poder é relativo, bem exemplificado na frase de Aron (2003, p. 47): no panorama internacional, eu definiria poder como a capacidade de uma unidade política impor sua vontade sobre outras unidades. Em suma, poder político não é absoluto; é uma relação humana.¹⁹

Outro aspecto relevante é o de determinar se o poder é fungível ou não, ou seja, se diferentes tipos de poder podem se transformar (por exemplo, econômico em militar). Waltz, por exemplo, considera que sim, enquanto outros como Nye discordam. (LITTLE, 2007, p.136, nota de pé-de-página nº 7)

Nye (2011, p.6) menciona que um bom ponto de partida para definir o termo seria a capacidade de fazer coisas e em situações sociais afetar outros para conseguir os resultados

¹⁸ In general, we understand by power the chance of a man or of a number of men to realize their own will in a communal action even against the resistance of others who are participating in the action. (tradução livre)

¹⁹ On the international scene, I should define power as the capacity of a political unit to impose its will upon other units. In short, political power is not absolute: it is a human relationship. (tradução livre)

que se desejam.²⁰ Ele aprofunda a investigação (ibidem, pp. 8-10) apontando que a análise de poder, nas relações internacionais, assume duas vertentes (que podem se entrelaçar, mas que ainda assim dão distintas): os recursos disponíveis e os resultados obtidos (abordagem relacional). Na primeira, são elencados os recursos à disposição (território, população, economia, força militar, coesão político-social, etc.)²¹ e a partir deles se deduzem os resultados que podem ser obtidos.²² Na segunda, verificam-se os resultados obtidos e se deduz o poder exercido (ou não).

Obviamente, ambas as vertentes apresentam limitações; a baseada em recursos lida com o problema da ãconversão de poder, ou seja, o quanto os recursos (tangíveis e intangíveis) realmente afetam os resultados no sentido que se deseja. Já a alicerçada em resultados pode ser avaliada basicamente *ex post*, o que dificulta a sua utilização como ferramenta prognosticadora, ou seja, *ex ante*. Portanto, em termos prático, ambas as definições se entrelaçam para a configuração de estratégias no cenário internacional.

Em relação à incerteza na mensuração dos recursos de poder (entendida tanto quanto ao volume intrínseco quanto à sua real conversão e obtenção dos resultados desejados), tal não é preocupação recente, ao contrário. Por exemplo, é célebre a observação de Maquiavel (2004, p.119), quando menciona òjulgo possível ser verdade que a fortuna seja árbitro de metade de nossas ações, mas que também deixe ao nosso governo a outra metade, ou quase.õ. Logo, a falibilidade cognitiva do observador (por mais *virtú* que demonstre apresentar), ao não conseguir antever completamente os desígnios do destino, implica necessariamente uma avaliação incompleta da situação que deve enfrentar. Morgenthau (1965, pp. 149-163) faz uma extensa lista dos erros de avaliação de Poder Nacional, enfatizando as incertezas embutidas no processo.

No entanto, mesmo essa falibilidade cognitiva não impede os analistas de coletarem o máximo de informações possíveis, de modo a minimizarem os (inevitáveis) erros de avaliação.²³

Em termos da vertente relacional (a que define poder em relação a resultados), Nye (2011, pp. 11-15) distingue três aspectos: comandar as mudanças, controlar agendas e

²⁰ òPower is the capacity to do things and in social situations to affect others to get the outcomes we wantõ (tradução livre)

²¹ Em capítulos posteriores, a natureza dos recursos e sua conversão em poder será analisada mais a fundo.

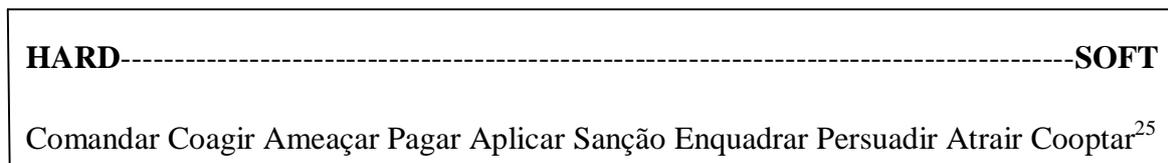
²² Uma boa revisão do tema pode ser vista em TELLIS, Ashley et al. *Measuring National Power in the Postindustrial Age*. Santa Monica: RAND, 2000.

²³ As conseqüências práticas da falibilidade cognitiva serão analisadas mais à frente neste trabalho, especialmente sob a ótica de Morgenthau.

estabelecer preferências. No primeiro, outros são forçados a alterar a postura inicial (esse aspecto é a já mencionada primeira face do poder, ou face pública). No aspecto seguinte (segunda face do poder, ou face oculta), as ideias e instituições são utilizadas para moldar os participantes, limitando suas opções. No aspecto restante (terceira face do poder, ou face invisível) as percepções e crenças dos outros participantes são alteradas, sem que eles percebam o fenômeno.

Nye também contribuiu para o debate sobre o poder nas relações internacionais ao estabelecer o tripé *hard power*, *soft power* e *smart power*.²⁴ O primeiro seria composto do uso de força, pagamento (em contrato de condições desfavoráveis) e estabelecimento de agenda contrária aos desejos do receptor. O segundo consistiria de estabelecimento de agenda considerado legítimo pelo receptor, atração positiva e persuasão. (NYE, 2011, p.20). O espectro do comportamento de poder poderia ser sintetizado da seguinte forma (ibidem, p.21):

Figura 1.1 Espectro de aplicação variando entre *Hard e Soft Power*



Fonte: NYE, 2011, p. 21

Já *smart power* seria definido como a habilidade em combinar recursos de *hard* e *soft power* em estratégias efetivas.²⁶ (ibidem, pp. 22-23). Nye ressalta que o conceito de *smart power* é tanto descritivo quanto normativo, ao contrário dos outros dois, que são apenas descritivos (e que podem apresentar resultados favoráveis ou não, ao contrário do caso do *smart power*, que configura apenas casos bem-sucedidos). Tal conceito, lembra Nye, vai ao cerne da questão da conversão de poder, mencionada anteriormente.

O grande mérito de Nye, em relação aos três conceitos, foi o de conseguir elaborar uma tipologia relativamente simples que abrange as diversas maneiras como o poder é

²⁴ A tradução respectiva seria de poder robusto, poder brando e poder inteligente. No entanto, tendo em vista a disseminação dos três termos em inglês no debate em Relações Internacionais, mesmo na academia brasileira, optou-se neste trabalho pela terminologia original.

²⁵ Command Coerce Threat Pay Sanction Frame Persuade Attract Co-opt (Tradução livre)

²⁶ I defined smart Power as the ability to combine hard and soft power resources into effective strategies. (tradução livre)

exercido, nas relações internacionais. Mais ainda, categorizou as formas de poder não pela constituição em si dos recursos associados, mas pela maneira como são utilizados. Por exemplo, o poder militar pode ser utilizado como *hard power* ou *soft power*; aplicando-se os argumentos de Nye (ibidem, p. 42), a presença brasileira na MINUSTAH, Missão de Paz da ONU no Haiti, poderia ser considerada instrumento de *soft power*. Logo, caracterizar o poder econômico ou cultural como necessariamente aspectos do *soft power* é errôneo, tal como associar inextricavelmente o poder militar ao *hard power*. É a maneira como o poder é exercido (explicitada na Figura 1.1) que determina o seu tipo, de acordo com Nye

No entanto, cabe ressaltar que, ao longo da História, a combinação ótima de ameaças (reais ou potenciais) com persuasão tem sido praticada com sucesso por diversos estadistas. Por exemplo, José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, célebre por ter conseguido nortear a diplomacia brasileira numa tradição conciliatória (ou seja, característica do *soft power*), nunca se descurou quanto à importância do *hard power*; afinal, cabe lembrar, o *smart power* é a mistura ideal dos dois. Por exemplo, em 1882, após o cônsul argentino em Londres ter mencionado no periódico Standard que o Brasil não poderia alegar soberania sobre a área do território das Missões, o então cônsul em Liverpool escreveu ao barão Homem de Melo:

Fico muito inquieto com o nosso negócio de Missões, porque se os Argentinos aproveitarem a ocasião teremos de passar por grandes vergonhas. Não temos esquadra, não temos torpedos, não temos exército, e os Argentinos têm tudo isso. Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos à mercê dos nossos vizinhos, e em tempo em que *os elementos de guerra não podem ser improvisados em meses ou em semanas*. (sem grifo no original) (PARANHOS JÚNIOR²⁷, 1882 apud VIANA FILHO, 2008, p.139)

A preocupação do diplomata torna-se mais explícita em carta a Joaquim Nabuco;

Pela primeira vez, desde que o Império existe, achamo-nos assim, à mercê da República Argentina, sem exército, sem esquadra e sem torpedos, quando os nossos vizinhos têm tudo isso. Pensa-se no Brasil que cantando o Brava Gente Brasileira podemos vencer os argentinos. É uma ilusão, meu caro. (...) Entendo que a nossa situação é gravíssima, e que se os argentinos aproveitarem agora o ensejo que a criminosa imprevidência dos nossos governantes lhes oferece, teremos de passar por grandes vergonhas e

²⁷ PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva. Carta de 05.09.1882. Biblioteca Nacional

humilhações... *A nossa esquadra não faz evoluções, como nosso exército não faz manobras de campanha . Daí uma ignorância espantosa. Entende-se entre nós que só depois de começada a guerra deve-se começar a aprender a fazer a guerra.* (sem grifo no original) (PARANHOS JÚNIOR²⁸, 1882 apud VIANA FILHO, 2008, pp. 139-140)

O *smart power* também pode ser observado nas negociações envolvendo o Acre. Quando o ministro boliviano no Rio anunciou que o presidente boliviano havia deixado La Paz (para esmagar os rebeldes comandados por Plácido de Castro), Rio Branco teria respondido, segundo Viana Filho, da seguinte maneira:

O Sr. Presidente Pando entendeu que é possível negociar marchando com tropas para o norte. Nós negociaremos também fazendo adiantar tropas para o sul.(...)Vossa Excelência fica, portanto, autorizado para mostrar ao governo boliviano que as suas expedições em marcha não devem ultrapassar o indicado paralelo. (VIANA FILHO, 2008, p. 399)

A utilização do poder militar como dissuasório das iniciativas estrangeiras, aliada à negociação econômica e diplomática, constitui ótimo exemplo de *smart power*. No caso da questão do Acre desembolsos junto à Bolívia e o Bolivian Syndicate, além de extensas negociações, garantiram que a pendência fosse resolvida pacificamente. (VIANA FILHO, 2008, p. 398). Algumas vezes poderiam argumentar que, na prática, Rio Branco teria utilizado muito mais do *hard power* do que do *soft power* (ver Figura 1.1), ou seja, ameaça de utilização de forças armadas, pagamento, etc. (muito mais próximas ao extremo *hard* do que do *soft* no espectro mencionado). No entanto, mesmo com tal interpretação (que não leva em conta o evidente predomínio do pacifismo da política externa brasileira, principalmente a partir da administração Rio Branco), cabe ressaltar que Nye define *smart power* como a combinação ótima de *hard* e *soft*, sem especificar qual a participação de cada um, pois afinal cada caso é sempre particular. E, tendo em vista a manutenção de estabilidade pacífica com os vizinhos, após mais de um século de resolução das questões, não se pode deixar de qualificar as estratégias adotadas como de *smart power*.

Ricupero (2000, p. 33) ressalta que nenhuma das questões de limites entre Brasil e vizinhos, conduzidas pelo Barão do Rio Branco, ãencontrou solução pela guerra, embora em

²⁸ PARANHOS JÚNIOR, José Maria da Silva. Carta a Joaquim Nabuco, de 29.08.1882. Arquivo Joaquim Nabuco

algumas poucas (Bolívia, Peru) tenha influído, de maneira não decisiva, o recurso limitado a medidas militares e, isso mesmo, só como reação a iniciativas militares tomadas previamente por aqueles vizinhos.ö

No entanto, embora Ricupero acertadamente qualifique a mobilização de forças armadas como não-decisiva nos casos em tela, as preocupações demonstradas por Rio Branco nas cartas mencionadas apontam que a existência de capacidade bélica (ao menos em termos dissuasórios) seja fundamental para a manutenção da soberania da nação, em termos de longo prazo. Tal pode ser verificado na afirmação de Rio Branco:

Os meios persuasivos são, a meu ver, os únicos de que lança mão, para sair-se bem de negociação complicada como esta [litígio com a França sobre o Amapá], uma nação como o Brasil, que *ainda* não dispõe de força suficiente para impor sua vontade a uma grande potência militar. (sem grifo no original) (PARANHOS JÚNIOR, apud BUENO, 2003, p. 220)

Os exemplos assinalados permitem inferir que um *smart power* calcado **apenas** em *soft power* se deparará com obstáculos diferenciados, à medida que os interesses de uma nação se diversifiquem e alcancem escala geográfica cada vez maior. Se, no caso do Acre, em uma situação de ausência de assimetria flagrante em termos econômicos (países sul-americanos ao final do século XIX) e área de influência limitada à parcela do continente, o componente militar era uma das preocupações do Barão do Rio Branco, o que dizer de situações mais complexas?²⁹

Uma última observação é necessária: embora não esteja explícito, o estudo do Poder recai fortemente no Estado. Desde Hegel, passando por Marx e Weber, o destaque em termos de aplicação de poder é dado ao Estado.³⁰ A estrutura política, segundo Weber, é consubstanciada no Estado, ao menos nas sociedades mais modernas e desenvolvidas. Portanto, neste trabalho também é o Estado o foco da análise de equilíbrio de poder.

²⁹ Para uma análise de tal dilema, em relação à atualidade brasileira, ver ALSINA JÚNIOR, João Paulo. *Política Externa e poder militar no Brasil*. Rio: FGV, 2009.

³⁰ No caso de Hegel, com uma avaliação positiva. No de Marx, com uma avaliação negativa (já que segundo ele o Estado seria um mero instrumento de dominação da burguesia sobre as classes menos privilegiadas, especialmente o proletariado). No de Weber, caso ancorado numa burocracia eficiente, a avaliação é positiva; no entanto, vale lembrar que Weber temia pelo efeito do crescente poder do Estado (e capitalismo) burocratizado sobre a democracia na sociedade.

1.3.2 O Conceito de Equilíbrio de Poder

1.3.2.1 Análise semântica do conceito

Conforme visto, a avaliação de poder reveste-se necessariamente de falibilidade cognitiva, tanto em termos de mensuração dos recursos de poder (muitos deles intangíveis) quanto da incerteza de que as estratégias utilizadas realmente os convertam nos resultados desejados. No entanto, algum nível de avaliação é minimamente necessário, para reduzir o grau de incerteza; mais ainda, definir poder em termos de recursos é um atalho que a maioria dos governantes considera útil. (NYE, 2011, p.8). Portanto, mesmo com as eventuais falhas, tal análise é efetuada diuturnamente nas relações internacionais.

A partir desta constatação, o conceito ligado a poder e que é o mais utilizado (especialmente por políticos, militares, e boa parte da academia) é o do **equilíbrio de poder**, a tradução do termo *balance of power* (a escolha por equilíbrio de poder, em vez de balança de poder ou balanço de poder, ambos também muito mencionados na academia brasileira, deve-se a motivos que serão explanados mais à frente, neste capítulo).

Uma simples pesquisa na ferramenta de busca Google, utilizando o termo *balance of power* aponta para quase 78 milhões de resultados; balança de poder, 128 mil. Em relação a balanço de poder, 61 mil resultados são relacionados, enquanto mais de 4 milhões o são para equilíbrio de poder.³¹

Há várias definições para *balance of power*, segundo os dicionários de língua inglesa, entre as quais "Um equilíbrio de poder suficiente para desencorajar ou prevenir uma nação ou partido de impor sua vontade ou interferir com os interesses de outra (ou outro)"³² ou "Uma situação na qual cada país em um grupo tem poder militar e político igual de modo que nenhum país possa controlar outro."³³

³¹ Pesquisa efetuada pelo autor, em 18.01.2013

³² "An equilibrium of power sufficient to discourage or prevent one nation or party from imposing its will on or interfering with the interests of another." (tradução livre) (*Merriam Webster's Collegiate Dictionary*, 10 ed, Springfield: Merriam Webster, 1993, p. 87)

³³ "A situation in which each country in a group has equal military and political Power so that no one country can control another" (tradução livre) (*MacMillan English Dictionary*. Oxford: MacMillan, 2002, p.91)

Apesar de serem várias as definições, segundo os especialistas (por exemplo, nove arroladas por Wight³⁴, dez por Sheehan³⁵), todas apresentam um denominador comum, conforme mencionado por Zinnes, ou seja, a de que o fenômeno envolve *uma distribuição específica de poder entre os Estados de um sistema de modo que nenhum estado individualmente e nenhuma das alianças tenha uma quantidade de poder **predominante** ou **preponderante***.³⁶ (sem grifo no original) (ZINNES³⁷, 1968, apud SHEEHAN, 1996, p. 4) Portanto, neste trabalho **é esta** a definição associada ao termo *equilíbrio de poder*, a não ser que haja observação contrária e especificada. Ou seja, a definição mencionada delimita o sentido a uma situação específica (*equilibrada*) e não a políticas que busquem tal situação ou situações outras que não a apresentada. Em relação às políticas ou processos que almejem alcançar tal situação, o termo a ser utilizado é *balancing* e variações, tal como definidos no Glossário.

Logo, o *equilíbrio de poder* é um conceito que prevê a ausência de assimetrias flagrantes.³⁸ A ausência (ou minimização) de tais desequilíbrios, nas relações internacionais, tem dois objetivos: do ponto-de-vista de um Estado individual, diminuir a possibilidade de ser conquistado por outro. Do ponto-de-vista do grupo de Estados, diminuir o nível de instabilidade e imprevisibilidade e manutenção do *status quo* acordado entre eles. Essas duas vertentes configuram o que Little (2007, pp. 40-49) denomina de dicotomia adversativa X associativa; segundo ele, há duas imagens básicas para identificar o conceito de equilíbrio de poder; na primeira (e mais disseminada), temos uma balança e em outra vários indivíduos (diferentes) sustentando um globo, conferindo equilíbrio à situação (ou uma estrutura em arco, sustentada por todos) .

Segundo Little, a balança (...) rapidamente se traduz na imagem de um equilíbrio de poder adversativo, com a metáfora (das tensões) nos encorajando a pensar no sistema se

³⁴ WIGHT, Martin. The Balance of Power. In: BUTTERFIELD, H. & WIGHT, M. *Diplomatic investigations: essays in the theory of international politics*. London: Allen and Unwin, 1966. p. 151.

³⁵ SHEEHAN, Michael. *The balance of power: history and theory*. London: Routledge, 1996. pp.2-4.

³⁶ *...a particular distribution of power among the states of that system such that no single state and no existing alliance has an overwhelming or preponderant amount of power.* (tradução livre)

³⁷ ZINNES, D. An analytical study of the balance of power theories. *Journal of Peace Research*, vol. 4, pp. 270-285.

³⁸ Obviamente há Estados que buscam agravar o desequilíbrio, se estiverem em posição dominante. No entanto, tais movimentos apenas reforçam o surgimento de contra-alianças para impedir a total hegemonia em nível mundial. O debate sobre a possibilidade ou não de uma hegemonia em nível mundial é fecundo, mas não se insere no escopo deste trabalho. Para mais detalhes, ver MEARSHEIMER (2001), ARRIGHI (1996) e ARRIGHI & SILVER (2001)

dividindo em dois lados que são então presos em uma relação competitiva um com o outro.³⁹ (ibidem, p. 66)

Já a vertente associativa considera o equilíbrio de poder como resultado do consenso entre as grandes potências, interessadas em manter a estabilidade internacional; tal vertente foi muito influente durante o século XIX, reflexo do sucesso do Concerto Europeu.⁴⁰ No início do século XX, no entanto, a vertente adversativa começou a tomar precedência. (ibidem, pp. 67-68).

As duas vertentes identificadas por Little contribuem para avançar na opção adotada neste trabalho quanto ao termo a ser utilizado, ou seja, a preferência por *equilíbrio de poder* em detrimento de *balança de poder* ou *balanço de poder*. O ponto inicial que justifica a escolha é o de que a tradução mais apropriada para o termo em inglês *balance* seria *equilíbrio*, não *balança*. Conforme mencionado por Little, o objeto *balança* remete imediatamente à vertente adversativa, portanto excluindo a vertente associativa da análise.

Segundo, o sistema de forças pode apresentar um equilíbrio estável ou instável. A diferença entre os dois é a de que o primeiro apresenta um sistema de forças sustentável no longo prazo, enquanto o segundo não, ou seja, apresenta descontinuidade marcante entre os diferentes momentos. Nas relações internacionais, muitas vezes o equilíbrio de poder é inerentemente instável, devido às diferentes características dos Estados, ao longo do tempo, embora uma análise de curto prazo tente configurá-lo como estável.⁴¹

Já a expressão *balanço de poder* remete a outros tipos de balanço, como balanço de pagamentos. Nesse caso, por conta da lógica das partidas dobradas em Contabilidade, o resultado final necessariamente é de equilíbrio, mas muito mais como algo inevitável (a todo

³⁹ *the weighing scales (í) readily translate into the image of an adversarial balance of power, with the metaphor encouraging us to think of the system splitting into two sides that are then locked into a competitive relationship with each other.*(tradução livre)

⁴⁰ Entendimento entre as principais potências europeias, a partir do final das Guerras Napoleônicas, que refreou grandes guerras envolvendo todas as principais potências européias nos respectivos territórios, como havia sido hábito no século anterior. Mesmo com alguns conflitos localizados e rápidos, o maior dos quais a Guerra Franco-Prussiana de 1870, considera-se o Concerto Europeu como bem-sucedido.

⁴¹ Há exemplos de equilíbrios de poder estáveis (se tomarmos um período de tempo de algumas décadas como longo prazo), entre os quais o já citado Concerto Europeu do século XIX, e a própria Guerra Fria (entendida enquanto confronto direto entre EUA e URSS). Mas, como a natureza do poder é fluida e relativa, pode-se argumentar (embora não seja do escopo específico deste trabalho) que tais equilíbrios estáveis na realidade tenham sido o somatório de vários equilíbrios instáveis, nos quais os países recalcularam constantemente suas observações e ações.

débito corresponde um crédito).⁴² Logo, o balanço de poder responderia mais por um inventário da situação existente (em termos de poder), não ao ideal associado ao de *balance of power*, como visto.

A partir dos argumentos apresentados, neste trabalho optou-se pela expressão equilíbrio de poder como tradução de *balance of power*. Tal conceito é utilizado como ferramenta de análise da realidade e base para decisões políticas, na esfera internacional, tanto nos aspectos adversativos quanto associativos. O equilíbrio pode ser estável ou instável, e a diferenciação entre os dois se dá pela sustentabilidade no tempo.

1.3.2.2 Evolução histórica do Conceito

Pode-se dizer que a ideia ou conceito de equilíbrio de poder perpassou decisões de estadistas desde a Antiguidade. De fato, segundo Spykman:

A razão para tal política está nas lições da História. O número de casos nos quais um Estado dinâmico forte tenha parado de se expandir por estar saciado ou por estabelecer limites modestos para seus objetivos de poder tem sido de fato muito pequeno. A política que busca restringir Estados que crescem e que é conhecida como política de equilíbrio de poder tem sido parte e parcela da diplomacia de todos os Estados bem-sucedidos. A experiência tem mostrado que há mais segurança em poder equilibrado do que em declarações de boas intenções. Para preservar o equilíbrio é necessária ação não apenas contra o vizinho que se torna poderoso demais mas também contra Estados distantes.⁴³ (SPYKMAN, 2007, p. 20)

Há um vasto debate sobre a aplicabilidade do termo equilíbrio de poder a situações anteriores à formação dos modernos Estados-Nação. Por exemplo, KAUFMAN et al (2007) enumeram diversos argumentos favoráveis e também as críticas a essa aplicação. O propósito da presente seção é delinear a evolução histórica do conceito e não determinar a aplicabilidade do conceito moderno a diferentes situações históricas. No entanto, cabe

⁴² Little (2007, pp. 43-44) menciona a possibilidade de que a descoberta das partidas dobradas tenha influenciado como metáfora o ambiente cultural em que Guicciardini (autor a ser analisado posteriormente) estivesse envolvido, mas reconhece que não há evidências inequívocas quanto a isso.

⁴³ "The reason for such a policy lies in the lessons of history. The number of cases in which a strong dynamic state has stopped expanding because of satiation or has set modest limits to its power aims has been very few indeed. The policy which aims to restrain growing states and is known as the balance of power policy has been part and parcel of the diplomacy of all successful states. Experience has shown that there is more safety in balanced power than in declaration of good intention. To preserve the balance requires action not only against the neighbor that becomes too powerful but also against distant states." (tradução livre)

ressaltar que vários autores clássicos, conforme será visto adiante, como no caso de Hume e Aron, utilizaram exemplos históricos da Antiguidade para reforçar observações a respeito dos seus problemas contemporâneos, respectivamente nos séculos XVIII e XX.

Embora não tenha citado nominalmente o termo ou desenvolvido o conceito, a narrativa de Tucídides sobre a Guerra do Peloponeso menciona diversas situações em que as partes beligerantes agiram segundo os preceitos do equilíbrio do poder. No entanto, conforme ressalta Sheehan (1996, p. 26-27), no caso das Cidades-Estado gregas há um nível de raciocínio baseado no equilíbrio do poder, mas ao nível mais simples, pouco mais do que a noção de ganhar uma vantagem numérica sobre o seu inimigo.⁴⁴ Segundo Sheehan, apenas em um discurso de Demóstenes (Oração aos Megalopitanos) há uma preocupação com um sistema de equilíbrio de poder, com a preocupação de vários Estados com o poder relativo de todos.⁴⁵

Um século depois de Tucídides, alguns atribuem a Kautilya observações sobre o equilíbrio de poder. De fato, principalmente no Livro VII de sua obra, denominado de *O Fim da Política de Seis Faces*, Kautilya dá sugestões nesse sentido, como *Um rei deve formar aliança com um rei que seja mais forte do que um vizinho inimigo*.⁴⁶ (KAUTYLIA, 1915, Livro VII, Cap. 1)

A leitura do *Arthashastra* não fornece, assim como na obra de Tucídides, elementos inquestionáveis sobre a utilização efetiva dos conceitos de equilíbrio de poder tal como aplicados atualmente. Pode-se argumentar que, tal conforme mencionado por Sheehan em relação aos gregos antigos, as observações de Kautilya não denotam uma preocupação com uma análise abrangente e sim em preservar os interesses imediatos do soberano. Trata-se de um livro extenso e detalhado, com inúmeros conselhos ao soberano, semelhante ao Príncipe, de Maquiavel.⁴⁷

Considera-se que o primeiro autor a realmente aplicar uma abordagem do conceito de equilíbrio de poder em sua obra tenha sido Guicciardini, contemporâneo de Maquiavel e

⁴⁴ *This is evidence of a degree of balance of power reasoning, but at its simplest level, little more than the notion of gaining a numerical advantage over one's enemies.* (tradução livre)

⁴⁵ Sheehan, na observação em relação ao discurso de Demóstenes, provavelmente se baseia no ensaio de Hume (p.103) que será abordado mais adiante neste capítulo

⁴⁶ *One shall make an alliance with a king who is stronger than one's neighbouring enemy* (tradução livre)

⁴⁷ Whelan considera que Maquiavel, tal como Kautilya, também aconselhou o soberano a apoiar a mais fraca de duas potências, sem no entanto aprofundar a análise (WHEELAN, 2004, pp. 228-229), opinião compartilhada por Sheehan (SHEEHAN, 1996, pp. 30-31)

também cidadão de Florença, uma das cidades-Estado italianas, tal como Florença e Milão.⁴⁸ Francesco Guicciardini, ao elaborar o estudo histórico da Itália, deu uma significativa contribuição para o desenvolvimento da teoria ao descrever a Itália em termos de um sistema de forças que tinha sido levado a um certo equilíbrio.⁴⁹ (BUTTERFIELD⁵⁰, 1966, apud SHEEHAN, 1996, p. 31)

De fato, Guicciardini notou que o sistema operava efetivamente para manter um equilíbrio geral no qual *todos* os Estados olhavam-se uns aos outros cuidadosamente e conseqüentemente impediam qualquer deles de dominar a península.⁵¹(grifo no original) (SHEEHAN, 1996, p. 31). Segundo ele, nas circunstâncias da época (uma península fragmentada politicamente) era essencial assegurar que a Itália, como uma entidade, seja mantida em um estado de equilíbrio, não se inclinando mais para um lado do que para outro.⁵²(GUICCIARDINI⁵³, 1984, apud LITTLE, 2007, p. 76).

Portanto, apesar de o conceito de equilíbrio de poder ainda estar embrionário, nota-se em Guicciardini a preocupação com o grupo de Estados como um todo e sua interação, de modo a facilitar a análise. De fato, a partir dessa abordagem, incutiu-se no debate acadêmico e diplomático da época que, ao menos na Itália, a configuração de equilíbrio de poder era a imagem mais apropriada para caracterizar o panorama entre os diversos atores estatais ou protoestatais. Essa imagem marcará profundamente os esforços de análise posteriores, adquirindo uma influência ainda maior com a Paz de Westfália, base da noção moderna de soberania dos Estados. (SHEEHAN, 1996, p. 32)

A partir de Guicciardini, vários autores mencionam o conceito de equilíbrio de poder, especialmente na análise da política externa de seus respectivos países: vale citar os ingleses Thomas Ovebury (que incorpora a questão de subequilíbrios, ou seja, equilíbrios regionais ou específicos em meio a um equilíbrio maior) e Francis Bacon (para quem o perigo de desestabilização do equilíbrio justificaria uma guerra preventiva) e os franceses Duque Henri de Rohan (que enfatizava a questão do interesse nacional para justificar a contenção de

⁴⁸ A propósito, ressalte-se Maquiavel não deixou escritos a respeito do equilíbrio de poder, embora suas observações sobre o caráter do Estado sejam a base para o estudo das relações internacionais, nas quais o conceito é enraizado. (ibidem)

⁴⁹ ...he did make a significant contribution to the development of the theory by describing Italy in terms of system of forces which had been brought to a certain equilibrium. (tradução livre)

⁵⁰ BUTTERFIELD, H. The Balance of Power. In: BUTTERFIELD, H. & WIGHT, M. *Diplomatic Investigations*. London: Allen and Unwin, p.137

⁵¹ Guicciardini felt that the system operated effectively to maintain an overall balance in which all the states watched each other carefully, and thereby prevented any of the states from dominating the peninsula. (tradução livre)

⁵² that it is essential to ensure that Italy, as an entity, must be maintained in state of balance, not leaning more toward one side than the other. (tradução livre)

⁵³ GUICCIARDINI, Francesco. *The History of Italy*. Princeton, Princeton University Press, 1984.

qualquer potência que almejasse o controle absoluto) e Philippe de Bethune (que defendia que os estados neutros deveriam se aliar à mais fraca entre duas potências). (ibidem, pp. 36-38)

Coincidindo com o fortalecimento inglês a partir do século XVII, autores britânicos como Slingsby Bethel, William Temple e George Saville (Marquês de Halifax) fizeram o conceito se enraizar na discussão da estratégia nacional, tanto que a partir do século XVIII a noção de equilíbrio de poder, primordialmente aplicada à Europa mas também utilizada em relação ao restante do mundo, viria a nortear a diplomacia britânica.⁵⁴ (ibidem, pp. 39-44)

No século XVIII, mais especificamente em 1752, surge o ensaio que cunhará definitivamente o debate sobre o equilíbrio do poder, ou seja, *Of the Balance of Power*, de David Hume. À época, segundo Whelan (2004, p. 226), o conceito (embora ainda não tivesse assumido incontestavelmente a expressão que viria a ser definitiva) já era um princípio aceito da política externa inglesa.

O ponto de partida do ensaio de Hume é questionar se o equilíbrio de poder como conceito já existia há muito tempo e se apenas a frase era relativamente recente. Hume demonstra que a ideia do equilíbrio já permeava a política entre os gregos: *Em toda a política da Grécia, a ansiedade, em relação ao equilíbrio, é deveras aparente, e é expressamente ressaltada para nós, até por antigos historiadores*⁵⁵ (HUME, p. 102). Logo, embora a fórmula pudesse parecer nova aos contemporâneos de Hume, a ideia já era antiga.

A partir daí, Hume enuncia exemplos das Cidades-Estados gregas, do Império Persa e nos sucessores do Império Alexandrino. No entanto, com o advento do Império Romano e da crescente assimetria de poder no continente europeu e cercanias, os adversários não conseguiam formar alianças significativas para tentar configurar um novo equilíbrio. Dessa forma, a ideia de equilíbrio de poder ficou adormecida para os historiadores subseqüentes:

A razão pela qual, supõe-se, os antigos eram totalmente ignorantes sobre o equilíbrio do poder parece ser tirada da história Romana mais do que a Grega; e como as ações da primeira nos são geralmente mais familiares, a partir daí nós tiramos todas as nossas conclusões. Deve ser reconhecido que os Romanos nunca se depararam com qualquer coligação geral ou confederação contra eles, como deveria ser esperado de suas rápidas conquistas e ambição declarada, mas sim foram lidados pacificamente para conquistar os vizinhos, um após o

⁵⁴ Por exemplo, no *Grande Jogo* da Ásia Central, na *partilha* da África por ocasião do Congresso de Berlim, ou na aliança com o Japão, após a Revolução Meiji, para tentar conter o expansionismo russo no Leste Asiático

⁵⁵ *In the whole politics of Greece, the anxiety, with regard to the balance, is most apparent, and is expressly pointed out to us, even by the antient historians.* (tradução livre)

outro, até estenderem seu domínio sobre todo o mundo conhecido.⁵⁶(grifo no original) (ibidem, pp. 104-105)

Hume posteriormente analisa a situação da Europa em seu tempo, ressaltando as intervenções inglesas contra a França para garantir que esta não se tornasse dominadora única na Europa, tal como o Império Romano. Além disso, alertou contra a possibilidade de que a sociedade inglesa se desinteressasse da política externa, negando legitimidade e apoio político para as intervenções derivadas do esforço para manutenção do equilíbrio do poder (ibidem, p.112)

Portanto, tal como ressaltado por Aron (2003, p.127), Hume contrapõe a política de equilíbrio ao conceito de monarquia universal (por exemplo, o Império Romano), reiterando que tais monarquias superampliadas são um perigo para o desenvolvimento da própria humanidade, já que monarquias enormes, como a Europa presentemente está em perigo de se precipitar, são, provavelmente, destrutivas à natureza humana; no seu progresso, na sua continuidade e até mesmo na sua queda, a qual nunca pode estar muito distante de seu estabelecimento.⁵⁷(HUME, p. 112)

Deve-se mencionar que a base da argumentação de Hume (o equilíbrio do panorama internacional) também está presente em outros de seus ensaios, como por exemplo a adoção do padrão-ouro para regular o sistema monetário internacional. A influência do filósofo, ao nominar de maneira tão explícita e simples o conceito do equilíbrio do poder, instalou-o definitivamente como uma das (ou mesmo a mais) mencionada abordagem das relações internacionais.

A partir do século XX e com a estruturação das Relações Internacionais como uma área específica, deixando de ser uma simples subdivisão da Ciência Política, vários pensadores (principalmente os da corrente realista) passaram a tratar do tema do equilíbrio do poder. Entre eles, destacam-se Morgenthau, Aron, Waltz e Mearsheimer.

⁵⁶ THE reason, why 'tis suppos'd, that the antients were intirely ignorant of the *balance of power*, seems to be drawn from the *Roman* history more than the *Greek*; and as the transactions of the former are generally the most familiar to us, we have thence form'd all our conclusions. It must be own'd, that the *Romans* never met with any such general combination or confederacy against them, as might naturally be expected from their rapid conquests and declar'd ambition; but were allow'd peaceably to subdue their neighbours, one after another, till they extended their dominion over the whole known world.(tradução livre. Observação: o texto original apresenta formas verbais por vezes em inglês arcaico)

⁵⁷ ENORMOUS monarchies, such as *Europe*, at present, is in danger of falling into, are, probably, destructive to human nature; in their progress, in their continuance, and even in their downfall, which never can be very distant from their establishment.(tradução livre)

Hans J. Morgenthau é considerado o mais influente teórico realista no imediato pós-II Guerra, fruto do impacto do lançamento do seu livro *Política entre as Nações: a luta pela guerra e pela paz*.⁵⁸ Nele, o conceito de equilíbrio de poder é um dos pilares centrais para analisar as relações entre os Estados, tanto que o autor dedica-lhe quase 60 páginas.⁵⁹ No entanto, cabe ressaltar que o esforço de Morgenthau, ao talvez ampliar demais os limites do conceito, deixou-lhe à mercê de críticas.⁶⁰

Logo ao iniciar seu capítulo 11 e tentar definir o equilíbrio de poder, Morgenthau alerta que:

O termo *equilíbrio de poder* é usado no texto com quatro diferentes significados: (1) como uma política com foco em um certo estado de coisas, (2) como um estado de coisas presente, (3) como uma distribuição de poder aproximadamente igual, (4) como qualquer distribuição de poder. Sempre que o termo for usado sem qualificação, ele se refere ao presente estado de coisas no qual o poder é distribuído entre diversas nações com igualdade aproximada.⁶¹(MORGENTHAU, 1965, p. 165, nota de pé-de-página)

Nota-se que, ao estender as possibilidades de utilização do conceito, Morgenthau diluiu o rigor metodológico ao tratá-lo, o que valida ao menos em parte algumas das críticas.⁶² No entanto, cinco páginas a seguir, ao mencionar uma observação de Charles A. Beard sobre o sistema de pesos e contrapesos presente nos três poderes institucionais nos EUA, Morgenthau busca clarificar o conceito de equilíbrio de poder, em nível internacional, no sentido de impedir qualquer agente ou grupo de agentes de conquistar o poder ou se tornar poderoso e significar perigo para os demais. (ibidem, p.172). Tal abordagem guarda semelhança com a definição escolhida para balizar este trabalho, apresentada anteriormente.

No capítulo sobre Avaliação do Equilíbrio do Poder, Morgenthau rememora suas observações anteriores a respeito das inexoráveis fragilidades em relação à avaliação do Poder Nacional (e mencionadas no presente trabalho, na seção 1.1). Logo, logicamente, qualquer

⁵⁸ *Politics among Nations: the struggle for power and peace* (tradução livre)

⁵⁹ MORGENTHAU (1965, pp. 167-223)

⁶⁰ LITTLE (2007, p.91) menciona que o conceito de equilíbrio de poder elaborado por Morgenthau é por vezes criticado por ser *anhistórico, ambíguo e incoerente*. Em seu livro, no entanto, Little demonstra que uma análise mais detida dos escritos de Morgenthau proporciona conclusões mais positivas.

⁶¹ *The term "balance of power" is used in the text with four different meanings: (1) as a policy aimed at a certain state of affairs, (2) as an actual state of affairs, (3) as an approximately equal distribution of power, (4) as any distribution of power. Whenever the term is used without qualification, it refers to an actual state of affairs in which power is distributed among several nations with approximate equality.* (tradução livre)

⁶² Por exemplo, Diniz (2007, p. 40) observa com muita propriedade que, na prática, o equilíbrio de poder segundo a conceituação de Morgenthau pressupõe uma situação prévia em que ao menos uma das Potências reconheça o equilíbrio como fundamental.

análise de equilíbrio de poder também será eivada de erros. Por sua vez, tal grau de incerteza provocará um efeito imediato nas nações, ou seja:

Já que nenhuma nação pode estar segura de que seus cálculos de distribuição de poder em qualquer momento particular na História são corretos, ela deve ao menos se garantir que, apesar dos erros que possa cometer, eles não a porão em desvantagem na luta pelo poder. Em outras palavras, a nação tem que tentar possuir no mínimo uma margem de segurança que lhe permitirá fazer cálculos errôneos e ainda assim manter o equilíbrio de poder. Para esse fim, todas as nações ativamente engajadas na luta pelo poder tem que realmente não mirar no equilíbrio ó ou seja, igualdade ó de poder, mas em uma superioridade de poder em seu nome. (...) A aspiração ilimitada do poder, potencialmente sempre presente, como vimos, nos movimentos em direção a ele empreendidos pelas nações, tem no equilíbrio de poder um poderoso incentivo a se transformar em realidade.⁶³ (ibidem, p. 210)

O trecho mencionado reforça o substrato realista da análise de Morgenthau, ressaltando que a informação imperfeita (presente, por exemplo, no Estado de Natureza hobbesiano) contribui para a necessidade cada vez maior de se armar para enfrentar a sensação de insegurança. Mais ainda, esse processo deve ser sobreestendido além da linha do equilíbrio, para minimamente garantir a margem de segurança. Vale observar, conforme ressalta a interpretação de Little (2007, p. 98), que Estados ãalardeiam um interesse em preservar um equilíbrio de modo a disfarçar seu real interesse em estabelecer ou manter uma hegemonia.ö⁶⁴ Portanto, o equilíbrio de poder muitas vezes é utilizado como um conceito não para garantir igualdade, mas para preservar o desequilíbrio existente, inclusive com a utilização de conflitos preventivos.

Morgenthau é bem enfático ao reconhecer que o equilíbrio do poder pós-Napoleônico retomou seu caráter associativo (segundo os termos de Little, já expostos). No entanto, a partir de 1933, o sistema foi abalado, com a ascensão das potências revisionistas do Eixo. No pós-II

⁶³ ÕSince no nation can be sure that its calculations of the distribution of power at any particular moment in history is correct, it must at least make sure that, whatever errors it may commit, they will not put the nation at disadvantage in the contest for power. In other words, the nation must try to have at least a margin of safety which will allow it to make erroneous calculations and still maintain the balance of power. To that effect, all nations actively engaged in the struggle for power must actually aim not at a balance ó that is, equality ó of power, but at superiority of power in their own behalf. (í) The limitless aspiration for power, potentially always present, as we have seen, in the power drives of nations, finds in the balance of power a mighty incentive to transform itself into an actuality.ö(tradução livre)

⁶⁴ Õ...profess an interest in preserving na equilibrium in order to disguise their real interest in establishing or mantaining a hegemony.ö(tradução livre)

Guerra, em vez de potências competindo dentro de um quadro de referência comum, teríamos dois sistemas políticos e morais antitéticos, ambos postulando uma validade universal.

Mais ainda, tal bipolaridade diminui a autonomia de todas as nações que não as superpotências e, em termos de equilíbrio de poder, apenas sua face adversativa é exposta. Segundo ele, a redução do número de atores principais para apenas dois, embora diminuísse o grau de incerteza em relação a uma situação de multipolaridade, também diminuiria o grau de cautela existente, já que a multiplicidade de atores forçaria um maior apuro no trato das questões polêmicas e que pudessem levar a conflito:

Logo, no século dezoito, quando príncipes costumavam mudar seus alinhamentos com a maior facilidade, tais cálculos eram frequentemente quase indistinguíveis de uma adivinhação. Em consequência, a extrema flexibilidade do equilíbrio do poder resultante de uma total não-confiabilidade das alianças tornou imperativo que *todos os atores fossem cautelosos* nos seus movimentos no tabuleiro de xadrez da política internacional e já que os riscos eram difíceis de ser calculados, compeliu-os a assumirem riscos tão pequenos quanto possível.(sem grifo no original)⁶⁵ (MORGENTHAU, 1965, p. 349)

Essa conclusão de Morgenthau a respeito da bipolaridade se choca com a de Waltz, conforme será visto mais adiante no capítulo.

Raymond Aron, por sua vez, apresenta um enfoque filigranado sobre a questão do equilíbrio do poder, ressaltando especificidades que outros autores não consideraram relevantes. Por exemplo, ele distingue forças (os diferentes meios de pressão possuídos pelo Estado) de poder (capacidade de cada Estado em influir no outro⁶⁶). Portanto, prefere o termo *œequilíbrio de forçasö*, já que estas seriam mais mensuráveis do que poder. No entanto, admite que *œse as forças estão equilibradas, os poderes também o estão, aproximadamente.ö*⁶⁷ (ARON, 2003, p.125) Aron também prefere nominar a situação como de *œequilibriumö* em vez de *œbalanceö*.⁶⁸

⁶⁵ *öThus, in the eighteenth century, when princes used to change their alignments with the greatest of ease, such calculations were frequently almost indistinguishable from wild guesses. In consequence, the extreme flexibility of the balance of power resulting from utter unreliability of alliances made it imperative for all players to be cautious in their moves on the chessboard of international politics and, since risks were hard to calculate, compelled them to take small risks as possible.ö* (tradução livre)

⁶⁶ O próprio Aron avança em uma tipologia de poder, dividindo-o em *pouvoir* (relacionado ao comando na política interna de cada país) e *puissance* (poder de cada Estado em relação aos outros) (ARON, 2003, p.49). Essa ligação entre os dois conceitos será analisada no capítulo 2 do presente trabalho, quando da apresentação do modelo tetraédrico de poder.

⁶⁷ *öif forces are balanced, powers too are balanced, approximately.ö* (tradução livre)

⁶⁸ Aron não especifica a predileção por *œequilibriumö*; no entanto, as várias páginas dedicadas à economia, em seu livro, principalmente a Walras, podem indicar um eco da noção de *œequilíbrioö* macro ou microeconômico: *ö...assim como Walras é um teórico do equilíbrioöö(ö...just as Walras is a theoretician of equilibrium.ö*(tradução

Após analisar o ensaio pioneiro de Hume (apresentado na seção 1.2 do presente trabalho) e ressaltar a antítese equilíbrio de poder (com multiplicidade de atores relevantes) X Império Universal, Aron sintetiza sua definição do conceito:

A política de equilíbrio, no maior nível de abstração, é reduzida a manobrar com o objetivo de evitar que um Estado acumule forças superiores às dos rivais aliados. Todos os Estados, se desejam garantir o equilíbrio, tomarão posição contra o Estado ou coalizão que parece ser capaz de atingir tal superioridade. Essa regra geral é válida para todos os sistemas internacionais.⁶⁹ (ibidem, p.128)

A seguir, para chegar às regras que norteariam a política do equilíbrio, Aron elabora modelos de sistemas internacionais de acordo com a configuração da relação de forças, e aponta que os dois mais característicos seriam o multipolar e o bipolar. No multipolar, haveria um compromisso entre o Estado de Natureza e a Regra da Lei, pois apesar de poderem optar entre paz e guerra, soberanamente, os Estados reconhecem o direito do outro a existir; eles desejam, e sabem que desejam, a preservação o equilíbrio.⁷⁰ (ibidem, p. 134)

Waltz (1979, p. 117) defende enfaticamente o equilíbrio de poder como ferramenta de análise: "Se há uma clara teoria sobre política internacional, é a teoria do equilíbrio de poder."⁷¹ No entanto, ele mesmo reconhece que não há consenso sobre o significado do termo.

Waltz vai buscar na economia a base para montar sua análise. Com isso, busca dar mais consistência (pois a teoria econômica já gozava de prestígio, à época do lançamento de sua obra) teórica à sua argumentação. Por exemplo: "Sistemas políticos internacionais, como mercados econômicos, são formados pela interação de unidades que buscam defender seus próprios interesses"⁷² (ibidem, p. 91). Ou "tal como economistas definem mercados em

livre) (ARON, 2003, p.23) Aron menciona que geralmente se atrela a expressão "balance of power" aos sistemas que ele denomina multipolares (ARON, 2003, p. 128, nota de pé-de-página)

⁶⁹ "The policy of equilibrium, on the highest level of abstraction, is reduced to maneuvering in order to prevent a state from accumulating forces superior to those of allied rivals. Every state, if it wishes to safeguard the equilibrium, will take a position against the state or the coalition that seems capable of achieving such a superiority. This general rule is valid for all international systems" (tradução livre)

⁷⁰ "States recognize each other's right to existence; they desire, and know they desire, to preserve equilibrium..." (tradução livre)

⁷¹ "If there is any distinctively political theory of international politics, balance-of-power theory it is." (tradução livre)

⁷² "International political systems, like economic markets, are formed by the coaction of self-regarding units." (tradução livre)

termos de empresas, defino a estrutura da política internacional em termos de Estados⁷³ (ibidem, p. 94).

A partir dessa analogia, Waltz enfatizará a questão da estrutura na qual os Estados estão inseridos, e não as características específicas de cada um. Ou seja, há diferentes tipos de Estado, mas todos são submetidos às restrições da estrutura internacional. Se internamente a cada Estado há uma hierarquia em termos de poder, na estrutura internacional o que predomina é a anarquia.

Portanto, num cenário anárquico com poucas potências, Waltz tratará a estrutura internacional tal como um mercado oligopólico (situação em que poucas empresas dominam o mercado relativo à oferta de determinado produto). Apesar de reconhecer que uma situação de competição perfeita (na qual todos os atores possuem tamanho similar (e pequeno) e não têm condições de direcionar o mercado) poderia parecer à primeira vista mais estável e desejável, Waltz (ibidem, p.132) lembra que a õigualdade extrema é associada com instabilidade⁷⁴, mencionando a observação de Tocqueville que o individualismo exacerbado leva à anarquia ou ao despotismo.

Neste cenário, pode-se resumir a apreciação de Waltz em relação à configuração do poder na política internacional em três aspectos (LITTLE, 2007, pp. 182-185):

- a) O poder flui das maiores potências para os países menores, ou seja, a influência que os países poderosos têm sobre os menos poderosos é muito maior do que vice-versa; o que importa é o diferencial de poder entre as partes e o fluxo resultante;
- b) Há (e sempre haverá) um pequeno número de grandes potências capazes de afetar todos os países;
- c) À medida que uma potência cresce de poder, outras perderão, como numa estrutura de mercado.

Waltz analisa mais detidamente a estrutura multipolar (citando o mínimo de cinco grandes potências, entre 1700 a 1935 (ibidem, p. 162) e a bipolar. No estudo da estrutura multipolar, o aumento do número de potências é potencialmente desestabilizador, já que para uma potência específica também aumenta a incerteza sobre o seu poder relativo e o número potencial de alianças a serem estabelecidas. Portanto, para Waltz, em contraste com

⁷³ õjust as economists define markets in terms of firms, so I define international politics structure in terms of states.õ(tradução livre)

⁷⁴ õextreme equality is associated with instability.õ (tradução livre)

Morgenthau, a bipolaridade (por reduzir o nível de tal incerteza) é muito mais estável do que a multipolaridade. Além disso, haveria o incentivo para as duas únicas potências em manter o *status quo* privilegiado (em relação aos demais países) (ibidem, p. 175).⁷⁵

John J. Mearsheimer define-se como um ãrealista ofensivo, em contraposição com as abordagens de Morgenthau (ãrealista da natureza humana) e Waltz (ãrealista defensivo). Segundo Mearsheimer (2001, p. 22), o objetivo de todos os Estados é obter todo o poder que eles possam conseguir.

Mearsheimer escreve sua obra posteriormente à Guerra Fria, e os realistas estavam muito pressionados a tentar explicar o evento, em que uma estabilidade que se julgava ainda permanecer por muito tempo⁷⁶ foi rompida. Além disso, vários autores começaram a analisar o papel dos Estados chamados de revisionistas, ou seja, que não estão satisfeitos com o *status quo*. Como inseri-los no modelo de equilíbrio de poder?

Mearsheimer (2001, p. 41) afirma que nunca houve (e nunca haverá, ãa não ser com o evento improvável no qual um Estado adquire superioridade nuclear esmagadora⁷⁷) uma potência hegemônica em nível mundial (devido à barreira geográfica dos oceanos); o máximo que uma potência pode ambicionar é a hegemonia em nível regional. Mais ainda, ele é enfático em ressaltar que uma potência hegemônica regional, ao se consolidar, procura evitar ao máximo que potências hegemônicas se estabeleçam em outras regiões, para justamente impedir o efeito contrário, ou seja, a de que a(s) potência(s) externa(s) venha(m) a se utilizar do equilíbrio de poder para fomentar a erosão da sua hegemonia em sua região. (ibidem, p. 141)

Para conseguir tais objetivos, a potência hegemônica regional se utiliza de várias estratégias, entre as quais a busca do equilíbrio de poder na região em foco. Quando a situação se deteriora e há ameaça de concretização de uma potência hegemônica regional rival, a potência hegemônica original assume o papel de *offshore balancer*.⁷⁸

⁷⁵ De fato, em termos econômicos, o duopólio costuma ser mais estável do que o oligopólio com três ou mais agentes ofertantes

⁷⁶ Por exemplo, Kennedy (1988, pp. 634) afirma, após enunciar vários problemas que afligiam a União Soviética, que ãisso não significa que a URSS esteja próxima do colapso (This does not mean that the USSR is close to collapse) (tradução livre). Ou seja, não se entrevê o processo que começaria apenas dois anos depois de o livro ser publicado (a primeira edição foi lançada nos EUA em 1987).. Ressalve-se que tal falha não desmerece o valor do livro em termos da análise histórica de quinhentos anos de relações internacionais.

⁷⁷ ãexcept for the unlikely event wherein one state achieves clear-cut nuclear superiority (tradução livre)

⁷⁸ O significado de *offshore balancer* pode ser encontrado no Glossário deste trabalho

Mearsheimer (ibidem, p.141) considera os EUA como a única potência hegemônica regional na História Moderna; a partir de sua abordagem, o Reino Unido não se qualificaria como tal em relação à Europa, no século XIX, devido ao equilíbrio de poder então vigente.⁷⁹

Segundo Mearsheimer, a opção das nações, perante uma potência emergente, é entre *balancing* e *buckpassing*,⁸⁰ que são as principais estratégias que as grandes potências utilizam para prevenir agressores de desestabilizarem o equilíbrio de poder.⁸¹ (ibidem, p. 139) Entre as duas opções, o *buckpassing* seria a mais utilizada, por constituir menos utilização de recursos e o risco de enfrentar o agressor numa guerra.

Mearsheimer deixa a entender que o *balancing* também pode ser utilizado para ganhar poder, à medida que um *offshore balancer* pode interferir em outra região (ou seja, empreendendo *balancing*) sem ter sido ãgredido, e sim para buscar abortar o crescimento de uma potência hegemônica rival (e, em consequência, aumentando ou ao menos preservando o seu próprio poder relativo).

Em termos de estrutura, Mearsheimer (2001, p. 337) considera que o sistema mais estável é o bipolar equilibrado, já que há maior número de conflitos potenciais em sistemas multipolares (por conta do número de integrantes). Além disso, há maior chance de assimetria de poder entre as diferentes potências, o que estimularia a possibilidade de guerras. Finalmente, há um maior potencial de cálculos equivocados. Logo, há um maior temor de conflito na situação de multipolaridade desequilibrada. (ibidem, p. 45)

Portanto, apesar das dissensões, ao menos em relação ao impacto da estrutura no equilíbrio de poder, Mearsheimer chega às mesmas conclusões que Waltz.

Para os fins deste trabalho, define-se que o equilíbrio de poder deriva de uma situação envolvendo Estados, entre os quais há uma assimetria em termos de poder (real ou potencial). Essa situação força alguns dos Estados a empreenderem movimentos de aliança externa ou fortalecimento interno de modo a minorar os efeitos e ameaças existentes sobre os seus interesses nacionais.

⁷⁹ No entanto, cabe lembrar que o Reino Unido, mesmo não sendo potência hegemônica (aos olhos de Mearsheimer) empreendeu diversas intervenções no Continente, de modo a preservar o equilíbrio de poder. Logo, o Reino Unido também atuou como *offshore balancer*

⁸⁰ Sobre os termos em italic, ver Glossário.

⁸¹ are the principal strategies that great powers use to prevent aggressors from upsetting the balance of power. (tradução livre)

Conforme pode ser visto anteriormente, tal reação política é tradicional no relacionamento entre unidades políticas diversas, desde a Antiguidade, com vários exemplos de aplicação, embora o conceito somente tenha a acepção atual a partir da formulação por Hume. E, conforme pode ser visto ao longo da exposição dos principais autores, muitas potências vêm no equilíbrio do poder não um mecanismo com o objetivo de alcançar uma situação com menos assimetria (de poder) entre os pólos, e sim a busca da manutenção das vantagens derivadas de determinada configuração (assimétrica) de forças.

No capítulo a seguir, analisar-se-ão as propostas de equilíbrio de ameaças, de Stephen Walt, e equilíbrio de interesses, de Randall Schweller.

2.6 EQUILÍBRIO DE AMEAÇAS E EQUILÍBRIO DE INTERESSES

Neste capítulo, serão analisadas as concepções de dois teóricos realistas das Relações Internacionais sobre a questão do equilíbrio do poder. Stephen Walt, com a abordagem do equilíbrio de ameaças, e Randall Schweller, com o equilíbrio de interesses, aprimoraram a capacidade analítica do conceito, ao ressaltarem dois elementos, respectivamente a reação perante a percepção de ameaça externa crescente aos interesses nacionais e a ação de potências revisionistas que ameacem o *status quo* internacional.

2.1 WALT

Stephen M. Walt concretizou um importante acréscimo ao debate sobre o equilíbrio de poder. Interessado em analisar como as alianças se formam, nas relações internacionais, Walt desenvolveu uma abordagem que amplia o conceito de equilíbrio de poder, testando-a para analisar como os países do Oriente Médio se comportaram, entre 1955 e 1979.

Para Walt (1987, p.17), quando países se vêem frente a ameaças externas com poder superior ao seu, podem escolher entre duas opções: *balancing* (aliar-se com outros para fazer frente à ameaça) ou *bandwagoning* (aliar-se à origem da ameaça). Segundo ele, os Estados preferem empreender o *balancing* por duas razões: aliar-se à potência ameaçadora coloca a sua sobrevivência à mercê da boa-vontade da outra e uma aliança com potências não tão fortes (quanto a ameaçadora) aumenta a sua influência na mesma aliança. (ibidem, pp. 18-19) No caso do *bandwagoning*, conforme mencionado, juntar-se ao rival mais forte não acrescenta influência; as razões para tal opção são duas: a defensiva, no sentido de que a potência ameaçadora desista da ameaça original e escolha atacar outro alvo, e ofensiva, pela possibilidade de repartir os ganhos das conquistas da potência ameaçadora. (ibidem, p.21)

A inovação de Walt, em termos teóricos, é a de que os países não reagiriam apenas a desequilíbrios de poder, ou seja, não é a assimetria em si que os levaria a considerar uma outra potência como ameaça. Ou seja, o **equilíbrio do poder** é condição necessária, mas não suficiente para analisar as alianças em nível internacional, pois estaria incluso em um

equilíbrio de ameaças, que deve ser analisado segundo os seguintes fatores (ibidem, pp. 22-26):

- a) Recursos totais à disposição do Estado (por exemplo, população, capacidade militar e industrial e valor tecnológico). Quanto mais poderoso o Estado, mais ele pode ser ameaçador (aos inimigos) ou recompensador (dos aliados)
- b) Proximidade geográfica ó Em tese, abstraídos outros fatores, Estados mais próximos configuram uma maior ameaça do que Estados mais distantes, já que a projeção de poder declina com a distância
- c) Poder ofensivo ó Abstraídos outros fatores, Estados com grande capacidade ofensiva acabam proporcionando o aparecimento de alianças. O poder ofensivo é a õhabilidade de ameaçar a soberania ou integridade territorial de outro Estado a um custo aceitável.õ⁸²(ibidem, p. 24)
- d) Intenções agressivas ó Estados que são percebidos como agressivos provavelmente provocarão o surgimento de alianças contrárias.

Walt ressalta que não se pode determinar, antecipadamente, qual dos fatores acima será o mais importante para cada caso, apenas que todos deverão desempenhar algum papel na construção da percepção de ameaça.⁸³ (ibidem, p. 26)

Entre os dois processos (*balancing* e *bandwagoning*), Walt afirma que a tendência mais comum é a de *balancing*, com poucos casos de *bandwagoning*. Entre os exemplos, menciona a História da Europa, na qual õtoda tentativa de alcançar hegemonia após a Guerra dos Trinta Anos foi sufocada por uma coalizão defensiva formada precisamente com o propósito de derrotar a potencial potência hegemônica.õ⁸⁴(ibidem, pp. 28-29)

Alguns autores questionam a prevalência do *balancing*, conforme já visto no caso de Mearsheimer; no entanto, este não contradiz inequivocamente a observação de Walt, já que

⁸² õthe ability to threaten the sovereignty or territorial integrity of another state at an acceptable cost.õ(tradução livre)

⁸³ Com os atuais níveis de tecnologia, pode-se argumentar que a proximidade geográfica perdeu um pouco de sua dimensão enquanto fator de ameaça (por exemplo, ataques cibernéticos ou com veículos de longo alcance). No entanto, a existência física de forças inimigas próximas continua sendo um elemento importante, em qualquer conflito (existente ou potencial).

⁸⁴ õevery attempt to achieve hegemony in Europe since the Thirty Years War have been thwarted by a defensive coalition formed precisely for the purpose of defeating the potential hegemon.õ(tradução livre). Nos séculos XVII, XVIII e início do XIX, a potência ofensiva foi a França. No século XX, a Alemanha.

ela estabelece uma dicotomia simples (*balancing* ou *bandwagoning*). Mearsheimer introduz uma outra variante, o *buckpassing*, que segundo ele seria o prevalente (e no qual muitos encontram um eco de *balancing* ou mesmo um *pré-balancing*).⁸⁵

Apesar de o *balancing* ser prevalente em relação ao *bandwagoning*, segundo Walt, ainda há situações em que este é a opção implementada. Ao analisar as situações em que esse fenômeno acontece, Walt (ibidem, pp.29-31) menciona:

- a) Países fortes contra países fracos ó Quanto maior a assimetria de poder, maior a tendência ao *bandwagoning*
- b) Indisponibilidade de aliados ó A ausência de aliados potenciais pode tornar muito custoso o *internal balancing* e no final pender a balança para a opção pelo *bandwagoning*
- c) Paz e Guerra ó O *balancing* é mais provável em época de paz ou no início de um conflito; no entanto, à medida que o resultado deste fica mais claro, defecções da aliança potencialmente perdedora ocorrem e tais países se aliam à aliança potencialmente vencedora.

Em suma, o equilíbrio de ameaças amplia o espectro de análise do equilíbrio de poder, ao não se circunscrever à distribuição relativa de recursos; também a percepção de ameaça, derivada de características da potência rival, é um elemento fundamental para a formação ou não de alianças.

Aplicando a abordagem teórica à bipolaridade existente quando da publicação de sua obra, Walt (ibidem, p.275) analisa a distribuição de poder existente entre EUA, URSS, OTAN, Pacto de Varsóvia, China e Índia. Em todas as simulações de alianças, aquelas nas quais os EUA estão inclusos são as mais poderosas.

Segundo o equilíbrio de poder, tal deveria levar a maior parte dos países a apoiar a(s) aliança(s) mais fraca(s), ou seja, aquelas contendo a URSS. Por que tal não aconteceu? Segundo Walt, confirmando sua abordagem teórica, porque õapesar de os EUA serem mais poderosos, a União Soviética parecia ser mais perigosa.õ⁸⁶ (ibidem, p.276).

⁸⁵ Schweller (1998) também irá elaborar uma crítica a Walt, que será analisada na seção 2.2

⁸⁶ õalthough the United States has been more powerful, the Soviet Union has appeared to be more dangerous.õ(tradução livre)

2.2 SCHWELLER

Randall Schweller também trouxe uma contribuição importante para a abordagem do equilíbrio de poder. Segundo ele, as previsões da teoria do equilíbrio do poder - a mais amplamente aceita teoria sistêmica de relações internacionais e a pedra angular do realismo - são geralmente indeterminadas e portanto não muito úteis.⁸⁷ (SCHWELLER, 1998, p. 9)

O maior alvo das críticas de Schweller é a abordagem de Waltz, por não dar ênfase à questão da distribuição das capacidades (ibidem, pp. 16-19) e os interesses de cada unidade estatal (ibidem, pp. 19-25) (no modelo waltziano, conforme vimos, a estrutura é que determina o resultado final do equilíbrio do poder).

Em relação à abordagem de Walt, por sua vez, Schweller (embora critique a interpretação de *bandwagoning* utilizada por aquele (ibidem, pp. 67-70)) admite a validade de parte de seus argumentos. No entanto, acrescenta que o equilíbrio de ameaças de Walt⁸⁸ (ou mesmo o equilíbrio de poder waltziano) não explica o surgimento de estados revisionistas, ou seja, aqueles que procuram alterar o *status quo* da ordem internacional.

Segundo Schweller (ibidem, p.46), a definição de uma Potência revisionista abrangeria aquelas que procurassem aumentar seus recursos e para as quais os ganhos de uma expansão não-segura excedem os custos da guerra.⁸⁹ Já as Potências *status quo* procuram apenas manter seus recursos e para as quais os custos da guerra excedem os ganhos de uma expansão não-segura.⁹⁰

A partir desses argumentos, Schweller cria o conceito de **equilíbrio de interesses**, uma abordagem que procura ressaltar tanto o caráter sistêmico das relações internacionais quanto as decisões e características individuais das unidades estatais. Logo, segundo ele, haveria potências interessadas na manutenção do *status quo* e outras interessadas em subvertê-lo.

⁸⁷ the predictions of balance-of-power theory is the most widely accepted systems theory of international relations and the cornerstone of realism are often indeterminate and thus not very useful. (tradução livre)

⁸⁸ Uma possível defesa do modelo de Walt é o de que, para uma potência revisionista, a própria existência da potência *status quo* (e de seu respectivo ordenamento internacional) é percebido como uma ameaça aos interesses daquela

⁸⁹ states that seek to increase their resources and for whom the gains from nonsecurity expansion exceed the costs of war (tradução livre)

⁹⁰ states that seek only to keep their resources and for whom the costs of war exceed the gains from nonsecurity expansion (tradução livre)

Em relação a interesses, Schweller (ibidem, pp. 24-26) divide as potências em cinco tipos:

- a) Forte apoio ao *status quo*
- b) Apoio ao *status quo*/aceitação de revisão limitada
- c) Indiferença
- d) Revisionismo com objetivos limitados
- e) Revisionismo com objetivos ilimitados

Já em relação à capacidade de poder, Schweller (ibidem, pp. 23) utiliza os dados do projeto Correlates of War (COW)⁹¹ para analisar o poder relativo entre as grandes potências, numa escala de 1 a 5, indo de Pequena Potência (0,25), Potência Média (0,25~0,75), Pequenas Grandes Potências (0,75~2,5) e Polos (Grandes Potências) (2,5~5).

Aplicando um gráfico em que os interesses estejam no eixo das ordenadas (y) e o poder relativo no das abscissas (x), Schweller irá analisar o comportamento das potências em relação à II Guerra Mundial, apontando que seria um sistema com três pólos (tripolar), ou seja, EUA, Alemanha e URSS, com Reino Unido, França, Itália e Japão como Pequenas Grandes Potências.

A partir de suas análises, Schweller (ibidem, p. 44) conclui que o sistema tripolar é o menos estável de todos, enquanto o unipolar (seguido pelo bipolar) o mais estável. Além disso, à medida que o número de pólos cresce, a partir do quarto, aumenta a chance de equilíbrio. Vale ressaltar que a conclusão de Schweller (ao menos em relação à estabilidade da bipolaridade) é semelhante à de Waltz e Mearsheimer, embora partindo de premissas conceituais diversas. E, em relação ao aumento de pólos com a conseqüente estabilidade, ecoa as conclusões de Morgenthau, mencionadas no capítulo 1 deste trabalho, sobre a cautela dos príncipes.

Portanto, para Schweller (ibidem, p. 60), os objetivos das alianças não são apenas a proteção em relação a ameaças, como postula Walt, mas também a obtenção de ganhos expansionistas (no caso das potências revisionistas), advindas de oportunidades em que os custos dos conflitos parecem ser menores do que o lucro e engrandecimento potenciais.

⁹¹ No caso, as *National Material Capabilities* (Capacidades Materiais Nacionais). O Projeto COW envolve diversos centros acadêmicos e objetiva padronizar e armazenar dados em relação a aspectos das relações internacionais. Ver Pennsylvania State University, nas referências bibliográficas.

Em relação ao comportamento de Estados perante ameaças (que Walt havia simplificado, adotando a dicotomia *balancing X bandwagoning*), Schweller (ibidem, pp. 66-75) adiciona quatro estratégias, além das duas mencionadas, ou seja, *binding*, *distancing*, *buckpassing* e *engagement*.⁹²

Já em termos de respostas dos Estados perante oportunidades, Schweller (ibidem, pp. 76-83) aponta, além do conflito propriamente dito, cinco versões de *bandwagoning* pelo lucro.

A partir do analisado, Schweller (ibidem, pp. 84-91) irá elaborar uma tipologia para analisar as diferentes Potências segundo o equilíbrio de interesses;

- a) Leões ó Polos (Grandes Potências) defensores do *status quo*, ou seja, que pagarão muito mais para proteger o que já têm do que para aumentar o que possuem;
- b) Corujas ó Pequenas Grande Potências ou Potências Mèdias que são defensoras do *status quo*;
- c) Falcões - Pequenas Grande Potências ou Potências Mèdias que são defensoras do *status quo*; a razão para se classificar como Coruja ou Gavião, segundo Schweller (ibidem, p. 86), ò depende se a ameaça percebida para a situação internacional é real ou imaginária;⁹³
- d) Pombas ó Polos, Pequenas Grandes Potências ou Potências Mèdias, defensoras do *status quo*, que aceitam algum tipo de reivindicação que consideram legítima das potências revisionistas
- e) Cordeiros ó Potências Mèdias e Pequenos Estados, não toleram custos ou para apoiar o status quo ou procurar ganhos. Geralmente são presas dos demais Estados
- f) Avestruzes ó Polos ou Pequenas Grandes Potências que ficam indiferentes, sem assumir o papel potencial que poderiam;
- g) Raposas ó Polos que reivindicam revisões limitadas, aproveitam com muita astúcia as circunstâncias favoráveis;
- h) Chacais ó Estados que não Polos e que reivindicam revisões limitadas, geralmente se aproveitando das vitórias de Lobos ou Leões;
- i) Lobos ó Polos ou Pequenas Grandes Potências revisionistas que têm um apetite imenso por ganhos e dispostos a todos os custos para obtê-los.

⁹² Para detalhes sobre as estratégias mencionadas, ver o Glossário.

⁹³ ò depends on whether the perceived threat to the existing international order is real or imagined. (tradução livre)

Schweller (2006, *passim*) também analisa vários casos de *underbalancing*, apontando restrições políticas internas ao estabelecimento de alianças ou proteção contra Estados ameaçadores.

2.3 ANÁLISE COMPARATIVA

Após a revisão bibliográfica do tema, iniciada no capítulo 1 e concluída no atual, podemos apontar concluir o quanto o conceito de equilíbrio de poder evoluiu ao longo dos séculos. Por exemplo, Wolforth (2004, p.317) divide as teorias de equilíbrio de poder em quatro quadrantes, a partir das variáveis (Probabilidade de Hegemonia em função de quê) e (Definição de Hegemonia). A Probabilidade de Hegemonia pode ser em função de capacidades materiais e intenções ou em apenas capacidades materiais. Já a definição de Hegemonia pode ser õhabilidade em conquistar todos os outrosõ ou õpoder incontestávelõ; a primeira se circunscreve a hegemonias regionais, a segunda à possibilidade de hegemonia em nível mundial (e sempre combatida pelos opositores, formando em consequência um equilíbrio de poder). A partir daí, pode-se dar como exemplos, entre os autores analisados neste trabalho:

- a) Hegemonia em função de capacidades materiais e intenções/Hegemonia Regional ó Autores clássicos, principalmente em relação ao Concerto Europeu ou às Cidades-Estado Gregas (Morgenthau, Aron, Tucídides);
- b) Hegemonia em função de capacidades materiais e intenções/Hegemonia mundial ó Walt, Schweller
- c) Hegemonia em função apenas de capacidades materiais/Hegemonia Regional ó Mearsheimer
- d) Hegemonia em função apenas de capacidades materiais/Hegemonia Mundial ó Waltz

Portanto, as premissas de análise entre as várias abordagens são diversas; obviamente, se por um lado tal enriquece a capacidade de abordagem do equilíbrio de poder, por outro leva a diferentes interpretações sobre os vários fatos a serem analisados.

Abstraída a diversidade das premissas, alguns elementos são claramente comuns e pode-se notar a evolução conceitual, passando de um foco apenas no poder (e na respectiva

falibilidade de mensuração exata) para incluir também a percepção de ameaças externas (Walt) e posteriormente a motivação de Estados revisionistas (Schweller). Ou seja, pode-se falar em camadas que vão se sobrepondo às abordagens anteriores, ampliando-lhes o alcance. No caso de Walt, ele explicita tal processo, já que o equilíbrio de ameaças deveria ser visto como um refinamento da teoria tradicional de equilíbrio de poder:⁹⁴(WALT, 1987, p. 263). Ou, em resumo, (...) a teoria do equilíbrio de ameaças alarga a teoria do equilíbrio de poder. Poder agregado é um importante componente da ameaça, mas não é o único.⁹⁵(ibidem, p. 264)

Da mesma forma, a contribuição de Schweller é significativa, ao ressaltar a inclusão dos Estados revisionistas na análise. As abordagens anteriores, conforme vistas ao longo do capítulo, centravam-se no estabelecimento de alianças como uma reação a potências ameaçadoras. Schweller acrescenta que as potências revisionistas também podem estabelecer alianças como uma reação a uma ordem internacional que lhes pareça injusta. Além disso, ampliando a incursão de Walt neste aspecto, Schweller joga luz no papel dos fatores políticos internos (principalmente o desempenho das elites) no estabelecimento/dissolução/não-formação de alianças. Ou seja, ao contrário das abordagens que são basicamente estruturais, como a de Waltz e a de Mearsheimer, Schweller enfatiza que também as especificidades das unidades-Estado devem ser consideradas.

Apesar das diferenças, os modelos de Walt e Schweller podem ser utilizados de maneira complementar; o de Schweller é apropriado para analisar casos em que uma potência revisionista é claramente identificável, daí não ser à toa que sua principal obra analise a tripolaridade na II Guerra Mundial (Schweller, 1998). Já Walt também é apropriado para as situações em que uma potência revisionista ainda não se definiu claramente ou em situações de bipolaridade (na qual a ameaça constituída pelo outro bloco é constante).

Tomashevskiy (2008), ao analisar dados cobrindo todas as décadas europeias, entre 1814 e 1994, disponíveis da base de dados de Disputas Militares Interestatais do Correlates of War (COW), aponta que a pobre significância estatística da variável revisionista sugere que é de pouca importância se um Estado é revisionista ou *status quo* em afetar suas opções de

⁹⁴ o balance of threat theory, which should be viewed as a refinement of traditional balance of power theory. (tradução livre)

⁹⁵ in short, (...), balance of threat theory subsumes balance of power theory. Aggregate power is an important component of threat, but not the only one. (tradução livre)

aliança.⁹⁶ Já em relação à abordagem de Walt, a conclusão é a de que, todavia, a teoria de equilíbrio de ameaças teve um bom desempenho. Isso legitima pesquisas posteriores já que resultados empíricos indicam que variáveis como ameaça e contigüidade tornam mais provável que Estados empreendam o *balancing*.⁹⁷

No entanto, cabe ressaltar que a amostra de Tomashevskyi abrange cento e oitenta anos, dos quais apenas uma pequena parte foi marcada pela existência nítida de potências revisionistas. Logo, a especificidade da amostra não é tão favorável à abordagem de Schweller.

Apesar da sofisticação dos dois modelos de análise, algumas críticas podem ser elaboradas, no sentido de aprimorá-los. Em relação ao modelo de Walt, conforme ressaltado por Schweller, não é observável, ao longo da História, que as alianças se formem apenas por ameaças, pois há situações em que a dinâmica expansionista de determinados Estados levou à constituição de alianças (ofensivas). Ou seja, o *balancing* seria empreendido mesmo sem a existência formal dos elementos ameaçadores listados por Walt. Uma possível defesa, já ressaltada na seção 2.2 do presente trabalho, seria a de que, para uma potência revisionista, a própria existência da potência *status quo* e/ou de seu respectivo ordenamento internacional seja percebida como uma ameaça aos interesses daquela. No entanto, deve-se reconhecer que é um argumento pouco robusto, do ponto-de-vista metodológico.

Outro aspecto passível de crítica no modelo de Walt é que a caracterização de ameaças surge apenas de Estados; no entanto, há situações em que alianças (não-militares) podem ser construídas a partir de ameaças ou restrições de situações difusas, em que não há a delimitação clara de um Estado como causador. Por exemplo, carências energéticas crescentes ou de outras matérias-primas essenciais podem forçar a diplomacia a se orientar em determinado sentido (esse e outros aspectos serão analisados no capítulo 3 do presente trabalho).

No entanto, cabe ressaltar a elegância metodológica do modelo de Walt e sua capacidade explicativa para questões que normalmente são de difícil trato para a abordagem do equilíbrio do poder. Por exemplo, quando do desaparecimento da URSS, vários autores começaram a questionar a unipolaridade então vigente e qual a razão de outros países não

⁹⁶ The poor statistical significance of the revisionist variable suggests that it is of little importance if the state is revisionist or status quo in affecting its alliance choices (tradução livre)

⁹⁷ However, balance of threat theory has performed well. This merits further research as empirical results indicate that variables such as threat and contiguity make it more likely that states will balance. (tradução livre)

entrarem em aliança contra os EUA, única superpotência restante, conforme prevê o modelo de equilíbrio de poder. Uma das alternativas, dentro da abordagem tradicional, é apontar que a assimetria de poder é tão notável que simplesmente as circunstâncias não permitem a formação de tal aliança. Já a abordagem de equilíbrio de ameaças é mais simples e direta, e responde a questão de forma assaz pertinente, em termos metodológicos; segundo ela, os EUA não pareceriam ameaçadores a ponto de incitarem alianças contra eles. Como a percepção de ameaça é um dos elementos fundamentais para o desencadeamento das alianças, estas ficam prejudicadas.

Em relação à abordagem de Schweller, uma das possíveis críticas é a tipologia (baseada em animais) associada aos Estados; embora utilize imagens bem sugestivas, a diferenciação em muitos casos é feita com um grau de subjetividade que não está presente, por exemplo, na sua avaliação de poder, amparada em grandes números. Além disso, há denominações que somente resultam aplicáveis após os fatos se desenvolverem, o que metodologicamente diminui sua robustez, já que dificulta análises *ex ante*. Por exemplo, segundo o próprio Schweller, somente distinguimos entre Falcões e Corujas a partir da constatação se a ameaça da potência revisionista é real ou imaginária, o que somente pode ser verificado **após** esta concretizar (ou não) sua expansão à custa dos demais.

Outra possível crítica é que os Estados envolvidos podem mudar de pele⁹⁸ ao longo da História ou mesmo no curto prazo, dependendo das mudanças políticas (internas e externas), dificultando a interpretação do processo de alianças. Além disso, uma ordem internacional sem Lobos diminui bastante a atratividade do modelo e da própria lógica de Schweller, que dá tanto destaque aos Estados revisionistas. Ou seja, cabe questionar se a generalização proposta pela tipologia seria válida em diferentes períodos históricos.

Sumarizando, a ênfase do modelo de Walt é na percepção de ameaça experimentada por um Estado e a necessidade de formar alianças para salvaguardar os objetivos nacionais. Em algumas situações, tal não é possível e a alternativa restante é a de se aliar com a potência ascendente, possivelmente sacrificando, em alguma medida, os objetivos citados. As conseqüências da aplicação do modelo de Walt apontam para uma tentativa constante de manter o equilíbrio existente antes do crescimento da potência agressiva ou ao menos forçar uma acomodação em que esta não alcance todas as metas de expansão. Logo, pode-se dizer

⁹⁸ Mantendo o espírito das analogias animais de Schweller...

que a abordagem de Walt enfatiza que o elemento desestabilizador original é **externo** ao Estado que é foco da análise.

Já Schweller, em seu modelo, enfatiza que Estados revisionistas, ao privilegiarem o *engrandecimento* em relação à segurança (1998, p.20), são o motor da *desestabilização* da situação prévia. Portanto, o foco da análise seria o interesse de determinado Estado, que pode ser ou não uma reação ao que ocorre externamente. No entanto, vale lembrar que a ênfase em Estados revisionistas (os quais, na maioria das vezes, não se encontravam *ameaçados* por alguma potência emergente, a se seguir o modelo de Walt) coloca o foco **internamente** ao Estado sob análise.

Finalmente, uma crítica comum aos dois modelos refere-se à avaliação do poder. Walt (1987, p.22), por exemplo, menciona o poder agregado como o total de recursos à disposição do Estado, e dá como exemplo a população, a capacidade industrial e militar e valor tecnológico. Já Schweller utiliza os dados do Projeto Correlates of War, em termos de *National Material Capabilities*, que se dividem em seis vertentes: Consumo de Energia, Produção de Ferro e Aço, Gastos Militares, Forças Armadas, População Total, População Urbana. Conforme será visto no Capítulo 3 deste trabalho, embora possam parecer uma *proxy* razoável do Poder Nacional, os seis itens podem não ser suficientes para uma análise de possíveis assimetrias em relação a outros Estados.

E, já que é a percepção dessa assimetria que constituirá um dos elementos fundamentais para o comportamento dos Estados, quanto maiores as lacunas maior a possibilidade de eventuais equívocos. O capítulo a seguir tratará justamente de uma alternativa que procure incorporar algumas das observações mencionadas em relação à possibilidade de aprimoramento dos modelos analisados, tanto de Walt quanto de Schweller.

3.6 O EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS

Neste capítulo, apresentam-se os elementos do tetraedro do poder e o modelo de equilíbrio de autonomias.

Conforme visto nos capítulos 1 e 2, o conceito de equilíbrio de poder passou por vários aprimoramentos, à medida que sucessivos analistas acrescentaram e/ou enfatizaram determinados aspectos. Para os fins do atual trabalho, consideram-se os modelos de Walt (equilíbrio de ameaças) e o de Schweller (equilíbrio de interesses) como os mais sofisticados, entre os apresentados anteriormente. No entanto, conforme também já mencionado, ambos apresentam lacunas. Para propor avanços, um questionamento preliminar é necessário, de modo a refinar o debate, ou seja, a questão da autonomia.

3.1 AUTONOMIA E SOBREVIVÊNCIA

Um dos pilares da abordagem realista nas Relações Internacionais é o de que a motivação básica para o Estado seria a busca de sobrevivência; o caráter anárquico do conjunto de vários Estados forçaria, portanto, a opção pela auto-ajuda (*self-help*, no original em inglês). De fato, dos três elementos centrais que nós identificamos com o Realismo o estatismo, sobrevivência e auto-ajuda estão presentes o trabalho de realistas clássicos como Tucídides e realistas estruturais como Kenneth Waltz. (DUNNE & SCHMIDT, 2008, p. 93)

Por exemplo, enfatiza-se que:

Enquanto o indivíduo tem um direito moral de se sacrificar em defesa de tal princípio moral, o Estado não tem o direito de permitir que sua desaprovação moral da infringência da liberdade atrapalhe sua ação política bem-sucedida, a qual por sua vez é inspirada pelo princípio moral da **sobrevivência da nação**.⁹⁹ (sem grifo no original) (MORGENTHAU, 1965, p.40)

⁹⁹ Yet while the individual has a moral right to sacrifice himself in defense of such a moral principle, the state has no right to let its moral disapprobation of the infringement of liberty get in the way of successful political action, itself inspired by the moral principle of national survival. (tradução livre)

Na tradição realista, também se ressalta que:

A auto-preservação em relação a Estados tem um significado especial. Já que o território é uma parte inerente do Estado, auto-preservação significa defender o controle sobre o território; e, porque independência é da essência do Estado, auto-preservação também significa lutar pelo status independente. Isso explica porque o objetivo básico da política externa de todos os Estados é a preservação da integridade territorial e independência política. (SPYKMAN, 2007, p. 17),

Mearsheimer (2001, p. 31) é outro que dá relevo a este ponto, mencionando que ãos Estados procuram manter a integridade territorial e a autonomia de sua ordem política doméstica. A sobrevivência tem posição dominante sobre outros motivos...ö

No entanto, deve-se observar que, mesmo sendo um elemento fundamental (e implícito para a análise, já que um Estado sem existência na prática é apenas uma ideia, até se concretizar ou não), a sobrevivência muitas vezes é superada, enquanto objetivo principal, por outras prioridades. Por exemplo, Aron (2003, p.p. 72-74) analisa como objetivos de Estado a segurança, o poder e a glória; ãClemenceau buscava a *segurança*, Napoleão o *poder* e Luís XIV a *glória* da França (ou cada qual a própria).ö¹⁰⁰ Mais ainda, Aron relembra o caso dos Principados alemães, antes da unificação empreendida por Bismarck, em que a perda da independência perante o Império não foi vista (pela população ou governantes) como catastrófica (ibidem, p. 598). E, ainda que a manutenção de autonomia política fosse (e seja) considerada uma premissa quase inviolável para todos os Estados, não importando as circunstâncias históricas, inúmeros exemplos (como o da Alemanha hitlerista) a contradizem: ãTodos os grandes Estados puseram sua sobrevivência em perigo para ganhar objetivos ulteriores. Hitler preferiu, para ele e para a Alemanha, a possibilidade de um império à segurança da sobrevivência.ö¹⁰¹(ibidem). Weber, por sua vez, reitera tal abordagem, especialmente no **caso dos maiores países:**

¹⁰⁰ ãClemenceau sought the *security*, Napoleon the *power*, Louis XIV the *glory* of France (or each his own).ö(tradução livre)

¹⁰¹ ãAll great states have jeopardized their survival to gain ulterior objectives. Hitler preferred, for himself and Germany, the possibility of empire to the security of survival.ö(tradução livre)

O prestígio do poder, como tal, significa na prática a glória do poder sobre outras comunidades; ele significa a expansão do poder, apesar de nem sempre pela via de incorporação e sujeição. As grandes comunidades políticas são o expoente natural de tais pretensões ao prestígio.¹⁰² (GERTH & MILLS, 1946, p. 160)

Schweller (1998, p. 21) comunga da análise de Aron, nesse aspecto: “Mas simplesmente não é verdade que a preocupação básica de *todos* os Estados seja a segurança.”¹⁰³ (grifo no original) Com isso, o autor amplia o foco para abranger também os chamados Estados revisionistas, os quais objetivam, mais do que a sobrevivência, a transformação do equilíbrio e das regras existentes no panorama internacional.

Mesmo Waltz, cuja abordagem ressalta a tendência de grandes potências procurarem a acomodação de interesses, menciona que “uma teoria do equilíbrio de poder, apropriadamente enunciada, começa com premissas a respeito dos Estados: eles são atores unitários os quais, no mínimo, buscam sua própria preservação e, no outro extremo, **impõem-se para dominação universal.**”¹⁰⁴ (sem grifo no original) (WALTZ, 1979, p. 118). No entanto, mais adiante em sua obra, Waltz novamente coloca a segurança (sobrevivência) como ponto capital: “Na anarquia, a segurança é o fim mais alto. Apenas se a sobrevivência estiver assegurada podem os Estados buscar ilesos outros objetivos como tranqüilidade, lucro e poder.”¹⁰⁵ (ibidem, p.126)

Todavia, conforme Harknett & Yalcin (2012, pp. 505-506)¹⁰⁶, pode-se questionar se, analiticamente, o termo mais adequado seria a questão da sobrevivência, a qual levaria os Estados a enfatizarem a segurança (e, no limite, conforme defendido por Mearsheimer e outros, a maximização do poder),

¹⁰² “The prestige of power, as such, means in practice the glory of power over other communities; it means the expansion of power, though not always by the way of incorporation or subjection. The big political communities are the natural exponents of such pretensions to prestige.”(tradução livre)

¹⁰³ “But is simply not true that the first concern of *all* states is security.”(tradução livre)

¹⁰⁴ “A balance-of-power theory, properly stated, begins with assumptions about states: They are unitary actors who, at a minimum, seek their own preservation and, at a maximum, drive for universal domination.”(tradução livre)

¹⁰⁵ “In anarchy, security is the highest end. Only if survival is assured can states safely seek such other goals as tranquility, profit and power.”(tradução livre)

¹⁰⁶ No entanto, ressalte-se que a observação dos dois autores se insere numa proposta de realismo estruturalista, ou seja, a de que a estrutura é a principal motivadora para as ações dos países. Enquanto isso, **neste trabalho**, postula-se que tanto a estrutura quanto as motivações individuais de cada país, isoladamente ou em conjunção, são igualmente motivadoras.

Afinal, cada país tem uma série de objetivos nacionais¹⁰⁷; a busca por tais objetivos passa por uma série de obstáculos a serem transpostos. Para essa transposição, nem sempre os meios estão disponíveis, o que lhe reduz a margem de manobra.

Podemos definir a autonomia de cada país como um *conjunto de processos que abrangem a capacidade de: a) definir os objetivos nacionais; b) delinear as respectivas políticas para alcançá-los; c) implementar as referidas políticas*.¹⁰⁸ Em termos do modelo de equilíbrio de autonomias, o que nos interessa são os efeitos das políticas, no sentido de manter ou aumentar a margem de manobra, em termos de relacionamento com outros Estados e agentes internacionais, a fim de alcançar os objetivos nacionais definidos.

Nesse sentido, a busca de autonomia configuraria um longo arco que geralmente iria desde a sobrevivência em si até a busca por conquistas adicionais. De fato, até mesmo a sobrevivência de um Estado específico pode não constituir sua principal motivação, conforme lembrado por Aron. Vários principados alemães, em meados do século XIX, preferiram passar a fazer parte do Império Germânico (e perdendo a representatividade individual no cenário internacional) e com isso aumentarem sua autonomia em termos de objetivos nacionais (políticos, econômicos, sociais, etc.).¹⁰⁹ Logo, nesse caso, a sobrevivência passa de um caráter **individual** para o de um ente **subordinado** a uma organização política maior (império, federação, etc.).

Outro exemplo claro em que a sobrevivência não constituiu o objetivo maior pode ser visto nos primeiros anos dos Estados Unidos da América. Conforme o próprio nome indica, Estados diversos se associaram numa confederação no intuito de conseguirem independência do Império Britânico. O arranjo jurídico que guiou tal confederação é denominado de Artigos de Confederação, em vigor entre 1776 e 1787. A América sob os Artigos não era mais do que uma aliança frouxa de Estados soberanos e independentes.¹¹⁰ (KRAMNICK, p.18). Com

¹⁰⁷ O termo nacional foi utilizado no sentido aplicado a Estado-Nação. Obviamente, Estados compostos por várias nacionalidades (algumas vezes conflitantes) têm normalmente maior dificuldade de estabelecer quais seriam os objetivos consensuais.

¹⁰⁸ Adaptado de PEDONE, Luiz. *State autonomy, political power and public policy: a study of Brazilian development*. Amherst, 1989. 480 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) ó Departamento de Ciência Política, University of Massachusetts, Amherst, 1989. pp. 36-40. Pode-se argumentar que um proto-discurso a favor da autonomia do Estado se encontra em o Príncipe de Maquiavel, embora este não utilize o termo. Agradeço ao professor Juarez de Souza a lembrança quanto a esse aspecto.

¹⁰⁹ Vale ressaltar que alguns analistas apontam para o fato de que, na prática, não haveria opção (em termos de custo/benefício) para os principados que não a adesão ao projeto bismarckiano. Ainda assim, tendo em vista que a adesão configura a descontinuidade em termos existência como Estado individual na esfera internacional, pode-se reafirmar que a sobrevivência estatal não se configurou como prioridade básica dos principados.

¹¹⁰ A América sob os Artigos não era mais do que uma aliança frouxa de Estados soberanos e independentes. (tradução livre)

a ausência de um Executivo e Judiciário centrais, ãos treze Estados eram tomados por rivalidades, confusão geral e numerosas variações e duplicações. Eles agiam, em suma, como as entidades soberanas e independentes que elas julgavam ser.ö¹¹¹ (ibidem, p.20) Por exemplo, nove deles tinham marinha própria, sete imprimiam a própria moeda. O mesmo enfoque é dado por Driver (2006, p. 70), quando enfatiza que ãna verdade, (os estados) eram virtualmente países separados, cada um com seu documento de fundação, cultura e infraestrutura.ö No entanto, ãos artigos da Confederação haviam criado uma união tão fraca que estava a ponto de se romperö. (ibidem, p. 71)

Tendo em vista que tal arranjo político não permitiria uma convivência pacífica ou a capacidade de resistência individual perante nações européias mais poderosas, a Constituição aprovada em 1787 estabeleceu uma federação (e não confederação, como anteriormente), na qual a representatividade internacional dos 13 Estados foi substituída por um único ente. Logo, mais uma vez, a sobrevivência individual passa a ser abrigada (e substituída) dentro de um arcabouço político mais amplo, o qual em tese permitiria mais facilmente a consecução de objetivos anteriormente estabelecidos.¹¹²

Portanto, há situações em que o Estado não sobrevive, mesmo voluntariamente, e nem por isso seria correto falar em ãsuicídioö estatal. Pode-se discutir se a permanência dele internamente a outro arcabouço político ainda seria sobrevivência, mas tendo em vista que o seu caráter foi alterado (inclusive em termos de legitimidade perante os demais Estados), o termo correto não seria sobrevivência e sim transmutação. No entanto, se essa incorporação tiver sido voluntária, como nos dois exemplos citados anteriormente, garante-se que a autonomia para a busca dos interesses originais tende a ser maior. Os Estados Unidos da América pós-Constituição de 1787 são uma federação, com características diversas da confederação que vigorou entre 1776 e 1787, assim como o Império Germânico de 1871 é diverso dos vários Principados e Ducados que faziam parte do Zollverein até então.¹¹³ O mesmo raciocínio (ao inverso) pode ser aplicado a países que optaram (pacificamente) pelo fracionamento, para melhor atender aos objetivos de cada novo Estado que se formou; um exemplo é o chamado Divórcio de Veludo, que a partir de 1993 transformou a Tcheco-

¹¹¹ ãthe thirteen states were beset by rivalries, general confusion and numerous variations and duplications. They acted, in short, like the sovereign and independent entities they assumed they were.ö(tradução livre)

¹¹² Vale ressaltar que tal Federação é caracterizada por um alto nível de descentralização, se comparada com a maioria dos exemplos que lhe sucederam, internacionalmente. Ou seja, o surgimento de um Executivo atuante e um nível Judiciário acima dos Judiciários estaduais não tirou por completo a autonomia dos Estados em relação a certos aspectos.

¹¹³ União Aduaneira composta pelos vários Estados alemães, a partir de 1834, sob inspiração prussiana.

Eslováquia em República Tcheca e Eslováquia. Logo, não foi a sobrevivência o fator primordial, e sim a busca de uma maior autonomia.

Nos três casos mencionados, em situações diversas tanto do ponto-de-vista histórico quanto geográfico, Estados chegaram voluntariamente à conclusão de que os objetivos de sua sociedade seriam mais bem desenvolvidos caso eles desaparecessem enquanto unidade política (ressurgindo posteriormente, mas em outra configuração que não a original).

Portanto, a busca pela autonomia é um arco que engloba desde a incorporação voluntária a um ente estatal (ou, ao inverso, o fracionamento voluntário do Estado original), passando pela sobrevivência, até chegar à necessidade de ações ofensivas contra outros Estados. Ao longo da História, na maior parte das vezes, a incorporação mencionada não foi voluntária, daí a ênfase de vários autores em sublinhar a questão da sobrevivência como primordial. O mesmo se aplica ao fracionamento, que majoritariamente envolveu guerras civis ou de independência. No entanto, conforme mencionado, o fator sobrevivência não é o melhor explicador para alguns eventos; logo, a opção pela adoção do fator autonomia (mais amplo) para analisar as ações dos Estados, já que consegue explicar todos os casos.

Cabe ressaltar que a utilização dos termos sobrevivência e autonomia, por alguns autores, pode gerar confusão. Por exemplo, segundo Levy (2004, p. 32), ãa meta primária de todos os Estados é sua própria sobrevivência, definida em termos de alguma combinação entre integridade territorial e autonomia.ö¹¹⁴ Nesse caso, a própria definição é confusa.

Um ponto que merece análise seria a diferença conceitual entre autonomia e soberania.¹¹⁵ Conforme já mencionado, a autonomia englobaria a capacidade de estabelecer objetivos nacionais e de implementá-los. Já a soberania seria conceituada como ãa racionalização jurídica do poder, no sentido de transformação da força em poder legítimo, do poder de fato em poder de direitoö (MATTEUCCI, 1986, p. 1179). No âmbito desta Tese, a soberania remete à garantia do exercício do poder político (em todas as suas acepções, inclusive a força) quando legitimado. Portanto, a defesa de territórios aceitos legitimamente como tal pela comunidade internacional constituiria um pleno exercício de soberania (e, também, a manutenção da autonomia no tocante á aresta diplomático-militar, conforme será visto mais adiante).

¹¹⁴ ðThe primary aim of all states is their own ðsurvival, defined in terms fo some combination of territorial integrity and autonomy.ö(tradução livre)

¹¹⁵ Agradeço aos professores Juarez de Souza e Henrique Altemani a lembrança quanto a esse importante aspecto.

Já a explosão dos maiores poços de petróleo de um país afetaria sua autonomia energética, mas não sua soberania. Da mesma forma, uma quebra de safra também prejudicaria a autonomia, mas não a soberania. Por outro lado, uma guerra civil pode trazer prejuízos à soberania (e claramente à autonomia, tendo em vista que a coesão político-social, a ser descrita neste capítulo, fica prejudicada).

Logo, tendo em vista que as eventuais ameaças à soberania se refletem automaticamente em termos de perda de autonomia (ao menos conforme as conceituações adotadas para este Trabalho, nas quais a autonomia se refere à capacidade de determinar e concretizar objetivos nacionais e a soberania se refere à racionalização jurídica do poder), mas também que haja situações nas quais perdas de autonomia não se consubstanciam em perdas de soberania, pode-se apontar que os dois termos não se confundiriam e que o conceito de autonomia seria mais abrangente (por incluir todos os casos relativos à soberania, além de outros adicionais).

3.2 AS ÁREAS CRÍTICAS PARA A AUTONOMIA DE UM ESTADO

Estabelecida a premissa de que a meta básica dos Estados é a manutenção ou aumento da autonomia, como ela se manifesta em termos de ação estatal? Em outras palavras, quais as áreas em que o Estado é mais sensível, no sentido de ver sua autonomia ameaçada?

A primeira trata da integridade territorial, ou seja, manter a soberania política sobre determinado território. Sem essa integridade, a soberania se esvai e a sociedade (ou parte dela) tende a ser absorvida por outros Estados, com os interesses dela em séria ameaça.¹¹⁶ Para manter a integridade territorial, duas são as políticas **de Estado**, ou seja, necessariamente de longo prazo (para diferenciá-las de políticas de governo, as quais dependem do grupo que detiver o poder político interno, em determinado momento). A primeira política trata das forças armadas e a segunda a diplomacia. Ou seja, as ferramentas mais utilizadas tanto para *hard power* quanto *soft power* (conforme analisados no Capítulo 1), combinadas em *smart*

¹¹⁶ Tal não é o caso quando essa absorção é voluntária, como no caso citado da formação dos EUA moderno e do Império Germânico. Conforme analisado, nessas circunstâncias a adesão é que vai garantir os interesses e objetivos da sociedade.

power, são utilizadas pelo Estado para garantir a integridade territorial e a soberania política, reconhecidas como tal pelos demais Estados.

Historicamente, não é difícil comprovar que tanto a diplomacia quanto a segurança militar sejam políticas de Estado, tendo em vista que as atividades ligadas às duas são de maturação de longo prazo. Mais ainda, os exemplos de mudanças abruptas nos seus direcionamentos (e os fracassos subsequentes) são em número muito maior do que as guinadas que apresentaram bons resultados. Pode-se citar como exemplo a mudança na diplomacia argentina, quando do começo do governo Menem, em buscar uma aproximação maior com os EUA, gerando a famosa frase do chanceler Guido di Tella na qual este caracterizava o relacionamento entre os dois países como de *õrelações carnisö* (CAVALLARI, 2002). O próprio ideólogo por trás da iniciativa, Carlos Escudé (defensor da tesa do *õrealismo periférico*)¹¹⁷, passou a defender mais de dez anos depois que a maior preocupação da Argentina deveria ser a aliança com o Brasil (*ibidem*).

O mesmo diagnóstico pode ser efeito em termos da segurança militar. Conforme citação do Barão do Rio Branco, mencionada no Capítulo 1 (pp. 33-34), *õs* elementos de guerra não podem ser improvisados em meses ou em semanas. Se tal já era flagrante nas últimas décadas do século XIX, quando tais palavras foram escritas, o que dizer agora, em que a inovação tecnológica acelera sobremaneira as o ritmo das tecnologias (inclusive as militares)?

A segunda área onde há maior ameaça à autonomia e que portanto demanda uma política de Estado é a energética. Planejar uma matriz energética sustentável no longo prazo é uma tarefa complexa para a maioria absoluta dos países (a exceção se constituindo de pouquíssimos países com produção muito maior do que o consumo, como alguns exportadores petrolíferos do Oriente Médio). Garantir o fornecimento constante e equilibrado de insumos energéticos é uma condição que afeta decisivamente a sociedade de um país, para impedir a desarticulação da economia e da própria infra-estrutura. Não raro, crises energéticas provocam crises políticas internas ou decisões ofensivas em relação a outros Estados. Sem energia, as condições do Estado se deterioram, em todos os sentidos. Além disso, conforme mencionado, o planejamento e a concretização da matriz energética trabalham necessariamente com o longo prazo, já que grande parte dos projetos (uma usina hidrelétrica,

¹¹⁷ Concepção política que advoga que países com pouca ou nenhuma importância estratégica devem se alinhar à potência hegemônica em todos os pontos que não os essenciais.

por exemplo) demanda uma década ou mais para se tornarem realidade. Logo, fica claro porque a segurança energética é uma política de Estado.

A terceira área crítica para a autonomia de um Estado refere-se à segurança alimentar, ou seja, como garantir um fluxo continuado de alimentos, em condições satisfatórias de preço e qualidade, para o consumo da população. Desnecessário mencionar as várias revoltas populares iniciadas por carência ou carestia alimentar; a sua existência obriga o Estado a um planejamento cuidadoso e metódico quanto à produção interna (para não ficar dependente apenas de fornecedores externos) e à escolha de fornecedores que se comprometam a manter estáveis os fluxos de longo prazo. Caso o país não empreenda tal esforço, ver-se-á na contingência de enfrentar racionamentos ou preços de mercado muito altos, o que traz por sua vez graves problemas também ao equilíbrio das contas externas. Ressalte-se que tal ameaça também existe no caso da segurança energética. As duas crises do petróleo, em meados e no final da década de 70 do século XX, e o aumento dos preços dos alimentos, principalmente a partir da segunda metade da primeira década do século XXI, comprovam os efeitos desestabilizadores de situações em que o fornecimento de energia ou alimentos sofreu alterações.

Embora flagrantemente importantes, tanto que merecedoras de políticas de Estado pelos diversos países, a segurança energética e a segurança alimentar não têm muito destaque nas análises teóricas de Relações Internacionais, o que é de certa forma enigmático. Conforme ressalta Malan (2010, p. 62):

...países (...) têm objetivos de longo prazo em termos de seus interesse nacionais e, portanto, as políticas e ações internacionais através das quais buscam esses objetivos devem ser políticas de Estado e não do Governo de turno (como, por exemplo, a busca de segurança alimentar, energética e militar).

Logo, se há consenso que as políticas alimentar e energética devem ser tratadas como políticas de Estado primordiais (ao lado da diplomático-militar), por que não são mencionadas nos diversos modelos, conforme aqueles analisados nos capítulos 1 e 2?

Obviamente, um ou outro teórico menciona a questão de recursos naturais enquanto elemento de poder, mas ao lado de vários outros elementos, sem conferir uma relevância

específica. Por exemplo, Burgess (2008, pp. 60-78) enumera desafios não-militares à segurança: a segurança energética é apenas um de vários, enquanto a segurança alimentar nem é mencionada. De fato, a maioria dos analistas confere à energia e aos alimentos uma abordagem *õde mercado*, ou seja, não haveria uma relevância estratégica maior quanto a energia ou alimentos. Isso ficava patente nas décadas de 50 e 60, do século XX, em que as *commodities* experimentavam um período de preços baixos, em termos históricos (o que chancelou, por exemplo, as ideias revisionistas de Raul Prebisch, sobre as desigualdades dos termos de troca entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos)¹¹⁸. Segundo a maioria dos analistas, em meio à baixa de preços das matérias-primas, tudo poderia ser resolvido por mecanismos de mercado. No entanto, o embargo do petróleo decidido pelos países árabes exportadores, em 1973, além da quadruplicação do preço, mostrou que a questão energética também era (e sempre fora) geoestratégica.

A partir do século XXI, em que a possibilidade de aumento de consumo de alimentos se abriu para centenas de milhões de pessoas, principalmente China e Índia, devido ao crescimento econômico, ocorreram desequilíbrios entre oferta e demanda, acirrados por uma série de outros fatores (que serão analisados mais à frente neste capítulo). Tal levou finalmente à constatação, para boa parte dos analistas, de que a segurança alimentar também não pode ser relegada a uma regulação de mercado.

De fato, ao mencionar que é improvável que restrições à posse ou acesso a recurso naturais sejam impedimento ao crescimento do poder de uma nação, *desde que o mercado internacional de commodities funcione a contento* (ênfase no original), Tellis et. al (2000, p. 89) fazem a seguinte ressalva:

As únicas exceções a essa regra talvez sejam energia e alimentos (e, no longo prazo, água), e a significância desses recursos é tanto técnica quanto política: já que energia e alimentos continuam insumos necessários para o funcionamento de quase tudo em uma economia moderna, os países são extremamente sensíveis ao potencial de disrupção e interrupção no suprimento.¹¹⁹

¹¹⁸ Raul Prebisch, economista argentino e primeiro diretor da CEPAL, defensor do modelo de substituição de importações para as nações latino-americanas (e as menos desenvolvidas em geral).

¹¹⁹ *õThe only exceptions to this rule may be energy and food (and, over the very long term, water), and the significance of these resources is as much technical as it is political: because energy and food remain inputs necessary to the functioning of about everything else in the modern economy, countries in general are extremely sensitive to the potential for disruption and cut-off in supply.õ* (tradução livre)

Conforme mencionado, as três seguranças (diplomático-militar, energética e alimentar) e as políticas de Estado derivadas serão analisadas com mais detalhes no decorrer do capítulo, à medida que o modelo teórico proposto for apresentado. No entanto, cabe lembrar que essas três são as que se afiguram no presente como as mais importantes (e cruciais) em termos de autonomia.¹²⁰ Nada impede que no futuro outras se acrescentem às três (ou as substituam); duas que vêm ganhando destaque são as relativas à água e alguns minérios, especialmente os denominados terra-raras. A eventualidade da incorporação das mesmas ao modelo é mencionada no Apêndice 4.

Em relação às três políticas mencionadas, voltadas para as respectivas autonomias, uma observação é necessária: cada uma apresenta um tempo de reação distinto, em termos de utilização. Por exemplo, reações em termos diplomático-militares, em geral, tendem a ser mais rápidas do que as energéticas, as quais por sua vez são mais expeditas que as alimentares. De acordo com o nível de rapidez na reação dos Estados, acaba-se conferindo à política diplomático-militar uma imagem de poder muito maior do que no caso das outras duas.

As diferenças no tempo de reação estão calcadas no impacto das respectivas disrupções, ou seja, uma ameaça à integridade territorial (geralmente por ser de curtíssimo prazo) também tende a ser respondida com uma rapidez equivalente. Por sua vez, a possibilidade de prejuízo na disponibilidade energética geralmente é associada a uma resposta estatal mais rápida do que no caso da disponibilidade alimentar; afinal, o rompimento de estabilidade na matriz energética tem resultados imediatos na condução econômica de uma sociedade, enquanto a instabilidade na disponibilidade alimentar apresenta perturbações geralmente de prazo maior.

No entanto, cabe lembrar que, mesmo que os impactos sejam geralmente associados a prazo diferentes (com as respectivas respostas também com rapidez diversa), as três autonomias são consideradas fundamentais para uma nação, tanto que representam políticas de Estado tradicionais, conforme anteriormente mencionado. Provavelmente é esse diferencial que proporciona um maior destaque dado pelos analistas aos componentes diplomático e militar, enquanto o alimentar e energético não são aquinhoados com tanto relevo.

¹²⁰ Pode-se argumentar que outras políticas também seriam fundamentais, principalmente a ligada a fluxos financeiros, cada vez mais presentes em um mundo crescentemente globalizado, ou à saúde ou à educação. No entanto, embora importantes, tais políticas geralmente são descritas como de governo, e não de Estado. Em termos dos efeitos na aplicação do modelo, assume-se que elas estariam refletidas nos elementos básicos do poder (respectivamente, economia e população)

3.3 UM NOVO MODELO DE EQUILÍBRIO DE PODER

Conforme visto no capítulo 2, dois dos modelos mais sofisticados de equilíbrio de poder são os de Walt (equilíbrio de ameaças) e Schweller (equilíbrio de interesses). No entanto, conforme visto na seção 3.1, a busca de manutenção ou aumento de autonomia seria a motivação básica dos Estados, o que os leva a empreender diversas políticas de Estado, entre as quais a diplomático-militar, segurança energética e segurança alimentar são as mais proeminentes. De que maneira isso influencia o caráter analítico de ambos os modelos?

Em relação ao modelo de Walt, cabe lembrar que ele foca a origem de ameaças em outros Estados, assim como enfatiza a concorrência política (embora reconheça que as bases de poder incluem a economia e recursos). Quanto mais recursos um Estado tiver, mais ameaçador ele se torna aos outros. No entanto, já que o Estado reconhece como maiores ameaças imediatas justamente as vertentes mencionadas, não apenas aquelas originadas de Estados específicos devem ter relevo. Por exemplo, um choque na oferta de insumos energéticos, mesmo que não provocado por um país determinado, constitui uma séria ameaça e força o Estado a uma série de medidas (no campo diplomático-militar, especialmente) de modo a garantir o suprimento necessário. O mesmo raciocínio pode ser aplicado a uma interrupção ou maior dificuldade no suprimento de alimentos.

Em relação ao modelo de Schweller, já foi comentado que ele se mostra mais útil em situações nas quais uma potência revisionista está claramente identificada. Além disso, dois dos maiores estímulos para justificar ações ofensivas que alterassem o *status quo* são justamente ligados a energia e alimentos, com diversos exemplos históricos. Logo, por que não dar ênfase a esses dois motivadores?

De fato, a inclusão e relevância dada às três vertentes mencionadas favorece a aproximação dos dois modelos, já que as maiores ameaças à autonomia são também os maiores estímulos a Estados buscarem aumentar (ou no mínimo preservar) a mesma autonomia. Caracterizada a busca da manutenção e ampliação de autonomia como a premissa básica do Estado, ambos os modelos podem ser utilizados como parte de um arco de análise. Por exemplo, o de Walt é mais útil nas circunstâncias em que um Estado se sinta ameaçado (e aí já incluindo a relevância das três vertentes) e o de Schweller quando a insatisfação do

Estado com a situação o leva a buscar eliminar (ofensivamente) os entraves (mesmo que potenciais) à sua autonomia.

Afinal, rupturas na autonomia ensejam a necessidade de alterações, mesmo que inicialmente não sejam visualizadas como ameaças segundo o modelo de Walt. Ao mesmo tempo, o conceito de diminuição de autonomia explicita um pouco mais a questão das motivações políticas internas, tão caras ao modelo de Schweller.

Portanto, propõe-se um modelo de equilíbrio de poder em que a percepção do mesmo, tanto em nível interno quanto externo aos Estados, é dada pela interação sistêmica de seus componentes. Tal modelo basearia a auto-percepção de poder e também a percepção em relação ao poder de outros Estados, ou seja, a percepção de poder relativo.

Tal percepção, enraizada na avaliação do nível de autonomias, balizaria as decisões em termos de equilíbrio de poder. Um Estado, ao perceber que seu nível de autonomia se encontra prejudicado, perceberia tal fato como causador da redução do seu poder, e tomaria medidas para recuperar (ou ampliar) o nível anterior.

Neste ponto, duas observações são necessárias: ao contrário de muitos modelos, o modelo do equilíbrio de autonomias não estabelece conclusões inequívocas sobre a eventual ocorrência de fenômenos como *balancing*, *bandwagoning* e *buckpassing*, ao contrário de Walt e Mearsheimer. Por ser mais amplo o arco de análise (já que se baseia em autonomia, e não sobrevivência), a multiplicidade de desfechos possíveis para cada situação impede uma previsão definida. Logo, resultados díspares podem ser encontrados em situações análogas (o aprimoramento futuro da abordagem matemática, delineada no Apêndice 4, com a incorporação de equações simultâneas dinâmicas para as variáveis, pode minimizar esse grau de imprecisão).

Outra observação é a de que a recuperação do nível de autonomia pode ser tentada de maneiras também diversas: avanços tecnológicos, sobreextensão da aresta diplomático-militar¹²¹ (esforço diplomático intensivo ou mesmo a tomada de territórios, em alguns casos), ou combinação de ambas.

Em resumo, o modelo de equilíbrio de autonomias amplia a capacidade de análise dos dois modelos (o de Walt e o de Schweller), ao estabelecer interesses de expansão e reações à ameaça em um mesmo arco de observação, só que mais amplo.

¹²¹ Sobre a sobreextensão da aresta diplomático-militar, ver o Apêndice 4, item 3.1

Define-se sistema como ãum conjunto de partes e elementos interdependentesö (INSTITUTO ANTONIO HOUAISS, 2001. p. 2585). Logo, no modelo proposto, os vários elementos se relacionam e são influenciados pelo comportamento uns dos outros. Anatol Rapoport é mais explícito: ãUm todo que funciona como tal em virtude da interdependência de suas partes chama-se sistema, e o método que procura descobrir como isso acontece no maior número possível de sistemas chama-se teoria geral dos sistemas.ö(RAPOPORT, apud DOUGHERTY & PFALTZGRAFF JR., 2003, p. 138). Já John Burton delinea que um conceito de sistema ãimplica relações entre as unidades. As unidades de um sistema pertencem à mesma ãcategoriaö, com o qual se pretende significar que partilham características comuns que permitem um relacionamento particular.ö(BURTON, apud ibidem).

Para uma melhor visualização do modelo, a escolha foi por uma imagem: a de um tetraedro. O tetraedro é um poliedro com quatro faces; no caso, optou-se por uma pirâmide com base triangular (para mais detalhes, inclusive em relação aos aspectos matemáticos do modelo, ver o Apêndice 4 do presente trabalho)

A base da pirâmide é composta pelos elementos considerados clássicos para a definição de poder, ou seja, território, população e economia. Os três configurariam o **poder básico potencial**, pois podem ser estimulados (ou não) pelos demais elementos que serão apresentados a seguir. Após tal influência (principalmente das esferas irradiadoras), em que os três podem passar por aprimoramentos, temos o **poder básico real**. Como arestas do poliedro, temos as três políticas de Estado já mencionadas, a diplomático-militar, a energética e a alimentar. No interior da pirâmide, há duas esferas irradiadoras, uma responsável pela coesão político-social e outra pela inovação científica e tecnológica.¹²² Logo, o poder ampliado é o resultado da interação de todos os elementos do tetraedro, sejam os do poder básico real ou as políticas que buscam manter ou ampliar a autonomia de um país. A seguir, os elementos serão analisados individualmente.

¹²² A visualização detalhada do modelo pode ser feita ao longo do Apêndice 4..

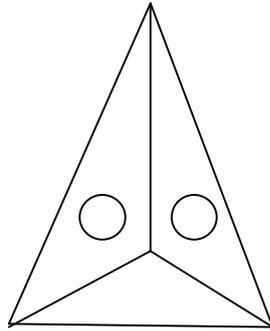


Figura 3.1 Tetraedro do Poder

3.3.1 As esferas irradiadoras

No interior do tetraedro, encontramos duas esferas, denominadas de irradiadoras. A primeira se refere à coesão político-social do país, a segunda à sua capacidade de inovação científica e tecnológica. Ambas são fundamentais para o estabelecimento, consolidação e ampliação dos demais elementos de poder contidos no tetraedro que simboliza o modelo.

3.3.1.1 A esfera da coesão político-social

A esfera da coesão político-social é o núcleo a partir do qual o Estado se demonstra consistente, no longo prazo, em termos de governança estável e capacidade de refletir, conciliar e satisfazer (em maior ou menor grau) as demandas diversas da sociedade. Sem essa coesão, o Estado se demonstra fraco, no sentido dado por Buzan & Waeber (2003, p.22), que compara Estados fortes e fracos:

Esse espectro não é sobre poder (potências fracas/fortes), mas sobre o grau de coesão sociopolítica entre a sociedade civil e as instituições de governo. Em um sentido mais palpável, ele trata sobre o grau de "Estadização"¹²³ (...) que um Estado possui.¹²⁴

¹²³ O termo em inglês é "stateness", ou seja, característica implícita quanto à existência do Estado. Em português, o termo mais próximo seria "estatização". No entanto, ao longo do tempo ele ficou associado apenas

Outro aspecto também a ser destacado é a diferença ressaltada por Aron (2003, p.49) entre o poder dentro da unidade política (*pouvoir*) e o poder da unidade política em si (*puissance*), ou seja, na relação com os demais países. Dessa forma, a maneira como a governança é estabelecida, concretizada, reforçada e ampliada, dentro de um país, o capacita ainda mais em projetar o poder em relação aos demais Estados. Logo, a importância da esfera como irradiadora para os demais elementos do tetraedro é fundamental.

O termo governança, principalmente a partir da década de 1990, passou a abranger todas as formas de gestão dos assuntos públicos, incorporando a sociedade civil ao debate que antes se circunscrevia aos governos propriamente ditos. Essa perspectiva também abarca o trato dos problemas nos diversos níveis (internacional, nacional, federal, estadual, provincial, municipal, etc.)(EUROPEAN COMMISSION, 2013).

Schweller (2006, pp. 11-12), ao analisar por que determinados Estados praticam o *underbalancing*,¹²⁵ esmiúça ainda mais a questão, ressaltando que os Estados não são monolíticos e que nem sempre há convergência entre a elite dirigente e o restante da sociedade, prejudicando a eficiência da governança no longo prazo. Ele destaca que, como óbices ao estabelecimento e concretização do *balancing* (concretização do equilíbrio frente a ameaças externas)¹²⁶, temos:

- a) Consenso dentro da própria elite em relação às características da ameaça, os custos políticos e riscos envolvidos e qual a política mais adequada;
- b) Coesão da elite, ou seja, se a liderança política não está fragmentada em divisões persistentes;
- c) Coesão social, ou o nível de integração política e social
- d) Grau de vulnerabilidade do regime ou governo, derivado de sua legitimação e sustentabilidade perante as crises.

à atuação do Estado na economia, por meio da interferência (direta, via criação de empresas cujo controle acionário é do Estado). Por isso, para este trabalho, preferiu-se adotar o termo "Estadização".

¹²⁴ "This spectrum is not about power (weak/strong powers), but about the degree of sociopolitical cohesion between civil society and the institutions of government. In a real sense it is about the degree of stateness (í) that a state possesses."(tradução livre)

¹²⁵ Processo em que o equilíbrio frente a uma ameaça externa não é conseguido. Para mais detalhes, ver o Glossário do presente trabalho

¹²⁶ Detalhes sobre o termo podem ser encontrados no Glossário do presente trabalho

Embora o raciocínio de Schweller tenha se direcionado a um caso específico, pode-se ampliá-lo para ilustrar as vantagens que uma boa governança e coesão social (derivadas da irradiação da esfera) trazem para todos os elementos do tetraedro, e mais ainda para a consecução das políticas (no caso, as três arestas).

De fato, caso a irradiação dessa esfera seja insuficiente, todos os elementos de poder, embora possam existir individualmente, não conseguirão se articular sistematicamente. Assim, a própria existência do Estado passa a sofrer riscos, ou então pode ocorrer a gradual estagnação (ou mesmo redução), em termos de poder, no cenário internacional. E, conforme mencionado no capítulo 1, o poder internacional é basicamente relativo, ou seja, um poder estagnado enquanto outros países crescem os deles significa, na prática, uma diminuição de influência.

Essa esfera é de particular importância para as arestas do tetraedro, ou seja, as principais políticas de Estado de longo prazo. Caso não haja consenso político sobre os norteadores dessas políticas, obviamente elas não terão consistência no longo prazo. Se, para as políticas públicas em geral, isso já significaria uma significativa perda de eficiência, em média, para aquelas representadas pelas vertentes do tetraedro essa perda é mais alarmante, tendo em vista o quanto são essenciais para a integralidade e integridade dos Estados.

Os exemplos históricos sobre Estados que não conseguiram manter a coesão político-social são inúmeros, por diversas razões: inabilidade de formação de projetos políticos sustentáveis (no sentido gramsciano de blocos hegemônicos) que refletissem e induzissem aspirações da e na sociedade, conflitos étnicos, subjogação por outros Estados, etc. No entanto, talvez valha mencionar um contra-exemplo, ou seja, um Estado que conseguiu manter a coesão político-social ao longo de mais duzentos anos. No caso dos EUA, apesar de ter inclusive passado por uma Guerra Civil sangrenta, o equilíbrio político-societário se manteve, e isso foi fundamental para a sua ascensão no cenário internacional. Num nível mais modesto em termos de anos (quase três décadas), pode-se apontar o caso brasileiro, que desde 1985 (e principalmente 1988, com a nova Constituição) passou a apresentar uma coesão político-social flagrantemente superior à de outros períodos históricos, permitindo inclusive a administração sem traumas de crise (*impeachment* do presidente Collor) que outrora levaria com quase certeza à ruptura da ordem institucional.¹²⁷ Nessas três décadas, o país passou a

¹²⁷ No entanto, a manutenção e/ou aprofundamento da coesão configura um esforço constante e sempre passível de retrocesso, no caso brasileiro, caso a tensão social alcance certos níveis.

usufruir crescente prestígio no cenário internacional, fruto da melhora da percepção externa em relação à sua estabilidade e pelas dimensões de seu mercado interno (em relação ao nível de poder ampliado do Brasil, uma análise específica é feita no Apêndice 1 deste trabalho).

Vale ressaltar que fundamental também é a influência da esfera da coesão político-social na outra esfera irradiadora, a da inovação científico-tecnológica

3.3.1.2 A esfera da inovação científica e tecnológica

A esfera da inovação científica e tecnológica tem também um papel fundamental para o tetraedro, à medida que sua irradiação tem a capacidade de transformar todos os elementos, proporcionando uma ampliação de poder.¹²⁸

Pode-se definir Ciência da seguinte forma:

Entende-se por ciência tanto o processo de investigação ou estudo da natureza, direcionado à descoberta das verdades sobre o Universo, como o corpo organizado de conhecimentos adquiridos através de tal investigação ou pesquisa. (LONGO, 2007a)

Da mesma maneira, a definição de tecnologia é a seguinte (ibidem): o conjunto organizado de todos os conhecimentos científicos, empíricos ou intuitivos empregados na produção e comercialização de bens e serviços. É importante lembrar que nem todas as tecnologias são derivadas de inovações científicas. Por exemplo, Jorge Sabato apontava a invenção do *container* que, a rigor, não envolveu nenhum conhecimento científico, mas que é uma das tecnologias de maior sucesso no setor de transportes. (Ibidem).

Já a definição de inovação é a seguinte:

A ***inovação***, por sua vez, significa a solução de um problema, tecnológico, utilizada pela primeira vez, compreendendo a introdução de um novo

¹²⁸ Para uma extensa revisão sobre a mensuração do poder e os impactos da ciência e tecnologia no mesmo se encontra em TORREÃO & LONGO (2012)

produto ou processo no mercado em escala comercial tendo, em geral, positivas repercussões sócio-econômicas. (grifo no original)(ibidem)

A inovação científica e tecnológica está por trás do acréscimo de poder de todos os países, ao longo da História, pelo impacto no processo produtivo e estratégias militares.¹²⁹ No fundo, para utilizar uma expressão relativamente recente em termos históricos, as inovações são fruto do aprimoramento do capital humano, processo que se acelerou a partir do Renascimento, com Galileu e outros cientistas, e ainda mais estimulado pela Revolução Industrial, que facilitou a educação ampla à população (anteriormente, o ensino era basicamente voltado para as classes mais abastadas).¹³⁰ No entanto, deve-se ressaltar que foi a partir do século XIX que ciência e tecnologia se tornam cada vez mais imbricadas, pelo surgimento de laboratórios especializados. A partir daí, a velocidade das descobertas científicas e a conseqüente aplicação de tecnologias mais avançadas, em todos os aspectos da sociedade, é o que na prática confere maior ou menor dinamismo na busca de ampliação de poder.¹³¹

De fato, segundo Tellis et al. (2000, p. 53), uma das principais características da era pós-industrial é a de sociedades organizadas ao redor do conhecimento. Logo, a tecnologia se identificaria como a ão primeiro e mais importante bloco de montagem para a produção de poder nacional.õ¹³² (ibidem)

No entanto, é forçoso reconhecer que, sem uma coesão político-social (entendida aqui como a existência de uma sólida governança ancorada em instituições legitimadas pela sociedade, produzindo a satisfação da maior parte das demandas e pavimentando a possibilidade de planejamento de longo prazo de políticas públicas, para atingir os objetivos nacionais), o caráter científico-tecnológico de uma sociedade fica prejudicado. Afinal, mesmo em vários países com alto grau de desenvolvimento econômico e social, o Estado é fundamental como indutor e muitas vezes produtor de tecnologia. No conhecido õtriângulo de Sábatoõ¹³³, temos o Governo, as empresas e a academia se integrando para produzir inovações

¹²⁹ Para uma análise do processo de inovação, ver PAVITT, Keith. *The Process of Innovation*. Sussex, SPRU, 2003.

¹³⁰ Nesse aspecto, vale lembrar o esforço pioneiro de São João Batista de La Salle, que ainda no século XVII, defendia e aplicava modelos de educação irrestrita, com ênfase na formação de professores, inclusive os oriundos das classes mais humildes. Cf. SÃO JOÃO BATISTA DE LA SALLE (2012)

¹³¹ Uma ampla revisão do tema pode ser vista em LONGO (2007a), LONGO (2007b) e KNELLER (1978)

¹³² õas the first and most important building block for the production of national powerõ (tradução livre)

¹³³ Proposto por Jorge Sábato, teórico argentino especialista em ciência e tecnologia.

e desenvolvimentos em ciência e tecnologia. E, como pode se concluir, há necessidade de políticas públicas (sustentáveis, de longo prazo) que estimulem um ambiente nacional propício para a inovação científica e tecnológica. Conforme ressalta Longo (2007b),

Finalmente, pelo extraordinário valor estratégico do fator *Ciência e Tecnologia* para a soberania nacional e para o desenvolvimento econômico e social, deverá ocorrer uma crescente participação e intervenção do Estado nas questões relativas ao seu desenvolvimento. Assim, em ciência, tecnologia e inovação, a tendência do Estado é de ser *õmáximoö* e não *õmínimoö*.

A opção por caracterizar a inovação científico-tecnológica como uma esfera irradiadora, e não apenas outra vertente (ou seja, uma aresta, o que tornaria o tetraedro em pentaedro, com uma pirâmide de base quadrilátera e mais quatro faces) se deveu ao profundo impacto que ela possui sobre todos os elementos do tetraedro. Mesmo a esfera irradiadora da coesão político-social é afetada (embora, como vimos, esta também lhe afete). A adoção de inovações tecnológicas em termos de processo contribui para uma melhor governança. Um exemplo simples é o da utilização de urnas eletrônicas nas eleições brasileiras.¹³⁴ Enquanto em outros países (mesmo avançados científica e tecnologicamente, como os EUA) a apuração por vezes é demorada e enseja diversas recontagens, no Brasil os resultados são rápidos e nem por isso menos aceitos como legítimos pela sociedade. Ao mesmo tempo, a disponibilização pública (via internet) de dados sobre a gestão governamental é um fator deveras positivo, em termos de transparência. Além disso, uma maior possibilidade de comunicação fortalece os laços societários em um país com uma área tão extensa.

Mesmo sobre os elementos da base do tetraedro, normalmente visualizados como imutáveis ou de mutação mais lenta, o efeito da ciência e tecnologia é expressivo, e não se está referindo à capacidade de monitoramento, mensuração, etc. A referência é sobre o elemento de *poder em si*.

Por exemplo, o efeito da esfera na economia é evidente, e não é à toa que os países mais industrializados sejam aqueles que dispõem de mais recursos em C&T (abreviatura de ciência e tecnologia). Economias com maior conteúdo de C&T conseguem ser mais eficientes

¹³⁴ Embora haja um reparo, que é a ausência de uma lista impressa ao final para a eventualidade de recontagem, como é utilizado por outros países que também utilizam a urna eletrônica. De fato, o Brasil é o um dos poucos países que adotam as chamadas urnas eleitorais DRE (Direct Recording Electronic) de 1ª geração, os demais já estão na 2ª ou 3ª gerações. Para mais detalhes, ver (TOGNOLI, 2014)

e proporcionar mais recursos para a sociedade, quando comparados países com população semelhantes.¹³⁵ Um claro exemplo é o da Coreia do Sul, que em 1953 se encontrava completamente arrasada devido á Guerra da Coreia; hoje, passados sessenta anos, é um país de alta renda per capita e produção industrial de alto conteúdo tecnológico.

Sobre a população, o impacto também é evidente. Aprimorar em termos educacionais a população não é apenas uma questão de cidadania, mas de incremento de capital humano. 10 milhões de analfabetos constituem um elemento de poder inferior a 10 milhões de alfabetizados, e por aí vai, em todos os sentidos e em todas as atividades. Como exemplo histórico, a chamada "Revolução Prussiana" militar da década de 1860 exigia recrutas com pelo menos educação primária (KENNEDY, 1987, p. 237). Hoje em dia, algumas Academias militares mundiais já exigem nível superior para os entrantes. Lembre-se que o aprimoramento educacional se insere no aprimoramento tecnológico, pois a tecnologia também se refere a processos e o educacional é talvez o mais essencial de todos os existentes na sociedade, pois é da sua crescente eficiência que os demais serão caudatários.¹³⁶

É sobre o território que o efeito do domínio tecnológico é mais surpreendente. Conforme mencionado, o território está ligado ao espaço delimitado como de soberania de um Estado. Em termos de território terrestre, o seu real aproveitamento se dá com o crescente domínio tecnológico sobre a exploração dos recursos nele existentes. Por exemplo, a venda do Alaska pela Rússia aos Estados Unidos, por mais de US\$ 7 milhões, em 1867 foi considerada uma loucura, por alguns. No entanto, com o tempo, o potencial do Alaska provou-se muito maior do que a avaliação original.¹³⁷

Logo, mais território envolve a possibilidade de mais acesso aos recursos (entre os quais os alimentícios e energéticos têm muita importância, pelas razões já explicitadas) demandados pelas necessidades da sociedade. No entanto, mais território sem a capacidade de explorá-lo só fará atrair a atenção de outras nações que o desejem para seus próprios fins.

¹³⁵ Há pouquíssimos contra-exemplos, entre os quais os pequenos países produtores de petróleo, e com população pouco expressiva, no Oriente Médio. Mesmo eles se preocupam, tanto que tentam redirecionar suas economias também para o setor de serviços, de modo que não fiquem dependentes de um produto finito e com volatilidade em termos de preços históricos. Por exemplo, a mera viabilização econômica de um processo alternativo ao petróleo (por exemplo, fusão nuclear a frio) colocaria em risco todo o modelo econômico dos referidos países. Ressalte-se que, nos casos mencionados, embora a renda per capita possa ser alta, a concentração de renda também o é.

¹³⁶ Por exemplo, a Teoria do Crescimento Endógeno, na Economia, propõe que o crescimento sustentável de uma nação se dá apenas quando há incentivos para a inovação tecnológica e aprimoramento do capital humano.

¹³⁷ Isso sem levar em conta a questão geoestratégica, ou seja, a importância de desalojar uma potência extracontinental. Para mais detalhes sobre a compra do Alaska, ver McDOUGALL, Walter. *Let the sea make a noise: a history of the North Pacific from Magellan to MacArthur*. New York: Basic Books. 1993. pp. 298-308

Se a tecnologia já tinha esse impacto sobre o território terrestre, a influência sobre a soberania marítima é mais intensa. Originalmente a soberania sobre as águas circundantes ao território era de três milhas náuticas (o alcance médio de um canhão à época). Posteriormente, o limite foi sendo ampliado, de acordo com os interesses dos países (e capacidade bélica para garantir a soberania). O assunto será analisado no item sobre território, mas vale ressaltar aqui que o aprimoramento da capacidade de exploração dos recursos fez tal debate necessitar de regulamentação em nível supranacional. E essa possibilidade de exploração de recursos altera completamente a conformação de soberania. Por exemplo, uma ilha circular com um raio de uma milha náutica¹³⁸ significa um acréscimo de 10,8 quilômetros quadrados ao território terrestre de um país. Ao mesmo tempo, a mesma ilha pode trazer ao país uma zona econômica exclusiva de aproximadamente 430 mil quilômetros quadrados, caso não haja outras ZEE que se lhe superponham. Nesse sentido, um país como o Japão (pouco expressivo se tomado apenas pela extensão territorial terrestre) passa a assumir outro patamar (conforme será visto no Capítulo 4). Logo, a tecnologia pode proporcionar uma amplificação de território da ordem de até mais de 40 mil vezes!

Sobre a diplomacia, a maior capacidade científica e tecnológica tem impacto também importante, desde a possibilidade de espionagem até monitoramento remoto, diminuindo a assimetria de informação sobre o Estado com o qual se negocia. Avanços na criptografia também aprimoram o desempenho diplomático, em termos de inviolabilidade.

Em relação à subaresta militar, qualquer observação seria redundante, tendo em vista que o avanço tecnológico é o maior diferencial para o sucesso nos conflitos não-assimétricos, desde o século XIX, quando justamente a relação ciência e tecnologia ficou mais estreita.

O mesmo pode ser dito da aresta energia. Por exemplo, investimentos em ciência e tecnologia (pela Petrobrás) transformaram o Brasil de extremamente dependente (ainda na década de 70 do século XX) em provável significativo exportador, com a exploração do pré-sal; vale ressaltar que é o domínio da tecnologia de exploração em águas profundas que garante ao Brasil tal possibilidade, não a existência dos recursos em si, o que valida a observação em relação ao efeito da esfera irradiadora.

Observação similar pode ser feita em relação à produção de alimentos. No início dos mesmos anos 70, julgar que o Brasil seria um dos maiores exportadores de soja do mundo pareceria quimera. No entanto, fruto do desenvolvimento de tecnologia pela Embrapa, o

¹³⁸ 1 milha náutica equivale a 1.852 metros

aproveitamento do cerrado coloca o país como o principal concorrente dos EUA, nesse aspecto.

Logo, fica patente o efeito da esfera irradiadora científico-tecnológica nos demais elementos do tetraedro.

Em suma, a esfera de inovação científico-tecnológica abrange todos os esforços em termos de o país alcançar o chamado *estado das artes* nas diversas atividades da população, não se circunscrevendo às chamadas ciências exatas.

3.3.2 O território

O território é um elemento fundamental para o Estado e também um dos componentes básicos do poder potencial, composto também pela população e economia; sem ele, a própria noção de Estado fica prejudicada. Em geral, abstraídos apenas os exemplos dos chamados microestados, o espaço sobre o qual a soberania do Estado se concretiza é uma variável-chave para acesso aos recursos necessários para as demandas da sociedade. Originalmente, a obtenção de recursos se verificava basicamente no território terrestre. No entanto, à medida que a capacidade tecnológica evoluiu, também o território marítimo passou a ser utilizado. Registre-se que a soberania de um país sobre o espaço aéreo se aplica ao respectivo território terrestre mais o mar territorial (que será analisado adiante).

Aumentar o território traz consigo a possibilidade de incrementar a quantidade de recursos à disposição. Ao mesmo tempo, se tal território (no caso de ser terrestre) for desabitado, constitui um desafio de levar população até ele e constituir uma área de atividade econômica. Sem população e atividade econômica persistentes, as chances de essa parcela do território ser ambicionada ou mesmo conquistada por outro Estado crescem. Entre os recursos a serem obtidos em um novo território, especial atenção é dada, quando possível, aos aspectos energéticos e alimentares, justamente por aumentarem a autonomia do Estado em relação a ambos os fatores ambicionados. Por fim, entre as principais funções da aresta diplomático-militar está justamente a de preservar a soberania do Estado sobre o território. Portanto, comprova-se que a variável território está intrinsecamente ligada a todos os demais elementos do tetraedro, inclusive das duas esferas irradiadoras. No caso do território marítimo, há

especificidades que merecem ser explanadas. Com a Convenção da ONU sobre o Direito do Mar (UNITED NATIONS, 2012), em 1982, alguns parâmetros foram estabelecidos, definindo sucessivos graus de soberania para as zonas marítimas¹³⁹:

- a) Mar territorial ó 12 milhas náuticas a partir da linha de base (linha estabelecida a partir da maré vazante) ó o Estado tem soberania sobre os recursos e a embarcação de qualquer outra nação tem direito à õlivre passagemö, desde que respeite os limites estabelecidos na Convenção;
- b) Zona Contígua ó 24 milhas náuticas a partir da linha de base ó O Estado pode empreender ações relativas a controle de contrabando, imigração e questões sanitárias;
- c) Zona Econômica Exclusiva ó 200 milhas náuticas a partir da linha de base ó O Estado costeiro tem soberania sobre a exploração de recursos naturais vivos e inanimados. Em relação ao fundo do mar, estes recursos podem estar localizados acima, nele ou em seu subsolo. O Estado também é soberano quanto à produção de energia a partir da água, correntes e vento. Além disso, o Estado tem jurisdição sobre ilhas artificiais, instalações, pesquisa científica marinha e proteção e preservação do ambiente marinho.
- d) Plataforma Continental ó Definida pela Convenção como o prolongamento natural da margem continental (região que separa a crosta continental da crosta oceânica), seus limites são 200 milhas náuticas a partir da linha de base, podendo chegar a 350 milhas náuticas. No entanto, não pode ultrapassar 100 milhas náuticas além da linha da isóbata de 2500 metros (linha conectando os pontos com essa profundidade) ó exploração dos recursos da mesma maneira que na Zona Econômica Exclusiva ó Em casos nos quais a Plataforma se estenda além das 200 milhas, proposta circunstanciada deve ser enviada à Comissão de Limites da Plataforma Continental, na ONU, para apreciação e eventual aprovação. Nessa proposta, deve ser demonstrada a capacidade tecnológica de exploração e monitoramento da Plataforma, pelo Estado.

Conforme mencionado anteriormente, durante a análise da esfera da inovação científico-tecnológica, a delimitação da ZEE (Zona Econômica Exclusiva) em 200 milhas

¹³⁹ No caso de superposição de áreas relativas a ZEE entre dois países, a Convenção estipula que os Estados devam buscar a solução no âmbito do Direito Internacional. Alguns contenciosos foram resolvidos pela adoção da linha média entre as Zonas. No entanto, várias áreas de conflito de interpretação ainda subsistem.

náuticas aumentou significativamente o território de diversas nações costeiras ou que possuem ilhas. Afinal, a posse de determinadas ilhas acarreta a disputa por expressiva dimensão de ZEE. Por menor que seja, caso a ilha esteja a no mínimo 200 milhas náuticas de outra ZEE, há o acréscimo de centenas de milhares de quilômetros quadrados ao território soberano, ao menos em termos de exploração potencial de recursos.¹⁴⁰

Portanto, a lógica da soberania (e do poder de um Estado) envolve também a questão do território marítimo, à medida que a exploração dos recursos lá localizados começou a adquirir exequibilidade, devido aos avanços tecnológicos. Logo, para a análise deste trabalho, somar-se-á ao território terrestre também o território marítimo.¹⁴¹

Uma observação adicional é a de que a International Seabed Authority ISA), ligada à ONU, pode autorizar a pesquisa e exploração do leito marinho além das jurisdições nacionais mencionadas (GUGLIANO 2014, pp. 9-10). No entanto, por se referir a uma autorização de tempo determinado, sem constituir um acréscimo formal ao território reconhecido internacionalmente, tal fator não foi considerado nos cálculos (ver Apêndice 2 do presente trabalho).

3.3.3 A população

A população sempre foi considerada um elemento do poder de um Estado, à medida que grandes contingentes populacionais permitiam a existência de efetivos para os exércitos, além de garantir a ocupação do território. Outro fator é o impacto de uma população sobre a atividade econômica; o maior número de pessoas acarreta uma tendência quanto ao intercâmbio econômico entre elas. De fato, mesmo populações pobres impactam positivamente a dimensão do PIB de uma nação e, quando uma boa parte deixa de ser pobre, a magnitude do PIB é maior ainda (caso da China e Índia, em anos recentes).

¹⁴⁰ Por exemplo, o caso das Ilhas de Trindade e Martim Vaz, para o Brasil. No entanto, é importante ressaltar que (ao contrário do caso brasileiro citado) o Artigo 121 da Convenção do Direito do Mar declara que rochas que não podem sustentar habitação humana ou vida econômica própria não terão direito à delimitação de uma ZEE ou Plataforma Continental.(UNITED NATIONS, 2013). Vale ressaltar que o conceito de ilha é diferente de rocha, para a Convenção, implicando diferentes níveis de soberania (ibidem)

¹⁴¹ Por enquanto, a utilização tecnológica do espaço aéreo (acima do território de um país) ainda não alcançou o potencial em termos de exploração de recursos que foi atingido no caso do mar territorial. Mas, com a evolução da tecnologia, essa é uma possibilidade a ser acrescentada no modelo, no futuro.

Mas a melhor maneira de visualizar a população como elemento de poder é analisá-la como capital humano, o que corresponderia ao estoque de conhecimento ou características que o trabalhador apresenta (tanto de maneira inata quanto adquirida) e que contribui para sua produtividade (ACEMOGLU & AUTOR, p. 3).¹⁴²

Quanto mais este capital humano for aprimorado, melhores as perspectivas de transformar os recursos da sociedade em resultados positivos. Nesse sentido, a gradual expansão da educação é um bom exemplo. Desde a Antiguidade até o século XVIII, em linhas gerais, considerava-se a educação como fator necessário primordial apenas para a elite econômica e política.¹⁴³ Com a Revolução Industrial sobreveio a necessidade de trabalhadores com maior nível de conhecimento e disciplina (não é à toa que a sineta para encerramento de aulas e recreio, com horários rígidos a serem cumpridos, é um claro preparador para os elementos equivalentes nas grandes fábricas)

Atualmente, em um panorama no qual as sociedades se estruturam em termos de conhecimento e inovação (conforme visto na seção 2.3.1.2), o contingente populacional deve ser educado continuamente. Mesmo a questão militar envolve cada vez maior tecnologia em vez do número de soldados, ou seja, é qualidade do soldado (devido ao seu treinamento, capacidade de lidar com equipamento de alta tecnologia, etc.) que é o fator determinante, e não a quantidade.

Logo, quanto mais a sociedade for educada, maiores as possibilidades de a quantidade de população ser revertida favoravelmente para o acréscimo efetivo de poder. Kennan (1993:143), por exemplo, considera os países com grande população e território como países-monstro, e por isso, com determinadas dificuldades de uma governança mais fluida, tendo em vista os diversos grupos dentro da sociedade e a dificuldade de se atingir consenso. No entanto, também vale ressaltar que países com grande população, na prática, tornam muito mais difícil a conquista por outro Estado, tendo em vista a dimensão do contingente de ocupação necessário e a possibilidade de viabilização de confrontos de ordem assimétrica (por exemplo, guerrilha urbana e/ou rural).

Tendo em vista que o aprimoramento do capital humano depende de políticas públicas sustentáveis e do melhor gerenciamento dos recursos (humanos e materiais), ou seja, uma

¹⁴² “any stock of knowledge or characteristics the worker has (either innate or acquired) that contributes to his or her “productivity”. (tradução livre)

¹⁴³ Com exceções conhecidas, como a proposta de Platão em sua República e, conforme mencionado anteriormente, São João Batista de La Salle, no século XVII.

melhor tecnologia (social), as duas esferas irradiadoras influem decisivamente nesse lado do triângulo que serve de base ao tetraedro.¹⁴⁴

Ao mesmo tempo, um maior território significa a possibilidade de abrigar uma população em expansão, e também a economia acarreta melhores condições para a população. Quanto às três arestas, a diplomático-militar pode assegurar os interesses dessa população, em meio a vários outros Estados, e tanto a energética quanto a alimentar podem proporcionar melhores condições de vida. Logo, a influência dos outros elementos do tetraedro no elemento população fica demonstrada

3.3.4 A economia

A dimensão da economia é vista como um elemento do poder por todos os principais autores já mencionados neste trabalho, na lógica de que uma maior economia proporciona mais recursos disponíveis para fins militares e, conseqüentemente, maior capacidade de defesa ou ataque. Por exemplo, Mearsheimer (2001, p. 46) é enfático: *“maior prosperidade econômica invariavelmente significa maior riqueza, que tem implicações significativas para segurança, porque a riqueza é o alicerce do poder militar.”*(sem ênfase no original)¹⁴⁵. Embora essa vertente deva ser ressaltada, vale lembrar que a prosperidade de uma economia afeta todos os demais elementos do tetraedro do modelo analisado, e não apenas a subaresta militar. De fato, o Estado passa a ter mais recursos para aprimorar sua gestão (devido á maior arrecadação de impostos, derivado do fluxo de transações crescente), investir em inovação tecnológica, permitir uma maior capacidade de absorver choques externos em relação à alimentação e energia, dar melhores condições de vida para a população, maior e melhor ocupação do território e proporcionar serviços diplomáticos e de inteligência mais eficientes. Logo, a interrelação entre os elementos fica mais uma vez constatada.

O efeito sobre as duas esferas irradiadoras merece um tratamento mais detalhado. Afinal, são delas as principais influências de longo prazo que irão afetar tanto os lados quanto as arestas do tetraedro.

¹⁴⁴ Ou seja, dois países com a mesma população podem apresentar resultados **efetivos** diferentes em termos do comprimento da aresta populacional

¹⁴⁵ *“greater economic prosperity invariably means greater wealth, which has significant implications for security, because wealth is the foundation of military power.”*(tradução livre)

No caso da esfera da coesão político-social, o desempenho da economia apresenta efeito imediato, em diversos níveis. O crescimento econômico contribui para legitimar a ação dos governos, o que aumenta a chance de continuidade no poder dos grupos que integram o governo e de fortalecimento (ou consecução) de objetivos consensuais na sociedade. Além disso, conforme já citado, reforça a capacidade de receita governamental, expressa numa maior arrecadação fiscal (e sem necessariamente aumentar o nível de tributação) por conta do nível de transações na economia e melhor aparelhamento da burocracia tributária (e o restante da burocracia de Governo). Por sua vez, o maior equilíbrio fiscal permite o investimento (ou isenções) do Estado na inovação tecnológica, estimulando as demais duas pernas do citado triângulo de Sábato (ou seja, empresas e academia).¹⁴⁶

A partir daí, instaura-se um círculo virtuoso, já que o maior sucesso na inovação científica e tecnológica aumentará o desempenho da economia no longo prazo. Portanto, o desempenho da economia é afetado pelas duas esferas e por sua vez as afeta.

Em relação ao território, um mau desempenho da economia pode obstaculizar a ocupação efetiva de áreas menos populosas ou mesmo de protegê-la (militar e/ou diplomaticamente) da ambição de outros Estados. O caso já citado da venda do Alasca para os EUA, ao qual podem ser acrescentadas a venda da Flórida e Território da Luisiânia, também aos EUA, respectivamente por Espanha e França, exemplifica essa possibilidade.

A população, por sua vez, tem melhores condições de vida e aprimoramento educacional com o bom desempenho da economia. E, no caso das três arestas do tetraedro, o efeito é facilmente visualizado, principalmente quanto ao aspecto da subaresta militar. Em relação à subaresta diplomática, o crescimento da economia tende a fazer aumentar a necessidade de mais contato com o exterior (tanto pelos fluxos de exportação e importação quanto por investimentos, financeiros ou não). Logo, mais contato gera mais interesses a serem preservados ou atingidos, o que obriga o Estado a um esforço diplomático maior.

Na aresta energética, o crescimento econômico costuma diminuir a autonomia dos países, já que a demanda por energia sofre crescimento no curto prazo e boa parte dos investimentos energéticos, conforme será visto na seção 3.3.6, é de médio e longo prazos. Os efeitos da tecnologia em buscar e alcançar novas fontes de energia, em nível nacional, não se concretizam tão rapidamente quanto as necessidades derivadas do crescimento econômico. No entanto, essa autonomia pode voltar a crescer, à medida que as novas fontes passem a atuar.

¹⁴⁶ Cf. a nota 23 do presente trabalho

Na aresta alimentar, ocorre o mesmo fenômeno, já que a maior capacidade de consumo na população, gerada pelo crescimento econômico, faz surgir uma demanda até então inexistente (pela escassez de renda) por determinados produtos, geralmente de maior valor proteico. Logo, a autonomia alimentar também tende a diminuir, num primeiro momento. A recuperação será possível, mas alguns países não dispõem de tecnologia ou capacidade de expansão da fronteira agrícola, o que fará persistir a redução (mesmo que controlada) da autonomia. Maiores detalhes serão analisados na seção 3.3.7.

Portanto, também foi demonstrado o efeito sistêmico da economia sobre os demais elementos do tetraedro.

3.3.5 A aresta diplomático-militar

Responsável básica pela busca de garantir a integridade do território e salvaguardar os interesses no relacionamento com outros Estados, tal aresta é fortemente influenciada pelos três elementos básicos do tetraedro e pelas esferas irradiadoras, conforme já assinalado. O equilíbrio da utilização das duas subarestas, ou seja, a obtenção do *smart power*, é o objetivo máximo a ser alcançado. Conforme enfatizado por Aron (2003, p. 40), o relacionamento entre as nações é contínuo: diplomacia e guerra são apenas modalidades complementares, uma ou outra dominante em cada instância.¹⁴⁷

Mesmo um autor como Foucault, o qual opera com premissas ontológicas diversas do realismo, ressalta a importância do aparato diplomático-militar para a formação do Estado moderno (ou seja, a partir da consolidação do capitalismo como modo de produção predominante)¹⁴⁸:

...o desenvolvimento de um exército permanente junto com uma diplomacia permanente; a organização, se lhes aprouver, de um permanente aparato diplomático-militar com o objetivo de manter a pluralidade dos Estados livres de absorção imperial de modo que um equilíbrio possa ser estabelecido entre eles sem a produção de tipos

¹⁴⁷ “The commerce of nations is continuous: diplomacy and war are only complementary modalities, one or the other dominating in turn...” (tradução livre)

¹⁴⁸ Agradeço ao professor Thiago Rodrigues a lembrança quanto a essa observação de Foucault.

imperiais de unificação ao longo da Europa. (FOUCAULT, 2008, p.5)¹⁴⁹

Curiosamente, embora partindo de premissas metodológicas o mais das vezes conflitantes, as palavras finais da frase de Foucault ecoam claramente as observações de Hume e, posteriormente, Aron quanto ao *equilibrium*, conforme visto na seção 1.3.2.2.

Conforme já mencionado no capítulo 1, associar a diplomacia apenas ao *soft power* é equivocado, segundo Nye. Afinal, é a forma de utilização do poder que lhe confere sua especificidade, não as suas características estruturais. Logo, tanto a diplomacia pode adquirir contornos de *hard power* (embora isso não seja tão usual; como exemplo, podem-se citar os acordos financeiros considerados leoninos) quanto a componente militar aspectos de *soft power* (por exemplo, em missões humanitárias)

A diplomacia é um processo que sofisticava o relacionamento entre os Estados. De fato, a ausência de relações diplomáticas, apenas duas opções existem: mútua ignorância ou decidir pela guerra.¹⁵⁰ (BUZAN & LITTLE, p. 209). Segundo os autores, a diplomacia seria uma tecnologia social que teria se desenvolvido além dos limites internos de cada Estado, contribuindo decisivamente para o desenvolvimento dos sistemas internacionais. (ibidem, p.200).

A diplomacia apontaria a disposição de unidades políticas trabalharem dentro de um arcabouço de regras.¹⁵¹ (ibidem, p. 209) Além disso, a diplomacia facilita a capacidade de comunicação entre os Estados; afinal, a assimetria de informação é um dos componentes básicos que aumenta as chances de decisões conflituosas. A evolução da diplomacia, com a estruturação cada vez mais complexa do Direito Internacional, visível entre os países europeus a partir do século XVII, coexistiu com conflitos intensos do ponto-de-vista militar (e dentro do próprio cenário europeu). Além disso, no contato com outras regiões do mundo, durante a expansão colonial e imperialista, as potências européias se valeram da dominação pela coerção e imposição de status desigual.¹⁵² (ibidem, p. 317).

¹⁴⁹ “the development of a permanent army along with a permanent diplomacy: the organization, if you like, of a permanent military-diplomatic apparatus with the objective of keeping the plurality of states free from imperial absorption in such a way that an equilibrium can be established between them without the production of imperial types of unification across Europe.”(tradução livre)

¹⁵⁰ “In the absence of any diplomatic relations, only two options exist: ignore each other, or go to war.”(tradução livre)

¹⁵¹ “a willingness of political units to work within a framework of rules” (tradução livre)

¹⁵² “dominated by coercion and the imposition of unequal status.”(tradução livre)

O modelo europeu de diplomacia era baseado em relações bilaterais; no entanto, a multiplicidade de Estados, em termos atuais, inviabiliza que tal procedimento seja seguido de maneira rígida, pois poucos países têm condições de manter mais de 200 postos diplomáticos em operação. Daí, o crescimento do número de fóruns multilaterais foi a alternativa encontrada para a continuidade da troca de informações e o fortalecimento de um conjunto de regras que fosse aceito como válido por diferentes Estados. (ibidem, p. 317)

Logo, a subaresta diplomática constitui o conjunto de atividades interestatais envolvendo a troca de informações e estabelecimento de padrões de convergência a regras e procedimentos.

Já a subaresta militar (responsável pela utilização efetiva ou potencial de recursos bélicos para a defesa dos interesses nacionais, entre os quais se destaca a integridade territorial)¹⁵³ se ancora cada vez mais na sofisticação tecnológica, o que coloca a questão do desempenho econômico como ainda mais fundamental (já que ele é necessário para produzir os recursos que garantam esse fluxo de inovação), estreitando ainda mais o efeito da economia sobre as forças militares. E, para garantir os interesses econômicos cada vez mais prementes, tanto a diplomacia quanto o fator militar são utilizados.

Um outro elemento que explicita a conexão cada vez mais intrincada entre economia e desenvolvimento militar é o da Base Industrial de Defesa (BID), abrangendo toda a cadeia de pesquisa e produção relacionada a bens e serviços que possam contribuir para os objetivos da segurança e defesa de um determinado país.¹⁵⁴

Lind et. al (1987) consideram que o conceito de guerra (*warfare*, no original) passou por três gerações, a partir da Revolução Industrial, indo desde a Guerra de Massa (acúmulo de poder de fogo no campo de batalha) até a Blitzkrieg (com manobras, rápidas penetrações e ruptura do Estado inimigo), passando pela Guerra Industrial (esgotamento do inimigo por meio de maior mobilização e poder de fogo). Robb (2007, p. 24-26) acrescenta que o surgimento das armas nucleares acrescentou uma nova faceta às guerras interestatais convencionais, baseadas nos estágios mencionados, reduzindo a possibilidade do surgimento de tais conflitos, mesmo ponto defendido por Butfoy (2008). No entanto, o mesmo autor menciona um quarto estágio, também elaborado por Lind et al, o qual consistiria da utilização de táticas terroristas e de guerrilha por Estados, objetivando o esgotamento político e e/ou

¹⁵³ Sobre a conceituação do poder militar, ver ALSINA JÚNIOR (2009, pp. 23-26)

¹⁵⁴ Para a análise da BID no caso brasileiro, ver AMARANTE (2012) e FERREIRA & SARTI (2011)

econômico (ibidem, pp.26-32). Obviamente, a utilização de tecnologia passa a se tornar ainda mais imprescindível do que nos três estágios anteriores, tanto em termos de ataque quanto defesa (passiva ou preventiva).

Na questão tecnológica para as atividades militares, Lele (2009) divide as tecnologias em três tipos: tecnologias de plataforma (espaço próximo e robôs militares), tecnologias de armamento (armas de energia direcionada) e tecnologias emergentes e convergentes (nanotecnologia, biotecnologia, tecnologia cognitiva e inteligência ambiente¹⁵⁵).

A população e o território se constituem em nítidos influenciadores também do subsegmento militar. À medida que a questão militar adquire crescente participação da tecnologia, o preparo educacional dos soldados também se torna um elemento fundamental. Ao mesmo tempo, questões territoriais obrigam os militares a um contínuo aprimoramento da otimização do esforço de como proteger a integridade do Estado, ainda mais se levarmos em conta o quanto a tecnologia tem ampliado os níveis iniciais de soberania territorial, conforme visto no item 3.3.2.

Por fim, os aspectos da autonomia energética e alimentar muitas vezes levam os Estados a campanhas militares no sentido de apropriação de território estrangeiro, numa tentativa de minorar a dependência (as outras opções são esforços diplomáticos intensivos, com o objetivo de garantir contratos de fornecimento de longo prazo, ou a inovação tecnológica, com o intuito de reformular a produção doméstica do item em questão). No entanto, ressalve-se que os contratos de longo prazo podem sofrer de descontinuidade, devido a rupturas políticas no relacionamento entre os países envolvidos; ao mesmo tempo, a solução tecnológica é tipicamente de médio a longo prazos, por envolver um grau significativo de pesquisa e desenvolvimento até soluções adequadas para a resolução do problema serem alcançadas.

Curiosamente, o próprio funcionamento da máquina militar por vezes enseja uma diminuição da autonomia energética. Por exemplo, conforme Yergin (2010, pp. 168-183), a necessidade de modernizar a marinha de guerra britânica para fazer frente aos esforços análogos germânicos levou Churchill a propor a estatização da empresa petrolífera Anglo-Persian (depois incorporada à atual British Petroleum) em 1914, por motivos estratégicos. Logo, para garantir a superioridade da marinha britânica sobre a alemã, introduzindo um forte

¹⁵⁵ *õAmbient intelligenceö* no original, refere-se ao desenvolvimento tecnológico que tornaria o ambiente sensível e reativo à presença do ser humano.

componente tecnológico (ou seja, a substituição do carvão pelo petróleo como combustível dos navios), trocou-se a oferta garantida de carvão (em Gales) para o suprimento de petróleo a partir do Oriente Médio, a milhares de quilômetros de distância, de acordo com Yergin (2012, p. 267). Ou seja, em casos extremos, pode-se optar pela redução da autonomia numa aresta ou subaresta específica desde que alterações em outras arestas ou subarestas produzam uma **resultante total** que implique maior autonomia (e, conseqüentemente, mais poder ampliado) para o país.¹⁵⁶

3.3.6 A aresta energética

A aresta energética cobre a política de longo prazo visando à manutenção de uma matriz (ou seja, um conjunto integrado de tipos diversos de suprimento energético) que satisfaça às necessidades de uma nação. Em geral, as sociedades modernas passaram a utilizar um montante crescente de energia, à medida que se desenvolveram. Por exemplo, entre 1973 e 2011 o consumo de energia mundial quase dobrou, passando de 4.674 Mtoe¹⁵⁷ para 8918 Mtoe (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2013, p. 28). Vale ressaltar que a matriz energética de cada país depende dos recursos de que dispõe: por exemplo, 79,4% da energia elétrica francesa é gerada a partir da energia nuclear, enquanto no Brasil 80,6% da energia elétrica é obtido com energia hidrelétrica (ibidem, pp. 17, 19).¹⁵⁸

Em termos mundiais, a OTEP, Oferta Total de Energia Primária (Total Primary Energy Supply, em inglês), apresentou a seguinte evolução temporal, comparando-se os anos de 1973 com 2011 (ibidem, p.8):

Tabela 3.1 Oferta Total de Energia Primária Mundial (%) ó 1973, 2011

¹⁵⁶ Em termos do modelo matemático, explicitado no Apêndice 4, neste caso um menor ponto de relevo na aresta energética seria compensado pela sobreextensão da subaresta militar (pela superioridade tecnológica adquirida). Tal fenômeno pode ser visualizado nas Figuras A4-11, A4-12 e A4-13, no Apêndice 4.

¹⁵⁷ Mtoe ó sigla equivalente a *million tonnes of oil equivalent*. Toe é uma unidade de energia, equivalendo à energia gerada pela queima de uma tonelada de petróleo. Por definição (já que há vários tipos de petróleo, com diferentes rendimentos calóricos), uma toe equivale a 11630 GWh. (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY). Para efeito de comparação, a produção de energia em Itaipu em 2012 foi de 98.290 GWh, ou seja, quase 9 Mtoe (ITAIPU BINACIONAL, 2013)

¹⁵⁸ No caso do Brasil, vale lembrar que tal percentual, válido para o ano de 2011, não se verifica em períodos nos quais a precipitação pluvial seja prejudicada, como nos anos de 2013 e 2014.

Tipo de Energia	1973	2011
<i>Petróleo</i>	46,0	31,5
<i>Carvão</i>	24,6	28,8
<i>Gás Natural</i>	16,0	21,3
<i>Materiais diversos (*)</i>	10,6	10,0
<i>Hidroeletricidade</i>	1,8	2,3
<i>Nuclear</i>	0,9	5,1
<i>Outros (**)</i>	0,1	1,0

(*): Materiais diversos se referem em sua maioria a materiais residuais florestais agrícolas, além de biocombustíveis (RICHTER, 2012, p. 67)

(**): Inclui energia solar, geotérmica, eólica, marés, etc.

Fonte: INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2014)

Conforme pode ser visualizado na Tabela 3.1, o petróleo ainda continua como maior responsável pela oferta de energia,¹⁵⁹ embora outras fontes tenham crescido significativamente, especialmente a nuclear, o gás natural e as chamadas fontes alternativas (eólica, solar, etc.). Os fatores que contribuíram para isso são o aumento do preço do petróleo e as crescentes discussões sobre o impacto ambiental dos chamados combustíveis fósseis, o que estimulou vários países a subsidiarem fontes alternativas. No entanto, cabe lembrar que a oferta de carvão (um combustível altamente poluente) aumentou percentualmente. Em realidade, a OTEP mundial passou de 6109 Mtoe para 13113 Mtoe, mais do que dobrando.

Se em relação à produção outras fontes que não o petróleo têm sido incentivadas, a Tabela 3.2 aponta que, em **nível de consumo**, tais iniciativas começam a apresentar algum resultado, com a diminuição percentual de petróleo e carvão. No entanto, vale ressaltar que há termoelétricas que ainda utilizam tanto petróleo quanto carvão. Neste caso, o consumo dos dois combustíveis é considerado intermediário e não aparece na estatística da Tabela 2.1.

Tabela 3.2 Consumo Energético Final Mundial (%) ó 1973, 2011

Tipo de Energia	1973	2011
<i>Petróleo</i>	48,1	40,8
<i>Carvão</i>	13,7	10,1
<i>Gás Natural</i>	14	15,5
<i>Materiais diversos (*)</i>	13,2	12,5
<i>Eletricidade</i>	9,4	17,7
<i>Outros (**)</i>	1,6	3,4

(*): Materiais diversos se referem em sua maioria a materiais residuais

¹⁵⁹ Deve-se ressaltar o papel do *shale oil* (óleo de xisto), que já responde por 26% da produção de petróleo nos EUA e 10% na produção mundial, cf. EIA. *Shale oil and shale gas resources are globally abundant*. 2013.

florestais e agrícolas, além de biocombustíveis (RICHTER, 2012, p. 67)

(**): Inclui energia solar, geotérmica, eólica, marés, etc.

Fonte: INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (2014)

Conforme já mencionado, a segurança energética é uma das políticas de longo prazo per se de um país. Segundo Yergin (2012, p. 266), ãa segurança energética não é apenas sobre contrapor a ampla variedade de ameaças; é também sobre as relações entre nações, como elas interagem umas com as outras, e como a energia impacta sua segurança nacional como um todo.¹⁶⁰

Quais as dimensões da segurança energética? Segundo Yergin, são várias:

A definição usual de segurança energética é muito direta: a disponibilidade de suprimentos suficientes a preços toleráveis. Todavia, há várias dimensões. Primeiro há a segurança física ó proteger os ativos, infraestrutura, cadeia de suprimento, e rotas comerciais, e constituir provisões para rápida troca e substituição, quando necessário. Segundo, acesso à energia é crítico. Isso significa a condição de desenvolver a adquirir novos suprimentos ó física, contratual e comercialmente. Terceiro, a segurança energética é também um sistema ó composto de políticas nacionais e instituições internacionais que são constituídas para responde de maneira coordenada a disrupções, deslocamentos e emergências, tal como contribuir para manter o fluxo estável de suprimentos. E, final e crucialmente, devido à natureza de longo prazo, é investimento. A segurança energética requer políticas e um clima empresarial que promovam investimento, desenvolvimento e inovação para garantir que suprimentos adequados e infra-estrutura estejam disponíveis, quando necessário, no futuro.¹⁶¹ (YERGIN, 2012, pp. 268-269)

Portanto, fica claro o quanto a questão energética é relevante, para a consecução dos objetivos nacionais. Em termos do modelo, a autonomia energética total nem sempre é possível, devido à assimetria da disponibilidade de recursos energéticos no planeta. No entanto, a maioria dos países (e especialmente os mais influentes em termos mundiais) busca constantemente garantir (via meios diplomáticos, econômicos ou militares) o suprimento

¹⁶⁰ ãenergy security is not Just about countering the wide variety of threats: it is also about the relations among nations, how they interact with each other, and how energy impacts their overall national security.ö(tradução livre)

¹⁶¹ ãThe usual definition of energy security is pretty straightforward: the availability of sufficient supplies at affordable prices. Yet there are several dimensions. First is physical security- protecting the assets, infrastructures, supply chains, and trade routes, and making provision for quick replacements and substitution, when need be. Second, access to energy is critical. This means the ability to develop and acquire energy supplies ó physically, contractually, and commercially. Third, energy security is also a system ó composed of the national policies and international institutions that are designed to respond in a coordinated way to disruptions, dislocations, and emergencies, as well as helping to maintain the steady flow of supplies. And, finally and crucially, if longer-term in nature, is investment. Energy security requires policies and a business climate that promote investment and development and innovation to ensure that adequate supplies and infrastructure will be available, in a timely way, in the future.ö(tradução livre)

estável de tais recursos. A crescente preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente é um fator adicional que interfere na produção e consumo de energia (pelos diferentes impactos poluidores dos tipos de insumos energéticos, além de sua eventual finitude), afetando conseqüentemente o nível de autonomia a ser implementado.

Devido à primazia que apresenta tanto em termos de produção quanto consumo, o petróleo é o padrão de referência para os demais recursos energéticos. De fato, é o preço do petróleo que estabelece padrões de competitividade para tecnologias pioneiras ou alternativas, para as demais componentes da matriz e mesmo outras commodities, como alimentos, tendo em vista sua importância para o transporte mundial. Desde que passou a se integrar definitivamente como principal recurso para as indústrias e meios de locomoção¹⁶², no início do século XX, as sociedades se estruturaram para o uso intensivo de petróleo e, a não ser que haja uma revolução tecnológica de imensas proporções, ele continuará como principal elemento da matriz energética mundial nas próximas décadas.¹⁶³

Periodicamente, surgem avaliações de que o petróleo irá se exaurir ou já alcançou o pico de produção. Segundo Yergin (2012, pp. 229-235), a avaliação atual que preconiza tal esgotamento já é a quinta, desde o século XIX. Em todas as vezes, o avanço tecnológico proporcionou o aumento das reservas, em vez da sua diminuição. De fato, conforme ressalta o autor, inovação será crítica. Hoje, a ênfase em inovação ao longo do espectro energético é maior do que nunca¹⁶⁴(*ibidem*, pp. 5-6)

Em termos do modelo de equilíbrio de autonomias, a esfera irradiadora de inovação científico-tecnológica afeta a aresta energética, podendo elevar o ponto de relevo e aumentando a autonomia.¹⁶⁵

Por exemplo, os EUA estão explorando gás e petróleo a partir do xisto, o que pode influir na política externa, em termos de menor dependência de certas regiões do planeta onde, para garantir o suprimento de longo prazo, sua presença é ostensiva (CROOKS &

¹⁶² Até então o mercado primário para o petróleo era iluminação, substituindo o óleo de baleia e outros fluidos em lâmpadas a óleo. Segundo Yergin (2012, p. 231), Rockefeller tornou-se milionário não por conta do transporte mas como comerciante de iluminação.

¹⁶³ Embora, na representação gráfica do modelo, vá-se optar por uma simplificação, apontando a autonomia em relação às demandas energéticas totais, deve-se registrar que os diversos tipos que compõem a matriz energética nem sempre são intercambiáveis, ou seja, sua aplicação muitas vezes é restrita a determinadas atividades. Por exemplo, nos EUA 95% da energia utilizada nos transportes vem do petróleo (Richter, 2012, p. 98); já o carvão é basicamente utilizado em termelétricas, indústrias e construções (*ibidem*, p. 85).

¹⁶⁴ Innovation will be critical. Today, the emphasis on innovation across the energy spectrum is greater than ever before. (tradução livre)

¹⁶⁵ Para mais detalhes, ver o Apêndice 4.

DYER, 2013). Segundo Yergin (2012, p. 6), o gás de xisto seria a maior inovação energética desde o começo do novo século.¹⁶⁶ Em 2011, o nível de autonomia dos EUA, em termos energéticos totais, já era de 80%, e tende a aumentar (INTERNATIONAL ENERGY AGENCY, 2014).

Já para muitos indianos, o maior problema financeiro estrutural do país é a pesada e crescente dependência indiana de energia importada.(...)A Índia importou 82% de suas necessidades petrolíferas(MALLET, 2013).

No caso do Brasil, que será analisado no Apêndice 1, a exploração de petróleo em águas profundas e o desenvolvimento de um programa eficiente de biocombustíveis (RICHTER, 2012, pp. 174-184; BATISTA, 2013) demonstra o potencial transformador da tecnologia em termos de autonomia energética.

Tendo em vista o caráter volátil dos preços do petróleo, nas ocasiões de baixa surgem análises defendendo que o mercado resolverá automaticamente todos os problemas e de que não há necessidade de uma política de segurança energética. Tal raciocínio também é utilizado para a questão da segurança alimentar, que será analisada na seção seguinte. No entanto, vale lembrar que a financeirização dos combustíveis, ou seja, sua transformação em algo mais do que um produto físico (ativos simbólicos, a exemplo dos derivativos), conspira para uma volatilidade potencial crescente, especialmente quando riscos políticos se concretizam e desestabilizam ainda mais os mercados.

Portanto, à medida que um nível razoável de incerteza tornou-se um elemento estrutural (por conta da financeirização), mais e mais a questão da segurança energética tornar-se-á imperativa para os países, especialmente aqueles que necessitem de um aumento continuado de oferta para atender às suas demandas.

Outro ponto a se destacar é um fenômeno também atinente à segurança alimentar, que será abordada na seção seguinte: a necessidade de grandes empresas que consigam integrar todo o processo produtivo, desde a exploração até a comercialização. De fato, não é a posse *per se* dos recursos energéticos que garante a um país o aproveitamento integral dos mesmos; de nada adianta possuí-los no subsolo e não possuir a tecnologia para extraí-los, transportá-los, refiná-los e comercializá-los. É a participação em toda a cadeia de processo produtivo que

¹⁶⁶ shale gas, the biggest energy innovation since the start of the new century (tradução livre). Sobre mais detalhes a respeito do gás de xisto, Yergin(2012, pp. 327-334).

se reflete em poder em toda sua amplitude. Tal característica, por sua vez, implica necessariamente a formação de grandes empresas em nível mundial. Este aspecto permitiu que empresas associadas às grandes potências (principalmente EUA e Inglaterra, com as chamadas Sete Irmãs¹⁶⁷) auferissem a maior parte das rendas associadas à exploração e comercialização do petróleo, principalmente no período entre o final da Segunda Grande Guerra e o primeiro choque do petróleo, em 1973. Entre as práticas aplicadas pelas grandes empresas, algumas das quais já adiantadas na célebre reunião no Castelo de Acchnacarry¹⁶⁸, na Escócia, figurava um acordo quanto aos níveis de produção, num cartel. Logo, a reação de tais empresas à formação da OPEP, configurando um cartel de produtores, guarda um tanto de ironia. A introdução significativa da vertente financeira, mencionada no parágrafo anterior, acrescenta outro fator no processo, reforçando sua complexidade.

Conforme comentado ao longo da seção, o processo energético envolve várias fases. Logo, a pertinência da aresta energética no modelo do equilíbrio de autonomias é comprovada.¹⁶⁹ Um país procura manter ou aumentar o seu nível de autonomia energética, de modo a continuar realizando seus objetivos, sem rupturas, e não perder seu poder relativo aos outros. Em teoria, países com um excesso de autonomia em recursos energéticos poderiam exercer um poder de coação ou coerção em outros (com embargos, por exemplo). Na prática, vários exemplos históricos ocorreram, o que ampliou a preocupação dos países em justamente evitarem tal situação. Um dos casos mais relevantes foi a decisão dos EUA em proibir a exportação de combustíveis ao Japão, por conta da investida em relação à Indochina francesa (para justamente conseguir dominar a Indonésia, produtora de petróleo), após a ocupação da França pela Alemanha nazista (YERGIN, 2010, pp. 348-364) Outro exemplo foi o embargo dos países árabes aos países do Ocidente, por conta do apoio a Israel na Guerra do Yom Kippur em 1973 (ibidem, pp. 686-690).

Por fim, a influência recíproca entre a aresta energética e os demais componentes do tetraedro é evidente. Uma autonomia energética apropriada permite o bem-estar da população,

¹⁶⁷ Segundo Yergin (2010, p. 566), denominação conferida por Enrico Mattei, empresário italiano do ramo petrolífero, às empresas Exxon, Mobil, Chevron, Texaco, Gulf, Royal-Dutch Shell e British Petroleum (as cinco primeiras dos EUA, as duas restantes do Reino Unido; no caso da Royal Dutch Shell, vale lembrar que é uma associação entre uma empresa britânica e outra dos Países Baixos). Para mais detalhes sobre as Sete Irmãs, ver SAMPSON, Anthony. *The seven sisters*. London: Hodder and Stoughton, 1988.

¹⁶⁸ A reunião foi em 1928, mas os detalhes somente vieram a público em 1952, segundo Sampson (1988, p.89). Mais informações sobre as reuniões podem ser obtidas em Yergin (2010, pp. 291-296)

¹⁶⁹ O modelo não objetiva prever inequivocamente se haverá conflitos de grande monta por conta de recursos energéticos, embora essa seja uma possibilidade (por meio da sobreextensão da subaresta militar). Para uma visão otimista (com uma exploração conjunta de recursos), ver Fettweis (2009); para uma visão pessimista (com conflitos), ver Klare (2002, 2008, 2009)

o desenvolvimento de suas atividades, o crescimento da economia e mais recursos financeiros destinados a outras atividades, a ocupação do território. Fundamental para essa autonomia, como já visto, é a influência da tecnologia e das políticas de longo prazo. Por sua vez, tanto a autonomia alimentar (já que a maior parte dos alimentos deve ser transportada, utilizando energia) quanto a diplomático-militar (com os casos já exemplificados, aos quais se poderia acrescentar a decisão de Hitler em tentar dominar os campos petrolíferos do Cáucaso, invadindo a União Soviética) interagem fortemente com a autonomia energética.

3.3.7 A aresta alimentar

A autonomia alimentar, ou seja, a capacidade de manter a segurança alimentar em níveis estáveis para que os objetivos nacionais sejam alcançados, sempre foi preocupação dos Estados, tendo em vista que ausência de alimentos e/ou preços acima dos toleráveis incita desde insatisfação até revoltas, entre as quais algumas revoluções (como o caso da Revolução Francesa).

A definição de segurança alimentar, segundo a Organização Mundial de Saúde, é a seguinte: "O Encontro Mundial de Alimentação de 1996 definiu a segurança alimentar como existente quando todas as pessoas a todo tempo têm acesso a alimentação suficiente e segura de modo a manter uma vida ativa e saudável" (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2013).

A definição de segurança alimentar mencionada refere-se claramente à segurança do indivíduo.¹⁷¹ Em termos de segurança em nível de Estado, pode-se perfeitamente adaptar a definição de segurança energética, mencionada por Yergin e citada na seção 3.3.6, a qual ressalta uma série de fatores. Todos seriam aplicáveis aos alimentos, e no entanto, o destaque dado à autonomia alimentar é bem inferior, quase nulo se comparado à autonomia energética. Quais as razões para isso?

Em primeiro lugar, os avanços tecnológicos e a expansão da economia de várias regiões populosas (em especial a Ásia, particularmente a China e Índia) proporcionaram um

¹⁷⁰ "The World Food Summit of 1996 defined food security as existing when all people at all times have access to sufficient, safe, nutritious food to maintain a healthy and active life" (tradução livre)

¹⁷¹ Para a aplicação em nível nacional, conforme utilizada no presente trabalho, ver Diaz Bonilla (2008, p. 4)

acesso maior de alimentos à população mundial; em vários países (mesmo em desenvolvimento, como o Egito, África do Sul, México, Grécia), o problema da obesidade, em termos relativos, superou a questão da desnutrição, segundo Paarlberg (2010, p.81).

Esse aumento de renda e a possibilidade de um maior acesso a alimentos, no entanto, não obscurecem as características do mercado mundial de alimentos; que tal como o de energia, é altamente concentrado quanto à oferta, com dez grandes empresas, conglomerados que dominam os setores de alimentos, sementes, fertilizantes e transgênicos, no atacado e no varejo global (OSWALD, 2011). Das dez, nove são dos EUA e uma da França (entre os quais Cargill, Bunge, Louis Dreyfus e ADM).¹⁷² Outro aspecto interessante é o de que, em realidade, o poder de mercado de tais conglomerados é mesmo maior do que os energéticos, conforme ressalta ALMEIDA (2013):

As empresas petrolíferas, por vezes comparadas a elas, desde os anos 60 perderam diversos de seus ativos fixos para governos nacionalistas, bem como o controle de suas fontes de matérias-primas. As graneleiras não enfrentaram estes problemas e se diversificaram tanto quanto as outras. Suas operações de há muito incluem bancos, transportes marítimos, imobiliárias, hotelaria, fábricas de tinta e de vidro, minas, siderurgia, pecuária, moinhos, indústrias de alimentos e corretagem comercial.

Além disso, o próprio aumento de renda, ao embasar o aumento da demanda, inflacionou os preços, e a expansão da fronteira agrícola não foi suficiente para fazer frente à necessidade de incrementar a oferta (ainda mais pelo controle de mercado já mencionado). Pode-se também acrescentar, conforme Clapp (2012), a cada vez maior financeirização (utilização de instrumentos financeiros sofisticados, especialmente derivativos, tendo por base a cotação dos alimentos mais comercializados em nível internacional). Por fim, a ligação entre alimentos e energia é crescente. Se a energia é um dos elementos fundamentais tanto para o transporte quanto para o processamento da maioria dos alimentos, o crescimento dos empreendimentos em biocombustíveis também coloca uma pressão na oferta, já que mais terrenos dedicados aos últimos significam menos disponibilidade para a produção de alimentos.¹⁷³

¹⁷² Para uma análise profunda sobre conglomerados em todas as etapas da produção e comercialização de alimentos, ver ETC Group (2013).

¹⁷³ A alta de preços de alimentos ocorrida na primeira década do século XXI teve várias causas, entre as quais: a) aumento do consumo; b) subsídios agrícolas, especialmente a Política Agrícola Comum da União Europeia; c) baixos investimentos na agricultura; d) muitos países cortaram reservas; e) ação de intermediários, com a financeirização intensiva dos mercados agrícolas e f) crescente custo dos insumos para a agricultura, como fertilizantes e sementes (ROSILLO-CALLE, Frank & TSCHIRLEY, Jeff. Food versus Fuel: setting the scene.

Mesmo com os argumentos apresentados, nem sempre o aspecto estratégico dos alimentos continua com significativo relevo. Haveria algum viés não-explicitado oculto em tais análises? Uma breve digressão pode lançar um pouco de luz no assunto.

O termo *Food Power*, ou *power alimentar* é muito pouco utilizado no campo das Relações Internacionais.¹⁷⁴ A única exceção relevante é um artigo de Peter Wallesteen, o qual menciona as várias situações em que países grandes exportadores de cereais poderiam exercer um poder político com a utilização dos mesmos. De fato, fazendo uma analogia com o embargo de petróleo sofrido pelos países ocidentais com a Guerra do Yom Kippur (já mencionado na seção anterior), o Secretário de Agricultura dos EUA foi bem taxativo, em 1974: *Alimentos são uma arma* (apud WALLESTEEN, 1976, p. 277)

Para Wallesteen (ibidem, pp. 278-279), as condições para se usarem alimentos como arma estratégica são as seguintes:

- a) Escassez ó demanda muito maior do que a oferta
- b) Concentração de ofertantes ó que podem estabelecer um cartel, limitando a oferta
- c) Dispersão da demanda ó fragmentação do consumo, tornando ainda mais fácil a utilização do alimento como arma
- d) Independência de ação ó domínio do ciclo (desde produção até comercialização)

Em termos de grãos, à época em que o artigo foi escrito, apenas EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia apresentavam condições de superávit sistemático na produção para terem condições de influir no mercado (ou utilizarem grãos como instrumento de poder, conforme a acepção de Wallesteen).¹⁷⁵

Essa preocupação com a utilização de um *power alimentar* também balizou o trabalho de George (1982), que afirma: *Os países menos desenvolvidos têm que produzir mais grãos. Mas, o problema não é tão técnico em natureza quanto político. Exportadores têm*

In: ROSILLO-CALLE, Frank & JOHNSON, Francis X. *Food versus Fuel: an informed introduction to biofuels*. London: Zed, 2010. pp. 14-15)

¹⁷⁴ Por exemplo, em pesquisa efetuada pelo autor na ferramenta de busca Google, em 03/09/2013, o termo *food power* é associado basicamente a dietas ou barras energéticas. Aspectos estratégicos ou estatais não foram encontrados nos resultados mais citados.

¹⁷⁵ Curiosamente, o artigo da Wikipédia que trata do verbete *food power* ainda apresenta os quatro países como os únicos capazes de o exercerem. Na verdade, o artigo é um sumário do trabalho de Wallesteen acrescido de algumas referências mais recentes, sem atualizar os dados (por exemplo, Brasil e Argentina deveriam ter sido acrescentados à lista). Tal reforça a observação de que a utilização da Wikipédia como fonte de informações requer diversos e minuciosos cuidados.

lucrado política e financeiramente por conta da maior integração de praticamente todos os Estados em uma economia alimentar mundial que eles controlam.¹⁷⁶

Desde o início do século XXI, as condições em relação ao mercado de alimentos têm se aproximado cada vez mais da situação levantada por Wallesteen. Justamente por temerem se tornar reféns é que uma série de países começou a adquirir terras em outros continentes, de modo a tentar garantir um suprimento estável no futuro (SCHAFFINIT-CHATTERJEE, 2012), grande parte das quais em 2009, por conta da alta de preços ocorrida em 2008. Logo, ao contrário do que preveria uma confiança absoluta na estabilidade dos mercados, os países mencionados se adiantaram na tarefa de aquisição de terras (a maior parte dedicada a alimentos e opção flexível, ou seja, alimentos e/ou energia).¹⁷⁷ Portanto, mais um exemplo de quanto as necessidades de preservar as autonomias energética e alimentar guardam vários pontos de contato.

No entanto, num livro de um conceituado acadêmico da Universidade de Harvard, o professor Robert Paarlberg, e chamado de *Políticas dos Alimentos: o que todos deveriam saber*¹⁷⁸, nenhum dos aspectos *políticos* internacionais mencionados foi tocado. Quanto ao domínio de grandes empresas, segundo o autor, sua conclusão é a de que trouxe basicamente benefícios para os produtores rurais e consumidores. Em relação ao *food power*, ou seja, a capacidade de usar alimentos como elementos de política coercitiva, Paarlberg é taxativo:

Ao contrário de mercados internacionais para *commodities* como petróleo, mercados para alimentos tendem a prover pequena alavancagem coercitiva para grandes exportadores. Isso porque o alimento não é um recurso natural escasso disponível apenas em alguns locais em oferta fixa: o alimento é um recurso renovável que a maioria dos países pode produzir e de fato produz para eles mesmos ou pode começar a fazê-lo. (...) O alimento pode causar fome se não for provido, estabelecendo um estigma único no Estado que não o provê.(...) Fatores como esses geralmente dão aos importadores de alimentos mais alavancagem coercitiva nos mercados internacionais que aos exportadores¹⁷⁹(PAARLBERG, 2010, p.80)

¹⁷⁶ *“The LDCs must produce more grain. But, the problem is not so much technical in nature as political. Exporters have profited politically and financially from the greater integration of nearly all states into a world food economy they control.”* (tradução livre)

¹⁷⁷ Por exemplo, 13% do investimento direto chinês no exterior, em 2013, destinou-se ao setor agrícola, conforme ARNOLD, Wayne. O que deu errado no projeto da China de produzir suas próprias commodities. *Valor Econômico*. 12/09/2014, p. B9.

¹⁷⁸ *“Food Politics: what everyone needs to know”*(tradução livre)

¹⁷⁹ *“Unlike international markets for commodities such as petroleum, markets for food tend to provide little coercive leverage for big exporters. This is because food is not a scarce natural resource available only in a few places in a fixed supply; food is a renewable resource that most countries can and do produce for themselves or can begin to produce. () food can cause human starvation if withheld, placing a unique stigma on the state that*

Logo, segundo Paarlberg, de fato não existe a possibilidade de utilizar a questão alimentar como ferramenta de coerção. Além disso, os alimentos podem ser desenvolvidos sem muito esforço, bastando a decisão política de cada Estado.

Os argumentos de Paarlberg, embora se refiram ao *food power* e não ao conceito mais amplo de autonomia alimentar, conforme analisado no presente trabalho, suscitam questionamento. Se é assim tão fácil decidir e implementar a produção agrícola, como ele alega, por que todos os Estados se preocupam com a segurança alimentar, política pública necessariamente de longo prazo? De fato, por que então uma série de países sentiu a necessidade de adquirir terras muitas vezes em outros continentes?

Se o mercado alimentar é assim tão *neutral* em termos de decisão, implantação e acesso indiscriminado a todos os países, em termos de oferta, por que dos dez maiores conglomerados do *agribusiness* nove são de empresas dos EUA? Tal se deveria apenas a uma confluência benigna de fatores que favoreceria aleatoriamente aquele país? E, certamente, a seguir a lógica de Paarlberg, o fato de ser o maior exportador mundial de grãos certamente não tem nenhum impacto mais significativo para o poder dos EUA.

Se de fato a realidade é como apregoa Paarlberg, por que nas negociações dos EUA com a Coreia do Norte a carta alimentar é periodicamente incluída (e excluída, se for o caso) nas negociações, sem maior impacto na opinião pública?

A seguir as palavras de Paarlberg, não haveria nenhum obstáculo (água, sol, clima, solo apropriado, por exemplo) para a decisão de um país aumentar a fronteira agrícola. Ou seja, na sua visão o *power* alimentar de fato não existe.

Mecanismos que eram considerados legítimos pelo próprio governo dos EUA (nas palavras citadas do Secretário da Agricultura), durante a Guerra Fria, deixaram de sê-los? Ou seja, o motivador básico que ensejou a frase não se referiria a um componente estrutural inerente à política externa dos EUA mas apenas a um traço conjuntural derivado de um conflito ideológico? Caso fosse verdade, isso de certa forma legitimaria ameaçar um indivíduo que vivesse em país do bloco soviético de passar fome há quatro décadas, mas não

withholds the food.(1) Factors such as these often give food importers more coercive leverage in international markets than exporters.ö(tradução livre)

legitimaria fazer a mesma ameaça para um participante de um suposto enclave terrorista da Al-Qaeda no Oriente Médio agora? Não seria tal visão extremamente cãndida?¹⁸⁰

Se seguissem a lógica de Paarlberg em relação ao mercado alimentar, com uma estrutura benéfica aos importadores, na prática a maioria dos países não se veria com maiores preocupações nem os preços sofreriam tantas oscilações (especialmente a alta ocorrida no século XXI) e tampouco se preocupariam em incrementar a produção muito além do que consomem.¹⁸¹ Afinal, o poder não estaria com os importadores?

O Brasil não seguiu a *rationale* paarlberguiana e pode se tornar o maior produtor mundial de soja na safra 2013/2014, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA (FREITAS Jr. et al. , 2013), embora ainda não tenha conseguido estabelecer um grande conglomerado à altura dos dez mencionados. Até o momento, os esforços foram bem-sucedidos apenas quanto a empresas de nível mundial na exportação de carne.

A melhor maneira de exercer o poder é quando ninguém o percebe. Conforme já analisado na seção 1.3.1 do trabalho, com a terceira face do poder, ou face invisível, as percepções e crenças dos outros participantes são alteradas, sem que eles percebam o fenômeno. Em relação à segurança alimentar, muito dessa face é aplicado.

Em termos de interação entre os elementos do tetraedro, a análise dos elementos anteriores já mostrou a influência recíproca com a aresta alimentar.

3.3.8 Abordagem quantitativa preliminar do modelo

Em termos preliminares, como quantificar os resultados do modelo apresentado? Embora se reitere que a presente tese se baseia primordialmente numa análise qualitativa, ainda assim evidências quantitativas podem reforçar a consistência do modelo. No Apêndice 4, há uma discussão mais aprofundada sobre os aspectos geométricos da figura do tetraedro e sua conveniência para a quantificação do modelo.

¹⁸⁰ E na prática a pressão pode ser exercida sobre países aliados, conforme é mostrado no capítulo 4, ao se analisar uma situação envolvendo Estados Unidos e Japão, durante a década de 1970.

¹⁸¹ Ou seja, como explicar as origens da Política Agrícola Comum Europeia, à luz dos conceitos de Paarlberg?

Para o cálculo do **poder básico potencial**, utilizam-se os percentuais relativos ao mundo, representados por cada país. Ou seja, o percentual da população mundial, da economia mundial (PIB) e território (conceituado como a soma do território terrestre com o de soberania marinha, conforme analisado no item 3.3.2).

$$\text{PBP} = T (\% \text{ Território Mundial}) + E (\% \text{ Economia Mundial}) + P (\% \text{ População Mundial})$$

Já o **poder básico real** (PBR) seria calculado com a calibragem dos elementos citados a partir do efeito dos demais elementos do tetraedro, principalmente as esferas irradiadoras (inovação científico-tecnológica e coesão político-social). Em termos simplificados, para uma abordagem preliminar, pode-se aplicar no item economia um coeficiente de renda per capita de um determinado país em relação à renda per capita mundial.¹⁸² Dessa maneira, grandes economias mas com estágio de desenvolvimento ainda incipiente (fato que, em última análise, limita a ampliação do poder básico potencial em um poder potencial real significativamente maior) serão analisadas pelo modelo de forma mais acurada. De fato, apenas o posterior aprofundamento do modelo quantitativo (apresentado no Apêndice 4), incorporando as sugestões já elencadas ao longo deste capítulo, permitirá uma análise mais robusta dos resultados obtidos. No entanto, várias evidências iniciais, exploradas nos Apêndices 1 e 3, ressaltam a exequibilidade da aplicação das premissas ora apresentadas.

$$\text{PBR} = T + E \times (\text{Renda per capita nacional/Renda per capita mundial}) + P$$

Por sua vez, o **poder ampliado** é a resultante do poder básico real submetido às restrições colocadas pelas três políticas de Estado representadas pelas arestas do tetraedro, ou seja, diplomático-militar, energética e alimentar. Por definição (apresentada no Apêndice 4), as arestas apresentam um ponto de relevo, que na prática oscila entre o início e o final do

¹⁸² Por exemplo, ao analisar as várias potências às vésperas da I Guerra Mundial, Kennedy (1987, pp. 255-256) toma as mesmas providências de modo a incorporar os níveis de industrialização e obter um panorama mais acurado em relação ao poder relativo entre elas.

segmento, variando portanto entre 0 e 1; por exemplo, a localização na metade do segmento implicaria um ponto de relevo 0,5.¹⁸³

Logo, um ponto de relevo (índice de autonomia) de 0,5 indica uma situação em que a produção é igual ao consumo; da mesma maneira, índices inferiores ou superiores se referem a situações em que a produção é respectivamente menor ou maior do que o consumo, conforme as simulações na Tabela a seguir:

Tabela 3-3 Produção, Consumo e Índice de Autonomia

Produção	Consumo	Índice de Autonomia
0,5	1	0,33
0,6	1	0,38
0,7	1	0,41
0,8	1	0,44
0,9	1	0,47
1	1	0,50
1,1	1	0,52
1,2	1	0,55
1,3	1	0,57
1,4	1	0,58
1,5	1	0,60

Fonte: Elaboração própria, a partir de conceitos explicitados no Apêndice 4

A partir da definição dos índices de autonomia, define-se o Poder Ampliado (PA), segundo a seguinte fórmula:

$$PA = PBR \times (1 + \text{Autonomia Diplomático-Militar}) \times (1 + \text{Autonomia Energética}) \times (1 + \text{Autonomia Alimentar})$$

Tendo em vista que apenas para períodos mais recentes se tem um acompanhamento constante das autonomias energética e alimentar, um estudo que abranja períodos mais extensos deve se contentar com o PBR simplificado (ou seja, com a aplicação apenas do fator

¹⁸³ A visualização do ponto de relevo, nas arestas do tetraedro, pode ser verificada na Figura A4-11, no Apêndice 4.

calibrador renda per capita). No Apêndice 3, apresentam-se os ápices de poder de quatro grandes potências históricas (Império Chinês, Império Britânico, URSS, EUA).

3.4 O MODELO DE EQUILÍBRIO DE AUTONOMIAS VERSUS O DE EQUILÍBRIO DE AMEAÇAS E O DE EQUILÍBRIO DE INTERESSES

Após a apresentação do modelo, como se pode avaliá-lo em relação aos modelo de Walt e o de Schweller, que foram utilizados como referência para o desenvolvimento do trabalho?

O modelo de equilíbrio de autonomias utiliza elementos de ambos, de certa forma ampliando tanto as premissas de análise quanto a capacidade preditiva, tal como Walt se refere quando comenta que seu modelo (de equilíbrio de ameaças) refinava o modelo de equilíbrio de poder (WALT, 1987, p. 263).

Partindo da premissa que a preocupação básica dos Estados é a manutenção e/ou ampliação da autonomia, para a consecução dos objetivos nacionais, o modelo de equilíbrio de autonomias pode abranger tanto medidas defensivas (e de reações a ameaças) quanto medidas ofensivas (necessárias ao incremento de autonomia devido a fatores internos), elementos tão caros respectivamente a Walt e Schweller. Ou seja, os Estados são mais sensíveis a uma (percebida) redução (efetiva ou potencial) de autonomia (oriunda tanto de fatores externos, como ameaças, quanto de decisões políticas internas) e procuram implementar políticas de longo prazo para inverter o processo.

Em relação ao modelo de Walt, o modelo de equilíbrio de autonomias considera ameaças não só de Estados, mas também de atores não-estatais e eventos que não apresentem ligação implícita com outros Estados (por exemplo, o acidente com a usina nuclear de Fukushima, no Japão, em 2011, obrigou o país a uma reavaliação de sua política energética, além de ter reduzido seu índice de autonomia energética naquele ano, conforme pode ser visto no Capítulo 4). Além disso, o modelo proposto neste trabalho também abrange as decisões de países que não estão passando por nenhuma ameaça real ou potencial, e ainda assim postulam revisões na esfera internacional (este ponto constitui uma das principais críticas de Schweller ao modelo de equilíbrio de poder tradicional).

Em relação ao modelo de Schweller, o modelo de equilíbrio de autonomias identifica, entre as condicionantes internas tão caras ao modelo de equilíbrio de interesses, os motivadores básicos (representados nas três arestas superiores do tetraedro, ou seja, diplomático-militar, alimentar e energética) para as decisões políticas revisionistas do cenário internacional, por exemplo. Ou seja, a visualização é mais simples e os motivadores para o revisionismo ou eventual expansão são mais facilmente identificados. De fato, em termos históricos, a maior parte dos movimentos expansionistas de Estados pode ser explicada pela necessidade de manter ou aumentar a autonomia nas três vertentes representadas pelas arestas.

Além disso, o modelo de equilíbrio de autonomias pode ser aplicado com sucesso a qualquer situação histórica, enquanto o modelo de Schweller é mais apropriado quando há claramente nações revisionistas.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o modelo de equilíbrio de autonomias também abrangeria os elementos considerados essenciais para uma análise do poder de uma nação, conforme mencionado numa obra clássica sobre o assunto:

(...) o poder de um Estado-Nação de modo algum consiste apenas de suas forças armadas, mas também de seus recursos econômicos e tecnológicos; de como sua política externa é conduzida com destreza, antevisão e resolução; na eficiência da sua organização social e política. Consiste mais que tudo da nação em si, o povo; sua técnica, energia, ambição, disciplina, iniciativa,; suas crenças, mitos e ilusões. E consiste, além disso, do modo como esses fatores se relacionam uns com os outros. Além disso, o poder nacional deve ser considerado não apenas em si mesmo, na sua extensão absoluta, mas relativo às obrigações estrangeiras ou imperiais; ele tem que ser considerado relativos ao poder dos demais Estados. (BARNETT¹⁸⁴, 1972, p. xi, apud KENNEDY 1988, p. 260)

Em síntese, as alterações nos níveis de autonomia (diplomático-militar, energética, alimentar) e os impactos nos demais elementos do tetraedro do poder são aspectos fundamentais para analisar o equilíbrio do poder entre os Estados, à medida que provocam transformações na autoimagem e na percepção mútua envolvendo a todos.

Por exemplo, um aumento do poder ampliado do Estado B provoca no Estado A (caso ele se mantenha no mesmo nível que antes) a percepção de que sua posição relativa fica diminuída e de que, no curto prazo, a autonomia diplomático-militar possa vir a sofrer alterações. Para justificar tal temor, os estadistas de A utilizam o raciocínio de Mearsheimer (a potência hegemônica regional deve evitar a emergência de uma potência hegemônica em

¹⁸⁴ BARNETT, Correlli. *The Collapse of British Power*. New York, 1972, p. xi

outra região, pelos impactos que pode provocar no entorno daquela) . Da mesma maneira, no médio e longo prazos o Estado B pode influir na competição por recursos energéticos e alimentares.

O próximo capítulo analisará um estudo de caso envolvendo a aplicação do modelo a China e Japão, tanto em termos de impacto individual quanto do relacionamento recíproco.

4.6 APLICAÇÃO DO MODELO NOS CASOS DA CHINA E DO JAPÃO

Este capítulo objetiva um estudo de caso envolvendo China e Japão, ou seja, como a aplicação do modelo a ambos os países proporciona ou não elementos de validação do equilíbrio de autonomias, conforme foi exposto no capítulo 3. Pode-se definir o presente estudo de caso como *confirmatório*, em oposição a *exploratório*. Conforme já mencionado no Capítulo, 1, em citação de Maoz (2002, p. 170), nos estudos de caso confirmatórios a abordagem já é direcionada, tendo por referência uma abordagem ou modelo teórico prévio. Neste caso específico, o equilíbrio de autonomias é a abordagem teórica prévia.

A escolha de China e Japão se deveu a ambos apresentarem o que Collaresi, Rasler & Thompson (2007, p.3) denominam de *rivalidade estratégica*, ou seja *relacionamentos nos quais os tomadores de decisão escolheram outros Estados como competidores específicos e inimigos apresentando alguma ameaça militar presente ou potencial.*¹⁸⁵

Além desse aspecto, os assuntos asiáticos apresentam pouca proeminência no sistema educacional brasileiro, em todos os níveis, o que contrasta com a cada vez maior importância que aquela região apresenta para o Brasil, seja em termos econômicos ((tanto em termos de exportações quanto importações brasileiras) ou políticos (por exemplo, três dos atuais integrantes do grupo BRICS são asiáticos). Portanto, a opção por uma *diáde do Leste Asiático* busca minorar, mesmo que em termos muito modestos, tal lacuna.

Em terceiro lugar, usualmente as teorias de Relações Internacionais são aplicadas ao mundo europeu ou anglo-saxão, já que a maioria dos trabalhos acadêmicos da área se origina de tais regiões. A aplicação de uma abordagem com origem em região diversa em uma terceira região robusteceria as eventuais conclusões obtidas em termos da pertinência conceitual e da abrangência do modelo analisado.¹⁸⁶

O modelo de equilíbrio de autonomias propõe que o poder nacional é fruto da interação entre diversos elementos (população, território, economia, ciência e tecnologia, coesão político-social). Há três políticas de Estado (diplomático-militar, energética e

¹⁸⁵ *relationships in which decision-makers have singled out other states as distinctive competitors and enemies posing some actual or potential military threat*(tradução livre)

¹⁸⁶ Para uma análise da aplicação de teorias das Relações Internacionais na Ásia, ver Ikenberry & Mastanduno (2003) e Acharya (2007)

alimentar) que refletem tal interação e que apontam para um maior ou menor grau de autonomia em termos internacionais. O modelo também propõe que o resultado final da interação aponta para um determinado nível de poder, e que esse nível (e os dos demais países) baliza as diversas estratégias adotadas pelos Estados.

Logo, o nível de poder percebido é importante tanto para uma avaliação do próprio Estado quanto dos demais.

No caso das três políticas de Estado, alguns comentários são necessários para aprofundar aspectos que serão analisados mais a seguir. Segundo o modelo, cada Estado busca aumentar ou ao menos manter seu nível de autonomia. Mesmo que em determinadas situações o nível de autonomia diminua (por exemplo, na autonomia alimentar), a reação estatal seria a de tentar remediar tal situação (para uma ilustração geométrica desse processo, ver o Apêndice 4, nas Figuras A4-12 e A4-13). Uma solução de longo prazo envolve ciência e tecnologia ou aumento na participação relativa na economia mundial, outra de prazo mais curto envolve a política diplomático-militar.

Há situações em que o crescimento do poder econômico permite ao Estado reduzir um pouco sua autonomia em determinadas áreas, sem que o poder total seja influenciado. Por exemplo, os Estados Unidos, no final da II Guerra Mundial, eram o maior produtor de petróleo no mundo. No entanto, o custo para se produzir um barril em território dos EUA era muito maior do que o de extrair um barril no Oriente Médio e transportá-lo. Logo, a estratégia dos EUA foi a de diminuir sua autonomia energética; no entanto, para contrabalançar tal perda, foi necessária a ampliação da influência no Oriente Médio, de modo a garantir a estabilidade da região e que os preços não sofressem oscilações bruscas e com impactos negativos para a economia mundial (e, obviamente, também dos EUA).¹⁸⁷

Portanto, a decisão de transferir a produção ou passar a depender da oferta externa, em vez da interna deve ser tomada com cuidado. Por exemplo, no caso dos metais denominados de terras raras (lantanídeos, ítrio e escândio), a exploração de minérios foi desativada nos EUA e Austrália, entre outros países, por diversas razões (entre as quais ambientais). Com a desativação, a China passou a deter mais de 95% da produção mundial (Lapido-Loureiro, 2013; Gholz, 2014). Devido à importância cada vez maior dos terras raras para diversas

¹⁸⁷ Em relação à expansão político-econômica dos EUA em relação ao petróleo do Oriente Médio, especialmente a Arábia Saudita, ver YERGIN (2010, pp. 443-458)

atividades intensivas em conteúdo tecnológico, vários países resolveram reativar a produção, por motivos estratégicos.¹⁸⁸

Ressalte-se que, no caso dos EUA, expressivos investimentos em tecnologia, vistos no Capítulo 3, item 3.3.6, aliados ao aumento do preço médio do petróleo, capacitaram o retorno da exploração do mesmo em seu território, além do aproveitamento de reservas até então inexploradas de gás natural. Logo, a redução de autonomia decidida no final da II Guerra foi estancada primeiramente com a componente diplomático-militar, até que ganhos tecnológicos permitissem a retomada em direção aos níveis de autonomia até então experimentados.

Outro aspecto é o da expansão dos Estados em busca do prestígio (conforme citado por Weber e Aron, comentados no Capítulo 3, seção 3.1). Em que medida a busca de prestígio se insere em uma preservação ou aumento de autonomia, especialmente no caso em que a autonomia não esteja sendo ameaçada? Por que os Estados assim o reagiriam?

Tal como exposto no final do capítulo 3, a lógica de Mearsheimer ajuda a elucidar a questão. Supondo que um pequeno Estado não aceite se inserir voluntariamente na área de influência de um Estado maior, por que muitas vezes este tenta desestabilizá-lo ou mesmo subjugá-lo? O raciocínio do Estado maior é o de que, caso não tome nenhuma atitude, tal reação pode estimular outros Estados (não tão menores) a desafiá-lo. Logo, do ponto-de-vista de autonomia diplomático-militar, esta estaria potencialmente ameaçada. Há vários exemplos históricos de processos semelhantes, ou seja, em que a expansão fundamentada na glória aparentemente não estaria fundamentada em uma redução visível de autonomia; no entanto, ela se ancora na possibilidade de que a autonomia diplomático-militar seja afetada, caso nenhuma ação seja tomada ante o que o Estado maior enxerga como insubordinação (enquanto o Estado menor a enxerga como independência e manutenção de sua própria autonomia).

O restante do capítulo tratará da aplicação do modelo à China, depois ao Japão e posteriormente ao relacionamento entre eles.

¹⁸⁸ Sobre o efeito do controle da produção dos minerais terra rara pela China, ver MORAN (2010). Em 2010, numa crise diplomática envolvendo China e Japão, aquela impôs um embargo na exportação de tais metais para este. Em reação, o governo japonês acertou diversas iniciativas junto com a Índia no sentido de reativar a produção de terras raras naquele país. Ver JAPAN (2010)

4.1 CHINA

A China ocupa um papel relevante na História Mundial devido a uma série de fatores. As condições geográficas permitiram que os biomas fornecessem cereal suficiente (no caso, o arroz) para sustentar grandes populações (especialmente nas áreas com mais pluviosidade, abaixo do eixo nordeste-sudoeste que cortasse o território) e ao mesmo tempo houvesse obstáculos naturais que dificultassem a ameaça de sociedades concorrentes.¹⁸⁹ Além disso, os diversos caminhos políticos levaram a uma centralização política mais longa do que a experimentada pelo Império Romano do Ocidente e mesmo o Império Romano do Oriente. Ou seja, pode-se traçar as origens do atual Estado chinês a dois milênios atrás, enquanto a maior parte das potências ocidentais remonta à consolidação dos Estados Nacionais europeus, a partir do final da chamada Idade Média ou mesmo depois, no caso dos EUA.

A primeira dinastia chinesa cujo rei se declarou Primeiro Imperador foi a Qin, que consolidou a vitória sobre os demais Estados vizinhos em 221 A.C. (FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, p. 76) (para se ter uma noção comparativa, em termos de Ocidente, três anos antes do começo da Segunda Guerra Púnica entre Roma e Cartago). A partir dessa dinastia, diversas se sucederam, mas mesmo aquelas que foram fruto de invasões de outros povos rapidamente se renderam ao prestígio do chamado *“Mandato Divino”* conferido ao Imperador e na prática adotaram muitos dos costumes chineses (KISSINGER, 2011, pp. 18-22).¹⁹⁰

Conforme mencionado, a China experimentou uma precocidade na centralização política; de acordo com Fairbank & Goldman (ibidem, p.60), *“nenhuma (dinastia europeia) reinou em um Estado tão amplo como a China nem monopolizou tanto o poder central”*. Ao mesmo tempo, a disponibilidade de alimentos em condições razoáveis de suprimento (ao menos em comparação com outras regiões do mundo, na mesma época) fortaleceu a

¹⁸⁹ Obviamente houve invasões vindas do Nordeste (Manchúria), Norte (Mongólia) e Oeste (Ásia Central), mas as montanhas e desertos constituíram um razoável impedimento a uma ameaça ainda maior, ao contrário das planícies *“abertas”* da Europa Central. Por exemplo, na prática a Cordilheira do Himalaia desestimulou um confronto político mais intenso entre a China e a Índia (com exceção da curta guerra em 1962). Para uma análise geopolítica da China, ver KAPLAN (2012, pp. 188-227)

¹⁹⁰ A capacidade do Império Chinês em salvaguardar suas fronteiras e tentar impedir a formação de coalizões inimigas, mais do que a busca de expansão, é um ponto ressaltado por Kissinger para elogiar a eficácia da política externa chinesa em geral, pois baseada em práticas e desempenho histórico (ibidem). Já Luttwak (2012, pp. 72-88) é crítico em relação a esse conceito; segundo ele, em diversas situações a China foi subjugada por pequenos contingentes de *“invasores primitivos”*.

sociedade chinesa, possibilitando o desenvolvimento cultural, para o qual o confucionismo contribuiu decisivamente.

4.1.1 População

Ao longo da História, a China sempre apresentou um alto nível de participação na população mundial, rivalizando com a Índia (na tabela utilizada neste trabalho, compilada por Maddison Project (2013), o último ano em que a Índia apresentou uma população maior do que a China foi em 1750). No entanto, cabe ressaltar que nas últimas décadas a Índia tem apresentado um maior crescimento populacional do que a China; caso essa tendência prossiga, é possível que a população indiana ultrapasse a chinesa no médio prazo (segundo o Maddison Project, em 2030 isso já terá ocorrido).

O menor crescimento relativo da população chinesa, nas últimas décadas, deve-se a um planejamento familiar em que a presença de um segundo filho acarreta expressivos gastos para os pais (em termos de impostos e ausência de cobertura hospitalar e educacional). Apesar de haver diversas exceções (por exemplo, às minorias e pais que forem filhos únicos), os efeitos da política são evidentes, conforme demonstra a Tabela 4-1. De fato, após 1978, data da implementação da política, a participação relativa no mundo declinou de forma sustentada, também influenciada pelo aumento da renda e do nível de urbanização (fatores que geralmente estão associados à queda do nível de fertilidade).

De qualquer modo, a grande população chinesa é um elemento fundamental para a extensão do seu poder, principalmente se estiver associada ao conceito de capital humano. Conforme já mencionado, grandes populações proporcionam economias de grandes dimensões, pela quantidade de transações entre os indivíduos, a não ser no caso de pauperização intensa (quando essas transações são de valor reduzidíssimo ou na prática não são efetuadas),

Tabela 4.1

População chinesa em termos mundiais (%) ó Anos seleccionados

Ano	%
1	26,39
1000	22,03
1500	23,49
1600	28,77
1700	22,87
1820	36,57
1870	28,06
1900	25,58
1913	24,38
1940	22,56
1950	21,63
1952	21,73
1954	21,91
1956	22,02
1958	22,22
1960	21,93
1962	21,23
1964	21,38
1966	21,62
1968	21,86
1970	22,17
1972	22,41
1974	22,52
1976	22,47
1978	22,31
1980	22,10
1982	21,81
1984	21,80
1986	21,68
1988	21,63
1990	21,54
1992	21,43
1994	21,29
1996	21,13
1998	20,97
2000	20,78
2002	20,55
2004	20,33
2006	20,05
2008	19,79
2009	19,68

Fonte: Elaboração própria a partir de dados em MADDISON PROJECT (2013)

O Apêndice 3 deste trabalho apontou ápices de poder no caso do Império Chinês, na História, e o alto coeficiente populacional contribuiu para isso. Claro que uma análise mais aprofundada do modelo requereria o grau relativo de sofisticação do seu capital humano, nas diferentes épocas, em termos mundiais. No entanto, alguns elementos podem apontar certas tendências.

Por exemplo, pode-se supor que, em média, a administração pública fosse eficiente (devido à exigência de concursos para a admissão, enquanto por exemplo nas sociedades européias isso se tornou comum apenas após a ascensão dos Estados-Nação)¹⁹¹; ao mesmo tempo, as diversas descobertas (papel, pólvora, bússola, etc.) atestam o nível de dinamismo da sociedade chinesa, principalmente por volta do ano 1000.

4.1.2 Economia

Tal como com a população, a economia chinesa, nos últimos dois milênios, ocupou uma posição de destaque em termos mundiais, exceção feita à perda sensível de poder na parte final do chamado século das humilhações (1842-1949). Em parte fruto do contingente populacional, em parte devido à dinamicidade e relativa estabilidade política, a economia chinesa chegou a representar quase um terço da economia mundial (ver Apêndice 3). Vale ressaltar que (em parte derivado do impacto estatístico do alto percentual da população mundial) a renda per capita raramente superou a renda per capita mundial.

¹⁹¹ No caso da França, apenas após a Revolução Francesa. A prática anterior era a de venda de cargos públicos. Ver ANDERSON, Perry. *Linhas do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985, pp. 93-95

Tabela 4.2 Economia chinesa em termos mundiais (%) ó Anos seleccionados

	PIB	RPCC/RPCM	PIB AJUSTADO
1	25,45	0,96	24,53
1000	22,68	1,03	23,31
1500	24,89	1,06	26,36
1600	28,97	1,01	29,18
1700	22,31	0,98	21,78
1820	32,96	0,90	29,71
1870	17,10	0,61	10,42
1900	11,06	0,43	4,78
1913	8,83	0,36	3,20
1940	6,22	0,26	1,59
1950	4,59	0,21	0,97
1952	5,17	0,24	1,23
1954	5,16	0,24	1,22
1956	5,35	0,24	1,30
1958	5,89	0,26	1,56
1960	5,24	0,24	1,25
1962	4,01	0,19	0,76
1964	4,40	0,21	0,91
1966	4,84	0,22	1,08
1968	4,21	0,19	0,81
1970	4,63	0,21	0,97
1972	4,58	0,20	0,94
1974	4,59	0,20	0,93
1976	4,55	0,20	0,92
1978	4,93	0,22	1,09
1980	5,20	0,24	1,22
1982	5,75	0,26	1,51
1984	6,52	0,30	1,95
1986	7,16	0,33	2,37
1988	7,83	0,36	2,83
1990	7,83	0,36	2,84
1992	8,85	0,41	3,65
1994	10,09	0,47	4,78
1996	11,01	0,52	5,73
1998	11,00	0,52	5,77
2000	11,77	0,57	6,67
2002	13,77	0,67	9,23
2004	15,60	0,77	11,96
2006	16,75	0,84	13,99
2007	16,81	0,84	14,19
2008	17,48	0,88	15,44

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados em MADDISON PROJECT (2013)

Nota: RPCC ó Renda per capita chinesa; RPCM ó Renda per capita mundial

A crescente fragmentação política derivada da interferência imperialista de outros países, a partir da Guerra do Ópio, com uma maior instabilidade interna (por exemplo, a revolta Taiping¹⁹²) e insucesso na adaptação de novas formas de produção características do processo iniciado pela Revolução Industrial, levaram a uma participação na economia mundial cada vez menor, chegando ao mínimo em 1962 (quando a recuperação perante os efeitos deletérios do chamado Grande Salto para a Frente ainda se iniciava).¹⁹³ Esse mínimo era ainda reduzido pelo nível da renda per capita (um quinto da média mundial).

Com as reformas pós-maoístas, sob a inspiração de Deng Xiaoping, a China volta a ter uma participação econômica expressiva no mundo e sua renda per capita gradualmente se aproxima do nível mundial, conforme a Tabela 4-2.

4.1.3 Território

Em termos de território, a China sempre foi destaque em termos mundiais, ainda mais que sua centralização política foi anterior à boa parte dos Estados vizinhos. Em termos terrestres, China e EUA lutam pela terceira posição.

No entanto, conforme demonstra a Tabela 4-3, a inclusão dos conceitos de Zona Econômica Exclusiva e Plataforma Continental prejudicam a posição relativa da China, em termos mundiais. De fato, dos seis países com maior território terrestre, é a China que apresenta uma maior perda, em termos percentuais (quase 40%, pois passa de 7,1% para 4,3%), enquanto Austrália e EUA têm ganhos relativos em termos de posição.

Esse aspecto é um dos elementos que contribuem para explicar a posição chinesa em termos de considerar como suas as águas do Mar do Sul da China, mesmo quando muito mais próximas de outros países, a chamada õlinha de nove traçosõ, ou a postura assertiva em relação ao contencioso relativo às Ilhas Diaoyutai/Senkaku com o Japão.¹⁹⁴

¹⁹² Revolta de cunho cristã, em meados do século XIX, a qual objetivava romper com conceitos confucionistas e acabar com a interferência imperialista de outras nações. Durou 13 anos e provocou dezenas de milhões de mortos. FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, pp. 197-206)

¹⁹³ O Grande Salto para a Frente (1958-1960) foi um esforço de modernização industrial que desmantelou a base agrícola chinesa. Como consequência, entre 30 e 40 milhões de pessoas morreram de fome. (FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, pp. 339-351)

¹⁹⁴ Sobre a õlinha de nove traçosõ, ver HILL (2012); em relação ao contencioso, ver BUSH (2010, pp. 66-75)

Tabela 4.3 Participação no território mundial (Países selecionados)

	Território Terrestre	Território Total	Fator de Multiplicação
Rússia	12,7%	9,8%	0,77
EUA	7,3%	7,9%	1,08
Austrália	5,8%	6,3%	1,09
Canadá	7,4%	6,2%	0,83
China	7,1%	4,3%	0,60
Brasil	6,3%	4,3%	0,68

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes de World Bank (2013) e Sea Around Us Project (2013)

Obs; O território total compreende a soma do território terrestre, zona econômica exclusiva e plataforma continental

4.1.4 Política Diplomático-Militar

Em termos diplomático-militares, a China sempre apresentou uma presença importante em relação à área circunvizinha. Conforme mencionado anteriormente, apesar de eventuais invasões por outros povos, os chineses conseguiram estabelecer a sequência mais contínua de centralização política, entre as grandes potências mundiais, à medida que mesmo os invasores acabavam se adaptando às características do Mandato Divino. Também deve ser novamente ressaltado que a Cordilheira do Himalaia constituía uma barreira significativa para a disputa geopolítica entre China e Índia. Portanto, as maiores ameaças à China eram provenientes da Manchúria, Mongólia e oeste do país (turcos e outros muçulmanos). Ao longo do tempo, algumas barreiras foram construídas para tentar dificultar tais ataques, como a Grande Muralha da China, assim como a captura de zonas-tampão (Tibete, Sinkiang, Manchúria e Mongólia) para garantir um certo espaço para reação, em caso de conflito, de modo que a região leste e sudeste, onde se concentra 90% da população, ficasse menos exposta.

A força diplomática da China pode ser medida pelo pacto com os chamados Estados Tributários, em que o envio periódico de certos impostos e presentes ao Imperador Chinês, além do reconhecimento do seu Mandato Divino, garantiam a não-intervenção e o livre-comércio com a China. Esse período sinocêntrico õbenignoõ leva alguns analistas a suporem

que o século XXI irá replicá-lo (ACHARYA, 2008, p. 61), com a premissa de que o histórico chinês seria o de não empreender expansão e violência ante os vizinhos.¹⁹⁵

Apesar de sua presença imponente na Ásia e a sua importância econômica em termos mundiais, a China não se preocupou em se expandir em termos planetários. Mesmo as sete viagens do almirante Zheng He, entre 1405 e 1433, não eram viagens exploratórias, pois buscavam aprofundar o comércio com áreas já conhecidas até a África oriental (FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, pp. 138-142). Posteriormente, a dinastia Ming optou por diminuir o contato com o mundo, eliminando a possibilidade de uma expansão global chinesa em termos econômicos ou mesmo estratégico-militares. Entre as causas para esse fechamento, pode-se mencionar o temor dos servidores públicos confucianos de que o comércio e o maior contato com o exterior funcionassem como elementos desestabilizadores e também o aumento da ameaça militar dos mongóis, no centro-norte do país.(ibidem, p, 141)

Apesar da queda da dinastia Ming e a substituição pela dinastia Qing, de origem manchu, esta se adaptou às tradições do Império do Centro. De fato, a dinastia Qing empreenderá uma expansão militar significativa, ao absorver diversos territórios vizinhos, inclusive o Tibete e Sinkiang. No entanto, ao enfrentar a expansão do Império Britânico, com capacidade bélica incrementada pela Revolução Industrial, a China não é bem-sucedida. Pior, a estratégia de internalizar os vencedores no modo chinês de viver e governar também não deu certo, tendo em vista que os ocidentais comungavam de outros valores; além disso, a tentativa de jogar as potências imperialistas européias uma contra as outras fracassou (KISSINGER, 2012, pp. 60-63).

A derrota para o Império Britânico, na 1ª Guerra do Ópio, desencadeará o que os chineses denominam de século das humilhações, no qual a maior potência econômica do mundo, dona da maior população, vê-se pouco a pouco perdendo soberania sobre parte do território (a concessão de extraterritorialidade para algumas cidades e enclaves, a concessão de Hongkong, etc.), diminuindo sua coesão político-social (constantes revoltas, entre as quais a maior de todas, Taiping, enquanto o prestígio do Império se esvanece), e não conseguindo replicar de maneira consistente as inovações produtivas advindas da Revolução Industrial.

¹⁹⁵ Tal analogia histórica pode ser imprecisa, devido ao fato de que, ao contrário do passado que serve de parâmetro à visão do sinocentrismo benigno, a assimetria de poder entre China, Japão e Índia é muito menor, sem contar a presença de uma superpotência mundial (EUA) com interesses na região.

Ao longo de mais de cem anos, o Império se transformará em república, mas os constrangimentos oriundos da presença estrangeira se manterão, com seguidos conflitos. O final da Segunda Guerra Mundial e a vitória do Partido Comunista Chinês na Guerra Civil, quatro anos depois, encerrarão o século das humilhações. Em pouco tempo, o Tibete será ocupado, conflitos serão travados com os EUA (na Guerra da Coreia), Índia (Guerra Sino-Indiana) e Vietnã (no início de 1979).

Ao mesmo tempo, a diplomacia chinesa procurará se estabelecer novamente como uma vertente própria, equidistante da então bipolaridade entre EUA e URSS. O final da Guerra Fria e o contínuo crescimento econômico chinês ampliarão ainda mais a capacidade de influência diplomática e a possibilidade de constituir forças armadas cada vez mais bem equipadas.

Em termos militares, o reaparelhamento foi possível graças ao excelente desempenho econômico. A partir de 1994, a participação em termos mundiais tem aumentado continuamente, com expansão do orçamento militar em mais de 10% anuais. Conforme debatido no item 2.1 do Apêndice 4, é difícil precisar se um país está extrapolando uma postura armamentista considerada normal. Afinal, como definir tal grau de normalidade? Uma alternativa provisória, utilizando-se das características geométricas do modelo, apresentadas no citado Apêndice, aponta que no caso chinês, ao menos até o ano de 2006, não haveria uma extrapolação (ou, conforme o modelo geométrico, uma sobreextensão da vertente militar). Em 2007 e 2008, haveria uma pequena extrapolação.

Tabela 4.4 Gastos militares chineses em termos mundiais (em %) (1989-2013)

1989	1,17
1990	1,29
1991	1,84
1992	2,11
1993	2,03
1994	1,99
1995	2,15
1996	2,41
1997	2,47
1998	2,84
1999	3,20
2000	3,31
2001	3,97
2002	4,35
2003	4,46
2004	4,68
2005	5,05
2006	5,73
2007	6,37
2008	6,67
2009	7,55
2010	7,86
2011	8,47
2012	9,19
2013	10,07

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em SIPRI (2013)

4.1.5 Política Energética

Em termos de política energética, a China sempre procurou manter o máximo nível de independência em relação ao mercado internacional, por temer sua volatilidade e a possibilidade de cortes abruptos de suprimento. Com o crescimento econômico e as novas demandas associadas a isso, a independência energética deve ficar ameaçada; para minorar tais efeitos, a China tem projetos energéticos em mais de 50 países (USA, 2014, p. 18). Afinal, em 2012 60% do petróleo consumido na China era importado e a previsão para 2030 é a de que esse índice suba para 75% (ibidem); no caso do gás, apenas 25% do consumo é

coberto por importações, enquanto em carvão (maior componente da matriz energética chinesa) há auto-suficiência. (IEA, 2013).

Tabela 4.5 Índice de autonomia energética chinesa (1990-2011)

1990	0,50
1991	0,51
1992	0,51
1993	0,50
1994	0,50
1995	0,50
1996	0,50
1997	0,50
1998	0,50
1999	0,49
2000	0,49
2001	0,50
2002	0,50
2003	0,49
2004	0,49
2005	0,49
2006	0,48
2007	0,48
2008	0,48
2009	0,48
2010	0,47
2011	0,47

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em IEA (2013)

Nota: A metodologia para o cálculo do índice de autonomia energética se encontra no Apêndice 2

A Tabela 4-5 mostra como a auto-suficiência (definida pelo índice de 0,5, ou seja, em que a produção é igual ao consumo¹⁹⁶) foi gradualmente diminuída. Conforme proposto pelo modelo, essa diminuição na autonomia energética deveria pressionar por um aumento na autonomia diplomático-militar, que de fato ocorreu (conforme pode ser visualizado na Tabela 4-7, mais adiante no capítulo), refletida na busca por fontes diversas (e de longo prazo)¹⁹⁷ e no aumento de gastos militares. Vale lembrar que a luta pela soberania sobre as ilhas Diaoyutai/Senkaku, no Mar do Leste da China (DUTTON, 2008) e nos grupos Spratly e Paracel, no Mar do Sul da China (GAROFANO, 2008), passou a adquirir relevância extrema

¹⁹⁶ Relembrando que o cálculo do nível de autonomia é obtido pela fórmula $\text{Produção}/(\text{Produção} + \text{Consumo})$. Logo, no caso de produção igual ao consumo, o nível será de 0,5. Para uma melhor visualização, ver Tabela 3.3.

¹⁹⁷ Por exemplo, em 2013 43% do investimento direto chinês no exterior foi direcionado para o setor energético, conforme ARNOLD (2014).

após divulgação de estudos prospectivos sobre a existência de reservas de petróleo e gás na região.

O temor chinês de um bloqueio no suprimento de petróleo importado (do qual 84% passa pelo Estreito de Málaca) levou à concretização de um projeto em Myanmar, com operacionalização prevista para 2014, no qual o combustível seria levado via oleoduto de Kyaukpya (Myanmar) para Kuming (China). Já que a Birmânia está localizada antes do Estreito de Málaca, um eventual bloqueio seria superado.(USA, 2014, p.19)

Outra alternativa para enfrentar uma diminuição da autonomia energética é incentivar novas descobertas no campo científico-tecnológico. A China tem incentivado a área energética não-tradicional, como eólica e biocombustíveis. No entanto, a redução de dependência em relação ao carvão e petróleo ainda é pouco significativa e mesmo no médio prazo não deve ter um impacto relevante na matriz energética chinesa. (DAVIDSON, 2013)

4.1.6 Política Alimentar

Se em relação à política energética a preocupação chinesa é constante, em relação à política alimentar pode ser considerada ainda maior. Afinal, por sempre ter tido uma grande população no decorrer da História, eventuais interrupções no consumo de alimentos pela população (seja por questões climáticas, econômicas ou políticas) sempre embutiam possibilidade de revoltas contra o poder político então responsável pelo governo. Várias foram as ocorrências de fome em larga escala, com milhares ou mesmo milhões de mortos.¹⁹⁸

Para prevenir tais eventos, a iniciativa de busca de maior eficiência na agricultura, com produção crescente, sempre foi constante. Por exemplo, o aumento constante do suprimento de grãos, que cresceu cinco ou seis vezes entre 1400 e 1800 e subiu mais de 50% entre 1800 e 1965. (FAIRBANK & GOLDMAN, 2007, p. 164)

¹⁹⁸ A maior das quais foi a fome gerada pelo Grande Salto para a Frente (1958-1960). A cifra mais aceita é de 30 milhões de mortos, embora o secretário-geral do PCC, Hu Yaobang, em relatório secreto ao Partido, tenha mencionado mais de 40 milhões de mortos, conforme FENBY, Jonathan. *Modern China: the fall and rise of a Great Power, 1850 to the present*. New York, Penguin, 2008, p. 415. A propósito, a produção total de grãos se reduziu em mais de 20%, entre 1957 e 1961 (ibidem, p. 414), para depois se recuperar.

Em termos de política alimentar, uma das metas ainda em vigor é chamada *linha vermelha* (*red line*), a qual consiste em uma porcentagem de 95% de auto-suficiência na produção de grãos. (CHEN & DUNCAN, 2008, p. 3) Entre os grãos, especial atenção é dada ao arroz, trigo e milho. (IFPRI, 2011).

Entre as motivações elencadas para a necessidade da auto-suficiência, temos as fomes generalizadas que já ocorreram; a possibilidade de embargos comerciais e a dificuldade para financiar importações. (CHEN & DUNCAN, 2008, p.4)

No caso chinês atual, vale lembrar que a terceira motivação perdeu o sentido, devido ao altíssimo nível de reservas cambiais. Mesmo a segunda parece pouco provável no curto prazo, devido à existência, entre os fornecedores, de países com os quais a China mantém diversos empreendimentos conjuntos; no entanto, a cautela chinesa em relação a esse aspecto se deve à possibilidade de mudanças políticas que alterem tal disposição, a exemplo da Revolução Islâmica no Irã que alterou substancialmente o panorama geopolítico do petróleo, em 1979.

A China não confia plenamente nos mercados de commodities, por uma série de razões, entre as quais a possibilidade de instabilidades cada vez maiores e freqüentes, devido ao grau de financeirização da economia mundial (ROBLES; TORERO & BRAUN, 2009). Além disso, a entrada chinesa na Organização Mundial de Comércio obrigou a China, como país em desenvolvimento, a empreender uma série de liberalizações em seu sistema comercial. Embora certos mecanismos ainda possam ser utilizados, como tarifas para equalizar o preço externo ao interno, outros como cotas de importação estão proibidos.(IFPRI, 2011)

Tabela 4.6 Índice de autonomia alimentar chinesa ó Anos selecionados

Ano	IA
1961	0,49
1963	0,49
1964	0,50
1966	0,50
1968	0,50
1970	0,50
1972	0,50
1974	0,50
1975	0,50
1977	0,49
1979	0,50
1980	0,49
1982	0,49
1984	0,50
1985	0,50
1986	0,51
1987	0,50
1988	0,50
1989	0,50
1990	0,51
1991	0,51
1992	0,51
1993	0,51
1994	0,50
1995	0,50
1996	0,51
1997	0,51
1998	0,51
1999	0,51
2000	0,49
2001	0,49
2002	0,49
2003	0,49
2004	0,50
2005	0,50
2006	0,50
2007	0,51
2008	0,51
2009	0,51
2010	0,50
2011	0,50

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em FAO (2013)

Nota: A metodologia para o cálculo do índice se encontra no Apêndice 2

Um outro fator é que a crescente urbanização e o impacto no meio ambiente (principalmente pela carência de água) acrescentam obstáculos para a manutenção da linha vermelha. No entanto, conforme demonstra a Tabela 4.6, ao longo de 50 anos a autonomia alimentar chinesa foi mantida, com pouquíssima variação. Outro aspecto relevante é o de que em 1961 os seis produtos mais importantes em termos de fonte de caloria para a população chinesa eram os seguintes: arroz, trigo, sorgo, painço, batata-doce e milho. Cinquenta anos depois, a composição havia mudado para: arroz, trigo, carne, outros vegetais (hortaliças e legumes excluindo tomate e cebola), batata e milho.(FAO, 2013)

A inclusão de carne, considerando a dimensão de uma população de mais de um bilhão de pessoas, constitui um importante acréscimo em termos de qualidade alimentar.

4.1.7 Poder Ampliado Chinês

A partir de todos os dados já elencados, o modelo nos permite calcular o Poder Ampliado Chinês, que seria a soma de todos os elementos básicos (população, economia e território) multiplicada pelos níveis de autonomia. Os dados e resultados podem ser visualizados na Tabela 4-7. Ressalte-se que o cálculo apenas a partir de 1990 se deve à necessidade de dados simultâneos, e os referentes à autonomia energética estão disponíveis a partir deste referido ano.

Entre 1990 e 2008, segundo o modelo de equilíbrio de autonomies, a China experimentou um crescimento contínuo, aumentando em mais de 55%. Embora tenha havido uma ligeira redução da participação relativa da população, o crescimento da participação econômica foi impressionante, mais do que quintuplicando (em apenas 19 anos).

Nesse período, a autonomia alimentar se manteve praticamente inalterada, devido à ênfase chinesa na questão da auto-suficiência, conforme mencionado no item 4.1.6. Já em relação à autonomia energética, o crescimento econômico tem demandado cada vez mais recursos, e isso se reflete numa tendência de leve redução do índice, nos últimos seis anos constantes da Tabela 4-7 (a Tabela 4-5, que vai até 2011, reitera a tendência mencionada).

Tabela 4.7 Poder Ampliado Chinês (1990-2008)

ANO	POPULAÇÃO	ECONOMIA	TERRITÓRIO	ENERGÉTICA	ALIMENTAR	DM	PA
1990	21,54	2,84	4,30	0,50	0,51	0,32	85,92
1991	21,50	3,15	4,30	0,51	0,51	0,35	89,11
1992	21,43	3,65	4,30	0,51	0,51	0,36	90,97
1993	21,36	4,22	4,30	0,50	0,51	0,36	91,57
1994	21,29	4,78	4,30	0,50	0,50	0,35	92,31
1995	21,21	5,86	4,30	0,50	0,50	0,36	95,98
1996	21,13	5,73	4,30	0,50	0,51	0,37	96,86
1997	21,06	5,91	4,30	0,50	0,51	0,37	97,11
1998	20,97	5,77	4,30	0,50	0,51	0,39	97,87
1999	20,88	6,14	4,30	0,49	0,51	0,41	99,39
2000	20,78	6,67	4,30	0,49	0,49	0,41	100,00
2001	20,66	7,77	4,30	0,50	0,49	0,44	105,46
2002	20,55	9,23	4,30	0,50	0,49	0,45	110,43
2003	20,42	11,26	4,30	0,49	0,49	0,44	115,58
2004	20,33	11,96	4,30	0,49	0,50	0,45	118,16
2005	20,17	12,94	4,30	0,49	0,50	0,46	122,27
2006	20,05	13,99	4,30	0,48	0,50	0,48	126,88
2007	19,92	14,19	4,30	0,48	0,51	0,51	129,49
2008	19,79	15,44	4,30	0,48	0,51	0,52	133,81

Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das demais Tabelas deste capítulo

Nota: DM ó Diplomático-Militar; PA ó Poder Ampliado. A metodologia de cálculo da autonomia Diplomático-Militar se encontra no Apêndice 4

Ao mesmo tempo, a autonomia diplomático-militar se ampliou, seja por gastos militares ou práticas diplomáticas. Enquanto os gastos militares foram mencionados no item 4.1.4, a ofensiva diplomática chinesa se fez em diversas frentes, uma das quais representada na Tabela 4-8 (expansão de Institutos Confúcio).

Tabela 4.8 Escolas com ensino da língua e/ou cultura chinesas (2014)

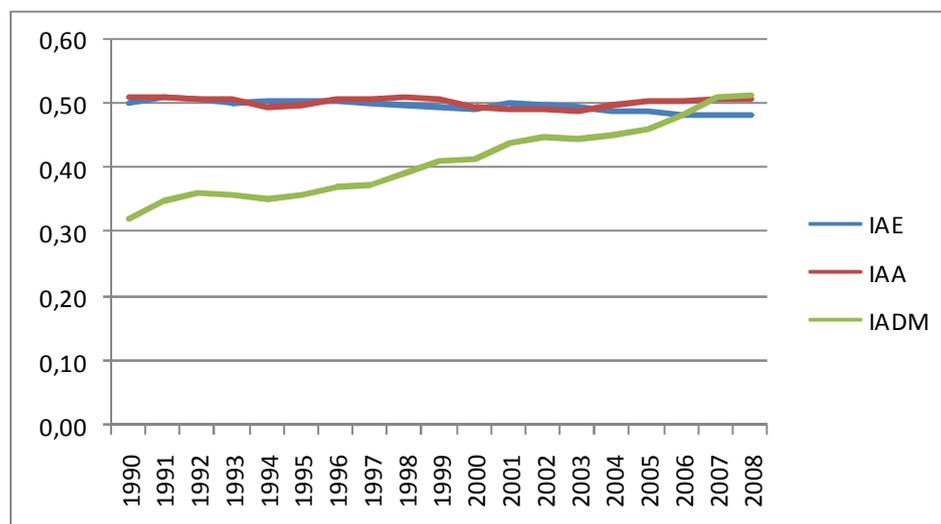
Continentes	Países	Escolas
África	30	48
Américas	16	528
Ásia	32	147
Europa	36	302
Oceania	3	66
Total	117	1091

Fonte: THE JAPAN NEWS (2014)(a)

Nota: As escolas compreendem a soma de Institutos Confúcio com Salas de Aula Confúcio

A tendência de aumento da autonomia diplomático-militar pode ser visualizada no gráfico a seguir.

Gráfico 4.1 Índices Chineses de Autonomia (1990-2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados constantes das demais Tabelas deste capítulo.

Nota: IAE ó Índice de Autonomia Energética; IAA ó Índice de Autonomia Alimentar; IADM ó Índice de Autonomia Diplomático-Militar

Portanto, em relação ao caso chinês, o modelo apresentou uma aplicação bem-sucedida, à medida que a redução na autonomia energética levou ao aumento da autonomia diplomático-militar, enquanto a autonomia alimentar se manteve estável. Ao mesmo tempo, ficou claro o aumento do Poder Ampliado, no período analisado.

4.2 JAPÃO

Por ser uma ilha relativamente afastada do continente (mais de cem milhas da Península Coreana e mais de 450 milhas da China)¹⁹⁹, o Japão manteve uma tendência de relativo afastamento dos eventos na Ásia. No entanto, mesmo a primeira iniciativa de unificação política (semelhante à centralização então vigente na China), no final do século VII

¹⁹⁹ Conforme PYLE (2007, p.34). Em termos de comparação, a distância entre Inglaterra e França é cinco vezes menor.. Embora não tenha especificado, Pyle utilizou o conceito de milha terrestre.

D.C., foi fortemente influenciada pela possível expansão das dinastia T'ang (chinesa) e Silla (Coreia). Conforme Pyle (2007, p. 36):

Dolorosamente ciente de que a desunião interna do Japão o tornavam vulnerável, o Imperador Tenmu buscou unificar e fortalecer o Estado por meio da adoção de modelos institucionais chineses centralizados.²⁰⁰

Além desse relativo isolamento, as condições geográficas japonesas não foram tão propícias ao crescimento (e manutenção) da população quanto na China, por exemplo. Nos itens relativos à autonomia energética e alimentar, tal conformação (negativa) será explicitada.

Um elemento importante é o de que, apesar dessa fraqueza relativa, o Japão sempre relutou em fazer parte da chamada "Ordem Sinocêntrica", ou seja, tornar-se um Estado tributário. Foram raríssimas as ocasiões em que o Japão aceitou uma posição subordinada; mesmo nelas, o Imperador japonês recusou-se a utilizar o calendário chinês, como se reafirmasse uma "igualdade" perante o Imperador chinês. (ibidem, p.37).²⁰¹

Essa relutância chegou a estimular duas tentativas (frustradas) de invasão chinesa (que serão analisadas mais adiante, neste capítulo). Logo, pode-se afirmar que o Japão não aceitou a ordem sinocêntrica vigente por quase dois milênios na Ásia.

Por sua vez, a centralização política japonesa acabou acarretando um sistema em que a classe de guerreiros (os samurai) passou a governar de fato o país, embora formalmente o poder político estivesse nas mãos do imperador. A sucessão de xogunatos (regimes em que o xógum, principal líder militar escolhido pelo Imperador e que jurara proteção a este último) trouxe muitas incertezas, na prática dificultando o aprofundamento da centralização política. Apenas com o xogunato Tokugawa, no início do século XVII, pode-se atestar uma centralização efetiva.

²⁰⁰ "Painfully aware that Japan's internal disunity made it vulnerable, Emperor Tenmu sought to unify and strengthen the state through adoption of Chinese central institutional models," (tradução livre)

²⁰¹ De fato, no único (e breve) período, desde o século XI, em que o Japão aceitou a subordinação ao Imperador chinês, tal foi decidido pelo xógum Ashikaga, e não pelo Imperador japonês, conforme Pyle (2007, pp. 37-38).

4.2.1 População

Conforme aponta a Tabela 4-9, a população japonesa alcançou seu ápice em termos de participação relativa mundial em 1700, e em níveis sensivelmente inferiores aos da China.

O nível bem inferior em termos populacionais, se comparado aos da China, deve-se a diversas restrições, a começar pela muito menor extensão territorial terrestre e principalmente a questão do acesso a recursos alimentícios e minerais. As tentativas de expansão territorial que contornassem este obstáculo serão analisadas na seção 4.2.3, mais adiante.

No entanto, vale ressaltar que, entre os anos 1 e 1500 D.C, a população japonesa cresceu mais do que o restante do mundo (por exemplo, Europa e demais países asiáticos). O principal responsável foi a ausência de pestes ou a baixa virulência de diversas outras doenças. Segundo Maddison (2006, p. 40), tal se deveria à insularidade e relativo afastamento do continente (200 quilômetros em relação à costa coreana, 750 no caso chinês).²⁰² Esse isolamento (inclusive no aspecto comercial, com restrições à importação de grãos que pudessem contribuir para a introdução de pestes) e o limitado contato com animais, acoplado com a higiene (estimulada por preceitos religiosos que estimulavam a limpeza como valor a ser buscado e abundância de fontes de água quente) e o hábito de beber água basicamente pelo chá (ou seja, com água fervida) contribuíram para o crescimento populacional (ibidem, p.41).²⁰³ Um outro aspecto que, segundo Maddison (ibidem) reforçou o aumento relativo da população japonesa em termos mundiais, foi o menor impacto das guerras, pois os conflitos civis foram muito mais limitados e o Japão nunca foi invadido de maneira bem-sucedida, ao contrário da China, Índia e países europeus.²⁰⁴

²⁰² Vale ressaltar que Maddison utiliza quilômetros para mensurar a distância entre Japão e o continente, enquanto Pyle utilizou milhas.

²⁰³ A importância dos animais domésticos no desenvolvimento de várias doenças clássicas ajuda a explicar porque várias sociedades (com pouca ou nenhuma experiência de domesticação) não as experimentaram até o contato com aquelas que já as haviam desenvolvido. Por exemplo, os ibéricos e demais europeus na América e África, segundo BUZAN & LITTLE (2000, pp. 325-326)

²⁰⁴ A rendição japonesa na II Guerra Mundial se deu sem que as forças Aliadas tivessem iniciado o processo de invasão das quatro principais ilhas do Arquipélago japonês, ou seja, Hokkaido, Honshu, Shikoku e Kyushu. A dupla tentativa mongol, no século XIII, também não conseguiu ser efetiva, em ambas as ocasiões sendo desbaratadas por tufões, o que cunhou a expressão ôvento divinoö (*kamikaze*), o qual protegeria o Japão de qualquer invasão.

Tabela 4.9

População japonesa em termos mundiais (%) ó Anos selecionados

1	1,3
1000	2,8
1500	3,5
1600	3,3
1700	4,5
1820	3,0
1870	2,7
1900	2,8
1913	2,9
1940	3,2
1950	3,3
1952	3,3
1954	3,2
1956	3,2
1958	3,1
1960	3,1
1962	3,0
1964	3,0
1966	2,9
1968	2,9
1970	2,8
1972	2,8
1974	2,7
1976	2,7
1978	2,7
1980	2,6
1982	2,6
1984	2,5
1986	2,4
1988	2,4
1990	2,3
1992	2,3
1994	2,2
1996	2,2
1998	2,1
2000	2,1
2002	2,0
2004	2,0
2006	1,9
2008	1,9
2009	1,9

Fonte: Elaboração própria a partir de dados em MADDISON PROJECT (2013)

A partir do século XVIII, o Japão perde espaço em termos de percentual da população mundial. Tal se deve a uma redução do nível de mortalidade e fertilidade e um aumento da expectativa de vida. (ibidem, p. 43). Tal tendência persiste ainda hoje, já que o Japão apresenta os maiores índices de expectativa de vida no mundo, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2014, p.62).

Outro aspecto digno de nota é o esforço educacional experimentado pelo Japão, principalmente a partir da Revolução Meiji. Ou seja, a especial atenção ao aprimoramento do capital humano em sua sociedade. O Edito da Educação, de 1889, demonstrou que as autoridades argumentavam que a riqueza e o poder do país como um todo seriam prejudicados se as pessoas comuns fossem iletradas. (SAKURAI, 2013, p. 142). Em 1940, a alfabetização cobria 99% da população. (ibidem)

4.2.2 Economia

A economia japonesa, apesar da carência de recursos naturais, conseguiu ao longo da História mobilizar os elementos disponíveis para apresentar ao menos uma participação razoável em termos mundiais. No entanto, tais carências ainda hoje são fatores restritivos importantes.

Antes do século XX, a Tabela 4-10 aponta que o auge de participação japonesa na economia mundial se deu em 1700, com 4,1%. No entanto, cabe ressaltar que a renda per capita japonesa de então era inferior à renda per capita mundial. De fato, ao longo do século XVIII e XIX, o Japão viu seu percentual diminuir, à medida que os países ocidentais colhiam os resultados da Revolução Industrial. Mesmo após a Revolução Meiji, em 1868, que objetivou a modernização acelerada da economia, sociedade e Estado japoneses, tal esforço somente começou a mostrar resultados significativos (em termos da Tabela) em 1940, quando o nível de 4,7% é alcançado (superando o percentual de 1700), como também a renda per capita fica superior à mundial. Logo, apesar do sucesso evidente da Revolução Meiji como elemento modernizador da economia japonesa, a distância relativa entre o Japão e os países mais avançados economicamente se reduziu de forma incremental, nos primeiros sessenta anos, e se acelerou principalmente a partir da Grande Depressão de 1929.

A derrota na II Guerra Mundial foi um duro golpe para a economia japonesa; a Tabela mostra que em 1950 a participação relativa e a renda per capita relativa se reduziram significativamente. De 1945 a 1950, a economia passou por altos níveis de inflação, recessão e miséria. Não houve Plano Marshall para o Japão, por dois motivos. Primeiro, o desgaste da II Guerra, na qual o Japão foi o agressor e responsável pela maioria das baixas dos EUA (basta atentar para o fato de que os EUA incentivavam a luta contra ãnazi-fascistasö e õjaponesesö, numa sutil mas clara diferença na abordagem étnica; vale lembrar que dezenas de milhares de cidadãos dos EUA com ascendência japonesa foram isolados em campos afastados, em pleno deserto, até o final da II Guerra, e que o mesmo não aconteceu com os cidadãos de ascendência italiana ou alemã).

Logo, não haveria condições políticas no sentido de aprovar um plano para o Japão, semelhante ao Marshall, no Congresso dos EUA. Segundo, as apostas daquele país eram no sentido de ter na China o principal aliado no pós-II Guerra. Daí a reviravolta após a vitória do PCC na Guerra Civil, em 1949, com os EUA procurando formas de ãreviverö a economia japonesa (por exemplo, com a chamada Missão Dodge, em 1949). A Missão Dodge²⁰⁵ forneceu alguns elementos básicos para a recuperação da economia do Japão, como o estabelecimento de uma taxa cambial de ¥ 360 por dólar e o acesso dos produtos japoneses ao mercado dos EUA. Além disso, os EUA pressionaram a Grã-Bretanha no sentido de abrandar restrições nas exportações japonesas para as colônias e ex-colônias no Sudeste Asiático. (NESTER, 1990, pp. 24-25).

²⁰⁵ O nome se deve à chefia do banqueiro e consultor Joseph Dodge, enviado especial do Presidente Truman ao Japão

Tabela 4.10
Economia japonesa em termos mundiais (%) - Anos selecionados

	PIB	RPCJ/RPCM	PIB AJUSTADO
1	1,1	0,86	0,98
1000	2,6	0,94	2,47
1500	3,1	0,88	2,74
1600	2,9	0,87	2,53
1700	4,1	0,93	3,85
1820	3,0	1,00	3,01
1870	2,3	0,85	1,94
1900	2,6	0,94	2,47
1913	2,6	0,91	2,39
1940	4,7	1,47	6,84
1950	3,0	0,91	2,75
1952	3,4	1,03	3,54
1954	3,6	1,09	3,90
1956	3,7	1,16	4,35
1958	4,0	1,26	5,00
1960	4,4	1,44	6,40
1962	5,0	1,64	8,21
1964	5,4	1,81	9,82
1966	5,7	1,95	11,16
1968	6,6	2,28	14,93
1970	7,4	2,60	19,18
1972	7,7	2,75	21,06
1974	7,5	2,72	20,37
1976	7,5	2,77	20,89
1978	7,6	2,85	21,71
1980	7,8	2,98	23,31
1982	8,1	3,13	25,26
1984	8,0	3,16	25,27
1986	8,0	3,24	25,99
1988	8,2	3,40	27,81
1990	8,6	3,65	31,21
1992	8,6	3,77	32,54
1994	8,3	3,70	30,61
1996	8,1	3,71	30,07
1998	7,6	3,55	26,87
2000	7,2	3,43	24,60
2002	6,8	3,31	22,42
2004	6,4	3,20	20,51
2006	6,0	3,10	18,70
2007	5,9	3,07	18,19
2008	5,7	3,00	17,07

Fonte: Fonte: Elaboração própria a partir de dados em MADDISON PROJECT (2013)
Nota: RPCJ ó Renda per capita japonesa; RPCM ó Renda per capita mundial. PIB AJUSTADO = PIB X (RPCJ/RPCM)

No entanto, foi a Guerra da Coreia o verdadeiro Plano Marshall do Japão. Apesar das melhorias propostas pela Missão Dodge, ela sugeriu um aperto fiscal que levou a uma desaceleração da economia e o dinamismo somente foi recuperado com o conflito. Pegos de surpresa, os EUA (comandando a força de paz sob o emblema formal das Nações Unidas) passaram a fazer pesadas encomendas à indústria japonesa, não somente pela conveniência política mas também econômica. Afinal, fabricar um jipe em Detroit e transportá-lo por quase 11 mil quilômetros é muito mais caro (e demorado) do que encomendá-lo no Japão. Além das encomendas diversas, também o setor turístico foi estimulado, com a absorção de dólares dos soldados em períodos de descanso.²⁰⁶

Logo, a partir do início dos anos 50 do século XX, o crescimento econômico japonês foi muito significativo e permitiu o atingimento de um patamar muito alto (ainda mais ao se considerar a renda per capita, que o amplia). A crise que começa na década de 90, devido a uma série de fatores internos (por exemplo, bolha imobiliária) e externos (pressão dos EUA para valorização de 100% do iene frente ao dólar, no período de apenas dois anos) desarticulou a economia. Mesmo após vinte anos em que o crescimento foi bem menos dinâmico, o Japão apresentava em 2008 um PIB ajustado superior ao da China, segundo as Tabelas 4-2 e 4-10. Tais números demonstram a importância da preparação do capital humano japonês (e, conforme o modelo do equilíbrio de autonomia, a influência da esfera irradiadora de inovação e tecnologia na aresta econômica).

4.2.3 Território

Em termos de território terrestre, o Japão tem uma diminuta participação mundial, conforme mostra a Tabela 4-11. Além disso, somente 15% de tal território é cultivável; em relação a minérios, o Japão é autossuficiente apenas em ouro, prata e magnésio. Já as fontes energéticas são basicamente importadas (JAPAN, 2014).

Logo, não é surpresa que ao longo da História o Japão tenha procurado ampliar tal território, por meio de guerras, tendo como mote exatamente a busca por tais recursos.

²⁰⁶ Quanto ao impacto econômico da Guerra da Coreia no Japão e outros países asiáticos, ver STUBBS, Richard. *Rethinking Asia's Economic Miracle*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, especialmente pp. 63-91.

A invasão da Coreia no final do século XVI, a anexação de Taiwan no final do século XIX e da Coreia no início do século XX, além da Manchúria, vinte anos depois, são exemplo claro dessa tendência, tal como a expansão pelo Sudeste Asiático até a Indonésia, quando da II Guerra Mundial.

Após a II Guerra Mundial, a obtenção de novos territórios terrestres pela força é inviabilizada pelos termos do Art. 9º da Constituição, imposta pelos EUA. No entanto, os termos do Direito do Mar, aprovado pela ONU em 1982, concederam ao Japão um crescimento significativo de seu território, em termos de obtenção de recursos. Conforme mostra a Tabela 4-11, seu território é multiplicado por mais de seis vezes, reduzindo por exemplo a desvantagem para a China de uma inferioridade de 25 vezes (se computado apenas o território terrestre) para 2,5 vezes (se computado o território total).

Portanto, o engajamento cada vez maior do Japão quanto à questão da soberania de várias ilhas e áreas em litígio (principalmente com a China) (THE JAPAN NEWS, 2014 (b)) não é apenas uma simples exacerbação nacionalista, mas de importância econômica capital.

Tabela 4.11
Participação no território mundial ó Países selecionados

	Território Terrestre	Território Total	Fator de Multiplicação
França	0,4%	3,7%	9,1
Reino Unido	0,2%	2,6%	14,4
Nova Zelândia	0,2%	2,3%	11,6
Japão	0,3%	1,8%	6,3

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes de World Bank (2013) e Sea Around Us Project (2013)

Obs: O fator de multiplicação é obtido pelo quociente Território Total/Território Terrestre

4.2.4 Política Diplomático-Militar

Em termos geopolíticos, a insularidade (ausência de fronteiras terrestres) confere especificidades à política externa de um país, já que a água é um obstáculo significativo para invasões (MEARSHEIMER, 2001, pp. 83-84). Logo, também a manutenção do livre fluxo de recursos entre o país insular e o exterior passa a ser uma das preocupações principais.

Como garantir tais fluxos? Caso o país não seja uma potência hegemônica, a alternativa geralmente utilizada é a de se aliar à potência naval²⁰⁷ que salvguarde tal õbem públicoõ.²⁰⁸

No caso japonês, a insularidade contribuiu para a preservação da soberania. Conforme já mencionado, apenas no pós-II Guerra o Japão foi ocupado. No entanto, vale ressaltar que, por vezes, o Japão optou por reduzir sensivelmente seu comércio com o exterior, na prática õse fechandoõ politicamente. O exemplo mais claro é o do xogunato Tokugawa (1603-1867), período no qual o intercãmbio com o exterior era mínimo.

Ao contrário do que poderia se esperar, o Japão não se aliou à China (a potência naval regional), devido ao fato de não aceitar a condição de õEstado tributãrioõ, conforme visto na seção 4.2. De fato, a primeira aliança militar entre o Japão e a principal potência naval somente ocorrerã em 1902, com o Tratado de Aliança com a Grã-Bretanha. Em 1923, o Tratado foi desfeito. Nas próximas duas décadas, um período em que a hegemonia britãnica estava muito fragilizada, o Japão se tornou a maior potência naval asiãtica. No pós-II Guerra, o Japão passa a ser aliado dos EUA, a principal potência naval mundial.

Portanto, pode-se dizer que, até a expansão provocada pela Revolução Meiji, o perfil básico japonês, em termos diplomãticos, apontava para um intercãmbio seletivo com o exterior, por vezes chegando ao virtual õfechamentoõ.

Tal estratégia foi eclipsada a partir da missão do Comodoro Perry, em 1853, na qual os EUA exigiram a abertura do Japão em termos comerciais. A discussão política foi intensa: abrir o país era perigoso, devido à supremacia econõmica e bélica dos países ocidentais. Não abrir podia significar a perda de soberania, como já havia ocorrido com a China, na I Guerra do Ópio. A opção foi a assinatura de vários acordos considerados õiníquosõ, até que a elite política japonesa conseguisse construir um projeto consistente.

Tal ocorreu com a Revolução Meiji, em 1868, terminando com mais de dois séculos de xogunato, reforçando a posição do Imperador e fortalecendo a elite modernizadora, a qual

²⁰⁷ Por exemplo, no caso da Austrãlia, a aliança com a Grã-Bretanha (antiga metrópole) e atualmente com os EUA

²⁰⁸ Os bens podem ser divididos em públicos, privados, comuns e de clube. Na esfera internacional, os bens públicos tendem a ser oferecidos pela potência hegemônica ou um consórcio de potências. A garantia de livre navegação é considerado um dos bens públicos, no âmbito das relações internacionais. Sobre o tema, ver AGGARWAL, Vinod K. & KOO, Min Gyo. *Asia's new institutional architecture: evolving structures for managing trade, financial and security relations*. In: _____ (ed.). *Asia's new institutional architecture: evolving structures for managing trade, financial and security relations*. Berlin: Springer Verlag, 2008.

pesquisou as melhores práticas no mundo, em todos os setores (político, econômico, bélico, etc.).

A transformação japonesa foi profunda e em vinte e cinco anos o país alcançou muitos dos objetivos modernizadores. Cabe lembrar que a modernização acelerada provocou a necessidade de mais recursos naturais, algo de que o Japão sempre foi carente. A expansão japonesa, por meio de sucessivas guerras e anexações, constituindo o que se denomina "Esfera de Co-Prosperidade Asiática"²⁰⁹, foi um corolário da modernização.

A II Guerra Mundial marcou o aprofundamento dessa tendência; no auge de seu domínio, o Japão controlava boa parte da China e quase todo o Sudeste Asiático, até ser derrotado pelos Aliados (basicamente pelos EUA). A derrota marcou o Japão de diversas maneiras; ocupado por sete anos (de 1945 a 1952)²¹⁰, a aura de invencibilidade conferida pelo mito do *kamikaze* foi ofuscada. O imperador perdeu seu status divino. Mais ainda, a Constituição imposta pelas forças de ocupação, promulgada em novembro de 1946 e em efeito a partir de maio de 1947, incluiu um artigo (o 9º, intitulado Renúncia da Guerra) no qual se estabelece que:

Aspirando sinceramente à paz internacional baseada na justiça e ordem, o povo japonês renuncia para sempre à guerra como um direito soberano da nação e à ameaça ou uso da força como meio de resolver disputas internacionais. De modo a cumprir o objetivo do parágrafo precedente, forças de terra, mar e ar, tal como outro potencial de guerra nunca serão mantidas. O direito de beligerância do Estado não será reconhecido.²¹¹(JAPAN, 2013)

Os duros termos do Artigo 9º são extremamente significativos. Samuels (2007, p. 219, nota 49) ressalva que, no pós-II Guerra, França, Brasil, Itália e Alemanha redigiram constituições renunciando à guerra como instrumento de Estado. No caso japonês, a constituição foi imposta. Além disso, a própria existência de forças armadas é repudiada. Pode-se especular que, caso a Constituição fosse promulgada um pouco mais tarde, quando a Guerra Fria estivesse mais pronunciada, talvez os EUA não se mostrassem tão incisivos. Ironicamente, em conflitos posteriores (Guerra da Coreia, Guerra do Vietnam) os EUA

²⁰⁹ Segundo a versão japonesa, o Japão estaria compartilhando sua modernização com os demais países da região. Segundo as regiões conquistadas, esse compartilhamento trazia consigo impactos brutais em termos de colonização e perda cultural própria.

²¹⁰ No caso de Okinawa, a devolução à soberania japonesa somente ocorreu em 1972.

²¹¹ "Aspiring sincerely to an international peace based on justice and order, the Japanese people forever renounce war as a sovereign right of the nation and the threat or use of force as means of settling international disputes. In order to accomplish the aim of the preceding paragraph, land, sea, and air forces, as well as other war potential, will never be maintained. The right of belligerency of the state will not be recognized."(tradução livre)

pressionaram o Japão de modo a enviar soldados. A reação japonesa foi direta e formal, apontando o Artigo 9º como obstáculo intransponível.²¹²

No entanto, também por pressão dos EUA, a Reserva Policial Nacional (constituída em 1950, com 75 mil homens) foi ampliada para Força de Segurança Nacional (em 1952, com 110 mil homens). A pressão continuou, e em 1954 foi criada a Agência de Defesa do Japão, com Forças de Autodefesa de 152 mil homens, que não poderiam sair do país (PYLE, 2007, pp. 229-236).²¹³

Mesmo com as Forças de Autodefesa, na prática o Japão passou a praticar a chamada Doutrina Yoshida (referência ao político e Primeiro-Ministro Shigeru Yoshida), que defendia que os recursos econômicos deveriam ser primordialmente aplicados em objetivos civis e reconstrução da nação, enquanto os objetivos militares deveriam ser colocados em segundo plano, devido à proteção do guarda-chuva nuclear dos EUA (desde 1952 EUA e Japão têm um Tratado de Segurança Mútua). Durante a Guerra Fria, tal postura pareceu a mais racional, com o Japão adotando a estratégia do Estado Mercador, conceito criado por Rosecrance (1986), em contraposição ao Estado Territorialista. Enquanto aqueles centralizariam seu progresso nos ganhos econômicos (sem preocupações militares), estes fariam o oposto.

No entanto, o final da Guerra Fria levou a um grande questionamento sobre a permanência da validade da Doutrina Yoshida.

Afinal, por quanto tempo o Japão se resignaria a ser uma potência econômica e um coadjuvante político, sem mesmo aspirar à normalidade dos Estados que possuem Forças Armadas? Por quanto tempo o chamado teto simbólico para as despesas militares (1% do PIB) seria mantido, mesmo em situações que requereriam um aumento?

Progressivamente, o debate continuou e medidas incrementais acabaram delineando uma tendência nítida de longo prazo. Por exemplo, o Ministério da Defesa foi criado em 2007, responsável pela coordenação das três Forças de Autodefesa. Além disso, a Guarda Costeira (cujos gastos não são computados no teto simbólico) passou por uma expansão contínua. Por fim, as próprias Forças de Autodefesa são consideradas de excelente qualidade

²¹² Em termos comparativos, a Coreia do Sul enviou 300 mil soldados para a Guerra do Vietnam, conforme PYLE (2007, p. 236)

²¹³ O Escritório de Legislação do Gabinete do Primeiro-Ministro é o responsável pela interpretação dos limites impostos pelo Artigo 9 (SAMUELS, 2007, p. 46-49). No momento da feitura deste trabalho, uma grande reinterpretação está sendo efetuada, abrindo caminho para a prévia permissão de tropas japonesas no exterior, no caso de eventos ligados à segurança coletiva.

(por exemplo, a Marinha seria a quinta do mundo, conforme MIZOKAMI (2014)), embora até hoje não tenham tido a possibilidade de prová-lo em um conflito real.

Conforme mostra a Tabela 4-12, os gastos militares japoneses se encontram entre os maiores do mundo, embora tenham recuado em termos proporcionais. No entanto, de acordo com a Tabela 4-15, apresentada junto com a seção sobre o Poder Japonês Ampliado, o modelo de equilíbrio de autonomias aponta para um incremento na autonomia diplomático-militar, até mesmo provocando uma sobreextensão na mesma. Portanto, haveria indícios de que uma maior assertividade japonesa, em termos militares, teria conseguido aumentar a autonomia diplomático-militar.²¹⁴

Tabela 4.12
Gastos militares japoneses em termos mundiais (em %) (1988-2013)

1988	2,82
1989	2,98
1990	3,12
1991	4,37
1992	4,38
1993	4,72
1994	4,99
1995	5,29
1996	5,42
1997	5,36
1998	5,48
1999	5,51
2000	5,39
2001	5,27
2002	5,00
2003	4,78
2004	4,50
2005	4,33
2006	4,16
2007	3,99
2008	3,70
2009	3,50
2010	3,41
2011	3,48
2012	3,43
2013	3,49

Fonte: Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em SIPRI (2013)

²¹⁴ Uma constatação gráfica do fenômeno da sobreextensão da aresta diplomático-militar pode ser verificada na Figura A4-7, no Apêndice 4.

4.2.5 Política Energética

A dependência energética japonesa sempre foi um tema delicado para o país, especialmente após a Revolução Meiji, quando as necessidades da industrialização tornaram o problema ainda mais agudo. Atualmente, a posição não é menos delicada.

A matriz energética japonesa apresentava a seguinte composição para o ano de 2012 (International Energy Agency, 2013):

- Petróleo ó 46,5 %
- Carvão ó 24,8%
- Gás natural ó 23,3
- Biocombustível ó 2,3%
- Hidrónica ó 1,4%
- Nuclear ó 0,9%
- Geotérmica, solar, eólica ó 0,8%

Note-se que normalmente a parcela nuclear é bem maior (15% em 2010), mas em 2012 vários dos reatores haviam sido paralisados por questões de segurança, após o desastre em Fukushima. A tendência é que a energia nuclear volte aos patamares de antes, tendo em vista que, embora o Japão importe urânio, a produção da energia é considerada como doméstica.

Em relação às três principais fontes energéticas, o Japão produz apenas 1%, tendo que importar os restantes 99%.²¹⁵ Tal situação, em outras ocasiões, levou o Japão a sucessivas tentativas de anexação de territórios ricos em energia e minérios (como, por exemplo, a anexação da Manchúria). De fato, o embargo de combustível efetuado pelos EUA, no início da Segunda Guerra Mundial, foi talvez o principal responsável pelo início das hostilidades nipo-americanas, a partir do ataque á base havaiana de Pearl Harbour, e posterior ataque e tomada da Indonésia. (YERGIN, 2010, pp. 341-365).

²¹⁵ Isso reforça a dependência japonesa em relação aos EUA, principal potência marítima da atualidade, no sentido de garantir a livre passagem dos insumos energéticos importados; além disso, aumenta a importância da soberania sobre várias ilhas em áreas de litígio com a China, sob o temor de que as linhas de fornecimento possam ser bloqueadas.

Logo, qual tem sido a estratégia japonesa para ao menos minorar a dependência energética, vista claramente na Tabela 4-13 (note-se que a queda acentuada em 2011 se deveu à interrupção do funcionamento das centrais nucleares)?

Tabela 4.13
Índice de autonomia energética japonesa (1990-2011)

1990	0,14
1991	0,15
1992	0,15
1993	0,16
1994	0,15
1995	0,16
1996	0,16
1997	0,17
1998	0,17
1999	0,17
2000	0,17
2001	0,17
2002	0,16
2003	0,14
2004	0,15
2005	0,16
2006	0,16
2007	0,15
2008	0,15
2009	0,16
2010	0,16
2011	0,10

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em IEA (2013)

Nota: A metodologia para o cálculo do índice de autonomia energética se encontra no Apêndice 2

Primeiro, o Japão tem conseguido aumentar o nível de eficiência na utilização da energia, principalmente a partir da 1ª Crise do Petróleo, em 1973 (STEWART, 2009). Segundo, a diversificação tem sido buscada, com o estímulo às fontes renováveis (principalmente eólica e geotérmica), nas quais o Japão tem produção doméstica. Terceiro, o Japão é o país mais avançado no desenvolvimento de tecnologia da exploração do hidrato de metano (gás encapsulado em cristais de gelo, encontrados abaixo do fundo do mar). (DEMETRION, 2014; ANDERSON, 2014)

A exploração do hidrato de metano, em áreas da Zona Econômica Exclusiva, ressalta o aspecto levantado pelo modelo de equilíbrio de autonomias, no qual o aproveitamento de tal área constitui elemento fundamental para as futuras demandas por recursos, por parte de vários países.

No entanto, é forçoso ressaltar que a autonomia energética é um dos elementos que mais limitam o Poder Ampliado Japonês, e tal tem-se mantido historicamente.

4.2.6 Política Alimentar

A preocupação com a estabilidade na oferta de alimentos sempre foi constante, na história do Japão, tendo em vista que, conforme mencionado na seção 4.2.3, apenas 15% do território é cultivável. Esse alto grau de restrição levou a sociedade a privilegiar o cultivo do arroz e o consumo de peixe; vale lembrar que a domesticação de animais para o consumo, como gado bovino e suíno, implica a necessidade de grãos que lhes sirvam de ração, algo de que o Japão nunca dispôs em quantidade razoável.

De fato, inclusive pela influência religiosa, o governo banuiu o consumo de animais de quatro patas, em 675 D.C.; a proibição somente seria abolida com a Revolução Meiji (BARCLAY & EPSTEIN, 2013, p. 219). Portanto, durante mais de um milênio, o consumo de carne esteve restrito a peixe e frango.

Maddison (2006, p. 41) menciona que, devido à situação precária em relação a alimentos, fomes por quebras de safra foram uma constante na história daquela sociedade. Por exemplo, entre os séculos VIII e X, isso ocorreu de três em três anos, em média. Entre os séculos XI a XV, de cinco em cinco anos. Entre os séculos XVI a XVIII, a cada quatro anos. No século XIX, a cada nove anos. No século XX, não ocorreu.

Portanto, tais fatos históricos apontam para o aprimoramento japonês em relação à segurança alimentar. No entanto, alguns aspectos devem ser postos em relevo.

Tabela 4.14
Índice de autonomia alimentar japonesa ó Anos selecionados

1961	0,44
1963	0,41
1964	0,41
1966	0,41
1968	0,42
1970	0,40
1972	0,39
1974	0,39
1975	0,39
1977	0,42
1979	0,39
1980	0,41
1982	0,42
1984	0,43
1985	0,42
1986	0,42
1987	0,42
1988	0,41
1989	0,41
1990	0,40
1991	0,38
1992	0,38
1993	0,37
1994	0,38
1995	0,35
1996	0,35
1997	0,36
1998	0,35
1999	0,35
2000	0,35
2001	0,34
2002	0,34
2003	0,34
2004	0,34
2005	0,34
2006	0,34
2007	0,34
2008	0,35
2009	0,34
2010	0,34
2011	0,34

Fonte: Elaborado a partir de dados constantes em FAO (2013)

Nota: A metodologia para o cálculo do índice de autonomia alimentar se encontra no Apêndice 2

A modernização econômica e social proporcionada pela Revolução Meiji acarretou mudanças no perfil alimentar japonês, o que foi acentuado após a II Guerra Mundial, ocupação militar dos EUA, recuperação econômica e atingimento de níveis altos de renda per capita em relação à média mundial. Por exemplo, até a II Guerra Mundial, o nível de auto-suficiência japonesa (definida pela proporção entre produção doméstica e consumo), forçada pela preocupação com a segurança alimentar, situava-se em torno de 100%; no entanto, a comida era escassa (THE JAPAN NEWS, 2014(d)).

A ampliação do poder de consumo levou a um aumento de importações e redução do nível de autonomia, conforme pode ser visualizado na Tabela 4-14. Essa alteração qualitativa pode ser exemplificada nos seis principais alimentos em termos de consumo calórico per capita em 1961, que eram arroz, açúcar, trigo, peixes e frutos do mar, soja e centeio, e os seis principais em 2011, respectivamente arroz, açúcar, trigo, carne, óleo de canola e mostarda, peixes e frutos do mar. (FAO, 2014)

Ao mesmo tempo em que a maior disponibilidade de renda proporcionou a importação de mais alimento, houve dois tipos de pressão a que o Japão foi obrigado a ceder. A primeira é a exercida pelos acordos de comércio bi ou multilaterais, os quais obrigam um país desenvolvido a fazer concessões no sentido de inibir subsídios e não impor certas tarifas que privilegiem a produção interna. A segunda, episodicamente exercida pelos EUA, configura um dos aspectos pouco divulgados da diplomacia daquele país (conforme mencionado na seção 3.3.7 do presente trabalho). Por exemplo, em 1973, os EUA utilizaram um embargo de soja (explicitamente com a justificativa de combate à inflação interna) como um instrumento de pressão diplomática (HOLLERMAN, 1988, p. 225). Curiosamente, tal movimento levou o Japão a buscar alternativas de fornecedores e estimulou a cooperação técnica e financeira com Brasil, o que acabou resultando no PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado)(*ibidem*, p. 175, 205). Atualmente, o Brasil é o maior competidor dos EUA na exportação de soja.

Apesar de o nível de autonomia alimentar ter-se reduzido em relação a 1961, um fator deve ser posto em relevo. Em relação ao arroz, a base da alimentação japonesa, a produção doméstica continua respondendo por 94% do consumo (FAO, 2014). Logo, mesmo com a maior disponibilidade em relação a alimentos importados, a preocupação com a produção doméstica continua a ser um elemento fundamental na política alimentar japonesa, o que demonstra que também o Japão (tal como a China) não se fia integralmente nos mecanismos

de mercado. Essa conclusão é reforçada pela preocupação japonesa quanto aos contratos de fornecimento de longo prazo e mesmo a compra de terras no exterior para produção alimentícia, exemplo já citado da China. Outro ponto é que o nível de autonomia se manteve estável, desde 2001, sem queda pronunciada.

Outra informação que reforça o comentado anteriormente é a de que o governo japonês estabeleceu para 2020 uma meta de 50% de auto-suficiência, ou seja, que metade do consumo doméstico alimentar seja produzida internamente. (THE JAPAN NEWS, 2014(d)).²¹⁶

4.2.7 Poder Ampliado Japonês

Conforme mostra a Tabela 4-15, o Poder Ampliado Japonês apresenta uma queda expressiva (42%), desde 1991, por conta da redução (quase 50%) do seu dinamismo econômico em termos de participação mundial. Ao mesmo tempo, uma redução na autonomia alimentar, porém em menor intensidade, com pouco mais de 12%, também contribuiu para a citada queda.

Em tal situação, o modelo de equilíbrio de autonomias prevê um aumento da política diplomático-militar, no curto prazo, e aprimoramentos tecnológicos no sentido de reverter as perdas de autonomia.²¹⁷

No caso japonês, a Tabela 4-15 aponta para o aumento da autonomia diplomático-militar (em aproximadamente 36%, comparando os anos de 1990 e o de 2008). Além disso, o governo japonês tem posto em prática uma série de medidas para redinamizar a economia (a chamada *Abenomics*, em referência ao primeiro-ministro Shinzo Abe), a exploração de novas fontes de combustível (como o hidrato de metano, visto na seção 4.2.5), a reversão da

²¹⁶ Tal nível de 50% se refere ao consumo calórico geral, e não apenas dos seis principais produtos, os quais foram utilizados para a metodologia de cálculo da Tabela 4-14. Por exemplo, o atual nível de auto-suficiência seria de 39%, segundo o artigo do The Japan News.. Tal índice, aplicado no cálculo do nível de autonomia empregado nesta Tese, apontaria para um nível de 28% ($39/(100+39)$). Logo, as duas metodologias apontam para a mesma tendência de longo prazo.

²¹⁷ A visualização gráfica desse processo pode ser verificada nas Figuras A4-12 e A4-13, no Apêndice 4.

queda de fertilidade da população (THE JAPAN NEWS, 2014 (c))²¹⁸ e o aumento no nível de auto-suficiência alimentar (conforme a seção 4.2.6).

Tabela 4.15
Poder Ampliado Japonês (1990-2008)

ANO	POPULAÇÃO	ECONOMIA	TERRITÓRIO	ENERGÉTICA	ALIMENTAR	DM	PA
1990	2,34	31,21	1,8	0,14	0,40	0,39	56,49
1991	2,32	32,87	1,8	0,15	0,38	0,44	58,58
1992	2,29	32,54	1,8	0,15	0,38	0,44	58,04
1993	2,26	31,70	1,8	0,16	0,37	0,46	56,58
1994	2,23	30,61	1,8	0,15	0,38	0,48	55,12
1995	2,21	29,69	1,8	0,16	0,35	0,50	53,05
1996	2,18	30,07	1,8	0,16	0,35	0,50	53,69
1997	2,16	29,17	1,8	0,17	0,36	0,50	52,45
1998	2,13	26,87	1,8	0,17	0,35	0,53	48,82
1999	2,11	25,28	1,8	0,17	0,35	0,55	45,82
2000	2,09	24,60	1,8	0,17	0,35	0,55	44,83
2001	2,06	23,59	1,8	0,17	0,34	0,55	42,99
2002	2,04	22,42	1,8	0,16	0,34	0,55	40,72
2003	2,02	21,46	1,8	0,14	0,34	0,55	38,62
2004	2,00	20,51	1,8	0,15	0,34	0,54	37,45
2005	1,97	19,67	1,8	0,16	0,34	0,54	36,27
2006	1,95	18,70	1,8	0,16	0,34	0,54	34,79
2007	1,93	18,19	1,8	0,15	0,34	0,54	33,62
2008	1,90	17,07	1,8	0,15	0,35	0,53	32,17

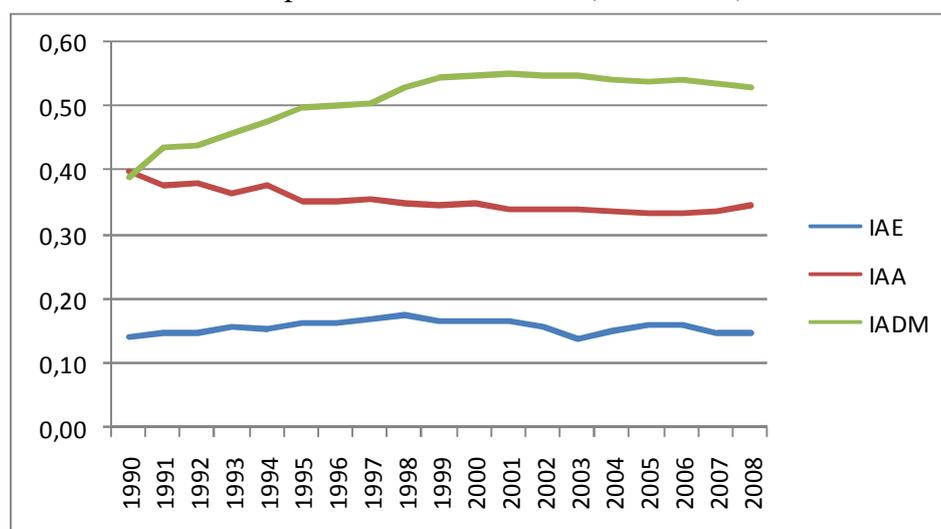
Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados das demais Tabelas deste Apêndice

Nota: DM ó Diplomático-Militar; PA ó Poder Ampliado. A metodologia de cálculo da autonomia Diplomático-Militar se encontra no Apêndice 4

A visualização de tal tendência, em termos de alterações nos índices de autonomia, pode ser verificada no Gráfico 4-2.

²¹⁸ Um dos motivos para a queda do nível de fertilidade da população japonesa é o de que boa parte das mulheres das pequenas e médias cidades ruma para Tóquio, em busca de melhores oportunidades. Na capital japonesa, o índice de fertilidade é bem menor do que nas outras regiões. Logo, o governo pretende melhorar as condições de vida nas pequenas e medias cidades, de modo a estancar esse fluxo migratório e obter o dividendo populacional.

Gráfico 4-2 Índices Japoneses de Autonomia (1990-2008)



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados constantes das demais Tabelas deste capítulo.

Nota: IAE ó Índice de Autonomia Energética; IAA ó Índice de Autonomia Alimentar; IADM ó Índice de Autonomia Diplomático-Militar

O mencionado aumento na política diplomático-militar pode ser exemplificado nas diversas medidas no sentido de reforçar os laços estratégicos com os EUA, aliados desde a derrota na II Guerra, Austrália, e mesmo mais novos, como Filipinas e Índia, além da modernização tanto das Forças de Auto-Defesa quanto a Guarda Costeira. Um outro aspecto menos divulgado é a preocupação com o *soft power*: a posição japonesa no mundo vem sendo desafiada por uma operação chinesa maciça, já delineada na Tabela 4-8. Embora em termos culturais a imagem do Japão ainda seja privilegiada em relação à chinesa, por conta da sua indústria de entretenimento (mangas, animes, games, etc.), há uma preocupação por parte do governo japonês em contrapor a ofensiva chinesa (e, em menor escala, a sul-coreana). Em comparação com a Tabela 4-8, a Tabela 4-16 mostra o desafio a ser enfrentado pelo Japão.

Tabela 4.16 Escolas com ensino da língua e cultura japonesas (2014)

	Países	Escolas
África	1	1
Américas	4	5
Ásia	8	8
Europa	7	7
Oceania	1	1
Total	21	22

Fonte: THE JAPAN NEWS (2014)(a)

Nota: As escolas compreendem os Centros Culturais Japoneses onde a Fundação Japão oferece aulas de língua japonesa

4.3 O RELACIONAMENTO ENTRE CHINA E JAPÃO

Nas duas seções anteriores, analisou-se se o modelo do equilíbrio de autonomias é aderente à auto-imagem tanto do Japão quanto da China, ou seja, se é adequado para justificar as estratégias dos dois países, com as conseqüentes decisões no sentido de aumentar/manter o nível de autonomia e o poder ampliado. Já esta seção tratará de outro aspecto, se o modelo é uma ferramenta explicativa para as decisões tomadas por Japão e China quanto ao outro. Após apontar as estratégias genéricas de longo prazo para cada um dos dois países, analisar-se-ão os principais conflitos históricos, de modo a validar as premissas do modelo.

4.3.1 As estratégias chinesa e japonesa

Segundo Rozman (2010, p. 5), são três os objetivos estratégicos chineses atuais são: aumentar o poder nacional, limitar a influência de competidores rivais e estabelecer-se como o principal Estado na Ásia. Para efetivar tais objetivos, cinco aspectos se entrelaçam, em ponderações diversas (ibidem, pp. 29-30):

- sinocentrismo (a China, pelo seu peso histórico, populacional e econômico deveria ser reconhecida como *primus inter pares*, na Ásia);
- o século das humilhações não pode se repetir (logo o Ocidente não teria legitimidade para impor restrições de qualquer espécie à China);
- herança Maoísta de crítica ao capitalismo ocidental;

- postura externa discreta sugerida por Deng Xiao Ping;
- assertividade por conta do crescimento econômico e necessidade de revisionismo da governança mundial.

Segundo Rozman, Togo & Ferguson (2007, p. 9), os objetivos estratégicos japoneses atuais seriam: equilíbrio adequado com os EUA na Ásia, aumento da influência regional e retomada do orgulho nacional com um nacionalismo sem pretensões de expansão imperial.

Em termos históricos, pode-se afirmar que a questão do sinocentrismo sempre balizou a estratégia chinesa; já em relação ao Japão, a preocupação básica envolveu China e Coreia. Nos últimos 150 anos, também o Ocidente teve que ser inserido nos cálculos japoneses.

Numa análise comparada, vê-se que a China sempre possuiu um poder básico real muito superior ao do Japão, devido à vantagem em termos de território (terrestre) e população. Isso se reflete nas respectivas políticas externas, nas quais o Japão não é uma das preocupações básicas da China, mas o inverso é evidente. Logo, pode-se falar de uma rivalidade estratégica na qual o Japão somente pode se aproximar da capacidade de poder da China quando esta tiver sérios problemas internos (em termos de coesão político-social ou políticas econômicas que privilegiem a autarquia e diminuam a sua dinamicidade em relação ao mundo) ou quando o poder econômico japonês se situe em níveis muito maiores do que o chinês.

4.3.2 Os conflitos entre China e Japão

Conforme já mencionado, China e Japão constituiriam uma rivalidade estratégica, na definição de Colaresi et al. (2007). Para aplicar o modelo de equilíbrio de autonomias aos dois países, períodos históricos serão analisados para verificar se as motivações de cada um, na relação mútua, aderem ao previsto no modelo.

4.3.2.1 Tentativas mongóis de invadir o Japão (1274,1281)

Após assumir o Trono Imperial Chinês em 1271, os mongóis instituíram a Dinastia Yuan e efetuaram várias invasões (além do Japão, também Vietnam, Java, Birmânia e Sião (antigo nome da Tailândia), todas mal-sucedidas (FAIRBANK & GOODMAN, 2007, p. 127). No caso do Japão, o principal pretexto alegado pela Dinastia Chinesa foi o de que os nipônicos não teriam aceito o status de Estado tributário.

Como os dois países se colocavam, em termos de Poder Básico Real (não se tem dados sobre autonomia político-diplomática, autonomia energética e autonomia alimentar, daí não ser possível calcular o Poder Ampliado para aquele período)? Apesar de Maddison Project (2013) não apresentar dados sobre os anos específicos de 1274 e 1281, pode-se fazer uma interpolação entre os mais próximos, que são os anos 1000 e 1500. Por eles, conclui-se que a China superava amplamente o Japão em população (sete vezes), economia (oito vezes), renda per capita (10% maior) e território (vinte vezes). No entanto, a conquista do Japão pouco acrescentaria, em termos relativos, ao Império Chinês, no tocante a recursos. Logo, pode-se argumentar que as invasões mongóis se deram por uma questão de prestígio, no sentido de que tal exemplo de insubordinação não se espraiasse por regiões mais contíguas e diminuísse posteriormente sua autonomia diplomático-militar (a exemplo do que foi debatido no final da seção 3.4)

4.3.2.2 Tentativa japonesa de invadir a China via Coreia (1592 a 1598)

No final do século XVI, o Japão tentou invadir a China; solicitou autorização para as tropas passarem pela Coreia, o que não foi concedido. Tropas chinesas acorreram para defender a Coreia e os invasores japoneses abandonaram a península, seis anos depois.

Se o diferencial de poder entre China e Japão era ainda maior do que no período anterior analisado (desta vez, população oito vezes e meia maior, economia dez vezes maior e a renda per capita 15% maior), o que motivou o Japão?

No caso, a coesão político-social alcançada por Hideyoshi Toyotomi, lugar-tenente de Oda Nobunaga (o qual havia falecido) e pressões econômicas e por recursos fortaleceram o ímpeto imperialista japonês. (HSIUNG, 2007, pp. 3-4) Enquanto isso, a Dinastia Ming se encontrava com crescentes problemas internos e pressões externas, tanto que seria suplantada pela Dinastia Qing, de origem manchú, poucas décadas depois.

Logo, o conflito analisado é um exemplo de como a erosão da coesão político-social pode emitir um sinal de queda futura de poder ampliado e estimular ataques mesmo em situação de assimetria flagrante de poder, quando acoplada com a necessidade de novos recursos.

4.3.2.3 I Guerra Sino-Japonesa (1894-1895)

A Revolução Meiji modernizou o Japão e tornou o país mais capaz de projetar poder e ambicionar outros territórios. Afinal, o processo de industrialização acelerada acentuou a fragilidade japonesa quanto a recursos naturais e mesmo autonomia alimentar (o êxodo rural devido às oportunidades nas indústrias urbanas obrigou o governo a garantir a importação de arroz). Ao mesmo tempo, temores geopolíticos levaram a política externa japonesa a procurar impedir, sob todos os meios, que a Coreia ficasse sob controle de um terceiro país (PYLE, 2007, p.91)

A reação chinesa ante a perda da influência sobre a Coreia (considerado um Estado tributário) levou à guerra contra o Japão, com a vitória deste. É importante ressaltar que o crescimento japonês (e os problemas enfrentados pela China em termos internos e no relacionamento com o Ocidente, desde a I Guerra do Ópio) provocou uma redução na assimetria entre China e Japão. Por exemplo, no final do século XIX a economia chinesa era quatro vezes e meia a japonesa e a renda per capita já era metade da japonesa. Além disso, o final da Dinastia Qing trouxe diversos problemas em termos de coesão político-social chinesa.

Portanto, a redução na assimetria de poder entre os dois países e os problemas relacionados com a coesão político-social chinesa levaram o Japão ao conflito (e vitória) contra a China (consolidando a influência sobre a Coreia, a qual seria anexada posteriormente

em 1910, e anexando Taiwan, aumentando ainda mais a capacidade de projeção de poder no Leste Asiático).

4.3.2.4 Ocupação da Manchúria e II Guerra Sino-Japonesa (1930-1945)

Na década de 1930, em pleno século das humilhações, a China passava por uma Guerra Civil (entre o Partido Nacionalista (KMT) e o Partido Comunista Chinês (PCC)), a economia e coesão político-social em caos.²¹⁹ A assimetria em termos de poder, em relação ao Japão, havia diminuído ainda mais, comparando-se com o demonstrado na seção anterior. A renda per capita chinesa era 30% da japonesa, a economia menos de três vezes maior. Para conseguir recursos minerais e energéticos, o Japão anexa a Manchúria, até o final da II Guerra Mundial. Posteriormente, invade o litoral sudoeste chinês e ocupa o Sudeste Asiático; em relação a este último, o propósito básico era o de garantir acesso a petróleo, conforme mencionado na seção 4.2.5. Portanto, o conflito se insere, em termos de percepção mútua, no previsto pelo modelo de equilíbrio de autonomias.

4.3.2.5 Pós-II Guerra Mundial

No pós-II Guerra, especialmente a partir da década de 1960, a recuperação econômica japonesa era total e os ganhos em relação ao mundo eram cada vez mais palpáveis. Enquanto isso, o modelo maoísta, se por um lado fortaleceu a soberania política chinesa em um panorama internacional delicado (o conflito na Indochina sendo um permanente fenômeno instabilizador para o Leste Asiático), por outro apresentou um desempenho econômico muito fraco. Por exemplo, em 1968 o PIB chinês era 2/3 do japonês, e a renda per capita chinesa 1/5 da renda per capita mundial (enquanto a japonesa era mais do que o dobro desta). Portanto, ao se calibrar o Poder Econômico, o japonês era mais de dezoito vezes o chinês!

²¹⁹ Mesmo a chamada frente única, a partir de 1935, em que o Comintern soviético ordenou a aliança entre o PCC e o KMT, no combate às forças japonesas, não constituiu um aprimoramento significativo da coesão político-social, tanto que a Guerra Civil é retomada após a derrota japonesa frente aos EUA e conseqüente retirada das tropas japonesas estacionadas em território chinês.

Essa flagrante assimetria não provocou conflito algum, tendo em vista, do lado japonês, a Doutrina Yoshida e a imposição dos princípios da política externa dos EUA, em evitar qualquer conflito com a China. De fato, no início da década de 70, os EUA se reaproximam da China, ambos visando a desestabilizarem a URSS. Do lado chinês, a citada reaproximação e a necessidade, após a morte de Mao Tsé-Tung, em empreender uma profunda alteração no sistema produtivo; sob a liderança de Deng Xiao Ping, Em relação a qualquer contencioso maior, a postura de Deng foi a de postergar a resolução até o momento em que o poder chinês estivesse completamente reestabelecido, em nível internacional.

4.3.2.6 Pós-Guerra Fria

O Pós-Guerra Fria apresentou um panorama completamente diverso da fase anteriormente abordada. O crescimento econômico japonês perdeu dinamismo, enquanto o chinês assumia tendência inversa. Tal fica claro na Tabela 4-17, na qual o Poder Ampliado Chinês e o Japonês adquirem uma trajetória crescentemente divergente.

Tabela 4.17 Poder Ampliado Chinês e Japonês (1990-2008)

Ano	China	Japão
1990	85,9	56,5
1991	89,1	58,6
1992	91,0	58,0
1993	91,6	56,6
1994	92,3	55,1
1995	96,0	53,0
1996	96,9	53,7
1997	97,1	52,4
1998	97,9	48,8
1999	99,4	45,8
2000	100,0	44,8
2001	105,5	43,0
2002	110,4	40,7
2003	115,6	38,6
2004	118,2	37,4
2005	122,3	36,3
2006	126,9	34,8
2007	129,5	33,6
2008	133,8	32,2

Fonte: Elaboração a partir das Tabelas 4-7 e 4-15.

Tal situação, na qual a China se sente cada vez mais poderosa (e o Japão menos) levou a mudanças significativas na postura de ambos os países. No caso chinês, a assertividade (principalmente em relação a áreas em litígio no Mar da China Oriental e Mar da China Meridional) é cada vez maior. Em relação a litígios com o Japão, um potencial conflito envolvendo as Ilhas Diaoyutai/Senkaku passou a fazer parte de todas as análises geopolíticas. Do lado japonês, as mudanças na interpretação do Art. 9º da Constituição, o estreitamento de laços militares com EUA e Austrália, além de intensas negociações estratégicas com Índia e Filipinas, demonstram a preocupação com a ascensão chinesa. De fato, conforme Japan (2014, p. 4-5), a China é o país individual com que o Japão mais se preocupa, no momento, superando inclusive a incerteza das medidas em geral erráticas da Coreia do Norte.

4.4 CONCLUSÃO SOBRE A APLICAÇÃO DO MODELO A CHINA E JAPÃO

A aplicação do modelo de equilíbrio de autonomias à China e Japão demonstrou que os dois países conferem especial atenção à manutenção e/ou ampliação das três autonomias (diplomático-militar, alimentar e energética). Mais ainda, que reduções em determinada autonomia são geralmente acompanhadas por uma sobreextensão da autonomia diplomático-militar, no curto prazo e/ou avanços tecnológicos que consigam reverter a tendência, no médio e longo prazos. Logo, no tocante à autoimagem e a imagem do principal rival, ou seja, o cálculo da assimetria de poder existente entre os dois, o modelo se mostrou bem-sucedido para avaliar o comportamento dos dois países. Desta forma, as decisões tomadas por cada um, em termos das principais variáveis do modelo de equilíbrio de autonomias, mostraram-se aderentes ao previsto por ele.

CONCLUSÃO

O propósito do presente trabalho foi a análise do conceito de equilíbrio de poder nas Relações Internacionais, com foco especial em duas abordagens teóricas: o equilíbrio de ameaças de Stephen Walt e o equilíbrio de interesses de Randall Schweller.

Na Introdução, definiu-se qual o problema, ou seja, que:

Os modelos teóricos de equilíbrio de ameaças e de equilíbrio de interesses apresentam possibilidades de aprimoramento em termos de precisão analítica, o que proporcionaria o aumento da capacidade de avaliação do poder em si e das políticas de Estado implementadas pelos países ?

Já a hipótese básica foi a de que:

*A introdução do conceito de equilíbrio de autonomias **proporciona a harmonização** entre as abordagens teóricas de equilíbrio de ameaças e de equilíbrio de interesses.*

Por sua vez, a hipótese secundária era a seguinte:

*A ênfase nas autonomias energética e alimentar, além da já tradicional autonomia diplomático-militar, **incrementa** a capacidade analítica das duas abordagens citadas.*

De modo a tentar comprovar as hipóteses, estabeleceu-se no Capítulo 1 que a abordagem teórica seria a realista, numa abordagem qualitativa, mas ao mesmo tempo procurando reforçá-la com traços quantitativos. Posteriormente, efetuou-se uma revisão da evolução histórica do conceito de equilíbrio do poder. Essa revisão se deu desde os pensadores clássicos como Tucídides, passando pela consolidação semântica efetuada por Hume e seguindo até pensadores modernos como Mearsheimer. Apontou-se o gradual aprimoramento do conceito, que somente vai adquirir uma fundamentação mais embasada (e com sua aplicação específica e consciente, em termos de premissa de política externa) com o surgimento dos Estados-Nação europeus e a ascensão do capitalismo. Simultâneo a esse aprimoramento, vale ressaltar o reconhecimento da falibilidade cognitiva no processo de mensurar o poder e suas assimetrias entre as diversas nações. Portanto, tal mensuração sempre guarda um traço de avaliação aproximada, o que leva muitos países a superavaliarem ameaças e conseqüentemente a própria necessidade de aumento de poder próprio.

Posteriormente, no Capítulo 2, analisou-se mais a fundo a questão dos dois modelos de equilíbrio de poder explicitados na hipótese básica, ou seja, o equilíbrio de ameaças de Walt e o equilíbrio de interesses de Schweller. Apontou-se que aquele é mais eficiente (em termos explicativos) em situações nas quais não haja tensões estruturais sérias nas relações de poder das grandes potências, no sentido de alteração profunda das condições de equilíbrio entre elas. Já o modelo de Schweller é mais bem-sucedido quando há a presença nítida de um ou mais Estados revisionistas procurando alterar significativamente o equilíbrio então existente.

Além disso, ressaltou-se que, no modelo de Walt, a premissa é a de que uma ameaça (a qual leva o país a procurar o *balancing* ou *bandwagoning*) parte necessariamente de outro Estado (ou de um pequeno grupo hostil). No entanto, há situações em que claras ameaças a um Estado podem vir da própria estrutura (ou seja, sem um foco Estatal específico) ou por desastres naturais; tais situações também obrigam o Estado que as sofre a empreender diversas ações no sentido de contornar seus efeitos.

No caso do modelo de Schweller, a premissa é a de que os fatores internos são tão ou mais importantes do que os externos para motivar a formação de alianças. Afinal, os Estados chamados de revisionistas, como por exemplo a Alemanha nazista, não se encontravam ameaçadas para estabelecer suas alianças e tentar alterar o panorama internacional. Além disso, o modelo de Schweller estabelece uma tipologia (baseada no reino animal) para caracterizar a postura das diversas nações em relação ao *status quo*. A principal crítica ao modelo de Schweller é que ele é mais eficiente quando há Estados claramente revisionistas; também outro ponto a ser debatido é que sua tipologia apresenta alguns perfis que somente podem ser delineados *ex post*.

A partir dessa análise, foi estabelecida a base que serviria de fundamento a um modelo alternativo, que compatibilizasse os dois anteriores e aprimorasse o poder explicativo de ambos.

É no capítulo 3 que tal modelo é apresentado, denominado de equilíbrio de autonomias. Nele, duas premissas são estabelecidas:

- a) O principal objetivo dos Estados não seria a sobrevivência, mas a preservação ou aumento da autonomia;
- b) Três seriam as principais políticas de Estado quanto à autonomia: diplomático-militar, energética e alimentar.

Além disso, ainda no capítulo 3, indicou-se que o modelo de equilíbrio de autonomias poderia ser visualizado como um tetraedro em que a base triangular é composta pelos elementos população, economia e território. Por sua vez, as arestas do tetraedro seriam as políticas mencionadas e em seu interior haveria duas esferas (chamadas de irradiadoras), a coesão político-social e a inovação científica e tecnológica, completando o modelo.

No restante do capítulo 3, analisaram-se os elementos do modelo e demonstrou-se como se interligam, apresentando um comportamento sistêmico.

Entre as principais conclusões do capítulo, estão a de que reduções em uma determinada autonomia normalmente estimulam a necessidade de ampliar outras, de modo a que o poder total não seja diminuído. Esse fenômeno é mais evidente no caso de redução das autonomias energética e alimentar, que geralmente provocam uma busca de aumento de autonomia diplomático-militar, no curto prazo, ou inovações tecnológicas (no médio e longo prazos) que busquem reverter as mencionadas reduções. Outra conclusão é a da crescente influência da esfera irradiadora científico-tecnológica nos fatores de poder considerados básicos (território, população e economia). Por exemplo, a incorporação da chamada Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental ao cômputo do chamado território (o qual normalmente engloba apenas a extensão terrestre), e que só se torna efetiva quando há condições tecnológicas para serem exploradas, altera de forma significativa as perspectivas de poder normalmente utilizadas.

No capítulo 4, o modelo foi aplicado à China, ao Japão e ao comportamento mútuo entre os dois países. A China sempre apresentou um alto nível de poder total, devido às dimensões de sua população, território e economia. Apenas quando sérios problemas na coesão político-social (por exemplo, o chamado século das humilhações) ou fracasso de política econômica em termos de crescimento sustentado (período maoísta, em que a renda per capita chegou a ser um quinto da renda per capita mundial) surgiram é que a China foi ameaçada pelo Japão, o qual historicamente possui fatores básicos menos significativos e ao mesmo tempo menores níveis de autonomia energética e alimentar.

O Glossário elenca vários conceitos relacionados ao equilíbrio de poder; todos os verbetes apresentam a denominação em inglês, uma tradução em português e exemplificação histórica dos mesmos.

No Apêndice 1, o modelo é aplicado ao Brasil; tal como no caso de China e Japão, a abordagem teórica apresentou robustez analítica ao abordar a evolução histórica brasileira. Os anos mais recentes apresentaram uma sensível redução brasileira na economia mundial. No entanto, os aumentos nos níveis de autonomia energética e alimentar (devido basicamente à concretização dos esforços científico-tecnológicos, respectivamente na exploração de petróleo em águas profundas e desenvolvimento de biocombustíveis, além do aproveitamento do cerrado como fronteira alimentar) conseguiram manter o nível de poder brasileiro em patamares estáveis, mesmo com a perda econômica relativa.

No Apêndice 2, são esmiuçadas as fontes para a mensuração dos diversos elementos do modelo, acrescentando esclarecimentos metodológicos eventualmente necessários para clarificar ainda mais a obtenção e tratamento dos dados. O delineamento das maiores dimensões em termos de território terrestre, zona econômica exclusiva e plataforma continental aponta para diversas surpresas no ranqueamento dos países.

No Apêndice 3, o modelo é utilizado para tentar mensurar quais os maiores níveis de poder, ao longo da História. Embora restrito ao Poder Básico Real (território, população e economia), pela ausência de dados consistentes para o cálculo das autonomias diplomático-militar, energética e alimentar, os cálculos realçaram os ápices de poder da China Imperial, Império Britânico, URSS e EUA.

Já no Apêndice 4, mais extenso do que os demais, as questões matemáticas e geométricas do modelo são aprofundadas. O tetraedro de poder, figura utilizada para favorecer a visualização do modelo ao longo dos Capítulos 3 e 4, é metamorfoseado em cone, de modo a superar determinadas restrições matemáticas inerentes à figura do tetraedro, especificamente a base triangular. No Apêndice, diversas conseqüências do modelo (como o reforço da autonomia diplomático-militar para compensar eventuais reduções das outras autonomias) são comprovadas geometricamente, além da demonstração matemática do fenômeno da sobreexpansão imperial (õimperial overstretchö) presente na clássica obra de Paul Kennedy, õAscensão e Queda das Grandes Potênciasö. Tal fenômeno ocorre quando gastos militares exagerados para a manutenção de impérios ou presença militar não encontra fundamentação na base econômica, logo não é sustentável no longo prazo.

Em relação ao previsto na Introdução, as conclusões apontam para a confirmação da hipótese básica. Afinal, o modelo de equilíbrio de autonomias permite a harmonização dos modelos de Walt e Schweller, ampliando o escopo de análise tanto para a situação de ameaças

externas (e mesmo aquelas que não sejam oriundas de Estados) quanto para decisões políticas internas de expansão (ao demonstrar a raiz de tais decisões na ânsia de contrapor um decréscimo de autonomia quanto efetuar acréscimo, mesmo nas situações em que a sobrevivência do Estado não estivesse ameaçada). Logo, a adoção da premissa básica de manutenção/ampliação de autonomias se mostrou adequada, ao permitir inclusive a análise da busca de sobrevivência, além de aumentar a esfera de análise para outros casos. Logo, em analogia ao ressaltado por Walt ao apresentar seu modelo de equilíbrio de ameaças (e citado no Capítulo 2), argumentou-se que o modelo de equilíbrio de autonomias é um acréscimo aos dois modelos debatidos, ampliando a capacidade de análise.

A hipótese secundária também foi comprovada, já que o ressalto conferido a duas políticas nem sempre contempladas (a alimentar e a energética) nas Relações Internacionais contribuiu para aprimorar a efetividade analítica do modelo. Nos dois estudos de caso abordados (China e Japão) e na aplicação do modelo ao Brasil, a incorporação das autonomias energética e alimentar ampliou o teor explicativo dos dois modelos mencionados, ao aprofundar elementos considerados fundamentais na formulação das políticas de longo prazo de qualquer Estado.

Também o papel decisivo das esferas de coesão político-social e de inovação científico-tecnológica, ampliando ou reduzindo as dimensões dos demais elementos do tetraedro, foi confirmado. No primeiro caso, viu-se que, mesmo em situações nas quais o Império Chinês possuía teoricamente um maior poder ampliado do que os dos rivais, foi derrotado pelo Império Britânico na I Guerra do Ópio e posteriormente pelo Japão na I Guerra Sino-Japonesa de 1894.

No segundo caso, a influência da ciência e tecnologia na ampliação da exploração de território (com a tecnologia de exploração de mares em águas profundas) ou recuperação de autonomia na aresta alimentar e energética, ou no cada vez maior conteúdo na subaresta militar, demonstrou-se inequívoca.

Outro aspecto previsto no modelo teórico geométrico (no Apêndice 4) e que se mostrou válido nos estudos de caso foi o de que diminuições nos níveis de autonomia são acompanhadas por uma sobreextensão na aresta diplomático-militar, no curto prazo, e do recurso à inovação científica e tecnológica, no médio e longo prazos.

No entanto, uma ressalva se faz necessária em relação ao parágrafo anterior. Os estudos de caso demonstraram que perdas de autonomia (energética e/ou alimentar) eram acompanhadas de ganho de autonomia (diplomático-militar). Mas a pequena amostra não é suficiente para evidenciar uma causalidade, ainda mais que as dimensões da subaresta militar (ou seja, se há uma sobreextensão ou não da mesma) são determinadas pelos três fatores de poder básico real (território, população e economia), comparados com os gastos mundiais. Logo, uma verificação mais precisa somente seria possível caso os três fatores não se alterassem com o tempo. No caso dos três países estudados (China, Japão e Brasil), houve alterações significativas em pelo menos um dos três fatores do poder básico, no período estudado. Portanto, há a necessidade de ampliar a amostra de países estudados para confirmar (ou não) a tendência demonstrada no modelo geométrico, o que deve ser colocado para o futuro, tendo em vista ser um aspecto muito específico do modelo.

Outro aspecto também ligado à dimensão da subaresta militar é que gastos militares poderiam apresentar uma rigidez que prejudicaria sua redução, caso os fatores do poder básico se reduzissem. Dessa forma, haveria um aumento da dimensão, por pura inércia. No entanto, caso isso se confirme, haveria a reiteração da já mencionada sobreextensão imperial mencionada por Kennedy (1988, *passim*) e que ocasionaria a perda de poder no longo prazo, conforme mencionado no Apêndice 4. Ou seja, tal não seria sustentável, no médio e longo prazos. Além disso, tal tendência reiteraria que reduções nos fatores básicos de poder também provocariam necessidade de aumento de autonomia em uma ou mais das três arestas (a exemplo do Brasil, no período estudado), o que reforçaria a lógica sistêmica do modelo. Logo, estudos adicionais, envolvendo outros países, são recomendáveis para o aprimoramento deste ponto específico.

Um terceiro aspecto é o de que análises posteriores podem vir a aprimorar o modelo, especialmente quanto à análise geométrica, no tocante à formulação da ponderação de cada um dos elementos básicos (população, economia e território) para a obtenção do que poderia ser considerado um nível de poder militar de equilíbrio (ou seja, sem uma super ou subvalorização do mesmo). Provavelmente, a variável economia venha a se mostrar com maior peso na ponderação do que as outras duas.

Um quarto aspecto é o aprofundamento da mensuração geométrica dos fatores básicos de poder, ao se incluírem diversas sugestões já elencadas no texto. Um quinto aprimoramento,

sugerido durante a defesa da Tese, seria o de transformar o modelo do tetraedro em uma série de equações simultâneas dinâmicas, para robustecer a análise matemática.

A Tese aqui desenvolvida partiu de um aspecto teórico (possibilidade de conjugação de duas teorias em uma abordagem que ampliasse o seu potencial explicativo); as principais postulações foram demonstradas, com a harmonização dos modelos teóricos de Walt e Schweller e a incorporação da análise das autonomias energética e alimentar ao modelo proposto.

Além da vertente teórica, diversos elementos foram pesquisados, de maneira a reforçar as conclusões derivadas do modelo de equilíbrio de autonomias. Por exemplo, a importância da tecnologia no próprio redimensionamento da vertente territorial, ao possibilitar a incorporação da ZEE e Plataforma Continental como elementos importantes de soberania. Ao mesmo tempo, a mesma tecnologia e a coesão político-social como fatores indispensáveis para o aumento sustentável (ou manutenção) de poder no longo prazo.

Outro ponto é a crescente utilização da chamada terceira face do poder, minimizando a importância de determinadas políticas (por exemplo, a de autonomia alimentar) para justamente incrementar a assimetria nas relações entre os Estados.

A proeminência da China em termos históricos, ao lado das limitações japonesas em termos de autonomia, também foram observadas e confirmadas pelo modelo, assim como o impacto da tecnologia para aumentar os níveis de autonomia no caso brasileiro.

Mas talvez a conclusão mais nítida é a de que o dragão normalmente não pode ser ameaçado pela raposa.²²⁰ No entanto, ao longo da História, a China passou por situações em que não conseguiu fazer frente ao Japão. Logo, o poder não é eterno, e sim um fluxo constante. Descuidar dos elementos que o compõem, num equilíbrio sistêmico complexo, é a maneira mais rápida de perdê-lo.

²²⁰ O dragão foi escolhido para representar a China por seu papel mitológico importante e por ser um ícone que os demais países associam imediatamente àquele país (como o urso no caso russo, águia no caso dos EUA, etc.). Já a raposa é elemento fundamental do folclore japonês, sendo inclusive uma das formas preferidas da deusa Amaterasu, criadora do mundo, quando assume características físicas. Ao mesmo tempo, a raposa somente consegue sucesso por sua esperteza, não pela força inata ao dragão.

REFERÊNCIAS

As obras a seguir foram citadas ao longo da Tese:

ABERYSTWITH UNIVERSITY. *International Politics*. Disponível em: <http://www.aber.ac.uk/en/undergrad/courses/interpol/>. Acesso em 04/09/2013

ACEMOGLU, Daron & AUTOR, David. *Lectures in Labor Economics*. Disponível em: <http://economics.mit.edu/files/4689>. Acesso em 08/07/2014.

ACHARYA, Amitav. Theoretical perspectives on International Relations in Asia. In: SHAMBAUGH, David & YAHUDA, Michael (ed.). *International Relations of Asia*. Lanham: Rowman & Littlefield, 2008.

AGGARWAL, Vinod K. & KOO, Min Gyo. Asia's new institutional architecture: evolving structures for managing trade, financial and security relations. In: _____ (ed.). *Asia's new institutional architecture: evolving structures for managing trade, financial and security relations*. Berlin: Springer Verlag, 2008.

ALMEIDA, Fernando Roberto Freitas de. *O trigo como arma alimentar: características das empresas e do mercado*. Disponível em: www.mackenzie.br/fileadmin/FMJRJ/...pesq/.../trigo_como_arma.doc. Acesso em 03/09/2013

ALSINA JÚNIOR, João Paulo. *Política Externa e poder militar no Brasil*. Rio: FGV, 2009.

AMARANTE, José Carlos Albano do. *A Base Industrial de Defesa Brasileira*. Rio: IPEA, 2012. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1758.pdf. Acesso em 01/06/2014.

ANDERSON, David L. Paradigm Lost. *Diplomatic History*. Vol. 25, nº 4, fall 2001.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

ANDERSON, Richard. Methane hydrate: Dirty fuel or energy saviour? *BBC*. 16.04/2014.

Disponível em: <http://www.bbc.com/news/business-27021610>. Acesso em: 03/09/2014.

ANDRADE, Cyro & PINHEIRO, Márcia. Trunfos petrolíferos. *Valor Econômico*, São Paulo, 18/10/2013. Eu e Fim de Semana, nº 675, pp. 8-13.

ARNOLD, Wayne. O que deu errado no projeto da China de produzir suas próprias commodities. *Valor Econômico*. 12/09/2014, p. B9.

ARON, Raymond. *Peace & War: a theory of international relations*. New Brunswick: Transaction, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith in Beijing: lineages of the twenty-first century*. London: Verso, 2007.

_____. *O Longo Século XX*. Rio:Contraponto/São Paulo:UNESP, 1996.

ARRIGHI, Giovanni & SILVER, Beverly. *Caos e governabilidade no moderno sistema mundial*. Rio: Contraponto/UFRJ, 2001.

BARBOSA Junior, Ilques & MORE, Rodrigo Fernandes (org.). *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro: FEMAR, 2012.

BARCLAY, Kate & EPSTEIN, Charlotte. Securing Fish for the Nation: Food Security and Governmentality in Japan. *Asian Studies Review*. Vol 37, nº2, 2013. Disponível em: <HTTP://dx.doi.org/10.1080/10357823.2013.769498>. Acesso em: 02/03/2014.

BARNETT, Correlli. *The Collapse of British Power*. London: Eyre Methuen, 1972

BATISTA, Fabiana. Brasil terá 3 usinas de etanol celulósico até 2015. *Valor econômico*, 20/09/2013, p. B11.

BUENO, Clodoaldo. *Política Externa da Primeira República: os anos de apogeu (de 1902 a 1918)*. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

BURGESS, J. Peter. Non-military security challenges. In: SNYDER, Craig (ed). *Contemporary Security and Strategy*. 2 ed. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

BURTON, John W. *Systems, States, Diplomacy and Rules*. Cambridge, Cambridge University Press, 1968.

- BUSH, Richard C. *The Perils of Proximity: China-Japan Security Relations*. Washington: Brookings Institution, 2010.
- BUTFOY, Andy. Nuclear Strategy. In: SNYDER, Craig (ed). *Contemporary Security and Strategy*. 2 ed. New York: Palgrave MacMillan, 2008.
- BUTTERFIELD, H. The Balance of Power. In: BUTTERFIELD, H. & WIGHT, M. *Diplomatic Investigations*. London: Allen and Unwin, p.137
- BUZAN, Barry & WAEVER, Ole. *Regions and Powers: the Structure of International Relations*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- BUZAN, Barry & LITTLE, Richard. *International Systems in World History: remaking the study of international relations*. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- CARR, Edward Hallett. *Os Vinte Anos de Crise: 1919-1939 - Uma introdução ao estudo das Relações Internacionais*. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.
- CAVALLARI, Marcelo Musa. Entrevista com Carlos Escudé. *Época*, 02/09/2002. Disponível em: <http://revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT380546-1666,00.html>. Acesso em 19/07/2013.
- CHELLANEY, Brahma. *Water: Asia's new battleground*. Washington: Georgetown University Press, 2011.
- CHEN, Chunlai & DUNCAN, Ron (ed.). *Agriculture and Food Security in China*. Canberra: Asia Pacific Press/ Australian National University, 2008.
- CHRISTIANSEN, Thomas J. & SNYDER, Jack. Chain Gangs and Passed Bucks: Predicting Alliance Patterns in Multipolarity. *International Organization*, vol. 44, nº 2.
- CLAPP, Jennifer. The Financialization of Food: Who is being Fed? In: *International Society for Ecological Economics Conference*, 2012, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.isecoeco.org/conferences/isee2012-versao3/pdf/335.pdf>. Acesso em: 12/05/2013.
- COLARESI, Michael P., RASLER, Karen & THOMPSON, William R. *Strategic rivalries: position, space and conflict escalation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- COLLINS, Gabriel B. et al (ed.) *China's energy strategy: the impact on Beijing's maritime policies*. Annapolis: Naval Institute Press, 2008.

CONFERENCE BOARD. *The Conference Board Total Economy Database, Summary Statistics 1997 ó 2014*. Disponível em: <http://www.conference-board.org/data/economydatabase/>. Acesso em: 23/04/2014

CROOKS, Ed e DYER, Geoff. EUA manterão presença no Oriente Médio apesar do xisto. *Valor Econômico*, 13/09/2013, p. A14.

DAVIDSON, Michael. Transforming China's Grid: Will Coal Remain King in China's Energy Mix? *The Energy Collective*. 23/07/2013. Disponível em: <http://theenergycollective.com/michael-davidson/251931/transforming-china-s-grid-will-coal-remain-king-china-s-energy-mix>. Acesso em: 30/04/2014

DEMETRION, Danielle. Is öburning ice ö the solution to Japan's energy crisis? *The Telegraph*. 18/02/2014. Disponível em: <http://www.telegraph.co.uk/finance/newsbysector/energy/oilandgas/10646210/Japan-methane-hydrate.html>. Acesso em 03/09/2014.

DENT, Christopher. *China, Japan and Regional Leadership in East Asia*. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

DIAZ-BONILLA, Eugenio et al. *Food Security and Trade Negotiations in the World Trade Organization: a cluster analysis of country groups*. Washington: International Food Policy Research Institute, 2000. Disponível em: <http://www.ifpri.org/sites/default/files/publications/tmdp59.pdf>. Acesso em 15/06/2014.

DINIZ, Eugenio. *Política Internacional: guia de estudos das abordagens realistas e da balança de poder*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2007.

DORATIOTO, Francisco Fernando. *Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOUGHERTY, James E. & PFALTZGRAFF JR., Robert L. *Relações Internacionais: as teorias em confronto*. Lisboa: Gradiva, 2003.

DRIVER, Stephanie Schwartz. *A Declaração da Independência*. Rio: Jorge Zahar Editor, 2006.

DUNNE, Tim & SCHMIDT, Brian C. Realism. In: BAYLIS, John, SMITH, Steve & OWENS, Patricia. *The globalization of world politics: an introduction to international relations*. 4 ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

DUTTON, Peter. Carving up the East China Sea. In: COLLINS, Gabriel B. et al (ed.) *China's energy strategy: the impact on Beijing's maritime policies*. Annapolis: Naval Institute Press, 2008.

EIA. *Shale oil and shale gas resources are globally abundant*. 2013. Disponível em: <http://www.eia.gov/todayinenergy/detail.cfm?id=11611>. Acesso em: 02/09/2014

ETC Group. *Putting the Cartel before the Horse...and Farm, Seeds, Soil, Peasants, etc. Who Will Control Agricultural Inputs, 2013?* Disponível em: <http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/CartelBeforeHorse11Sep2013.pdf>. Acesso em 02/09/2103

EUROPEAN COMMISSION. *Studies for carrying out the Common Fisheries Policy: Lot 3 Socio-economic dimensions in EU fisheries France: case study reports, national background*. 2013. Disponível em: http://ec.europa.eu/fisheries/documentation/studies/socio_economic_dimension/files/cs-brittany-1-france-national-background_en.pdf. Acesso em 27/04/2014

_____. *Étymologie du terme "gouvernance"*. 2012. Disponível em: http://ec.europa.eu/governance/docs/doc5_fr.pdf. Acesso em: 08/09/2014.

FAIRBANK, John King & GOLDMAN, Merle. *China: uma nova história*. Porto Alegre: L&PM, 2007.

FAO. *Food balance sheets*. Disponível em: <http://faostat.fao.org/site/368/default.aspx#ancor>. Acesso em 29/05/2014.

FENBY, Jonathan. *Modern China: the fall and rise of a Great Power, 1850 to the present*. New York: Penguin, 2008

FERREIRA, Marcos José Barbieri & SARTI, Fernando. *Diagnóstico: Base Industrial de Defesa Brasileira*. Campinas, ABDI/NEIT-IE-Unicamp, 2011. Disponível em: http://www3.eco.unicamp.br/neit/images/stories/arquivos/Relatorios_NEIT/Base-Industrial-de-Defesa-Brasileira-Marco-de-2011.pdf. Acesso em 01/06/2014.

FETTWEIS, Christopheher J. No blood for oil: why resource wars are obsolete. In: LUFT, Gal & KORIN, Anne (ed.). *Energy Security Challenges for the 21st Century: a reference handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

FOUCAULT, Michel. *The Birth of Biopolitics: lectures at the College de France 1978-1979*. New York: Picador, 2008.

FREITAS Jr., Gerson, CAETANO, Mariana & PRESSINOTT, Fernanda. Com a seca nos EUA, Brasil pode ser maior produtor de soja em 2013/2014. *Valor Econômico*, 13/09/2013, p. B11.

FURLONG, Paul & MARSH, David. A skin not a sweater: ontology and epistemology in Political Science. In: MARSH, David & STOKER, Gerry (ed.). *Theory and Methods in Political Science*. 3 ed. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

GAROFANO, John. China, the South China Sea, and U.S. Strategy. In: COLLINS, Gabriel B. et al (ed.) *China's energy strategy: the impact on Beijing's maritime policies*. Annapolis: Naval Institute Press, 2008.

GEORGE, Susan. Food Trade Structures and the Balance of Power of LDCs. *International Development Review*. Nº 4, pp. 40-43, 1982.

GERTH H.H. & MILLS, Wright (ed.). *FROM MAX WEBER: essays in Sociology*. New York: Oxford University Press, 1946.

GHOLZ, Eugene. *Rare Earth Elements and National Security*. Council on Foreign Relations. Disponível em: http://www.cfr.org/energy-and-environment/rare-earth-elements-national-security/p33632?utm_source=Sailthru&utm_medium=email&utm_term=%2ASituation%20Report&utm_campaign=SitRep1022. Acesso em: 21/10/2014.

GRAY, Colin S. Clausewitz Rules, OK? The Future is the Past ó with GPS. In: COX, Michael, BOOTH, Ken & DUNNE, Tim. *The Interregnum: controversies in world politics 1989-1999*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989. pp. 161-182.

GUGLIANO, Monica. Este mar é meu. *Valor Econômico*, São Paulo, 4/7/2014. Eu & Fim de Semana, nº 712, pp. 8-12.

GUICCIARDINI, Francesco. *The History of Italy*. Princeton: Princeton University Press, 1984

HARKNETT, Richard J. & YALCIN, Hasan B. The Struggle for Autonomy: a Realist Structural Theory of International Relations. *International Studies Review*. Vol 14, Issue 4, Dec 2012. pp. 499-521.

HILL, Craig. China's nine-dashed line in South China Sea. *China Daily Mail*. Disponível em: <http://chinadailymail.com/2012/05/25/chinas-nine-dashed-line-in-south-china-sea/>. Acesso em: 30/05/2013.

HOLLERMAN, Leon. *Japan's economic strategy in Brazil: challenge for the United States*. Lexington: Lexington Books, 1988.

HSIUNG, James C. (ed.). *China and Japan at Odds: deciphering the perpetual conflict*. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

HUME, David. Of the Balance of Power. In: _____. *Political Discourses*. Disponível em: <http://quod.lib.umich.edu/e/ecco/004806369.0001.000/1:9?rgn=div1;view=fulltext>. Acesso em: 22/01/2-13

IFPRI. *Agriculture and Food Security in China: Ten Years of WTO Membership*. Disponível em: <http://dgccorner.ifpri.info/2011/12/13/agriculture-and-food-security-in-china/>. Acesso em 30/06/2014.

IKENBERRY, John G. & MASTANDUNO, Michael (ed.). *International Relations Theory and the Asia-Pacific*. New York: Columbia University Press, 2003.

INOBUCHI, Takashi. Japanese Strategic Thought in the 1980s. In: ROZMAN, Gilbert, TOGO, Kazuhiro & FERGUSON, Joseph. *Japanese Strategic Thought toward Asia*. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

INSTITUTO ANTONIO HOUAISS. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio: Objetiva, 2001. 2022 p.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. *Statistics*. Disponível em: <http://www.iea.org/statistics/statisticssearch/>. Acesso em 01/09/2013

ITAIPU BINACIONAL. *Comparações*. Disponível em: <http://www.itaipu.gov.br/energia/comparacoes>. Acesso em 23/09/2013.

JAPAN. Mofa. *Joint Statement Vision for Japan-India Strategic and Global Partnership in the Next Decade*. 2010. Disponível em: http://www.mofa.go.jp/region/asia-paci/india/pm1010/joint_st.html. Acesso em 03/03/2014.

_____.(a) *Japan 101*. Disponível em: http://www.japan-101.com/government/business_agriculture_energy_minerals.htm. Acesso em>; 10/09/2014

_____. Kantei. *The Constitution of Japan*. Disponível em: http://japan.kantei.go.jp/constitution_and_government_of_japan/constitution_e.html. Acesso em: 13/09/2013

_____.(b) Ministry of Defense. *Defense of Japan 2014*. Disponível em: http://www.mod.go.jp/e/publ/w_paper/2014.html. Acesso em 01/09/2014.

KAPLAN, Robert. *The Revenge of Geography: what the map tells us about coming conflicts and the battle against fate*. New York: Random House, 2012.

_____. China's Grand Map. How far will Beijing reach on land and sea? *Foreign Affairs*. May/June 2010.

KAUFMAN, Stuart, LITTLE, Richard, WOLFORTH, William C. Conclusion. In: _____. *Balance of Power in World History*. London: Palgrave Macmillan, 2007.

KAUTYLIA. *Arthashastra*. Disponível em: <http://www.sdstate.edu/projectsouthasia/upload/Book-VII-The-End-of-the-Six-Fold-Policy.pdf>. Acesso em 17.01.2013

KAVÁFIS, Konstantinos. *Poemas*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

KAWASHIMA, Yutaka. *Japanese foreign policy at the crossroads: challenges and options for the twenty-first century*. Washington: Brookings Institution, 2005.

KENNAN, George F. *Around the Cragged Hill: a personal and political philosophy*. New York: W.W. Norton, 1993.

KENNEDY, Paul M. R *The rise and fall of the great powers: economic change and military conflict from 1500 to 2000*. London: Fontana, 1988.

KISSINGER, Henry. *On China*. New York: Penguin Press, 2011.

KLARE, Michael T. There will be blood: political violence, regional warfare, and the risk of great-power conflict over contested energy sources. In: LUFT, Gal & KORIN, Anne (ed.). *Energy Security Challenges for the 21st Century: a reference handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

_____. *Rising Powers, shrinking planet: the new geopolitics of energy*. New York: Henry Holt, 2008.

_____. *Resource wars: the new landscape of global conflict*. New York: Henry Holt, 2002,

KNELLER, G.F. *A ciência como atividade humana*. São Paulo: Zahar/EDUSP, 1978

KRAMNICK, Isaac. Introduction. In: MADISON, James, HAMILTON, Alexander & JAY, John. *The Federalist Papers*. London: Penguin, 1987.

LAPIDO-LOUREIRO. *O Brasil e a Reglobalização da Indústria de Terras Raras*. Rio de Janeiro: CETEM/MCTI, 2013.

LATHAM, Andrew. The transformation of war. In: SNYDER, Craig (ed). *Contemporary Security and Strategy*. 2 ed. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

LAYNE, Christopher. *The Peace of Illusions: American Grand Strategy from 1940 to the present*. Ithaca: Columbia University Press, 2006.

LELE, Ajey. *Strategic Technologies for the Military: breaking new frontiers*. New Delhi: Sage, 2009.

LESBIREL, S. Hayden. Diversification and Energy Security Risks: the Japanese Case. *Japanese Journal of Political Science*. vol. 5 nº 1. 2004. Disponível em: https://99aae5c7-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/segurancaenergetica/seguranca-energetica-e-conflitos-na-asia/LEISBIREL_2004_DiversificationandEnergySecurityRisks_TheJapaneseCase_JJPSv5.pdf?attachauth=ANoY7co_lp7g-Hyawc0KuRciRIJtbhwhH3vLxh-YHZAwJeIx6uCyIWqW6CCSGLEPXAUbTLxT2f1N3imyBDeSatJSs8g6TI73rbBTmZp1jBZozWw3A4amORBeSepnMYWpBt0fQLeKVBPZiRYByXK89tfgCsJQq98ItApv8qkagNNFeYqgdmvacwdhsptfnFJdf1b8oOfR5xg13dDEI23qHloKE-JIBGLuexPJWmPMGr8ftnqtv6K-qFSDZtTj6jz3tr0hOvmeoRKcQdssXZiQ1xRZxnrF0j60XVUpv3CGY2Dy_-

6bKx2bwww0yHNmiJBEFNxWbNfcMCBEIMxHK_Yp8YnnLxOaXdZC7rWlMQ3-tA0jWWqDggFGKwM%3D&attredirects=0. Acesso em: 30/06/2014

LEVI, Michael. *The Power Surge: Energy, Opportunity, and the Battle for America's Future*. Oxford: Oxford University Press, 2013.

LEVY, Jack S. What do Great Powers Balance Against and When? In: PAUL, T.V, WIRTZ, James J. & FORTMANN, Michel. *Balance of Power: theory and practice in the 21st century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

_____. Qualitative Methods in International Relations. In: HARVEY, Frank P. & BRECHER, Michael. *Evaluating Methodology in International Studies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

LIND, William S. et al. The Changing Face of War: Into the Fourth Generation. *Marine Corps Gazette*, October 1989.

LITTLE, Richard. *The Balance of Power in International Relations: metaphors, myths and models*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LIU, Feng & ZHANG, Ruizhuang, The typologies of realism. *Chinese Journal of International Politics*. Vol. 1, issue 1, pp. 109-134. 2006. Disponível em: <http://cjip.oxfordjournals.org/content/1/1/109.full>. Acesso em 17/05/2013.

LONGO, Waldimir Pirró. *Ciência e tecnologia: evolução, inter-relação e perspectivas*. 2007b. Disponível em: www.waldimir.longo.nom.br/publicações.html. Acesso em 20.07.2013

_____. *Conceitos básicos sobre ciência, tecnologia e inovação*. 2007a. Disponível em: www.waldimir.longo.nom.br/publicações.html. Acesso em 20.07.2013

LUFT, Gal & KORIN, Anne (ed.). *Energy Security Challenges for the 21st Century: a reference handbook*. Santa Barbara: ABC-CLIO, 2009.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. London: Palgrave Macmillan, 2005.

LUTTWAK, Edward N. *The Grand Strategy of the Roman Empire: From the first Century A.D. to the third*. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1976.

MA, Damien. China's search for a new energy strategy. *Foreign Affairs*, 4 de junho, 2013. Disponível em: <http://www.foreignaffairs.com/articles/139425/damien-ma/chinas-search-for->

[a-new-energy-strategy?cid=nlc-this_week_on_foreignaffairs_co-060613-chinas_search_for_a_new_energy_3-060613](#). Acesso em 08/07/2013

MACMILLAN English Dictionary. Oxford: MacMillan, 2002

MADDISON, Angus. *The World Economy*. Paris: OECD, 2006.

MADDISON PROJECT. *Statistics on World Population*. Disponível em: www.ggd.net/maddison/oriindex.htm. Acesso em 03/11/2013.

MALAN, Pedro S. "Interesse nacional: há lições de China, Índia e Rússia para o Brasil? Prioridades da Política Externa Brasileira à Luz do Interesse Nacional. *Dossiê CEBRI*. Edição Especial. Vol.1. Ano 9. 2010

MALLET, Victor. Deficit de energia é o maior desafio da Índia. *Valor Econômico*, 13/09/2013, p. A11.

MAOZ, Zeev. Case study methodology in international studies: from storytelling to hypothesis testing. In: HARVEY, Frank P. & BRECHER, Michael. *Evaluating Methodology in International Studies*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

MATTEUCCI, Nicola. Soberania. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola & PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de Política*. Brasília: UnB, 1986.

McDOUGALL, Walter. *Let the sea make a noise: a history of the North Pacific from Magellan to MacArthur*. New York: Basic Books. 1993.

MEARSHEIMER, John J. *The Tragedy of Great Power Politics*. New York: W.W. Norton, 2001.

MERRIAM WEBSTER'S Collegiate Dictionary. 10 ed, Springfield: Merriam Webster, 1993

MIZOKAMI, Kyle. The five most-powerful navies in the world. *National Interest*. 06/06/2014. Disponível em: <http://nationalinterest.org/feature/the-five-most-powerful-navies-the-planet-10610>. Acesso em: 01/07/2014.

MORAN, Theodore H. *China's strategy to secure natural resources: risks, dangers, and opportunities*. Washington: Peterson Institute for International Economics, 2010.

MORGENTHAU, Hans Joachim. *Politics among Nations: the struggle for power and peace*. 3 ed. New York: Alfred A. Knopf, 1965.

NATIONAL BUREAU OF ASIAN RESEARCH. *Japan's Energy Security: outlook and implications*. 2102. Disponível em: http://www.nbr.org/downloads/pdfs/ETA/ES_Japan_roundtable.pdf. Acesso em 30/06/2014

NESTER, William R. *Japan's growing power over East Asia and the World Economy: ends and means*. London: MacMillan, 1990.

NYE Jr., Joseph S. *The Future of Power*. New York: Public Affairs, 2011

_____. *Soft Power: the means to success in world politics*. New York, Public Affairs, 2004.

OMS. World Health Statistics. Disponível em: http://www.who.int/gho/publications/world_health_statistics/EN_WHS2014_Part3.pdf?ua=1. Acesso em: 02/09/2014.

OSWALD, Vivian. Alimentos mais caros, e nas mãos de poucos. *O Globo*, 20/11/2011, p. 32.

PAARLBERG, Robert. *Food politics: what everyone needs to know*. Oxford: Oxford University Press, 2010.

PAUL, T.V. Introduction: the enduring axioms of balance of power theory and their contemporary relevance. In: PAUL, T.V, WIRTZ, James J. & FORTMANN, Michel (ed.). *Balance of Power: theory and practice in the 21st century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

PAVITT, Keith. *The Process of Innovation*. Paper nº 89. Sussex, SPRU, 2003. Disponível em: <https://www.sussex.ac.uk/webteam/gateway/file.php?name=sewp89&site=25>. Acesso em 02/09/2014.

PEDONE, Luiz. *State autonomy, political power and public policy: a study of Brazilian development*. Amherst, 1989. 480 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) ó Departamento de Ciência Política, University of Massachusetts, Amherst, 1989.

PENNSYLVANIA STATE UNIVERSITY. *COW Data Archive/National Material Capabilities*. Disponível em

<http://www.correlatesofwar.org/COW2%20Data/Capabilities/nmc3-02.htm>. Acesso em: 06/02/2013

PYLE, Kenneth. *Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose*. New York: Public Affairs, 2007.

RAPOPORT, Anatol. Foreword. In: BUCKLEY, Walter (ed). *Modern Systems Research for the Behavioral Sciences*. Chicago: Aldine, 1968.

RICHTER, Burton. *Além da fumaça e dos espelhos: mudança climática e energia no século XXI*. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

RICUPERO, Rubens. *Rio Branco: o Brasil no mundo*. Rio de Janeiro: Contraponto/Petrobras, 2000.

ROBB, John. *Brave New War: the next stage of terrorism and the end of globalization*. Hoboken: John Wiley and Sons, 2007.

ROBLES, Miguel; TORERO, Maximo & BRAUN, Joachin Von. When speculation matters. *IFPRI Issue Brief* 57 - February 2009. Disponível em: <file:///C:/Users/wellington/Downloads/6289248.pdf>. Acesso em: 31/05/2012

ROSECRANCE, Richard N. *The Rise of the Trading State: commerce and conquest in the modern world*. New York: Basic Books, 1986.

ROSILLO-CALLE, Frank & TSCHIRLEY, Jeff. Food versus Fuel: setting the scene. In: ROSILLO-CALLE, Frank & JOHNSON, Francis X. *Food versus Biofuel: an informed introduction to biofuels*. London: Zed Books, 2010.

ROSS, Cesar. Chile: los desafíos de la política exterior de Michelle Bachelet. *Foreign Affairs em español*. Abr/Jun 2006. Disponível em: http://www.internacionaldelconocimiento.org/documentos/articulos_publicaciones/Z1.pdf. Acesso em 01.02.2013

ROZMAN, Gilbert, TOGO, Kazuhiro & FERGUSON, Joseph P. *Overview*. In: _____ (ed.) *Japanese strategic thought toward Asia*. New York: Palgrave MacMillan, 2007.

ROZMAN, Gilbert. *Chinese strategic thought toward Asia*. New York: Palgrave MacMillan, 2010.

SAKURAI, Célia. *Os Japoneses*. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

SAMPSON, Anthony. *The Seven Sisters*. London: Hodder and Stoughton, 1988.

SAMUELS, Richard J. *Securing Japan: Tokyo's grand strategy and the future of East Asia*. Cornell: Cornell University Press, 2007.

SÃO JOÃO BATISTA DE LA SALLE. *Guia das Escolas Cristãs*. Canoas: Unilasalle, 2012.

SCHAFFNIT-CHATTERJEE, Claire. *Foreign investment in farmland: no low-hanging fruit*. Deutsche Bank Research. Disponível em: http://www.dbresearch.com/PROD/DBR_INTERNET_EN-PROD/PROD000000000296807/Foreign+investment+in+farmland%3A+No+low-hanging+fruit.PDF. Acesso em: 01/09/2013.

SCHWELLER, Randall L. *Unanswered threats: political constraints on the balance of power*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

_____. *Deadly Imbalances: Tripolarity and Hitler's strategy of world conquest*. New York: Columbia University Press, 1998.

SEA AROUND US PROJECT. *Exclusive Economic Zones*. Disponível em: <http://www.searoundus.org/eez/>. Acesso em 03/09/2013.

_____. *EEZs of the world*. Disponível em: http://www.searoundus.org/global/1_1.aspx. Acesso em 03/09/2013.

SERRÃO, Nathalie Toreão & LONGO, Waldimir Pirró e. Avaliando o Poder Nacional. *Revista da Escola de Guerra Naval*. Vol. 18, nº 1, pp. 17-42.

SHEEHAN, Michael. *The balance of power: history and theory*. London: Routledge, 1996.

SHIMA, Shikara & YANADA, Makiko. *Seabed move to hold China at bay*. Japan Times, 10/09/2014. Disponível em: <http://the-japan-news.com/news/article/0001558254>

SILVA, Edna Lúcia da & MENEZES, Estera Muszkat. *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. UFSC, 2005. Disponível em:

http://200.17.83.38/portal/upload/com_arquivo/metodologia_da_pesquisa_e_elaboracao_de_d_issertacao.pdf. Acesso em 01/09/2013

SIPRI. *Military expenditure Database*. Disponível em: <http://milexdata.sipri.org/files/?file=SIPRI+military+expenditure+database+1988-2013.xlsx>. Acesso em: 13/05/2014

SMITH, James. *Biofuels and the globalization of risk: the biggest change in North-South relationships since colonialism?* London: Zed Books, 2010.

SNYDER, Craig (ed). *Contemporary Security and Strategy*. 2 ed. New York: Palgrave MacMillan, 2008.

SPYKMAN, Nicholas J. *America's Strategy in World Politics: the United States and the balance of power*. New Brunswick: Transaction, 2007.

STANDARD BANK. *China's Food security challenge: what role for Africa?* Disponível em: <https://groups.google.com/forum/#!msg/chinaafrica/GAg-T9KgXDU/v-Xo37-jddQJ>. Acesso em 01/09/2013.

STEWART, Devin. Japan: the power of efficiency. In: LUFT, Gal & KORIN, Anne (ed.). *Energy security challenges for the 21st century*. Santa Barbara: ABC-CLIO. 2009.

STUBBS, Richard. *Rethinking Asia's Economic Miracle*. New York: Palgrave Macmillan, 2005

TELLIS, Ashley et al. *Measuring National Power in the Postindustrial Age*. Santa Monica: RAND, 2000.

THE JAPAN NEWS.(a) *Behind the Propaganda Wars ó 5. China, South Korea use soft power to win support*. Disponível em: <http://the-japan-news.com/news/article/0001391110>. Acesso em: 15/07/2014

_____.(b) *Continental shelf resources worth ö¥ 300 trillionö*. Disponível em: <http://the-japan-news.com/news/article/0001558308>. Acesso em: 10/09/2014.

_____. (c) *Abe vows bold measures at key panel to stop depopulation*. Disponível em: <http://the-japan-news.com/news/article/0001564470>. Acesso em 16/09/2014.

_____.(d) An outdated fixation on grains warps Japan's agricultural policy. Disponível em: <http://the-japan-news.com/news/article/0001577268>. Acesso em: 17/09/2014.

THOMAS, Raju G.C. The South Asian Security Balance in a Western Dominant World. In: PAUL, T.V., WIRTZ, James J. & FORTMANN, Michael. *Balance of Power: theory and practice in the 21st Century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

TOGNOLI, Claudio. Blog do Claudio Tognoli. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/blogs/claudio-tognolli/exclusivo-engenheiro-denuncia-a-este-blog-como-sao-140900629.html>. Acesso em: 14.11.2014

TOMASHEVSKIY, Andrey. Balancing Power? An empirical test of realist theories of alignment. *Journal of Political Inquiry*. Issue 1, spring 2008. Disponível em: <http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/7773/AndreyTomashevskiy.pdf>. Acesso em: 10/02/2013

TUCIDIDES. *History of the Peloponesean War*. Disponível em: <http://classics.mit.edu/Thucydides/pelopwar.1.first.html> Acesso em 18/01/2013

UNIDO. *World productivity database*. Disponível em: <http://www.unido.org/data1/wpd/Index.cfm>. Acesso em 23/04/2014.

UNITED NATIONS. *UNCLOS at 30*. 2012. Disponível em: http://www.un.org/Depts/los/convention_agreements/pamphlet_unclos_at_30.pdf. Acesso em: 29/07/2013

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. *Apresentação de Trabalhos Monográficos de Conclusão de Curso*. Niterói: Editora da UFF, 2012.

USA. Department of Defense. *Military and Security Developments Involving the People's Republic of China*. 2014. Disponível em: http://www.defense.gov/pubs/2014_DoD_China_Report.pdf. Acesso em 30/06/2014

VAN EVERA, Stephen. *Guide to methods of students of Political Science*. Ithaca: Cornell University Press, 1997.

VIANA FILHO, Luís. *A vida do Barão do Rio Branco*. São Paulo: Editora Unesp/ Salvador:EDUFBA, 2008.

WALLESTEEN, Peter. Scarce goods as political weapons: the case of food. *Journal of Peace Research*. Vol. 13, nº 4. Disponível em: <http://jpr.sagepub.com/content/13/4/277.full.pdf>. Acesso em 04/09/2013.

WALT, Stephen M. *The origins of alliances*. Ithaca: Cornell University, 1987.

_____. The progressive power of realism. *American Political Science Review*. vol. 91, nº 4, dez 1997.

WALTZ, Kenneth N. *Theory of International Relations*. Reading: Addison-Wesley, 1979.

WAN, Ming. *Sino-Japanese Relations: interaction, logic and transformation*. Washington/Stanford: Woodrow Wilson Center Press, Stanford University Press, 2006.

WHELAN, Frederick. *Hume and Machiavelli: Political Realism and Liberal Thought*. Lanham: Lexington Books, 2004.

WIESEBRON, Marianne L. A crescente importância dos oceanos no mundo contemporâneo e as respectivas políticas do Brasil e da França. In: BARBOSA Júnior, Ilques & MORE, Rodrigo Fernandes (org.). *Amazônia Azul: Política, Estratégia e Direito para o Oceano do Brasil*. Rio de Janeiro, FEMAR, 2012.

WIGHT, Martin. The Balance of Power. In: BUTTERFIELD, H. & WIGHT, M. *Diplomatic investigations: essays in the theory of international politics*. London: Allen and Unwin, 1966

WOLFORTH, William C. Revisiting Balance of Power Theory in Central Asia. In: PAUL, T.V, WIRTZ, James J. & FORTMANN, Michel. *Balance of Power: theory and practice in the 21st century*. Stanford: Stanford University Press, 2004.

WORLD BANK. *Size of the economy*. Disponível em: <http://wdi.worldbank.org/table/1.1>. Acesso em: 10/12/2013.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Food security*. Disponível em: <http://www.who.int/trade/glossary/story028/en/>. Acesso em 01/09/2013.

_____. *World Health Statistics 2014*. Disponível em: http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/112739/1/WHO_HIS_HSI_14.1_eng.pdf?ua=1&ua=1. Acesso em 10/09/2014.

YERGIN, Daniel. *O Petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

_____. *The Quest: energy, security and the remaking of the modern world*. New York: Penguin, 2010.

GLOSSÁRIO

A maior parte dos termos associados ao equilíbrio do poder, tanto no debate acadêmico quanto no cotidiano das relações internacionais (políticas, econômicas, sociais) é expressa na língua inglesa. São poucas as expressões já adaptadas à língua portuguesa (como, por exemplo, apaziguamento). O glossário a seguir enumera os termos mais usados, em ordem alfabética (na língua inglesa) e lhes dá uma versão em língua portuguesa, além da descrição e exemplificação dos mesmos.

Processos relacionados com o *balancing* (política de contrapesos²²¹, busca de equilíbrio)

Appeasement (Apaziguamento) ó Processo no qual um Estado faz concessões à potência ascendente, com o objetivo de que isto sacie o desejo de expansão da outra e que, portanto, não seja atingida ou seus interesses severamente prejudicados. Ex: Reino Unido e França aceitando que os Sudetos da Tcheco-Eslováquia fossem incorporados à Alemanha, em 1938.

Asymmetric Balancing (Política de contrapesos assimétrica) ó Quando há assimetria flagrante de poder (por exemplo, quando uma potência é atacada por um rival muito menos poderoso ou por atores não-estatais, como grupos terroristas) (PAUL, 2004, p. 13). Ex: Ataque da Al-Qaeda aos EUA, em 2001.

Baiting (Bait and Bleed) (Lançar a isca e deixar que sangrem) - Estimular o conflito entre dois ou mais rivais, para que estes se exauram, enquanto a potência se mantém à parte,

²²¹ Segundo Douherty & Pfaltzgraff Jr. (2003, p. 683)

sem se comprometer. Ex: Rússia estimulando Áustria e Prússia a entrarem em conflito com a França, logo após a Revolução em 1789 (MEARSHEIMER, 2001, p. 153)

Balancer (Que implementa a política de contrapesos) é Potência que utiliza seus recursos para estimular o equilíbrio de poder, seja na sua ou em outra região; normalmente o termo é associado com a expressão *offshore* (o termo específico é abordado a seguir, neste Glossário).

Balancing (Política de contrapesos) é Busca de equilíbrio em que o Estado ameaçado opta por aplicar recursos significativos de maneira a se opor à potência mais forte ou ameaçadora (ibidem, p. 13). Ex: Intervenções britânicas no continente europeu, ao longo do século XVIII, para impedir a hegemonia da França.

Bandwagoning (política de acomodação de interesses, alinhamento com a ameaça²²²) é Processo em que a potência se alia à potência rival ascendente, de modo que não seja atacada e/ou consiga recolher parte dos ganhos efetuados pela outra, à custa de outros Estados (ibidem, p. 139) Ex: União Soviética com o Pacto Molotov-Ribbentrop e posterior partilha da Polônia.

Bandwagoning pelo lucro é Tipo de *bandwagoning* em que a aliança com a potência ameaçadora se deve ao interesse em partilhar os eventuais ganhos obtidos. (SCHWELLER, 1998, p. 76) Ex: Turquia, aceitando se associar aos Aliados no final da II Guerra.

Binding (política de busca do comprometimento do adversário) é Processo de aliança com uma potência ameaçadora com o objetivo de restringir a ação da mesma, de modo que se exeraça alguma medida de controle sobre sua política²²³ (SCHWELLER, 1998, p. 70) Essa influência se daria à medida que se garantam, como membro da coalizão, algumas

²²² Segundo Douherty & Pfaltzgraff Jr. (2003, p. 683)

²²³ it will be able to exert some measure of control over its policy (tradução livre)

oportunidades de expressar preocupações e interesses. Ex: Adesão da Romênia ao Eixo, ao final de 1940.

Bloodletting (estimular o desgaste das potências rivais) ó Variação do processo de *Baiting*, mas nesse caso não há estímulo do conflito dos dois rivais, o qual já havia se precipitado naturalmente. No entanto, a estratégia da potência interessada é deixar o conflito se estender ao máximo, para que os dois (ou mais) rivais se exauram. Ex: Retirada da URSS da Guerra contra a Alemanha, em 1917, de modo a enfraquecer as demais potências capitalistas (MEARSHEIMER, 2001, pp. 154-155)

Boondoggling ó Sobreexpansão desenfreada que busca apenas ganhos de curto prazo e não leva em conta as consequências desestabilizadoras sobre o equilíbrio de poder (KAUFMAN, LITTLE & WOLFORTH, 2007, p. 229). Ex: Expansão japonesa para administrar os territórios então pertencentes ao governo de Vichy, na Indochina, após a ocupação da França pela Alemanha, na II Guerra Mundial. Tal movimento levou a medidas de retaliação dos EUA (com congelamento de ativos financeiros e proibição de venda de combustíveis) o que acabou precipitando o ataque a Pearl Harbour e a entrada dos EUA na II Guerra Mundial, mais de dois anos após seu início em território europeu.

Buckpassing (passar o ônus para outro) ó Ocorre quando uma potência não encara diretamente o fardo de conter a potência rival, fazendo com que outra assuma o ônus. (MEARSHEIMER, 2001, p. 139) Por exemplo, durante a década de 30 tanto França quanto União Soviética tentaram ter boas relações com Hitler, esperando que o ônus de contê-lo recaísse no outro. (Op. cit., p. 158)

Chain ganging (acorrentamento) ó Processo quando a aliança e comprometimento são muito rígidos entre Estados, e quando um é atacado todos são levados ao conflito (como escravos compartilhando a mesma corrente). Ex: Começo da I Guerra Mundial (CHRISTIANSEN & SNYDER, 1990)

Distancing (distanciamento) ó Processo em que duas potências cujo somatório de poder é inferior ao de uma terceira (ascendente e ameaçadora) optam por não fazer a aliança, tentando distanciar-se do problema e ganhar tempo para se reforçar. Exemplo: Segundo Schweller, a União Soviética entre a queda da França e a invasão alemã em seu próprio território, quando não se aproximou da Inglaterra.²²⁴ (SCHWELLER, 1998, p. 73)

Engagement (engajamento) ó Processo pacífico que tenta acomodar os interesses de uma potência revisionista, integrando-a na ordem estabelecida (Ibidem, p. 74) Com o tempo, e de acordo com as reações da potência revisionista, as potências *status quo* conseguem visualizar as reais pretensões daquela. O apaziguamento é uma das possíveis variações do *engagement*. Ex: A posição inglesa em relação à Itália, na década de 30, que buscava fazê-la distanciar-se da Alemanha

External balancing (política de contrapesos externa) ó Formação de alianças para se contrapor à potência mais forte ou ameaçadora (ibidem, p. 66) Ex: França e Inglaterra a partir do fortalecimento da Alemanha antes da II Guerra Mundial

Hard Balancing (política de contrapesos dura) ó Rivalidade intensa e aberta, com corrida armamentista e/ou formação de alianças (PAUL, 2004, p. 13). Ex: Guerra Fria

Hard Power (Poder Robusto) ó Segundo NYE (2004, p.8), a habilidade em afetar os outros com comando, coerção ou indução, utilizando força, sanções, pagamentos ou subornos. Ex: pressão militar ofensiva para resolver pendências entre Estados.

Internal balancing (política de contrapesos interna) ó Busca de equilíbrio caracterizada pela mobilização de recursos adicionais próprios (aumento dos gastos de defesa,

²²⁴ Pode-se questionar o exemplo de Schweller, tendo em vista que à época a Alemanha e União Soviética tinham um pacto de não-agressão em vigor que inclusive proporcionava à URSS tempo para se armar contra a futura ameaça

recrutamento). Ex: EUA ao entrarem na I Guerra Mundial, em 1917 (MEARSHEIMER, 2001, p. 157)

Nonbalancing (não-efetivação de uma política de contrapesos) é Situação na qual o Estado não empreende o *balancing*, por considerar que seja a saída mais racional para enfrentar a ameaça da potência ascendente. O *non-balancing* pode abranger qualquer tipo de reação desde a inação e diplomacia normal até o *distancing*, passando pelo *buck passing*, *bandwagoning*, etc. Ressalte-se que para ser caracterizado como *nonbalancing* o processo deve ser bem-sucedido (SCHWELLER, 2006, p. 10) Exemplo: decisão argentina de se aliar à potência (Brasil), a partir da década de 80 no século XX, quando anteriormente a considerava a mais ameaçadora para os seus interesses na região do Prata.

Offshore balancer (Balanceador de além-mar) é Segundo Mearsheimer, papel desempenhado por um país quando intervém de forma mais incisiva no equilíbrio de poder em outra região do mundo, ou uma região da qual está separada por uma grande extensão de água, para evitar a consolidação de uma potência hegemônica regional rival. Em essência, potências hegemônicas regionais agem como *offshore balancers* em outras áreas do mundo, embora prefiram ser um *balancer* de última instância.²²⁵ (MEARSHEIMER, 2001, p. 141) Ex: Entrada dos EUA na I e II Guerras Mundiais contra a Alemanha, intervenção do Reino Unido no Continente Europeu ao longo dos séculos XVIII, XIX e XX.

Opaque balancing (política de contrapesos opaca) é Tipo de *internal balancing* em que os países não buscam uma corrida armamentista para se aproximarem da potência hegemônica, mas se concentram no crescimento econômico e tecnológico para diminuir a distância existente em termos de poder. Ou seja, uma forma ambígua, em que um *bandwagoning* momentâneo pode se transformar em desafio no futuro. Layne (2006, p. 146) cita o exemplo atual da China e Rússia, em relação aos EUA.

²²⁵ In essence, regional hegemons act as offshore balancers in other areas of the world, although they prefer to be the balancer of last resort. (tradução livre)

Overbalancing (hyperbalancing) (sobreefetivação de uma política de contrapesos) é Quando uma potência ascendente é vista erroneamente como ameaça, quando na realidade apenas está aumentando a capacidade de defesa. (SCHWELLER, 2006, p. 10) Ex: para os defensores da ideia de que a China não esteja se armando para uma expansão geopolítica futura, os países ao redor como Japão, Austrália e Índia, cada vez mais envolvidos em laços militares próprios além daqueles com os EUA, poderiam estar passando por um processo de *overbalancing*.

Smart Power (Poder Inteligente) é Segundo Nye (2011, pp. 22-23), é a habilidade em combinar recursos de *hard power* e *soft power* em estratégias efetivas.²²⁶ Ex: as negociações empreendidas pelo Brasil com a Bolívia quanto ao território do Acre, no início do século XX.

Soft Balancing (política de contrapesos branda) é Rivalidade não-declarada abertamente, com pouca ou nenhuma corrida armamentista explícita e proliferação de acordos informais ou tácitos entre as nações envolvidas (PAUL, 2004, p. 13). Ex: Leste Asiático, a partir da década de 90 do século XX.

Soft Power (Poder brando) é Segundo Nye (2011, p.21), é a habilidade em afetar outros por meio de meios de cooptação em direcionar a agenda, convencer e obter atração positiva de modo a obter resultados preferidos.²²⁷ Ex: participação das Forças Armadas brasileiras na Missão de Paz no Haiti.

Underbalancing (subefetivação de uma política de contrapesos) é Situação em que o Estado não consegue conter um agressor mais forte por conta de sua inabilidade em empreender o processo de *balancing* (interno e/ou externo), seja por não perceber a ameaça, seja por suas políticas serem ineficientes. (SCHWELLER, 2006, p.10) Exemplo: política externa inglesa entre 1936 e 1939, em relação à ascensão da Alemanha (Ibidem, pp. 70-75)

²²⁶ “The ability to combine hard and soft power resources into effective strategies.” (tradução livre)

²²⁷ “The ability to affect others through the co-optive means of framing the agenda, persuading, and eliciting positive attraction in order to obtain preferred outcomes.” (tradução livre)

APÊNDICE 1

O propósito do presente Apêndice é aplicar o modelo do equilíbrio de autonomias ao Brasil. A razão para que não houvesse um capítulo específico na Tese sobre o tema é que, conforme apontado por Colaresi, Rasler & Thomson (2007, p. 39), o Brasil não se inseriria em nenhuma rivalidade estratégica em termos contemporâneos; de fato, segundo a tipologia dos autores, a última díade registrada envolvendo o Brasil foi contra o Paraguai, encerrada em 1870, com o final da Guerra entre os países. E, sem um rival específico, a aplicação do modelo, que envolve a percepção de aumento ou diminuição de poder relativa a outros Estados, fica um pouco prejudicada e reduzida em termos de riqueza analítica.

Obviamente, alguns analistas apontariam para uma rivalidade constante com a Argentina, fruto do jogo geopolítico no Prata. No entanto, ao longo do tempo os dissensos se entremearam com consensos (daí a ausência na listagem de Colaresi, Rasler & Thomson) e, principalmente a partir da década de 80 do século XX, a integração suplantou completamente qualquer nuance de porventura existente de rivalidade estratégica (a qual possui um forte componente de uso mútuo da ameaça militar)

Ainda assim, a evolução histórica dos elementos do modelo, no caso do Brasil, aponta para aspectos significativos.

Em termos de população relativa ao total mundial, apresentada na Tabela A1-1, o Brasil apresentou um incremento significativo no século XX, quase triplicando seu índice. No entanto, no final do século mencionado, o crescimento relativo se reduziu bastante e a tendência é a de estabilização seguida de diminuição, já que a população brasileira vem apresentando uma menor taxa de fecundidade do que antes. No entanto, é importante ressaltar que algumas variáveis podem influir nessa tendência, a principal das quais o contingente de população imigrante que afluir ao país em busca de melhores oportunidades do que nas regiões do entorno brasileiro e do continente africano. Afinal, tradicionalmente, famílias de imigrantes (principalmente os de baixa renda) costumam apresentar taxas de fecundidade superiores à média da população.

Tabela A1.1 População brasileira em termos mundiais (%) ó Anos selecionados

Ano	%
1500	0,02
1600	0,14
1700	0,21
1820	0,43
1870	0,77
1900	1,15
1920	1,47
1940	1,79
1950	2,11
1955	2,23
1960	2,36
1965	2,49
1970	2,59
1975	2,67
1980	2,77
1985	2,84
1990	2,87
1995	2,88
2000	2,90
2001	2,91
2002	2,91
2003	2,92
2004	2,93
2005	2,92
2006	2,93
2007	2,93
2008	2,93
2009	2,94

Fonte: Elaboração própria a partir de dados em MADDISON PROJECT (2013)

Em termos de território terrestre, o Brasil (especialmente após a incorporação do Acre e Amapá) apresentava o equivalente a 6,3% do total mundial (conforme pode ser visto na Tabela A2-1, no Apêndice 2 do presente trabalho. Já em termos de ZEE, o Brasil possui o equivalente a 2,6% do total mundial (Tabela A2-2); quanto à plataforma continental, o percentual brasileiro é de 3,2% (Tabela A2-3). Englobando as três variáveis, conclui-se que o Brasil atualmente apresenta 4,3% do território total mundial (terrestre + ZEE + Plataforma Continental), ocupando a sexta posição mundial, atrás de Rússia, EUA, Austrália, Canadá e China (Tabela A2-4).

Em relação à economia, a evolução pode ser vista na Tabela A1-2

Tabela A1.2 Economia brasileira em termos mundiais (%) ó Anos selecionados

ANO	PIBB/PIBM	RPCB/RPCM	PIB AJUSTADO
1500	0,16	71%	0,11
1600	0,10	72%	0,07
1700	0,15	75%	0,12
1820	0,42	97%	0,41
1870	0,63	82%	0,52
1900	0,62	54%	0,33
1913	0,70	53%	0,37
1940	1,14	64%	0,73
1950	1,67	79%	1,33
1955	1,74	78%	1,36
1960	1,99	84%	1,67
1965	1,89	76%	1,43
1970	2,12	82%	1,74
1975	2,74	102%	2,81
1980	3,19	115%	3,67
1985	2,94	103%	3,04
1986	3,07	108%	3,30
1987	3,05	107%	3,26
1988	2,92	102%	2,98
1989	2,92	102%	2,98
1990	2,74	96%	2,62
1991	2,73	95%	2,60
1992	2,67	93%	2,48
1993	2,73	95%	2,59
1994	2,80	97%	2,72
1995	2,80	97%	2,72
1996	2,79	97%	2,69
1997	2,78	96%	2,68
1998	2,74	95%	2,60
1999	2,67	92%	2,46
2000	2,66	92%	2,44
2001	2,62	90%	2,36
2002	2,58	89%	2,29
2003	2,50	86%	2,14
2004	2,51	86%	2,15
2005	2,47	84%	2,09
2006	2,44	83%	2,03
2007	2,43	83%	2,02
2008	2,48	84%	2,09

Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em MADDISON PROJECT (2013)

Nota: PIBB ó Produto Interno Bruto Brasileiro; PIBM ó Produto Interno Bruto Mundial; RPCB ó Renda per capita Brasileira; RPCM ó Renda per capita mundial; PIB AJUSTADO = = (PIBB/PIBM)/(RPCB/RPCM)

Em termos de economia brasileira, ocorreu fenômeno semelhante à da população. De fato, ela quintuplica entre 1900 e 1980. Mais ainda, em 1980 a renda per capita supera a renda per capita mundial, o que faz o índice a ser utilizado no modelo de equilíbrio de autonomias chegar ao nível máximo (3,67).

A partir daí, a tendência é declinante, tanto em termos de participação no PIB mundial (ou seja, os outros países em média cresceram mais do que o Brasil, em termos econômicos) quanto principalmente na comparação entre a renda per capita brasileira e a mundial (isto é, a economia mundial cresceu mais em relação ao aumento da população mundial do que a economia brasileira em relação ao aumento de sua população).

Portanto, se por um lado houve um crescimento **absoluto** da economia brasileira nos últimos 20 anos, em termos mundiais o país tem perdido constantemente terreno no tocante à participação. Obviamente, tal fato influi decisivamente no nível de poder mensurado pelo modelo de equilíbrio de autonomias.

Em termos de gastos militares, os dados relativos ao Brasil estão contidos na Tabela A1-3. Os dados relativos a 1990 apresentam uma distorção por conta dos níveis inflacionários e cambiais voláteis, acentuados pelo Plano Collor. Logo, devem ser visualizados com cautela. No entanto, a partir de 1995 pode-se dizer que os gastos militares oscilam em torno de 2%. Tal dado coloca o Brasil em 12º lugar no ranking mundial, segundo SIPRI (2014). Os onze primeiros são respectivamente EUA, China, Rússia, Arábia Saudita, França, Reino Unido, Alemanha, Japão, Índia, Coreia do Sul e Itália.

Se considerarmos que os gastos militares sejam uma função do tamanho da economia, a posição brasileira é anômala, já que alguns dos países citados apresentam um PIB bem menor. Se, ao contrário, definirmos os gastos militares como reflexo do território a ser protegido, o índice brasileiro também não se explica de forma aceitável, seja pela medida do território terrestre quanto do total (Terrestre + ZEE + Plataforma Continental).

O argumento que poderia justificar a posição brasileira é o fato de não se encontrar numa região conflagrada ou com potencial de conflagração (caso do Oriente Médio e Leste Asiático), ou ter associação com diversas ex-colônias (caso dos ex-Impérios Britânico e Francês) ou simplesmente ser a maior potência mundial, com interesses diversos (caso dos EUA). Mesmo assim, em termos de comparação, a posição germânica não se enquadra formalmente nos casos mencionados neste parágrafo, e ela está à frente da brasileira.

Tabela A1.3 ó Gastos militares brasileiros em termos mundiais (%) (1988-2013)

Ano	GMB/GMM
1988	1,38
1989	1,49
1990	3,40
1991	1,40
1992	1,03
1993	1,47
1994	1,80
1995	2,13
1996	2,02
1997	1,98
1998	2,16
1999	2,15
2000	2,25
2001	2,55
2002	2,44
2003	1,84
2004	1,80
2005	1,87
2006	1,87
2007	1,95
2008	1,97
2009	2,01
2010	2,20
2011	2,12
2012	2,17
2013	2,13

Fonte: Elaboração própria a partir de dados contidos em SIPRI (2014).

Nota: GMB ó Gastos Militares Brasileiros; GMM ó Gastos Militares Mundiais

No caso brasileiro, o argumento básico usualmente utilizado para explicar o baixo nível de gastos militares (se comparado a outros países com porte semelhante) é o de que a América do Sul seria uma região pouco violenta em termos de conflitos interestatais. No entanto, Alsina Júnior (2009, pp. 46-61) matiza tal argumentação, concluindo que o Brasil conjuga uma estrutura de idéias (no sentido de não haver necessidades maiores do exercício do poder militar) e carência de recursos materiais militares. Tal combinação, segundo ele, é incompleta para a crescente complexidade de problemas a serem enfrentados pelo Brasil, à medida que ousa ampliar a sua esfera de influência no cenário internacional.

Tabela A1.4 Índice de autonomia alimentar brasileira (anos selecionados)

Ano	IA
1961	0,49
1966	0,50
1971	0,51
1976	0,51
1981	0,50
1982	0,50
1983	0,50
1984	0,49
1985	0,50
1986	0,49
1987	0,51
1988	0,51
1989	0,51
1990	0,47
1991	0,48
1992	0,49
1993	0,48
1994	0,49
1995	0,49
1996	0,50
1997	0,50
1998	0,51
1999	0,52
2000	0,50
2001	0,53
2002	0,54
2003	0,58
2004	0,57
2005	0,55
2006	0,52
2007	0,57
2008	0,56
2009	0,57
2010	0,58
2011	0,58

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados em FAO (2014)

Nota: IA ó Índice de Autonomia Alimentar; o cálculo do índice de autonomia é explicado no Apêndice 2

Conforme pode ser visto na Tabela A1-4, a autonomia alimentar do Brasil passou por um significativo incremento, desde o início da série histórica disponível, ou seja, 1961. Vale ressaltar que, naquele ano, os seis alimentos responsáveis pelo maior consumo per capita diário de calorias eram: arroz, feijão, açúcar, trigo, milho e aipim. Ao longo da série, o valor

proteico aumentou, e em 2011 o óleo de soja e carne passaram a fazer parte do sexteto, desalojando feijão e aipim.

Além do incremento qualitativo da produção alimentar, o Brasil também passou a ser um exportador líquido de produtos alimentícios, tanto que o índice de autonomia superou o nível de 0,5 (que marca a situação em que produção é igual ao consumo; afinal, o nível de autonomia é dado pela equação $\text{Produção}/(\text{Produção}+\text{Consumo})$). A ampliação da fronteira agrícola, com a incorporação de áreas (por exemplo, cerrado) cujo aproveitamento foi possível devido a um grande esforço tecnológico (da Embrapa) exemplifica mais uma vez o impacto que a esfera irradiadora científico-tecnológica tem sobre os demais componentes do tetraedro do poder. Esse acréscimo na autonomia terá um importante papel na mensuração do poder básico ampliado, conforme se verá ao final deste Apêndice.

Em termos de autonomia energética, nota-se uma tendência de aumento em direção ao nível de 0,5, conseqüência do aproveitamento das descobertas de petróleo em alto-mar. Vale ressaltar que tal resultado se deve ao domínio da tecnologia de exploração petrolífera em águas profundas e a diversificação da matriz energética, com o biocombustível. Logo, tal como no caso da autonomia alimentar, o incremento no nível de segurança energética se relaciona diretamente com a influência da esfera irradiadora científico-tecnológica. Andrade e Pinheiro (2013, p.9) mencionam que estimativas relativas á exploração do pré-sal indicam que, caso a exploração do mesmo seja bem-sucedida, mesmo que não se torne um exportador líquido de peso, o Brasil incrementará sua segurança energética. Ainda mais, os dois argumentam, pelo domínio na tecnologia de biocombustíveis (ibidem, p.11).

Tabela A1.5 Índice de autonomia energética brasileira (1990-2011)

Ano	IA
1990	0,42
1991	0,42
1992	0,42
1993	0,41
1994	0,41
1995	0,41
1996	0,41
1997	0,41
1998	0,42
1999	0,43
2000	0,44
2001	0,44
2002	0,46
2003	0,47
2004	0,46
2005	0,47
2006	0,48
2007	0,47
2008	0,47
2009	0,48
2010	0,48
2011	0,47

Fonte: International Energy Agency (2013)

Nota: Nota: IA ó Índice de Autonomia Energética; o cálculo do índice de autonomia é explicado no Apêndice 2

Para a obtenção do poder ampliado, é necessário que haja dados relativos a todos os elementos do tetraedro, à exceção das esferas irradiadoras. Portanto, o cálculo pode ser efetuado para o período entre 1990 a 2008.

Tabela A1.6 Índice de autonomia diplomático-militar brasileira (1988-2008)

Ano	IA
1988	0,46
1989	0,48
1990	0,80
1991	0,47
1992	0,42
1993	0,49
1994	0,54
1995	0,59
1996	0,57
1997	0,57
1998	0,60
1999	0,60
2000	0,62
2001	0,67
2002	0,65
2003	0,56
2004	0,55
2005	0,57
2006	0,57
2007	0,58
2008	0,58

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados das Tabelas deste Apêndice

Nota: IA- Índice de autonomia diplomático-militar; a metodologia de cálculo se encontra no Apêndice 2

No caso da autonomia diplomático-militar, a sistemática de cálculo foi explicitada nos itens 2.1 e 3.1 do Apêndice 4. Os dados obtidos podem ser visualizados na Tabela A1-6.

De posse de todos os dados, pode-se calcular o poder ampliado, que é a soma do poder básico real multiplicada pelos respectivos índices de autonomia, conforme o item 3.3.8. No caso brasileiro, a configuração para os anos entre 1990 e 2008 é a seguinte:

Tabela A1.7 Poder ampliado brasileiro (1990-2008)

Ano	PA
1990	36,75
1991	30,32
1992	28,86
1993	30,46
1994	32,07
1995	32,92
1996	32,74
1997	32,65
1998	33,43
1999	33,56
2000	33,67
2001	35,02
2002	35,26
2003	33,74
2004	33,27
2005	33,29
2006	32,52
2007	33,91
2008	33,91

Fonte: Elaboração própria, a partir dos diversos dados constantes das demais Tabelas desde Apêndice

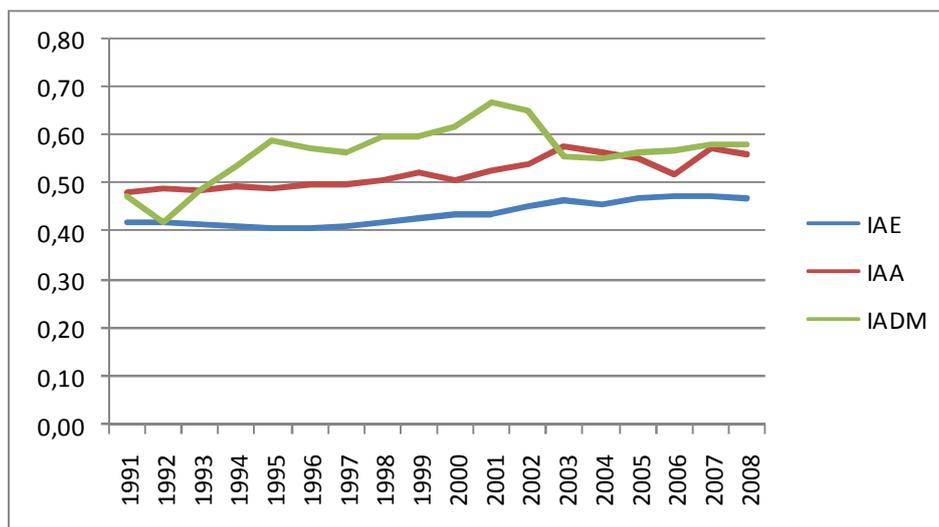
Nota: PA- Poder Ampliado = (Território+ População+ Economia) X (1+Índice de Autonomia Energética) X (Índice de Autonomia Alimentar) X (1+Índice d Autonomia Diplomático-Militar)

A Tabela A1-7 ressalta que a posição brasileira se manteve relativamente estável, ao longo do período analisado, apesar do aumento de autonomia nas vertentes energética e alimentar.²²⁸ Tal se deve ao claudicante desempenho econômico a partir da década de 90. Períodos de crescimento se alternam com anos de baixa atividade. Ou seja, a se utilizar o modelo do tetraedro do poder, a redução do poder básico real foi contrabalançada pelo aumento da autonomia em duas das vertentes, motivado basicamente por incentivos específicos de modernização tecnológica (exploração de águas profundas e biocombustível, no caso energético, e utilização do cerrado como fronteira agrícola, no caso alimentar). Caso não houvesse ocorrido o incremento nas duas autonomies, o poder ampliado brasileiro teria se reduzido. O incremento nas duas autonomies citadas, a partir de 2002, fez com que o Brasil não necessitasse do aumento da autonomia diplomático-militar, conforme previa o modelo; ou seja, o acréscimo em termos de autonomia alimentar e energética já foi suficiente para manter

²²⁸ Ou seja, é um exemplo da redução de poder básico e ainda assim manutenção do nível de poder ampliado, conforme analisado no item 3.2 do Apêndice 4.

o nível de poder ampliado. De fato, como visto, o nível da autonomia diplomático-militar sofre uma redução de patamar, a partir de 2002.

Gráfico A1-1 Índices Brasileiros de Autonomia



Fonte: Elaboração própria, a partir dos dados constantes das demais Tabelas deste Apêndice.

Nota: IAE é o Índice de Autonomia Energética; IAA é o Índice de Autonomia Alimentar; IADM é o Índice de Autonomia Diplomático-Militar

Vale ressaltar que o desempenho econômico brasileiro a partir de 2009 (período não abrangido pela série temporal utilizada) não se alterou significativamente, em termos relativos ao mundo. Ou seja, o mundo em média tem crescido mais do que o Brasil, e o mesmo pode ser dito em relação à renda per capita. Caso essa tendência não se altere, apenas aumentos constantes de nível de autonomia impedirão a perda também constante de poder ampliado, e, conseqüentemente, prestígio em termos internacionais (segundo a lógica do modelo do tetraedro de poder).

Entre os fatores que podem explicar essa baixa dinamicidade econômica pode-se citar a baixa Produtividade Total de Fatores (ver o item 1.3 do Apêndice 4). De fato, segundo a Conference Board, de 1990 a 2013 em apenas 11 dos anos a PTF foi positiva; pior, de 2008 a 2013, em apenas 2010 a variação da PTF foi positiva (CONFERENCE BOARD, 2014). Ou seja, a economia não tem conseguido se tornar mais eficiente, reflexo das dificuldades de incrementar o próprio nível de Ciência e Tecnologia no país. O triângulo de Sábato, na sociedade brasileira, apresenta um baixo nível de consistência, com o olho de bom

desempenho. Vale lembrar que duas delas, ou seja, o setor energético (tecnologia de biocombustíveis e exploração de petróleo em águas profundas) e o alimentar (com os esforços da Embrapa e outros núcleos de pesquisa), foram a base justamente para que a perda da dinamicidade econômica não significasse, segundo o modelo, uma perda em termos de poder.

APÊNDICE 2

Este Apêndice objetiva analisar aspectos da mensuração de alguns dos elementos do tetraedro do poder

1. TERRITÓRIO

Conforme já mencionado anteriormente, a questão do território, ao longo da História, tendia a abordar apenas a porção terrestre, devido às dificuldades tecnológicas de explorar o potencial dos mares próximos ao litoral dos países. Em termos de território terrestre, utilizou-se como fonte o Banco Mundial (WORLD BANK, 2013). Segundo ele, os quinze maiores países em termos de território terrestre são os seguintes:

Tabela A2.1 Maiores países em extensão territorial terrestre (em mil km²)

Russia	17098
Canadá	9985
EUA	9832
China	9601
Brasi	8515
Australia	7741
India	3287
Argentina	2780
Cazaquistão	2725
Argélia	2382
Congo	2345
Arábia Saudita	2150
Mexico	1964
Indonesia	1905
Sudão	1879
Total Mundo	134290

Fonte: Elaborado a partir de dados de World Bank (2014)

Já as áreas referentes à Zona Econômica Exclusiva (ZEE) e Plataforma Continental (PC) foram obtidas a partir do Projeto Sea Around Us (SEA AROUND US PROJECT, 2014); tais áreas levam em conta, quando for o caso, a situação de faixas em litígio. Logo, apesar de os territórios apresentados ainda não serem todos abrangidos por tratados internacionais, as estimativas são um bom ponto de partida para mensuração do modelo, no aspecto das ZEE e PC.

A seguir, os quinze maiores países em termos de extensão da ZEE:

Tabela A2.2 Maiores países em extensão territorial da ZEE (em mil km²)

EUA	11794
França	10155
Austrália	8974
Rússia	8096
Reino Unido	6807
Nova Zelândia	6377
Indonésia	6079
Canadá	6006
Japão	4469
Chile	3681
Brasil	3647
Kiribati	3437
México	3269
Micronésia	2993
Dinamarca	2732
Total Mundo	142412

Fonte: Elaborado a partir de dados de Sea Around Us Project (2014)

Um aspecto interessante da lista é o de que alguns países cujo território terrestre é exíguo (França, Reino Unido, Nova Zelândia, Japão, Kiribati, Micronésia e Dinamarca) apresentam uma ZEE de dimensões significativas. No caso da França, que tem a segunda ZEE em extensão, uma observação deve ser feita. Por exemplo, Wisebron (2012, p. 254), embora não forneça a fonte da informação, comenta que o espaço marítimo francês, considerando o território na metrópole e no ultramar, abrange 11 milhões de km², sendo o segundo do mundo. A própria Comissão Europeia (2013, p.1), também não fornecendo a fonte, informa num estudo sobre a pesca na França que: "Ao todo, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE) da

França totaliza quase 11 milhões de km², tornando-a a segunda maior ZEE do mundo, atrás dos EUA.²²⁹

Em relação à França, o dado inserido na Tabela A2-2 foi obtido a partir da soma de todos os seus territórios, constantes do Sea Around Us Project. No entanto, talvez a origem do equívoco citado por fontes tão prestigiosas seja o verbete da Wikipédia sobre ZEE, onde se apresenta um total para a França que não corresponde à própria tabela apresentada no respectivo verbete. Tal equívoco gerou a disseminação de um total bem diverso da realidade (a não ser que se considerem 850 mil km² como um desvio pouco expressivo (sic)).

Em relação à Plataforma Continental, os quinze maiores países são os seguintes:

Tabela A2.3 Maiores países em extensão da Plataforma continental (em mil km²)

Rússia	4100
Canadá	2545
EUA	2075
Austrália	2060
Indonésia	1810
China	1014
Argentina	786
Reino Unido	768
Brasil	709
Dinamarca	460
Noruega	446
Japão	427
México	402
Índia	383
França	358
Total Mundo	21900

Fonte: Elaborado a partir de dados de Sea Around Us Project (2014)

Já em termos do total das três variáveis, os países com o maior território estão listados a seguir:

²²⁹ Overall, the French Exclusive Economic Zone (EEZ) totals almost 11 million km², making it the world's second largest EEZ (after the USA). (tradução livre)

Tabela A2.4 Maiores países em território total (em mil km²)

	Território	ZEE	Plataforma	Total
Rússia	17098	8096	4100	29294
EUA	9832	11794	2075	23701
Austrália	7741	8974	2060	18775
Canadá	9985	6006	2545	18536
China	9601	2288	1014	12903
Brasil	8515	3647	709	12871
França	549	10155	358	11062
Indonésia	1905	6079	1810	9794
Reino Unido	244	6807	769	7820
Nova Zelândia	268	6377	259	6904
Índia	3287	2290	383	5960
México	1964	3269	402	5635
Japão	378	4469	427	5274
Argentina	2780	1084	786	4650
Chile	756	3681	161	4598
Mundo	134290	142412	21900	298602

Fonte: Elaborado a partir de dados de Sea Around Us Project (2014)

Uma observação em relação aos dados do Sea Around Us Project sobre o Brasil é que eles divergem um pouco daqueles usualmente anunciados no país. Por exemplo, a Amazônia Azul (termo cunhado pelo ex-comandante da Marinha brasileira, almirante Roberto Guimarães Carvalho), a qual englobaria tanto a ZEE (3,5) quanto a Plataforma (0,96), cobriria um total de 4,5 milhões de km² (GUGLIANO 2014, p.11)). Já o Sea Around Us estima o total em 4,35, o que é um desvio bem menor do que aquele comentado sobre o total francês.

A visualização da Tabela A2-4 permite algumas observações, entre as quais a presença de países que geralmente não são reconhecidos como de extensão significativa, se computada apenas a dimensão territorial terrestre. Reino Unido, Nova Zelândia, França e Japão, quando acrescidos da ZEE e da Plataforma Continental, assumem nova dimensão perante seus pares; os territórios terrestres ficam multiplicados por 32, 26, 20 e 14 vezes, respectivamente.

O caso do Japão é significativo e foi explorado no capítulo 4, mas vale repetir que normalmente a visão da comparação entre China e Japão é entre um colosso e um anão geográfico. Se computarmos apenas a questão territorial terrestre, isso é fato incontestável, já que a China supera o Japão 25 vezes. No entanto, na Tabela A2-4, em termos totais a China vê a vantagem cair para 2,4 vezes. Isso ajuda a explicar (além de questões geopolíticas e

nacionalistas) a tensão por certas ilhas no Mar do Leste da China; a soberania em tais ilhas é fundamental para o aumento da área disponível para os dois países, mais ainda no caso japonês.

2. ECONOMIA

Os dados relativos à economia se basearam no trabalho de Maddison (2013), até 2008. Privilegiou-se o PIB por paridade de poder de compra, por constituir uma medida que possibilita amenizar os efeitos estatísticos de moedas sub ou sobrevalorizadas em relação à moeda de referência para os cálculos. Ressalte-se que o calibrador da renda per capita também é utilizado para conferir ao dado relativo à economia uma maior acurácia.

3. POPULAÇÃO

Os dados relativos à população também se basearam no trabalho de Maddison (2013), até 2009.

4. POLÍTICA MILITAR

A fonte básica para os dados da política militar é o Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI, 2013), que os apresenta em uma série temporal a partir de 1988. Com os gastos militares, podem-se efetuar os cálculos necessários à mensuração da subaresta militar, ou seja, se há uma sobre ou subextensão da mesma.

5. POLÍTICA ENERGÉTICA

A Agência Internacional de Energia, em sua série estatística, é a fonte de dados relativos à autonomia energética (IEA, 2013). Há disponibilidade de informações a respeito

da produção, exportação, importação e variação de estoques. A partir delas, pode-se calcular o nível de autonomia, conforme delineado no item a seguir, sobre Política Alimentar.²³⁰ Os dados disponíveis se referem ao período a partir de 1990.

6. POLÍTICA ALIMENTAR

A autonomia alimentar abrange a possibilidade de não depender (ou depender pouco) dos fluxos externos para manter a população alimentada. Os dados presentes nos relatórios das FAO (2014) são extensos e cobrem o período a partir de 1961. Por exemplo, bastaria calcular a relação entre produção doméstica, importação e exportação para se chegar ao nível de autonomia. No entanto, há dados disponíveis também em relação a estoques reguladores, os quais devem ser incluídos no cálculo. Logo, o consumo seria igual à soma da produção, importação e estoques utilizados (ou menos o armazenamento em estoques), subtraídos da exportação.

Além disso, outro aspecto deve ser levado em conta. À medida que os países se tornam mais prósperos, maior a possibilidade de importação de alimentos que não são lá produzidos. Por exemplo, imagine-se um país em que a produção é exatamente igual ao consumo. Logo, pela definição exposta no capítulo 3, o índice de autonomia seria de 0,5 ($\text{Produção}/(\text{Produção}+\text{Consumo})$). Mas, com o crescimento econômico, o país pode passar a importar caviar. Essa importação levará o índice de autonomia a menos que 0,5. No entanto, como o caviar é supérfluo, considerá-lo como importante para a autonomia seria equivocado.

Logo, em termos de simplificação, rastreamos os cinco principais produtos em termos de geração de calorias per capita, ao longo dos anos a partir de 1961.²³¹ Afinal, supõe-se que os produtos mais importantes para a geração de calorias sejam os considerados essenciais para a alimentação da população. Além disso, a evolução dos dados relativos a China, Japão e Brasil demonstraram um evidente progresso em termos de nível proteico.

²³⁰ Conforme apontado por LESBIREL (2004), uma medida mais acurada de autonomia energética deveria levar em conta a aplicação da teoria de administração de *portfolio* para a mensuração da diversificação de riscos. No entanto, optou-se por uma medida mais simplificada para favorecer uma homogeneização com o cálculo do índice de autonomia alimentar

²³¹ DIAS-BONILLA et al (2000, p. 8) considera o consumo de caloria per capita como um dos índices para segurança alimentar.

Portanto, o cálculo envolvendo produção, importação, estoques e exportação foi efetuado a partir daqueles cinco principais produtos, em cada ano a partir de 1961.

APÊNDICE 3

O propósito do presente Apêndice é o de aplicar as premissas quantitativas do modelo a situações de grande proeminência de determinadas potências. Em termos metodológicos, a fonte básica de dados é o trabalho de coleta efetuado por Angus Maddison e seus sucedâneos (MADDISON 2006; MADDISON PROJECT 2013). Tal base de dados apresenta a evolução de dados sobre população, PIB e renda per capita para grande parte dos países do mundo. Há lacunas, pois nem sempre há o total mundial para determinado ano e para países, dependendo do período. Apenas a partir de 1950 há um fluxo continuado de dados. No entanto, ressalve-se a ousadia acadêmica e a robustez do projeto, capaz de fornecer diversas evidências quanto às dimensões dos níveis populacionais e econômicos dos diversos países e/ou regiões, desde o ano 1 D.C.

Para a elaboração deste Apêndice, alguns cuidados foram necessários. No caso em que países de grande dimensão não apresentavam dados em relação a um período (por exemplo, a China entre 1937 e 1950), aplicou-se interpolação progressiva entre o início e o final do período, para simular o número relativo a um ano específico. Afinal, tais países têm um peso significativo para o total mundial.

Em termos de território, utilizou-se apenas o território terrestre (World Bank, 2013), pois a sistematização e legitimação internacional em relação aos atuais critérios para limites territoriais em águas internacionais é algo relativamente recente, ou seja, a partir da Convenção de Montego Bay, em 1982. Mesmo em relação ao território terrestre, a não ser quando houvesse fonte confiável (como no caso da extensão do Império Britânico), optou-se pela utilização da configuração atual, para fins de simplificação.

Quanto ao PIB, utilizou-se tanto o índice em si quanto o calibrado pela relação entre a renda per capita nacional e a mundial (no caso do Império Britânico em seu auge, computaram-se os PIB e populações dos domínios, como Índia, Canadá, etc. além da própria Inglaterra).

Segundo a Tabela A3-1, desde o começo do recorte temporal da base de dados (ano 1 D.C.), a China já apresentava um significativo Poder Básico Potencial e Poder Básico Real, devido à unificação política em torno de um território de grandes dimensões e uma alta população (mais de um quarto da população mundial), com um PIB também mais de um

quarto do total mundial. Conforme já explicitado em capítulos anteriores, grandes populações tendem a produzir PIBs significativos (ao menos em termos nominais), por conta do número de transações internas. No entanto, no caso da China, a renda per capita se situa em torno da média mundial (até mesmo pelo efeito estatístico da sua grande participação tanto em termos de população quanto economia, ou seja, o nível de sua renda per capita influencia decisivamente o nível da renda per capita mundial). Dessa maneira, o Poder Básico Real chinês, nos anos mencionados na Tabela, é muito próximo do Poder Básico Potencial, à exceção de 1870, quando a renda per capita chinesa corresponde apenas a 61% da renda per capita mundial.

Conforme a Tabela A3-1, o ápice do Poder Básico Real chinês se situaria em 1820, com um terço do PIB mundial e mais de um terço da população mundial. Tal dado é relevante, tendo em vista que a análise histórica empreendida nas unidades educacionais brasileiras, em todos os níveis (fundamental, médio, superior), encara os anos posteriores ao Renascimento como um evento de domínio total (econômico, político e social) do chamado Ocidente. Em 1820, já às portas da Segunda Revolução Industrial, em pleno Concerto Europeu e florescimento do imperialismo ocidental e começo da hegemonia mundial britânica,²³² a China ocupava um papel ainda de muita relevância. De fato, Arrighi (2007, pp. 13-68), em uma profunda exegese da obra de Adam Smith, mostra como no final do século XVIII a China era considerada pelos filósofos políticos como mais avançada do que a Inglaterra, tanto em termos econômicos quanto principalmente políticos. Apenas a partir de 1820/1830, com a necessidade de penetrar no mercado chinês (que só foi conseguido via comércio maciço de ópio produzido na Índia e Birmânia), é que a China passa a ser apresentada ao público inglês não como modelo a ser seguido, e sim exemplo de atraso a ser combatido e modernizado.

Tal conflito, exemplificado pelas duas Guerras do Ópio, mostrará que, embora próximos em termos de poder, a inovação tecnológica inglesa, com claros reflexos em termos de poder bélico, além da melhor coesão político-social, conferirá ao Império Britânico a vantagem no médio e longo prazo. Tanto que, em 1870, o poder básico real da China terá se reduzido em 40%, comparado com o de 1820, enquanto o do Império Britânico chegará ao seu ápice..

²³² De acordo com a definição de ciclo hegemônico mundial de Arrighi (1996, *passim*)

Tabela A3.1 Ápices de Poder de Países Seleccionados em Anos Seleccionados (D.C.)

<i>Potências</i>	População	Território	PIB	PBP	Coefficiente de Ajuste do PIB	PIB Ajustado	PBR
<i>China</i>							
1	26,4	7,1	25,4	58,9	0,96	24,48	58
1600	28,8	7,1	29	64,9	1,01	29,19	65,1
1820	36,6	7,1	33	76,7	0,9	29,73	73,4
1870	28,1	7,1	17	55,5	0,61	10,41	45,6
<i>Império Britânico</i>							
1820	23,4	16,2	22,3	61,9	0,95	21,19	60,8
1870	23,2	25,1	22,8	71,1	0,85	19,38	67,7
1900	22,5	25,1	21,8	69,4	0,81	17,72	65,3
1913	23	25,1	20,6	68,7	0,85	17,57	65,7
<i>URSS</i>							
1940	7	16,7	10,2	33,9	1,09	11,17	34,9
1958	7,1	16,7	10,2	34	1,45	14,78	38,6
1961	6,7	16,7	10	33,4	1,45	14,48	37,9
1968	8,5	16,7	9,3	34,5	1,48	13,8	39
<i>EUA</i>							
1945	6,2	6,8	35,5	48,5	nd	nd	nd
1950	6	6,8	27,3	40,1	4,53	123,6	136,4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados constantes em MADDISON PROJECT (2013)

Obs: PBP ó Poder Básico Potencial; PBR ó Poder Básico Real; as variáveis População, PIB e Território se referem ao percentual mundial. PIB Ajustado = PIB X Coeficiente de Ajuste do PIB. nd=não-disponível

Em 1820 o Reino Unido já começava a recolher os frutos da Revolução Industrial e imperialismo (por já ter incorporado Canadá, Austrália e Península Indiana a seus domínios). Isso corresponde a um acréscimo extremamente significativo em termos de território; por exemplo, Canadá, Austrália e Índia²³³ (mesmo com a partição e exclusão do Paquistão e Bangladesh, que também faziam parte dos domínios britânicos na Península) hoje ocupam

²³³ Além do território (e o acesso a matérias-primas importantes), no caso da Índia a dominação britânica proporcionou um significativo reforço financeiro: a vitória dos britânicos em Plassey, em 1757, deu início a uma transferência maciça de riqueza da Índia, a princípio como pura pilhagem e, depois de 1774, mais e mais como uma pilhagem disfarçada sob formas comerciais. No meio século seguinte, aproximadamente, a Grã-Bretanha recebeu recursos estimados, por diferentes fontes, entre 100 milhões e 1 bilhão de libras esterlinas. (ARRIGHI & SILVER, 2001, p. 64)

respectivamente a segunda, sexta e sétima posição em termos de maiores territórios terrestres no mundo. De fato, em termos de território, especialmente com a inclusão posterior de diversas regiões africanas, o Império Britânico chegará a um quarto do total mundial.

O acréscimo da Península Indiana também tem um peso extremamente relevante em termos de população e de PIB (em 1820 o PIB apenas da Índia correspondia a três vezes o da Inglaterra, enquanto a população era dez vezes maior).²³⁴

No caso da União Soviética, conforme a Tabela, o ápice de poder se situa em 1968, quando a renda per capita era 50% maior do que a média mundial. No entanto, vale ressaltar que o poder básico real máximo soviético ficou ao redor de 40%, logo um nível sensivelmente inferior aos mencionados da China e Império Britânico.

Já no caso dos EUA, o ápice de poder é logo após a II Guerra Mundial. A calibragem do fator econômico torna o poder econômico como primordial para o poder básico real, alcançando um nível inédito, entre os países elencados na Tabela. A propósito, caso os dados totais em relação a 1945 estivessem disponíveis em Maddison Project (2013), o poder real seria fixado em um nível ainda maior, tendo em vista que as outras potências estavam muito afetadas pelo conflito recém-encerrado e a renda per capita dos EUA estava situada num nível de mais de cinco vezes a renda per capita mundial.

Outro ponto relevante é o de que, mesmo no final do conflito, o nível do PIB dos EUA era de 35% do mundo. Cinco anos depois, já se reduzia a 27%. Portanto, desde 1950, ou seja, mais de 60 anos, a queda na participação do PIB dos EUA foi de aproximadamente sete pontos percentuais. Embora a queda seja evidente, o ritmo é inferior ao de uma derrocada ou perda sensível. Ao mesmo tempo, a renda per capita dos EUA continua num nível de mais de quatro vezes a renda per capita mundial, o que faz de seu PIB ajustado uma variável de alto impacto para o nível do poder básico real.

²³⁴ Ressalte-se que, para o cálculo da renda per capita do Império Britânico, ponderaram-se todos os participantes do mesmo. Ou seja, a renda mostrada não é a renda per capita do Reino Unido, e sim de todos os territórios significativos (com as respectivas populações) no Império. Mesmo a ausência de poucas regiões de pequenas dimensões em Maddison 2013 não interfere de forma significativa nos resultados apresentados.

APÊNDICE 4

Este Apêndice tem por objetivo analisar os aspectos geométricos da figura do tetraedro do poder, apresentado ao longo do trabalho. Apesar de a intenção da figura ser basicamente a de facilitar a visualização do modelo, já que este é predominantemente de inspiração qualitativa, em termos de construção teórica, uma posterior análise geométrica pode lhe reforçar o embasamento também em termos quantitativos, o que poderá aprimorar, em termos de retroalimentação positiva, a vertente qualitativa do mesmo. Ressalte-se que a obtenção de resultados meramente matemáticos não é objetivo desta Tese; portanto, resultados quantitativos eventualmente alcançados podem ser utilizados para robustecer ou demonstrar elementos de aprimoramento para reforçar a validade da análise qualitativa. No entanto, cabe lembrar que um aprofundamento da aplicação do modelo, em termos quantitativos, pode configurar um objetivo para pesquisas posteriores.

Ao longo deste Apêndice, serão apresentadas limitações geométricas para a utilização do tetraedro para o cálculo do poder em termos geométricos e também as alterações necessárias (ou seja, a utilização de um cone em vez de tetraedro) que contornariam tais obstáculos. A manutenção da figura do tetraedro como emblema facilitador **da análise qualitativa, ao longo do texto**, deve-se à melhor visualização do que no caso da figura do cone. E, na análise qualitativa, é tal visualização que permite uma visão integral de todos os elementos do poder, encapsulados na figura do tetraedro. No entanto, na **análise quantitativa**, é na figura do cone que os cálculos poderão ser feitos, sem as limitações que existem na figura do tetraedro.²³⁵

²³⁵ Em termos matemáticos estritos, um tetraedro também seria um cone, mas de base triangular. Portanto, não teríamos apenas cones de base circular, ao contrário do que a maioria das pessoas utiliza conceitualmente. De fato, podemos ter cones de base quadrilátera, pentagonal, triangular, etc. No presente trabalho, quando há uma referência a um cone, está-se referindo ao cone de base circular, para simplificação da abordagem.

1. A BASE DO TETRAEDRO

1.1 OS COMPONENTES BÁSICOS

Conforme visto em capítulo anterior, a base do tetraedro apresenta um triângulo, formado pelos componentes clássicos de avaliação de poder potencial, ou seja, população, território e economia (os quais serão denominados componentes do **poder básico**; este pode ser potencial ou real). Cada um dos elementos mencionados representa um percentual do total mundial, reiterando assim que o modelo de equilíbrio de poder reflita o fato de a natureza do poder internacional ser relativa, ou seja, o poder de cada Estado deve ser mensurado em relação ao dos demais. Logo, a dimensão de cada lado do triângulo deveria ser o percentual relativo em termos mundiais:

População ó X% da população mundial

Território ó X% do total mundial de território com soberania atribuída a algum Estado (o território compraz o total terrestre + zona econômica exclusiva + plataforma continental)

Economia ó X% do PIB mundial

Abaixo, o triângulo que serve de base para o tetraedro:



Figura A4-1: Triângulo com o poder básico ó território, população e economia

Por exemplo, para um país que detenha 10% do território mundial, 8% da população e 12% da economia mundial, os lados do triângulo seriam de dimensão 10, 8 e 12.

Conforme já explicitado no capítulo sobre o modelo, diversos elementos (principalmente a questão da inovação tecnológica e da coesão político-social) influem nos componentes mencionados do **poder básico potencial**. Portanto, a medida dos lados poderia

ser ampliada (ou reduzida) de acordo com a influência (ou não) dos mesmos. Logo, a influência (e as alterações nas dimensões dos lados do triângulo) deve ser objeto de preocupação para tornar o modelo mais acurado e refletir o **poder básico real**. No entanto, como se trata de um modelo ainda simplificado, a ser aprofundado em pesquisas futuras, tentar-se-á limitar ao máximo a aplicação de fatores de correção às medidas dos lados. Além disso, o aspecto quantitativo não é o objetivo central deste trabalho; conforme já mencionado, ele proporcionará retroalimentação valiosa para o andamento e as conclusões da análise qualitativa.

1.2 LIMITAÇÕES GEOMÉTRICAS PARA A UTILIZAÇÃO DO TRIÂNGULO COMO FIGURA REPRESENTATIVAS DO PODER BÁSICO

1.2.1 A limitação relativa à dimensão dos lados

Um triângulo é um polígono convexo de três lados; para que ele se constitua, é necessário que cada lado seja inferior à soma dos outros dois, e também superior à diferença entre eles. Logo, por exemplo, **não se pode** desenhar um triângulo com lados com as seguintes dimensões: 30, 10 e 10.

No caso do triângulo do tetraedro do poder, em que os lados apresentam medidas relativas à participação no total mundial, podem surgir diversas situações em um dos lados seja superior à soma dos outros dois, como por exemplo a situação dos EUA em 1950 (ver detalhes no Apêndice 3).

Para contornar tal obstáculo, no sentido de manter o triângulo como base do tetraedro, uma possível solução para o caso de o lado maior ser superior à soma dos outros dois seria a seguinte: enxergar tal lado (o maior) não apenas no plano em que se encontram os outros dois, mas no espaço, formando uma espécie de alça em relação ao plano em que se situam os outros dois lados. Com tal alça, a projeção no plano seria a máxima necessária para estabelecer o triângulo, ou seja, o comprimento menor do que a soma dos outros dois lados.

A seguir, a visão da base e da alça feita a partir do plano em que a base estaria contida, ou seja, a alça estaria em outro plano que à base (mais precisamente, *perpendicular á base*):

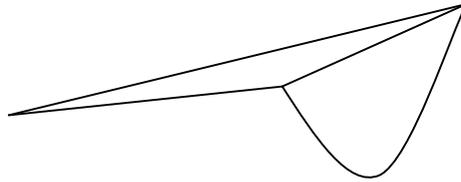


Figura A4-2: Triângulo com poder básico (com alça)

No entanto, se a visão da base fosse feita a partir de cima, é esta a vista que se teria, ou seja, a visão da alça seria obscurecida pelo lado do qual fosse projeção:

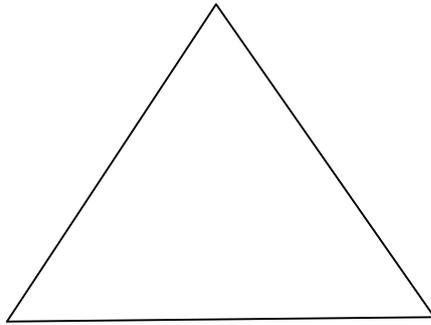


Figura A4-3 Vista de cima do triângulo do poder básico (com alça)

Todavia, é forçoso ressaltar que a utilização da alça esmaece a elegância formal geométrica do modelo. Portanto, uma solução alternativa, a ser exposta na seção 1.3, é necessária.

1.2.2 A limitação relativa ao aspecto dinâmico temporal

Outro aspecto ligado ao triângulo é o de que o cálculo mais natural para o poder básico seria o da sua área. No entanto, um novo obstáculo surge a partir do fato de que, caso dois dos lados permaneçam constantes e apenas o terceiro restante cresça, chegará o momento em que a área do triângulo diminuirá. Essa particularidade acaba inviabilizando a evolução temporal

do próprio conceito de poder, pois não seria admissível que o acréscimo nas dimensões de um dos elementos do poder **diminuísse** o poder básico total.

No entanto, vale ressaltar que tal particularidade geométrica enseja uma digressão sobre países cujo crescimento se dá apenas em termos econômicos (por exemplo, os Estados Unidos) (ROSECRANCE, 1986)). No caso, tais tipos de países poderiam ter seu aumento de poder (concentrado em um único fator) questionado.

De qualquer forma, a análise temporal do modelo ficaria prejudicada, em termos geométricos, já que o aumento de um dos fatores poderia não ter um impacto positivo no poder total.

Logo, a solução a ser apresentada na seção 1.3 também teria que contornar tal obstáculo.

1.3 O CÁLCULO DO PODER BÁSICO

A partir do estabelecimento das dimensões de cada lado, a premissa mais imediata seria a de calcular o poder básico pela área do triângulo; no entanto, conforme visto na seção 1.2.2 do presente Apêndice, tal não é recomendável. Optou-se então pelo cálculo do perímetro do triângulo, ou seja, a soma dos três lados:

Poder básico potencial: X (população) + X (território) + X (economia)

Logo, a restrição levantada na seção 1.2.2 seria contornada, pois qualquer acréscimo em uma das três dimensões incorreria em aumento do poder básico potencial.

No entanto, a restrição mencionada na seção 1.2.1 continuaria de pé, ou seja, nem sempre os três elementos apresentariam dimensões que permitissem a formação de um triângulo num mesmo plano, sendo necessária a utilização de uma alça em um segundo plano.

A opção então foi a de transformar a soma das três dimensões originais no perímetro de um círculo. Com a utilização do círculo (em lugar do triângulo) as limitações constantes das seções 1.2.1 e 1.2.2 desaparecem. Obviamente, em termos geométricos o tetraedro terá

virado um cone de base circular (conforme já mencionado, em termos estritos, qualquer pirâmide, inclusive um tetraedro, é um tipo especial de cone).

Vale ressaltar novamente que as esferas irradiadoras (coesão político-social e inovação científica e tecnológica) podem alterar com o tempo a real extensão de cada um dos elementos do poder básico potencial, conforme visto no capítulo 3, alterando por sua vez o perímetro da base do cone.

Em relação à variável econômica, duas ressalvas são necessárias. O tamanho de uma economia nacional, embora represente um aspecto significativo em termos de poder, pode não se refletir, de forma acurada, em poder efetivo. Grandes populações, apenas pela quantidade de transações efetuadas pelos agentes, normalmente ocasionam elevados Produtos Internos Brutos. Portanto, ócalibrarö a participação relativa do PIB nacional em relação ao mundial com a razão entre renda per capita nacional e mundial contribui para refletir de forma mais realista o bem-estar da população (e que, em última análise, favorecerá o impacto positivo das duas esferas irradiadoras, tanto a de coesão político-social quanto a de inovação tecnológica).

Além disso, uma melhor mensuração do significado de uma economia nacional e seu impacto em termos de poder deveria levar em conta o elemento fundamental que acarreta (ou não) seu dinamismo temporal e sustentabilidade do crescimento, ou seja, a Produtividade Total de Fatores (PTF).²³⁶ Daí, saber quanto a PTF cresceu nos últimos dez ou quinze anos, em relação à média mundial, constituiria elemento fundamental para a análise. No entanto, vale ressaltar que a mensuração da PTF encontra alguns obstáculos de ordem metodológica e nem sempre os dados se encontram atualizados para uma visão mundial e de determinados países. Por exemplo, Unido (2014) apresenta um extenso painel, mas de 1960 a 2000, e sem uma avaliação quanto a uma média mundial. Já Conference Board (2014), ao contrário, especifica dados mundiais e por país, mas a partir de 1997; além disso, pode-se questionar um ou outro de seus elementos metodológicos. Logo, na aplicação do modelo aos estudos de caso de China e Japão (capítulo 4) ou na apresentação dos ápices de Poder ao longo da História (Apêndice 3), o dado relativo à renda per capita será utilizado na ócalibragemö do PIB; já o dado relativo à PTF não pode ser utilizado, devido à falta de uma série temporal robusta.

²³⁶ A Produtividade Total de Fatores mensura o dinamismo tecnológico de longo prazo de uma economia, ou seja, de que maneira ela responde além de simples acréscimos quantitativos nos fatores tradicionais (capital, trabalho, etc.). Portanto, a PTF aponta o nível de eficiência como os fatores estão sendo utilizados.

Superadas as restrições levantadas pela utilização do triângulo como base do poliedro que representa o modelo, optando-se por um cone de base circular, pode-se então utilizar a área do círculo como o **poder básico potencial**.²³⁷

2. AS ARESTAS, AGORA GERATRIZES

As arestas constituem as três políticas enfatizadas no modelo, que são: a diplomático-militar, a energética e a alimentar. As três constituem políticas de Estado, pois afetam diretamente, e no curto prazo, a soberania e integridade da Nação. O modelo, ao analisar as arestas, joga luz na capacidade de autonomia (margem de manobra, em termos de presença na esfera internacional, para alcançar os objetivos nacionais) de um país em relação às três políticas. Portanto, tais arestas representam os componentes **amplificadores** do poder básico.

Tendo em vista que, para a abordagem geométrica, a noção de tetraedro foi adaptada para a figura do cone de base circular, o termo a ser utilizado é geratriz, e não aresta. Essas três geratrizes se formarão a partir dos vértices de um triângulo equilátero que será inscrito no círculo que é base do cone, conforme a figura a seguir:

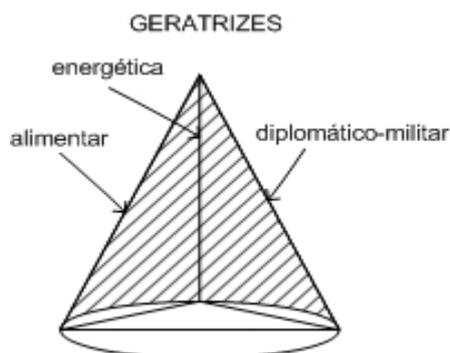


Figura A4-4 Geratrizes no cone formado

²³⁷ Logo, no caso da abordagem geométrica apresentada no presente Apêndice, o cálculo do poder básico potencial é diverso daquele apresentado no Capítulo 3, quando o cálculo é efetuado pelo cálculo perímetro do triângulo

Para simplificar o modelo geométrico, o cone será equilátero, ou seja, as geratrizes terão um comprimento de duas vezes o raio r da base. Com isso, a altura do cone fica automaticamente estabelecida (será o cateto maior de um triângulo retângulo em que a geratriz é a hipotenusa ($2r$) e o raio o cateto menor).

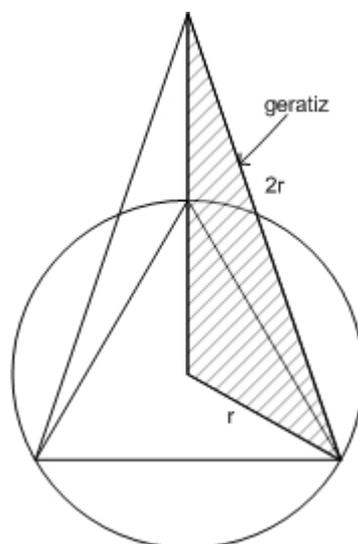


Figura A4 ó 5 Geratrizes do cone

O nível de autonomia será marcado ao longo da respectiva geratriz, dividindo-a em dois segmentos. Em casos extremos, pode ocorrer de a geratriz diplomático-militar ser superior a duas vezes o raio, quando houver uma sobreextensão, seja para compensar a perda de autonomia em alguma das outras duas ou para incrementar o nível de autonomia relativa (e consequente aumento de relevância) no cenário internacional. Ou seja, as duas outras geratrizes se mantêm com o comprimento de duas vezes o raio e aumentam a inclinação em relação à base do cone.

Em relação ao cálculo do nível de autonomia, haverá dois procedimentos:

- a) Em relação á geratriz diplomático-militar, será estabelecido primordialmente em 0,5 (já que composta por duas subgeratrizes, a diplomática e a militar), a não ser quando houver uma subexpansão ou sobreexpansão da subgeratriz militar, fenômeno apresentado no item 2.1;
- b) Em relação às duas demais geratrizes, o nível será calculado pela razão entre produção e a soma da produção com o consumo. Tal resultado poderá variar entre 0 e 1.



Figura A4-6 Cone distorcido

2.1 A GERATRIZ DIPLOMÁTICO-MILITAR

A geratriz diplomático-militar abrange os esforços (pacíficos ou não) para salvaguardar os interesses nacionais, em termos de manter a integridade do Estado em meio aos demais e estabelecer uma posição de relevância, no cenário internacional. Em termos ótimos, isso é conseguido por meio da maximização dos resultados via *smart power* (a combinação mais eficiente entre *hard* e *soft power*), com a geratriz sendo composta por uma metade componente diplomática e outra metade componente militar (nesse caso, cada subgeratriz valeria o equivalente ao comprimento do raio da base do cone). De fato, conforme já visto anteriormente, a dependência excessiva tanto em *hard power* ou, ao contrário, em *soft power*, diminui a eficácia de um país em atingir os objetivos mencionados. Na prática, observa-se que a obtenção do *smart power*, em sua totalidade, nem sempre é possível, e em alguns casos temos que a subgeratriz diplomática se estende além do comprimento do raio, para compensar deficiências no componente militar, e, em outros, vice-versa.

Para a questão matemática desta geratriz específica, supomos que todos os países apresentam, em termos de premissa inicial, subgeratrizes do comprimento do raio da base do cone. No entanto, diversos fatores podem incrementar ou reduzir esse nível. Por exemplo, a existência de bases militares de determinado país em outros significa claramente uma sobreextensão do componente militar, assim como a existência de bases militares de outro país, no território de uma nação, aponta para uma redução no mesmo comprimento.

Em termos de pesquisa futura (por se encontrar além dos objetivos da atual Tese), entre os elementos que impactam a subgeratriz diplomática podemos elencar:

- a) Número de embaixadas ou consulados
- b) Presença em organizações internacionais de relevo
- c) Alinhamento (ou não) às políticas e pronunciamentos da principal potência na região (pode-se quantificar tal aspecto comparando-se o perfil de votação nas organizações internacionais)
- d) Conflitos em questões territoriais com países vizinhos

Já em relação à subgeratriz militar, a pesquisa deveria determinar níveis que configurassem o atingimento mínimo de uma cobertura militar para o território (e rotas marítimas e manutenção da integridade de indivíduos nacionais em visita ou trabalho em outros países, no caso de nações com interesses mais globais), de modo a manter sua autonomia. Além desse índice, podemos apontar os seguintes elementos:

- a) Bases em território estrangeiro
- b) Bases de países estrangeiros em solo nacional
- c) Conflitos bélicos com vizinhos
- d) Conflitos bélicos com não-vizinhos
- e) Aprimoramento tecnológico das forças armadas
- f) Posse de artefatos nucleares operacionais

Tendo em vista a necessidade de simplificação da análise quantitativa, ao menos numa abordagem inicial, voltada para o robustecimento do modelo, propõe-se que a subgeratriz diplomática (a partir do fato do seu reconhecimento pelos demais Estados) esteja *a priori* com o comprimento do raio da base da cone.

No caso da subgeratriz militar, como calcular se há ou não uma sobre ou subextensão? Gastos militares, no mundo, tendem a acompanhar os níveis de PIB, com uma correlação maior do que com território ou população. No entanto, a presença de um país em uma região mais conflituosa também influi nos referidos gastos.²³⁸ Além disso, como definir um padrão de referência a partir do qual conceituar uma sobre ou subextensão?

Uma possível solução é a de recorrer ao modelo geométrico. Em condições de estabilidade, a subgeratriz militar deve medir o equivalente ao raio do círculo que serve de base ao cone (já que a geratriz toda corresponde ao diâmetro, ou duas vezes o raio). Logo, o

²³⁸ Por exemplo, para o ano de 2013 os gastos da Arábia Saudita a colocavam em quarto lugar no ranking mundial. (SIPRI, 2014)

percentual em relação ao total mundial de gastos militares deve ser comparado com o raio (que é obtido pelo quociente entre o perímetro e 2). Lembre-se que o perímetro do círculo é igual à soma dos elementos população, território e economia.²³⁹

A partir daí, caso o percentual de gastos militares seja superior ao raio, haverá uma sobreextensão da subgeratriz militar, e vice-versa. Uma análise mais aprofundada do fenômeno pode ser vista no item 3.1 deste Apêndice.

Caso a subgeratriz militar também tenha a extensão do raio, a exemplo do que já ocorre com a subgeratriz diplomática, em geral, o ponto de relevo se situará na metade da geratriz, ou seja, **o nível 0,5**. Se houver a sobreextensão, o ponto de relevo será superior ao nível de 0,5; em caso de subextensão, será inferior àquele nível.

Por fim, vale ressaltar que, no caso da subgeratriz militar, há um aspecto em termos de concentração que não ocorre nos demais itens estudados, que é o predomínio dos EUA, com um total de quase 40% dos gastos militares mundiais. Estudos posteriores a esta Tese poderão lançar luz se tal nível de concentração é inédito, em termos históricos, e o quanto influi estatisticamente nos cálculos.²⁴⁰

Resumindo, no caso da geratriz diplomático-militar o ponto de relevo se situa na média aritmética das extensões das duas subgeratrizes, ou seja, geralmente no comprimento do raio da base do cone, mas podendo ser maior ou menor devido a sobreextensões ou subextensões das subgeratrizes, especialmente a militar.

A seguir tem-se um exemplo de geratriz diplomático-militar em que há uma sobreextensão, como o componente militar tendo mais peso. O ponto azul representaria a média original; já o vermelho apresenta a nova média (e conseqüentemente novo ponto de relevo), por conta da sobreextensão da subgeratriz militar.

²³⁹ Em termos matemáticos estritos, o perímetro do círculo deveria ser a soma dos três elementos multiplicada por um fator de $(2/3)$ para aí sim descobrir o raio. No entanto, como o ajuste se aplicaria a todos os países indistintamente e os cálculos preliminares apontam para resultados satisfatórios, em termos de aderência aos dados qualitativos, mesmo sem a aplicação do fator, optou-se pela sua não-aplicação. Além disso, já que a soma de todos índices de economia ampliada podem superar 100%, isso pode provocar distorções no cálculo da subgeratriz militar (e na conclusão em relação à sobre ou subextensão dela). Mesmo assim, isso não afeta a análise da evolução do poder ampliado ao longo do tempo, que é o cerne do atual trabalho. Estudos posteriores sobre a questão da referida subgeratriz, inclusive sobre a ponderação dos três elementos, podem avançar na questão da necessidade da aplicação ou não do fator mencionado e a relevância quantitativa da eventual distorção provocada pelo cálculo do elemento econômico ampliado.

²⁴⁰ No caso dos EUA, estimativas para a elaboração deste trabalho, apontam para uma sobreextensão da subgeratriz militar. Para o ano de 2013 (utilizando-se dados do Banco Mundial quanto a população, PIB, e PIB per capita e território), a geratriz militar seria 1,82 vezes maior do que deveria se esperar, pelos elementos de poder apresentados. Conseqüentemente, o ponto de relevo ficaria no nível 0,71.

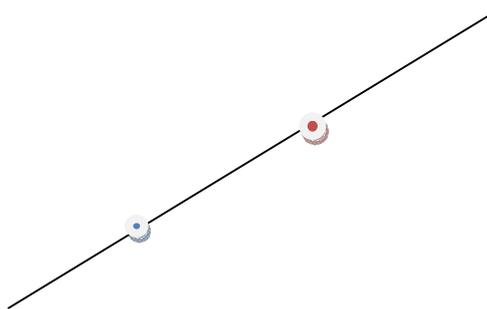


Figura A4-7: Geratriz diplomático-militar com sobreextensão da subgeratriz militar

No caso inverso, em que a subgeratriz militar sofre de subextensão, o ponto de relevo do segmento total será inferior ao original (a não ser que a subgeratriz diplomática sofra uma sobreextensão, de modo que o ponto de relevo (a média entre as duas) continue com o comprimento do raio da base do cone).

2.2 A GERATRIZ ENERGÉTICA

Em relação à geratriz energética (também com o comprimento do raio da base do cone), o ponto de relevo (e que fica destacado, em termos gráficos) é o nível de autonomia, ou seja, calculado pelo quociente entre produção doméstica e a soma de consumo doméstico e produção doméstica (para efeito de simplificação, conforme visto no Capítulo 3, as fontes de energia primária foram subdivididas em cinco: carvão, gás, petróleo, nuclear e renováveis), por sua vez multiplicado pelo comprimento da geratriz. Portanto, a posição do ponto de relevo pode variar de 0 (nenhuma produção doméstica e consumo diferente de 0) ao diâmetro da base do cone (nenhum consumo doméstico e alguma produção). É de se ressaltar que, na prática, nenhuma nação apresenta tais situações extremas. Também merece ressaltar que tal ponto é mutante, à medida que se alteram os padrões de produção e consumo, tanto pelos impactos da inovação tecnológica quanto pelas mudanças na estrutura da economia e padrões de consumo da população.

No caso de um país que produza tudo o que consuma, o ponto de relevo da geratriz seria de 0,5. Valores acima de 0,5 indicam que o país é um exportador líquido energético, e vice-versa para valores abaixo de 0,5.

Por exemplo, numa situação em que a produção é inferior ao consumo, teríamos a seguinte configuração de aresta:

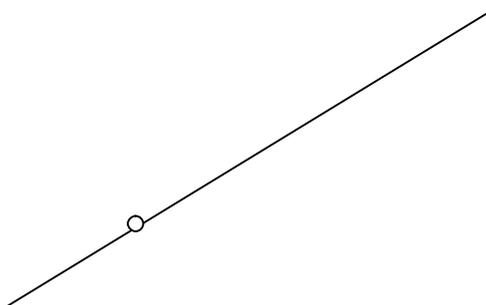


Figura A4-8 Geratriz energética na qual a produção é inferior ao consumo

Já no caso em que a produção é superior ao consumo, teríamos o seguinte tipo de aresta, com o ponto de relevo situado acima da metade do segmento, conforme demonstrado a seguir:

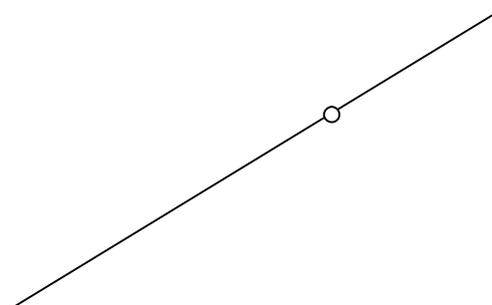


Figura A4-9 Geratriz energética na qual o consumo é inferior á produção

2.3 A GERATRIZ ALIMENTAR

Quanto à aresta alimentar, aplica-se o mesmo raciocínio da aresta energética, ou seja, o ponto a se destacar no segmento é o quociente entre a produção e a soma do consumo e

produção. Logo, o ponto de relevo se situa entre 0 e o comprimento igual ao diâmetro da base do cone.

Portanto, tal como na geratriz energética, um país que produza exatamente o que consuma apresenta um ponto de relevo da geratriz da ordem de 0,5. Valores acima de 0,5 indicam que o país é um exportador líquido alimentar e vice-versa para valores abaixo de 0,5.

3. O SIGNIFICADO DOS PONTOS DE RELEVO E A MENSURAÇÃO DO NÍVEL DE PODER

Em cada uma das três geratrizes mencionadas, quanto mais próximo do vértice estiver o ponto de relevo, maior a autonomia de determinado país em relação à política representada na respectiva geratriz. Conceitua-se como um nível de autonomia básica o ponto de relevo 0,5, nas três geratrizes (em termos simplificados, o nível de 0,5 indicaria uma instabilidade em termos de autonomia, mais facilmente reconhecida no caso das geratrizes energética e alimentar, nas quais tal ponto de relevo indica produção igual ao consumo).

Mas, e em relação ao **conjunto cônico**, em termos de total de poder, como mensurar o poder? A obtenção de um valor matemático para tal conjunto, englobando as três autonomias retratadas nas geratrizes, apresenta alguns obstáculos a serem superados. No entanto, para fins exploratórios iniciais, pode-se considerar o volume do tronco de cone formado ao se unir os pontos de relevo como um bom ponto de partida. Tal volume, por refletir tanto os componentes básicos (presentes na base do tetraedro) quanto as políticas que garantem autonomia (as três geratrizes mencionadas), representaria o *poder ampliado*, pois seria um reflexo tanto dos elementos clássicos de poder (território, economia e população) presentes na base quanto das políticas presentes nas geratrizes.²⁴¹

A seguir, uma vista do tronco do cone (formado pelo volume entre a base e o plano obtido a partir dos três pontos de relevo):

²⁴¹ Ressalte-se que o valor eventualmente obtido a partir do tronco de cone é diverso do valor obtido a partir do produto das três variáveis de poder básico pelos níveis de autonomia, conforme relatado no capítulo 3. Vale lembrar que as premissas para ambas as abordagens são diversas.

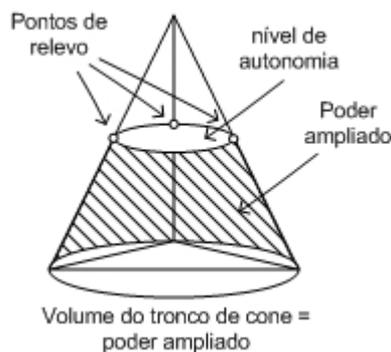


Figura A4-10: Tronco de cone ó poder básico ampliado

3.1 CÁLCULO DO NÍVEL DE PODER NO CASO DA SOBREEXTENSÃO DA GERATRIZ DIPLOMÁTICO-MILITAR

No caso da sobreextensão da geratriz político-militar, ocorrerá uma sobreautonomia nesse aspecto, denotando ainda maior relevância no cenário internacional, no sentido de uma menor dependência e, conseqüentemente, ao menos em teoria, uma tentativa de maior capacidade de influenciá-lo segundo os objetivos nacionais.²⁴² Essa sobreextensão também pode se dar por conta de temores quanto a eventuais ameaças de outros países. Ou então, conforme pode ser demonstrado graficamente pelo modelo, a sobreextensão do segmento diplomático-militar tem o efeito de minimizar eventuais pontos de relevo pouco expressivos, nos dois outros segmentos, ou reduções naquelas autonomias. De fato, crises nas autonomias energética e alimentar geralmente obrigam o Estado a um sobreesforço diplomático e/ou militar.²⁴³ Embora se refira ao modelo de equilíbrio de ameaças, Walt (1987, p. 263) corrobora o raciocínio de que os Estados procuram manter ou aumentar sua autonomia: òquando há um desequilíbrio de ameaças, Estados formarão alianças ou aumentarão seus esforços internos no sentido de *reduzir sua vulnerabilidade*.ö²⁴⁴ (sem grifo no original)

²⁴²Essa tentativa pode ser mal-sucedida, como no caso de várias potências que se militarizaram de maneira excessiva e foram derrotadas em conflitos subseqüentes.

²⁴³O caso da Coreia do Norte é um bom exemplo de sobreextensão do subsegmento militar para compensar a falta de autonomia nas duas outras vertentes. Além disso, os outros Estados reagem diante da Coreia do Norte de modo mais cauteloso, por temerem sua reação. Ou seja, a percepção de poder norte-coreano é maior do que a apresentada por outros países com problemas semelhantes, mas que não optaram pela sobreextensão da aresta diplomático-militar.

²⁴⁴ “where there is an imbalance of threat (...), states will form alliances or increase their internal efforts in order to reduce their vulnerability.” (tradução livre)

A demonstração gráfica desse fenômeno é relativamente simples. Vamos supor um país em que os pontos de relevo do cone estejam na metade de cada uma das três geratrizes estudadas. A configuração do cone seria a seguinte, com o poder sendo calculado a partir do volume do tronco entre os planos da base e aquele formado pelos pontos de relevo.

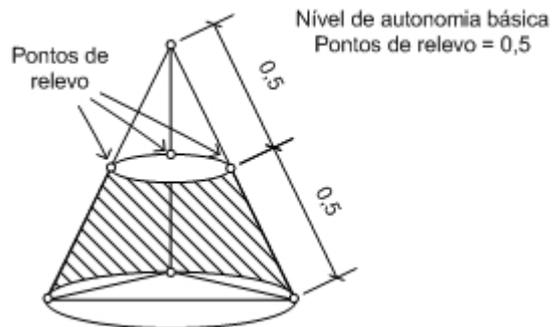


Figura A4-11 Tronco de Cone com pontos de relevo em 0,5

Mas, e se com o tempo a autonomia na geratriz de energia e/ou na de alimentos for reduzida? Suponhamos que os pontos de relevo respectivos sejam reduzidos, enquanto o da geratriz diplomático-militar continua como antes. Então, a configuração seria a seguinte:

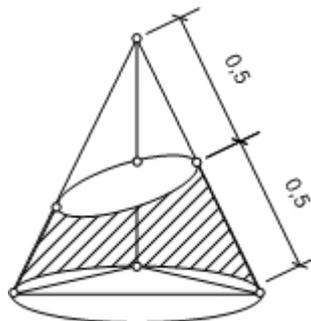


Figura A4-12: Tronco de cone após redução de autonomia nas geratrizes energética e alimentar

Conforme pode ser observado, o volume do tronco do cone é inferior ao da situação anterior, ou seja, o *poder básico ampliado* é menor. Portanto, em termos de situação

internacional, tal país (segundo o modelo) estaria fragilizado em relação ao status anterior. Qual a reação mais comum (caso haja disponibilidade de recursos) para minorar ou eliminar o efeito da perda de autonomia nas duas arestas mencionadas? Compensar pela sobreextensão da geratriz diplomático-militar, optando por um esforço diplomático ou militar. No capítulo 1, observou-se que, segundo Nye, o *smart power* seria a combinação ótima (ou seja, de acordo com cada circunstância) do *hard* e *soft power*.

No caso citado, em que as geratrizes energética e alimentar sofreram reduções no nível do ponto de relevo, vamos supor que o país resolva sobreestender sua geratriz diplomático-militar (passando seu comprimento para além de duas vezes o raio da base do cone e conseqüentemente estendendo a posição do ponto de relevo). A figura resultante seria a seguinte, com o vértice numa altura maior do que antes (note-se que, por ter agora um comprimento maior do que antes, a geratriz diplomático-militar ãempurraõ as duas geratrizes menores, as quais têm que ficar quase que num plano perpendicular em relação ao da base):

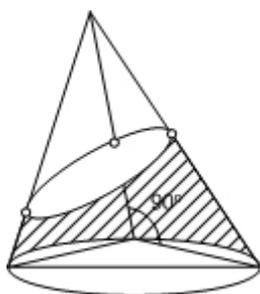


Figura A4-13: Tronco de cone após sobreextensão da geratriz diplomático-militar

Na Figura A4-13, o volume do tronco de cone (*poder básico ampliado*) é maior do que na situação descrita na Figura A4-12. De fato, quanto maior a sobreextensão da geratriz diplomático-militar, mesmo que se reduzam os níveis de autonomia das outras duas, pode-se conseguir aumentar ou pelo menos manter o poder anterior. No entanto, vale frisar que tal sobreextensão é custosa e tem que ser baseada em uma economia dinâmica que lhe sustente. Por exemplo, Kennedy (1988) analisa a ãsobreexpansão imperialõ (posse de diversos territórios e enfrentamento contínuo de guerras com grandes potências, buscando a hegemonia em nível mundial), desde o século XVI, e mostra como uma crescente perda de dinamismo econômico acaba fragilizando as condições para a manutenção do domínio político-militar, o qual no fim acaba inviabilizado.

Conclusão semelhante, embora passe por premissas analíticas diversas, pode ser vista em Luttwak (1976, pp. 192-194), que compara os três tipos de estratégias adotadas por Roma, entre o primeiro e terceiro séculos da Era Cristã. Na primeira estratégia, a diplomacia era o instrumento mais utilizado, embora as forças militares estivessem prontas, a qualquer momento, para intervir nos Estados considerados clientes, numa situação de extrema mobilidade. A segunda, denominada de Antonina, levou à presença disseminada das tropas nos referidos Estados, de modo a garantir a lealdade dos mesmos. Em termos econômicos os custos ficaram bem maiores, embora absorvidos pela dinamicidade da própria economia, que se encontrava em expansão. A terceira, empreendida por Diocleciano e sucedâneos, previa a defesa em profundidade, estágio no qual os Estados clientes conseguiram se unir em confederações desafiadoras ao poder Romano, acarretando um constante nível de intervenção, que não era sustentado nem pelo poder militar em si ou pela base econômica.

Essa situação de sobreexpansão imperial, ou seja, uma sobreextensão da geratriz diplomático-militar que não é sustentável, também encontra eco no modelo. Caso a sobreextensão da geratriz se dê além do ponto em que o plano formado pelas duas outras geratrizes esteja perpendicular à base, o volume do tronco do cone começa a diminuir (pois a altura também diminui), conforme as duas figuras a seguir:

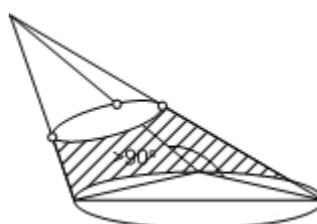


Figura A4-14: Tronco de cone após expansão além do ponto máximo de poder ampliado

A continuidade da sobreextensão fará com que o plano formado pelas duas geratrizes que não se alteraram acabe tocando o plano da base. Ou seja, o cone ficaria com volume zero, neste caso extremo.

Logo, o modelo demonstra que uma expansão contínua da geratriz diplomático-militar para tentar compensar a perda de autonomia nas duas outras geratrizes **não** significa

necessariamente aumento de poder; caso o plano formado pelas geratrizes energética e alimentar faça um ângulo superior a 90 graus com a base do cone, o poder ampliado começará a diminuir, tal como previsto qualitativamente por Kennedy e Luttwak.

É importante ressaltar que a sobreextensão da geratriz diplomático-militar não é a única opção para a diminuição da autonomia nas outras duas geratrizes. Esforços intensivos em tecnologia (derivados da irradiação da esfera analisada no capítulo 3) podem inclusive reverter a perda de autonomia. No entanto, tais resultados geralmente são obtidos em prazo muito maior do que o observado no caso da sobreextensão diplomático-militar, daí esta ser mais utilizada pelos estadistas premidos pelas necessidades de curto prazo, quando não tiverem restrições em relação à sobreextensão mencionada.

Outro aspecto a ser ressaltado é que a sobreextensão da geratriz diplomático-militar pode ocorrer mesmo sem a diminuição de autonomia nas outras duas arestas. Nesse caso, o Estado estaria buscando aumentar seu poder no cenário internacional, pura e simplesmente, por um acréscimo na sua autonomia diplomático-militar. No entanto, em termos históricos, a sobreexpansão (especialmente na subgeratriz militar) sem estar embasada nos demais elementos do tetraedro apresenta uma tendência de, na prática, esvaír-se ou ser eliminada por outros Estados com uma base de poder mais consistente.²⁴⁵

Conforme mencionado no item 2.1 do presente Apêndice, há dificuldades para se estabelecer um padrão básico a partir do qual se conceituem os gastos militares. Países com acelerado crescimento econômico passam a ter mais disponibilidade quanto aos gastos com armamentos. Nesse caso, os respectivos governos os justificam com o argumento da modernização ou reaparelhamento das forças armadas. Por outro lado, mesmo baixos níveis de crescimento econômico podem coincidir com aumento de gastos, sob o argumento de necessidades de segurança e/ou movimentos nacionalistas.

Uma alternativa inicial, em termos de mensuração do modelo, é a adoção de que o gasto seja uma função dos três elementos básicos de poder (território, economia, população). Em termos geométricos, a subgeratriz militar seria igual ao raio do círculo que serve como base do cone, reflexo geométrico do modelo de equilíbrio de autonomias. Logo, deve-se comparar o percentual de gastos (em relação ao total mundial) com o raio do círculo (e este

²⁴⁵ Por exemplo, o caso do Iraque quando anexou o Kuwait, com a subsequente Guerra do Golfo e derrota e enfraquecimento do Estado iraquiano

círculo é formado a partir da transformação da soma dos três elementos básicos do poder em perímetro de um círculo, conforme explicado no item 2 deste Apêndice).

Exemplificando, caso um país apresentasse território, população e economia na ordem de 10% dos totais mundiais, teríamos um perímetro do círculo de 30. Portanto, o raio é de $30/2$, com o valor aproximado de 4,78. Se o percentual dos gastos militares do país for maior do que 4,78, haveria uma sobreextensão dos gastos, e se for menor haveria uma subextensão.

Vale ressaltar que essa solução presume que os três elementos básicos do poder influam de forma semelhante nos gastos (já que no perímetro cada um apresenta a mesma ponderação) e há indícios de que a economia seja um fator que pesa mais do que o território e este mais que a população. Logo, há necessidade de pesquisas posteriores para esmiuçar a questão da sobreexpansão (ou subexpansão) do poder militar.

Afinal, o fenômeno existe, tanto que embasou duas abordagens teóricas tradicionais como as de Kennedy e Luttwak, citadas anteriormente. Portanto, a análise de situações históricas em que a sobreexpansão foi flagrante (e que na prática levou à diminuição e não aumento de poder) possibilitará o refinamento do modelo (por exemplo, com a adoção de uma geratriz maior ou menor do que o raio; nesse caso, o cone não seria mais equilátero). Outra situação é o encurtamento da extensão da geratriz diplomático-militar, no caso de uma subexpansão de alguma de suas geratrizes, especialmente a militar. Nesse caso, a altura do cone seria diminuída e conseqüentemente o poder ampliado seria menor do que antes da subextensão.

3.2 AUMENTO DOS NÍVEIS DE AUTONOMIA PARA COMPENSAR UMA REDUÇÃO DO PODER BÁSICO

No caso de um país ver reduzido seu poder básico (por exemplo, perdendo participação relativa mundial em população, território ou economia), uma possibilidade de manter o nível de poder ampliado é aumentar o nível dos pontos de relevo das geratrizes. Ou seja, embora o perímetro da base vá se reduzir, a altura do plano que une os três pontos de

relevo nas geratrizes aumenta, podendo contrabalançar a redução que ocorreria no poder ampliado.²⁴⁶

4. AS ESFERAS IRRADIADORAS

Conforme mencionado ao longo do trabalho, as esferas da coesão político-social e de inovação tecnológica têm reflexos fundamentais tanto na base do tetraedro quanto nas arestas. Em termos de quantificação, poder-se-ia mensurar o volume das esferas, arrolando itens como:

- a) Coesão político-social ó longevidade da Constituição, número de anos sem ruptura institucional na sucessão de governantes, grau de distribuição de renda, possibilidade de alternância de poder, etc.
- b) Inovação científico-tecnológica ó Presença de políticas continuadas de estímulo à P&D, número de laboratórios de pesquisa, número de universidades entre as 10 mil melhores do mundo, número de residentes vencedores do Prêmio Nobel (excluindo Prêmio de Literatura), percentual de patentes estabelecidas, etc.

5. PERSPECTIVAS FUTURAS

Em termos de modelo, algumas perspectivas podem surgir, em termos de tendências futuras. A primeira alteração é a de que mais de três políticas sejam representadas nas geratrizes (por exemplo, incluindo uma que englobe minérios raros e essenciais para o funcionamento da economia, ou também outra envolvendo o próprio consumo de água)²⁴⁷. Nesse caso, basta inserir um polígono regular com mais lados do que o triângulo (quadrado, pentágono, etc.), com as geratrizes saindo dos respectivos vértices. As geratrizes são montadas a partir do círculo, formando respectivamente um cone. O cálculo do poder

²⁴⁶ Esse fenômeno pode ser visto no caso do Brasil, descrito no Apêndice 1.

²⁴⁷ Sobre a questão da água e os impactos geopolíticos na Ásia, ver CHELLANEY (2011). Em relação à luta por recursos naturais, em escala mundial, ver KLARE (2008). Sobre os minerais terras raras, ver MORAN (2010) e GHOLZ (2014).

potencial seria menos simples do que antes, já que quase certamente não envolveria apenas um plano cortando o cone e formando um tronco de cone, mas pode ser efetuado com ferramentas mais sofisticadas de cálculo. Note-se que, neste caso, todos os resultados em relação ao cone original deverão ser refeitos, pela inclusão de novas geratrizes com diferentes pontos de relevo.

ANEXO

O presente Anexo enumera diversas observações de pensadores sobre o poder e o equilíbrio de poder, proporcionando uma exemplificação de como ele foi analisado ao longo da História.

- 1) "Quando falamos de poder, nós nos referimos ao controle, por um homem, das mentes e ações de outros homens."²⁴⁸ (MORGENTHAU, 1965, p. 28);
- 2) Entre os elementos do Poder Nacional, Morgenthau (ibidem, pp. 110-147) elenca: geografia, recursos naturais, capacidade industrial, preparação militar, população, caráter nacional, moral nacional, qualidade da diplomacia e qualidade de governo;
- 3) Spykman (2007, p. 19) menciona que o poder relativo dos Estados vai além da capacidade militar, incluindo tamanho do território, natureza das fronteiras, população, presença ou ausência de matérias-primas, desenvolvimento econômico e tecnológico, força financeira, homogeneidade étnica, integração social efetiva, estabilidade política e espírito nacional.
- 4) Para Waltz (1979, p. 131), "sua posição (dos Estados) depende de como eles se posicionam em todos os seguintes itens; tamanho da população e território, disponibilidade de recursos, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência."²⁴⁹
- 5) Por sua vez, Mearsheimer (2001, p.55) diz que o "poder é baseado nas capacidades materiais possuídas pelo Estado. (...) Os Estados possuem dois tipos de poder: poder latente e poder militar. (...) O poder latente se refere aos ingredientes sócio-econômicos que entram na construção do poder militar."²⁵⁰

²⁴⁸ "When we speak of power, we mean man's control over the minds and actions of other men." (tradução livre)

²⁴⁹ "their rank depends on how they score on all of the following items: size of population and territory, resource endowment, economic capability, military strength, political stability and competence." (tradução livre)

²⁵⁰ "power is based on the particular material capabilities that a state possesses. () States have two kinds of power: latent power and military power. () Latent power refers to the socio-economic ingredients that go into building military power." (tradução livre)

- 6) Tucídides dá um exemplo de equilíbrio de poder quando menciona um episódio emblemático da tensão bipolar entre Atenas e Esparta. Quando os enviados de Corcira a Atenas tentam convencer os atenienses das consequências de não serem ajudados contra Corinto (aliada de Esparta), a argumentação é a seguinte:

Lembrem-se que há apenas três potências navais importantes em Hellas: Atenas, Corcira e Corinto. E se vocês permitirem que duas dessas três se tornem uma, e Corinto nos absorver, vocês terão que sustentar o mar contra as esquadras unidas de Corcira e Peloponeso. Mas se vocês nos apoiarem, vocês terão nossos navios para se reforçarem no esforço. (TUCÍDIDES, História da Guerra do Peloponeso, Livro 1)

- 7) Thomas (2004, p. 306), citando Kautilya: "No seu tratado *Arthashastra* (Ciência da Política), no 4º século A.C., o estrategista indiano Kautilya aconselhou seu imperador a como identificar inimigos e aliados potenciais para criar um sistema de poder contrabalanceador."²⁵¹

- 8) Dois registros de Kautilya:

O rei que concluir que não é forte o suficiente para atacar as posições do seu inimigo ou defender as próprias contra o ataque inimigo deve buscar proteção de um rei de poder superior e empreender a passagem de um estágio de deterioração para o de estagnação e posteriormente para o de progresso.²⁵² (KAUTYLIA, 1915, Livro VII, Cap. 1)

Um rei que esteja situado entre dois reis poderosos deverá buscar proteção do mais forte dos dois; ou daquele em que mais confiar; ou pode fazer paz com os dois em termos iguais. Então pode começar a jogar um contra o outro dizendo a cada um que o outro é um tirano que lhe causa ruína, e assim causando dissensão entre eles.²⁵³ (Ibidem)

²⁵¹ "In his 4th century BCE treatise *Arthashastra* (The Science of Polity), the Indian strategist Kautilya had advised his emperor on how to identify enemies and potential allies to create a system of countervailing power." (tradução livre)

²⁵² "If a king thinks 'That I am strong enough neither to harass my enemy's works nor to defend my own against my enemy's attack, then he shall seek protection from a king of superior power and endeavour to pass from the stage of deterioration to that of stagnancy and from the latter to that of progress.'" (tradução livre)

²⁵³ "A king who is situated between two powerful kings shall seek protection from the stronger of the two; or from one of them on whom he can rely; or he may make peace with both of them on equal terms. Then he may begin to set one of them against the other by telling each that the other is a tyrant causing utter ruin to himself, and thus cause dissension between them." (tradução livre)

- 9) Frase de Hume (2014, p. 104) demonstrando que o equilíbrio de poder não era um conceito novo, mas praticado (sob os mais diversos nomes) desde a Antiguidade:

Os sucessores de Alexandre mostraram uma infinita preocupação com o equilíbrio do poder; uma preocupação fundamentada na política verdadeira e na prudência, e que preservaram distintas por várias eras as partilhas feitas após a morte daquele famoso conquistador.²⁵⁴

- 10) Ao comentar sobre Hierão, rei de Siracusa, Hume o considera o único príncipe na História Romana a entender o equilíbrio de poder; mesmo sendo aliado de Roma, ainda assim enviou reforços aos cartagineses. Com isso,

...neste ponto ele agiu com grande sabedoria e prudência. Porque nunca, (tal situação) pode deixar de ser notada, nem deve tal força ser alguma vez colocada em uma mão, de modo a incapacitar os estados vizinhos de defenderem seus direitos contra ele. Este é o objetivo da política moderna enunciado em termos explícitos.²⁵⁵ (ibidem, pp. 107-108)

- 11) Morgenthau (1965, p. 181), ao citar vários exemplos históricos, embasa solidamente sua argumentação e ressalta que historicamente a manifestação mais importante do equilíbrio de poder será achada não no equilíbrio de duas nações isoladas mas nas relações entre uma nação ou aliança de nações e outra aliança.²⁵⁶

- 12) A seguir, abordando Sistemas Dominantes e Sistemas Dependentes, Morgenthau (ibidem, p. 203) introduz a questão de subsistemas e aponta para a gradual subordinação dos sistemas menores, que chegaria ao ápice com a Guerra Fria e o sistema bipolar EUA-URSS: "Eles se tornaram meras funções de um equilíbrio que abrange o mundo, meros teatros onde a luta de poder entre os dois grandes protagonistas se desenrola."²⁵⁷

²⁵⁴ "The successors of *Alexander* show'd an infinite jealousy of the balance of power; a jealousy, founded on true politics and prudence, and which preserv'd distinct for several ages the partitions made after the death of that famous conqueror." (tradução livre)

²⁵⁵ "And here he acted with great wisdom and prudence. For that is never, on any account, to be overlookt; nor ought such a force ever to be thrown into one hand, as to incapacitate the neighbouring states from defending their rights against it. Here is the aim of modern politics pointed out in express terms." (tradução livre)

²⁵⁶ "...is to be found not in the equilibrium of two isolated nations but in the relations between one nation or alliance of nations and another alliance." (tradução livre)

²⁵⁷ "They have become mere functions of the new world-wide balance, mere theaters where the power contest between the two great protagonists is fought out." (tradução livre)

- 13) No sistema bipolar, cada coalizão busca evitar que a outra adquira supremacia. Aron ressalta que há três tipos de atores nesse tipo de sistema: os líderes de cada coalizão, os Estados a eles seguidores, e os que não desejam participar do conflito, mantendo-se à margem. Entre as características estruturais do sistema bipolar, Aron (207, p. 139) aponta que, embora não se possa garantir que ele seja mais instável ou beligerante do que o multipolar, *õé* mais seriamente ameaçado por uma guerra generalizada e inexorável.²⁵⁸, já que qualquer conflito local acaba afetando o sistema como um todo.

²⁵⁸ *õ...is more seriously threatened by a generalized and inexorable war.õ*(tradução livre)